

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

Alberto Camargo Portella

**O ARROZ COLONIAL NO REFORMISMO ILUSTRADO
PORTUGUÊS (1750-1808)**

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2023

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**O ARROZ COLONIAL NO REFORMISMO ILUSTRADO
PORTUGUÊS (1750-1808)**

VERSÃO CORRIGIDA

Alberto Camargo Portella

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Rafael de Bivar Marquese

São Paulo
2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P843a Portella, Alberto Camargo
O arroz colonial no reformismo ilustrado português
(1750-1808) / Alberto Camargo Portella; orientador
Rafael de Bivar Marquese - São Paulo, 2023.
262 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de
concentração: História Social.

1. Arroz. 2. Rizicultura. 3. Iluminismo. 4.
Mercado mundial. 5. Império português. I. Marquese,
Rafael de Bivar, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Anuência do (a) orientador (a)**

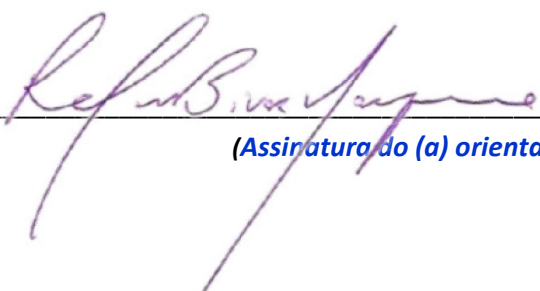
Nome do (a) aluno (a): Alberto Camargo Portella

Data da defesa: 07/12/2022

Nome do Prof. (a) orientador (a): Prof. Dr. Rafael de Bivar Marquese

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 29/01/2023



(Assinatura do (a) orientador (a))

*A meus pais, Joaquim e Marlene,
que sempre me auxiliaram em todos os caminhos.*

AGRADECIMENTOS

Durante os vários anos de preparo desta dissertação, os momentos de dificuldade foram amenizados pela presença de amigos e familiares. Por isso, devo a todos eles um imenso obrigado. Agradeço a Deus pela oportunidade e força conferidas durante o desenvolvimento deste trabalho, assim como pelos amigos que pude conhecer nesse período.

Devo um especial agradecimento a Rafael de Bivar Marquese, orientador desta pesquisa. Desde 2016, venho aprendendo muito com ele. Sempre esteve disposto a auxiliar, foi prestativo e paciente ao sanar as muitas e repetidas dúvidas que surgiram ao longo do tempo. Sem perder o bom-humor e se mantendo minucioso e certo nas observações, contribuiu e muito para a composição do trabalho. Se hoje posso dizer que estou no caminho para me tornar um historiador, devo muito aos seus conselhos e auxílio.

Devo agradecer aos demais professores que fazem parte do Lab-Mundi, ambiente em que partes da pesquisa foram discutidas e enriquecidas. Especialmente, agradeço a Alain El Youssef, Alexandre Moreli, André Roberto de Arruda Machado, Felipe Loureiro, João Paulo Garrido Pimenta, José Evando Vieira de Melo, Tâmis Parron e Waldomiro L. da Silva Júnior.

Aos professores com os quais cursei disciplinas durante o mestrado: Alexandre de Freitas Barbosa, Dale Tomich, Gustavo Tuna, Nívia Pombo, Pablo Oller Month Serrath, Rafael de Bivar Marquese e Vera Lucia Amaral Ferlini. As produtivas discussões e as dicas de leitura auxiliaram na construção de diversas seções da pesquisa.

A Nívia Pombo, Leonardo Marques e Nelson Mendes Cantarino, professores que aceitaram participar da banca de defesa.

Aos demais docentes que, com dicas ou pela troca de informações, auxiliaram na construção dos argumentos: Peter Angelo Coclanis e Fábio Pesavento.

Agradeço aos colegas da Universidade e do Lab-Mundi que criaram um ótimo ambiente para convívio e para a discussão de assuntos que nos são caros.

Em especial, àqueles que me auxiliaram durante a pós-graduação: Branca Zilberleib, Bruno Fonseca Miranda, Camilla Guelli, César Bonamico, Felipe Rodrigues Alfonso, Gabriel Serman, Jean Gomes, Juliana Zanezi, Larissa Albuquerque, Laura Stocco, Lucas Mohallem, Lucas Soares Chnaiderman, Luís Otávio Vieira, Marcelo

Ferraro, Mariana Ferraz Paulino, Marina Sanchez, Pedro Henrique Sette, Roberta Quirino, Thomáz Fortunato e Verônica Fernandes.

De modo particular, devo um especial obrigado a Nicole Leite Bianchini, Tiago Andrade, Isabela Rodrigues de Souza e João Gabriel Covolan. O convívio e as conversas com esses grandes amigos durante os anos de pesquisa (e de pandemia) foram um necessário escape às tensões da pós-graduação.

Aos amigos que conheci em São Paulo, agora espalhados pelo interior: Isabel Filier de Oliveira, Victor Ruy Rossetti, Felipe Leonardo Ferreira, Larissa Karoline Campos Oliveira e Letícia Fernandes Costa.

Aos amigos e professores que conheci no interior, nos anos de SESI e SENAI. Em especial, àqueles docentes que me instigaram a ser historiador e professor de História: Antonio, Celina, Elizangela, Lúcia, Luciana, Maria José e Patrícia.

Não posso deixar de lembrar e agradecer aos alunos, professores e funcionários da EMEIF Joaquim Salvador de Quevedo e da EMEF Marcilio Leite de Almeida, em Capela do Alto. Graças a eles, pude também perceber como a docência complementa o trabalho de pesquisador.

Aos meus familiares, os muitos tios, tios-avôs e primos, pelo incentivo dado ao primeiro – e por enquanto o único – historiador da família. Aos meus avós José dos Santos Portella e Sebastiana Maria Portella, Darci Paes de Camargo e Maria de Lourdes Pedroso Camargo. Esse trabalho também é dedicado a eles.

A meu avô José, agradeço pelas conversas nas tardes de domingo, que saíam do arroz e chegavam aos mais variados assuntos. As visitas à sua casa eram uma ótima e necessária pausa no cotidiano de pesquisa.

A meus pais, Joaquim e Marlene, não tenho palavras para expressar o quanto contribuíram para a minha formação. Nunca deixaram de me auxiliar, encorajando-me a seguir os caminhos da pesquisa e valorizando o meu trabalho.

Aos meus irmãos, André e Andréia, agradeço por todo o apoio desde o início da graduação. Se um se dedica às exatas e a outra, às biológicas, completo o trio me dedicando às humanas!

A Anderson agradeço pelas boas conversas e pelos conselhos sobre a pesquisa e a docência.

Às minhas sobrinhas, Eloá e Isabelle. Desde 2014, tornaram mais alegre a vida da família, inclusive a minha durante os anos de graduação e mestrado.

Como parte da primeira geração da família a entrar em uma Universidade, penso que é preciso defender o caráter público e gratuito do ensino superior, muitas vezes tão atacado e desvalorizado com corte de verbas e outras ações. Aproveito para valorizar, portanto, o trabalho dos professores e funcionários da Universidade de São Paulo e especialmente da FFLCH.

Enfim, também agradeço às agências de fomento, CAPES (processo 88887.371849/2019-00) e FAPESP (processo 2019/12541-2), que ofereceram bolsas e tornaram possível o desenvolvimento da pesquisa.

[...] Todas as nações da Europa se aumentaram e aumentam ainda hoje pela recíproca imitação. Cada uma vigia cuidadosamente sobre as ações que obram as outras. Assim fazem todas própria, mediante a informação dos seus ministros, a utilidade dos inventos alheios [...].

CARVALHO E MELO, Sebastião José de. “Carta ao cardeal da Mota em 19 de fevereiro de 1742” in *Escritos econômicos de Londres (1741-1742)*. Edição de José Barreto. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986, p. 158.

RESUMO

PORTELLA, Alberto C. *O arroz colonial no reformismo ilustrado português (1750-1808)*. 2023. 262 p. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

É importante compreender quais fatores explicam o sucesso do cultivo comercial de arroz em terreno luso-americano em fins do século XVIII. Da mesma forma, relacionar a isso o surgimento de diversos textos reformistas dedicados à agronomia no mesmo período. Afinal, o arroz fez parte daquele movimento amplo de diversificação produtiva ocorrido em fins do século XVIII no império português e a pauta de exportações da colônia luso-americana denotou o sucesso do cultivo comercial do cereal. É necessário entender o espaço aberto ao cultivo comercial do artigo tendo em conta as dinâmicas do mercado global e as vicissitudes dos planos reformistas da Coroa portuguesa. Ademais, o mesmo contexto que abriu margem para essa transformação produtiva criou um ambiente de discussão e possibilitou a escrita de diversos textos reformistas dedicados à agricultura e à rizicultura coloniais. Para compreender a gênese dessas duas mudanças, uma produtiva e outra relacionada às ideias reformistas, estudamos a configuração do mercado de arroz durante boa parte do século XVIII e as transformações no pensamento econômico luso do período. Depois, com vistas a avaliar os resultados, foi analisada a prática rizicultora em algumas regiões da América lusa, bem como foi empreendida a análise daqueles textos agronômicos que buscaram reinventar, sem sucesso, a realidade produtiva luso-americana.

Palavras-chave: Arroz. Ilustração. Império português. Mercado global. Rizicultura.

ABSTRACT

PORTELLA, Alberto C. *The colonial rice in the Portuguese enlightened reforms (1750-1808)*. 2023. 262 p. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

This dissertation aims to understand which factors established the commercial rice cultivation in Portuguese America at the end of the eighteenth century. At the same time, it connects that development to reformists writings about agriculture issued in Portugal at the same period. Indeed rice was among the many commodities which constituted the Portuguese Empire' late eighteenth century movement of productive diversification. The colony's export records show successful commercial cultivation of the crop in American soil. We aim to understand such transformation in light of the development of global rice markets dynamics and the impact of Enlightened Reforms on it. Moreover, those conditions also meant the rise of intellectual disputes on riziculture through a variety of writings on this crop and agriculture. To evaluate these transformations, we analyze the organization of riziculture in some parts of Portuguese America at the end of the century and those writings which tried to remodel the rice production with almost no success. Those two changes, one related to production and the other to reformists texts, are understood through some analysis of the rice market during the 18th century and the shifts in the Portuguese economic thinking.

Keywords: Rice. Enlightenment. Portuguese America. Global markets. Riziculture.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** territórios asiáticos com cultivo de arroz no século XX, retratando regiões tradicionalmente rizicultoras (sudeste asiático, China, Índia etc.). Fonte: BRAY, Francesa; COCLANIS, Peter; FIELDS-BLACK, Edda; SCHÄFER, Dagmar. *Rice: global networks and new histories*. New York: Cambridge University Press, 2015, p. XXII.....p. 39.
- Figura 2:** região de domesticação e cultivo de arroz no oeste da África. Fonte: CARNEY, Judith. *Black Rice: the African origins of rice cultivation in the Americas*. Cambridge & Londres: Harvard University Press, 2001, p. 39.....p. 41.
- Figura 3:** regiões rizicultoras, com atenção conferida à África e à dispersão da espécie *O. glaberrima*. Fonte: CARNEY, Judith. *Black Rice: the African origins of rice cultivation in the Americas*: Cambridge & Londres: Harvard University Press, 2001, p. 155.....p. 42.
- Figura 4:** principais regiões rizicultoras no globo (séc. XVIII). Concepção e elaboração: Alberto Camargo Portella. Elaboração em QGIS 3. Fontes: COCLANIS, Peter. “Distant thunder...”, *passim*; BRAUDEL, Fernand. *Civilização material... As estruturas do cotidiano...*, pp. 127-138; SHARMA, Shatanjiw D. “Domestication and diaspora...”, pp. 1-24; CARNEY, Judith. *Arroz Negro...*, *passim*; MARÍ, Rubén; PEYDRÓ, Ricardo J., *op. cit.*, *passim*; ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no comércio...*, pp. 392-398; VALENTIM, Agnaldo. *Uma civilização do arroz: agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880)*. 2006. 400 p. Tese (Doutorado em História Econômica). FFLCH-USP, São Paulo, 2006, *passim*; ALDEN, Dauril. “Manuel Luis Vieira...”, *passim*.....p. 51.
- Figura 5:** cultivo de arroz com força das marés no Lower South. Fonte: CARNEY, Judith. *Black Rice: the African origins of rice cultivation in the Americas*. Cambridge & Londres: Harvard University Press, 2001, p. 79.....p. 55.
- Figura 6:** esquematização de duas formas para o cultivo de arroz. Fonte: CARNEY, Judith. *Arroz Negro: as origens africanas do cultivo do arroz nas Américas*. Bissau: Instituto da biodiversidade e das áreas protegidas, 2018, p. 129.....p. 56.
- Figura 7:** CODINA, Joaquim José. [Engenho de pilões de socar]. [S.I.: s.n.], [17--]. 1 desenho, nanquim, p&b, imagem 32,5x19,0 cm em f. 34,5x24,0. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=1420>. Acesso em 8 de julho de 2022.....p. 194.
- Figura 8:** CODINA, Joaquim José. Moinho de arroz. Original, 1784. Extraído de CFC – 1 (49). BNRJ 21, 1, 2 (30) *apud* Anexo com imagens de PATACA, Ermelinda. *Mobilidade e permanências de viajantes no mundo português: entre práticas e representações científicas e artísticas*. 2015. 385 p. Tese (Livre docência). Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2015.....p. 194.

Figura 9: CODINA, Joaquim José. Ventilador de arroz. Original, 1784. Extraído de CFC – I (48). BNRJ 21, 1, 2 (32) *apud* Anexo com imagens de PATACA, Ermelinda. *Mobilidade e permanências de viajantes no mundo português: entre práticas e representações científicas e artísticas*. 2015. 385 p. Tese (Livre docência). Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2015.....p. 195.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1: arroz exportado a partir de regiões rizicultoras britânicas (1698-1774). Fonte: U.S. DEPARTMENT OF COMMERCE. *Historical statistics of the United States. Colonial times to 1970. Part II. US Bureau of the census: Washington, D.C., 1975, p. 1192.....*p. 59.

Gráfico 2: exportação de arroz a partir de Charleston (1725-1789). Fonte: U.S. DEPARTMENT OF COMMERCE. *Historical statistics of the United States. Colonial times to 1970. Part II. US Bureau of the census: Washington, D. C., 1975, pp. 1163-1165, 1192.....*p. 63.

Gráfico 3: exportação de arroz da América portuguesa para Portugal (1767-1808). Fonte: SANTOS, Corsino M. dos. “Cultura, indústria e comércio de arroz no Brasil colonial”. *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 318, 1978.....p. 193.

Tabela 1: proveniência dos cativos desembarcados no sudeste da América portuguesa. Fonte: <slavevoyages.org/assessment/estimates> Acesso em 25 de janeiro de 2022.....p. 203.

Tabela 2: proveniência dos cativos desembarcados na região amazônica (1676-1825). Fonte: <<http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>> Acesso em 17 de junho de 2022.....p. 215.

ABREVIATURAS

ARCL – Academia Real das Ciências de Lisboa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. PORTUGAL E O MERCADO MUNDIAL DE ARROZ NO SÉCULO XVIII	32
1.1. Uma recapitulação	37
1.2. A rizicultura na Península Itálica	42
1.3. O caso britânico	48
1.4. A rizicultura no <i>Lower South</i>	52
1.5. Conclusão	61
2. AS LUZES EM PORTUGAL E O REFORMISMO LUSO-AMERICANO	66
2.1. O período pombalino	71
2.2. Os planos reformistas pós-pombalinos	81
2.3. Mudanças e continuidades	124
3. A REFORMA DA AGRICULTURA IMPERIAL	131
3.1. As Memórias da Academia Real	132
3.2. A Tipografia do Arco do Cego e os projetos editoriais e econômicos portugueses	146
3.3. Hipólito José da Costa e a agricultura dos Estados Unidos da América	170
3.4. Teorias e a prática rizicultora	189
4. O CAMPO PRODUTIVO AMERICANO	192
4.1. As inovações produtivas do Rio de Janeiro	197
4.2. São Paulo e os planos de reforma agrícola	203
4.3. O norte da América portuguesa e os arrozais	209
CONCLUSÃO	219
FONTES LIDAS E CITADAS	224
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E CITADA	241

INTRODUÇÃO

Como é de se esperar, o título deste trabalho apresenta a estrutura desenvolvida nas próximas páginas. O objetivo é compreender quais fatores tornaram possível o desenvolvimento da produção comercial de arroz na América portuguesa durante a segunda metade do século XVIII, particularmente nas capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo, Maranhão e Pará, evidenciando a contribuição de aspectos mentais e materiais ao processo, relacionados ao mercado mundial de arroz e às mudanças suscitadas pela Ilustração. Concomitantemente, pretendeu-se analisar o surgimento de diversos discursos sobre a agricultura e, especificamente, sobre a rizicultura nessa mesma conjuntura. Destacamos que não buscamos verticalizar em discussões sobre o desenvolvimento do reformismo ilustrado em Portugal ou escrever uma longa história do arroz, mas examinar como a produção do cereal se efetivou e como foi debatida por ilustrados luso-americanos em um contexto amplo de reforma da agricultura imperial e de transformações no pensamento econômico luso e no mercado mundial do produto. Analisamos a cultura do cereal em locais e tempos específicos, visto que o foco recai sobre *o arroz colonial no reformismo ilustrado português*. Contudo, isso não exclui necessárias e pontuais incursões na longa história da cultura e comercialização do arroz e nas relações estruturadas pelo mercado do cereal e pela troca de informações e textos ilustrados, envolvendo distintos espaços e temporalidades.

Em um primeiro momento, o trabalho deveu muito a diversas discussões sobre as transformações de mercados no final do século XVIII, envolvendo o comércio e produção de especiarias asiáticas, de café, de anil, sem nos esquecermos propriamente do arroz. Seguimos uma trilha – já iniciada há algum tempo – de discussões sobre a história de diversas commodities, tendo em vista também a compreensão de realidades mais amplas, como a constituição da economia-mundo europeia e do próprio capitalismo. Afinal de contas, não se trata apenas de uma história do arroz, pois buscamos inseri-la em um contexto historiográfico amplo e com questões bem delimitadas¹.

¹ Ver, por exemplo, CARDOSO, Alírio. “Especiarias na Amazônia portuguesa: circulação vegetal e comércio atlântico no final da monarquia hispânica”. *Tempo*, Niterói, v. 21, n. 37, 2015; MARQUESE, Rafael de B. “A tale of two coffee colonies: environment and slavery in Suriname and Saint-Domingue, ca. 1750-1790”. *Comparative Studies in Society and History*, Ann Arbor, v. 64, n.3, 2022, pp.722-755; COCLANIS, Peter. “Distant thunder: the creation of a world market in rice and the transformations it wrought”. *The American Historical Review*, Bloomington, v. 98, n. 4, 1993. No caso do ouro, ver MARQUESE, Rafael de B.; MARQUES, Leonardo. “Ouro, café e escravos: o Brasil e ‘a assim chamada

O arroz despertou no início da pesquisa certa inquietação. Apesar de ser um item considerável na pauta de exportações do final do século XVIII e com importância na vida material da população luso-americana desde o começo da colonização, pouca atenção foi conferida a ele enquanto objeto de estudo acadêmico no Brasil e em Portugal. Itens como o café, o açúcar e o ouro despertaram maior zelo e foram enquadrados em diversos estudos historiográficos, desde as obras de Virgílio Noya Pinto dedicadas ao metal até os debates atuais sobre a cafeicultura brasileira. O arroz nunca recebeu tanta consideração. No caso brasileiro, podemos citar textos escritos por Sérgio Buarque de Holanda, Corsino Medeiros dos Santos, Agnaldo Valentin, Reinado dos Santos Barroso Junior e Walter Hawthorne. Em Portugal, por seu turno, elencamos os trabalhos de Irene Vaquinhas e um artigo recente escrito por alguns antropólogos sobre a cultura do cereal em terreno luso. Não havia, porém, nenhum estudo de maior fôlego e que visasse compreender as dinâmicas do desenvolvimento da cultura comercial de arroz na América lusa. Esse foi o objetivo que perseguimos durante o trabalho².

Mas nem tudo se resume a Brasil e Portugal, pois o arroz é objeto de investigação em outros quadrantes do globo há mais tempo e com maior frequência. Considerações gerais e rápidas sobre ele aparecem em diversas obras na Europa, como nas de Fernand Braudel, Pierre Chaunu e naquelas dedicadas à história da alimentação. No caso norte-americano, tendo em vista que o cereal foi um cultivo essencial à história de algumas

acumulação primitiva” in MARQUESE, Rafael de B. *Os tempos plurais da escravidão no Brasil: ensaios de História e Historiografia*. São Paulo: Intermeios, 2020.

² Sobre o ouro, ver o livro de PINTO, Virgílio Benjamin N. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1979. Para uma recente bibliografia sobre a cafeicultura brasileira, ver RODRIGUES, Felipe Alfonso. *A fronteira escravista entre o açúcar e o café: Campinas, 1790-1850*. 2018. 275 p. Dissertação (Mestrado em História Social). FFLCH-USP, São Paulo, 2018; também MIRANDA, Bruno da F. *O Vale do Paraíba contra a Lei do Ventre Livre, 1865-1871*. 2018. 250 p. Dissertação (Mestrado em História Social). FFLCH-USP, São Paulo, 2018. Para as considerações sobre o arroz, ver HOLANDA, Sérgio B. de. “O arroz em São Paulo na Era Colonial” in COSTA, Marcos (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos: livro I, 1920-1949*. São Paulo: Editora Unesp; Fundação Perseu Abramo, 2011; SANTOS, Corsino M. dos. “Cultura, indústria e comércio de arroz no Brasil colonial”. *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 318, 1978; VALENTIN, Agnaldo. *Uma civilização do arroz: agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880)*. 2006. 405 p. Tese (Doutorado em História Econômica). FFLCH-USP, São Paulo, 2006; BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos S. *Nas rotas do atlântico equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)*. 2009. 119 p. Dissertação (Mestrado em História). UFBA, Salvador, 2009; HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil: culture, identity, and Atlantic slave trade, 1600-1830*. New York: Cambridge University Press, 2010. Sobre Portugal, ver VAQUINHAS, Irene. “Breve historial sobre a cultura do arroz nos campos do Mondego” in VAQUINHAS, Irene; SOUSA, Dina de. *Saberes e sabores do arroz carolino do Baixo Mondego*. Coimbra: Associação dos Agricultores do Vale do Mondego, 2005; também CARMO, Miguel et al. “African knowledge transfer in Early Modern Portugal: enslaved people and rice cultivation in Tagus and Sado rivers”. *Diacronie. Studi di Storia Contemporanea*, Bolonha, n. 44, 2020. Outros trabalhos dedicados ao cereal, surgidos em Portugal e no Brasil, são citados no decorrer da dissertação.

colônias do sul, como as Carolinas e a Geórgia, trabalhos sobre o cereal surgiram há várias décadas e iniciaram debates que perduram até hoje sobre a origem do cultivo e a contribuição dos escravos africanos à cultura no Novo Mundo. Vários deles objetivaram compreender a produção do cereal no mundo atlântico sem desconsiderar as demandas dos consumidores europeus e a própria história do cultivo na bacia mediterrânea³.

Esses estudos, articulando consumo e produção em uma escala mais ampla, e as pesquisas locais sobre o cultivo em Portugal e na América portuguesa prepararam o caminho para a presente discussão. Nosso questionamento sobre o desenvolvimento da cultura comercial de arroz na América lusa e muitas das respostas foram levantadas a partir da leitura desses trabalhos.

Nessa seara, os debates sobre a produção das commodities não fazem sentido se não considerarem a base material e humana que tornou, na maior parte das vezes, tudo possível: a escravidão africana nas Américas. Condição preliminar para o desenvolvimento de culturas extensivas no Novo Mundo, a contribuição dos escravos foi tema de diversos trabalhos relacionados a nossa temática e que auxiliaram na propagação de estudos sobre o arroz no mundo luso. Talvez, o melhor exemplo ocorra nos debates sobre o “arroz negro” e o aporte escravo ao desenvolvimento da rizicultura americana. Iniciados nos anos 70, ganharam mais força no início do século XXI com os trabalhos da geógrafa Judith Carney e de alguns historiadores que adentraram a discussão no ambiente acadêmico norte-americano. Trataremos desse debate com mais cuidado no desenrolar da dissertação, mas é preciso frisar desde já a importância de considerar essa realidade material para a compreensão da produção de arroz luso-americano no século XVIII. Não buscamos escrever uma história do arroz na longa duração, mas compreender como a produção comercial do cereal se tornou possível e as relações e implicações disso numa realidade mais ampla, da economia-mundo europeia setecentista e do mundo atlântico. Junto a isso, a discussão sobre a importância da contribuição escrava ao cultivo foi uma

³ Ver BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. Volume 1. As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 127-138; CHAUNU, Pierre. *A história como ciência social: a duração, o espaço e o homem na época moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, pp. 181-239; VELOSO, Carlos. *A alimentação em Portugal no século XVIII nos relatos dos viajantes estrangeiros*. Coimbra: Minerva Histórica, 1992; WOOD, Peter H. *Black majority: negroes in colonial South Carolina. From 1670 through the Stono Rebellion*. New York: Alfred A. Knopf, 1974; LITTLEFIELD, Daniel C. *Rice and slaves: ethnicity and the slave trade in colonial South Carolina*. Urbana/Chicago: University of Illinois Press, 1991; CARNEY, Judith. *Arroz negro: as origens africanas do cultivo do arroz nas Américas*. Bissau: Instituto da Biodiversidade e das áreas protegidas, 2018; também COCLANIS, Peter. *The shadow of a dream: economic life and death in the South Carolina Low Country, 1670-1920*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1989.

forma de adentrar com cuidado as minúcias do mundo produtivo, ao mesmo tempo em que inserimos o trabalho em um debate atual⁴.

Buscamos dar espaço a uma commodity pouco explorada na historiografia luso-brasileira, haja vista os estudos dedicados ao café, ao ouro ou ao açúcar, e inserir essa discussão em um debate atual sobre a materialidade produtiva, tudo isso enquadrado pela economia-mundo europeia e atlântica, em que havia diferenças entre a realidade política, econômica e social do mundo ibérico e aquela do noroeste europeu. Portugal, até meados do século XVIII, dependeu de importações de arroz vindas da América britânica e, por volta de 1750, inseriu a rizicultura em um projeto mais amplo de substituição de importações e diversificação produtiva calcado na emulação de práticas de outras potências europeias. Essa é a primeira faceta do trabalho que desejamos apresentar, evidenciando uma trilha de estudos já estabelecidos e buscando responder a novas questões⁵.

O trabalho não se resume às considerações produtivas e àquelas relacionadas ao mercado mundial da commodity. A relação entre o sistema atlântico ibérico e o do noroeste europeu, mediada pelo mercado de arroz, envolveu informações e textos. Lidamos com debates sobre o impacto do reformismo ilustrado nas ideias sobre a economia e a agricultura no império português durante o século XVIII. São diversas as discussões enfrentadas, já iniciadas na própria definição do que foi a ilustração europeia e seu impacto em terreno luso. Partilhamos das considerações de diversos autores, segundo os quais Portugal foi palco de mudanças que podem ser entendidas a partir de um enquadramento reformista e ilustrado. No Império português, a ilustração criou suas raízes e buscou empreender mudanças na cultura, sociedade e economia, ao mesmo tempo em que diversas características do Antigo Regime deveriam ser e foram preservadas. Em outras palavras, as ideias ilustradas foram utilizadas também com o fim de fortalecer o poder estatal, materializado nas figuras dos monarcas e de seus poderosos ministros. Novamente, tais transformações são entendidas por meio de um modelo que considera a contemporaneidade de dois sistemas atlânticos surgidos e estruturados de modo diverso. A suposta defasagem entre os dois trouxe à tona, no lado ibérico, a emulação das

⁴ Ver CARNEY, Judith. *Arroz negro...* O debate ocorreu na “The American Historical Review” e envolveu diversos autores (Walter Hawthorne, Devid Eltis, David Richardson, Philip Morgan, Gwendolyn Midlo Hall e S. Max Edelson). Os textos estão citados na bibliografia deste trabalho.

⁵ BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael de B.; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790 – 1850*. São Paulo: Hucitec & Fapesp, 2010, pp. 5 – 93.

experiências do noroeste europeu, inclusive por meio da tradução de diversas obras escritas nesse outro espaço do continente – dedicadas também à agricultura. Tais mudanças estiveram relacionadas às práticas agrícolas luso-americanas e não podem ser analisadas sem as considerações materiais antes debatidas⁶.

O trabalho também está escorado numa longa trilha historiográfica sobre a dinâmica do reformismo ilustrado e seus impactos na colônia americana. Buscamos embasar nossas análises em estudos clássicos no Brasil e em Portugal, como os de Jorge Borges de Macedo, Fernando Novais e José Jobson Arruda, dedicados à compreensão das mudanças empreendidas no final do século XVIII no império luso. Daí nossa concordância com a ideia de um reformismo ilustrado em Portugal que afetou as práticas sociais e econômicas na América. Ao mesmo tempo, uma nova historiografia sobre esse processo e seus principais nomes nos auxiliou a repensar criticamente e a ampliar a contribuição dos estudos anteriores. Autores como Nívia Pombo e José Luís Cardoso foram de grande auxílio para a pesquisa, ao permitirem compreender de melhor forma os processos reformistas, seus sujeitos e os impactos sobre a política imperial, principalmente no que tange às ideias econômicas e às práticas de emulação⁷.

A faceta reformista da ilustração portuguesa é analisada tendo em conta os trabalhos organizados por determinadas instituições culturais luso-americanas, como a Academia Real das Ciências de Lisboa e a Tipografia do Arco do Cego, assuntos de diversos trabalhos acadêmicos das últimas décadas. São contribuições atuais a um debate que vem ocorrendo há pelo menos quarenta anos. Ao mesmo tempo, a historiografia luso-americana contribuiu com nossa discussão na forma dos diversos trabalhos que versaram sobre o pensamento econômico português durante os Setecentos, sobre o ecletismo que dominou as fórmulas econômicas em Portugal, momento de transição entre ideias

⁶ Ver NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 9ª edição. São Paulo: Hucitec, 2011; e ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1980; também AZEVEDO, Dannylo de. *O Fazendeiro do Brasil: manuais agrícolas no Brasil colonial em finais do século XVIII*. 2018. 215 p. Dissertação (Mestrado em História Econômica). FFLCH-USP, São Paulo, 2018. Por fim, consultar também BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael de B.; PARRON, Tâmis, *op. cit.*, especialmente as pp. 76-80.

⁷ Ver, por exemplo, MACEDO, Jorge B. de. *A situação econômica no tempo de Pombal*. Lisboa: Gradiva, 1989; CARDOSO, José Luís. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa: Estampa, 1989; HANSON, Carl A. *Economia e sociedade no Portugal barroco*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986; também POMBO, Nívia. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: pensamento e ação político-administrativa no Império Português (1778-1812)*. São Paulo: Hucitec, 2015; por fim, VALADARES, Virgínia Maria T. *A sombra do poder: Martinho de Melo e Castro e a administração da capitania de Minas Gerais (1770-1795)*. São Paulo: Hucitec, 2006. Os trabalhos de Novais e Arruda foram citados anteriormente.

relacionadas ao mercantilismo e as novas proposições da Economia Política liberal. Conciliando os debates sobre o reformismo com as discussões sobre o pensamento econômico em Portugal no século XVIII, acreditamos responder com mais propriedade acerca do papel dessas ideias na gênese da cultura comercial de arroz na América lusa no período⁸.

Por fim, há aqueles trabalhos, essenciais para nossa discussão, sobre a constituição de determinados espaços coloniais luso-americanos e suas reconfigurações na segunda metade do século XVIII, na trilha das reformas empreendidas pelo poder metropolitano. Com eles, pudemos avaliar, na prática agrícola, os resultados das transformações do mercado mundial de arroz e das mudanças no pensamento econômico surgidas no bojo do reformismo ilustrado português. No caso da capitania de São Paulo, deixamos de lado aquela visão de uma “capitania da decadência”, analisando sua constituição econômica durante o século XVIII. O arroz estava entre os novos itens agrícolas encorajados pela administração e que encontraram boas condições mercantis e ambientais na capitania, com elevada importância no Vale do Ribeira. No Rio de Janeiro, analisamos a constituição da rizicultura na região e os primeiros empreendimentos destinados à preparação comercial do cereal. No caso do Maranhão, há mais trabalhos dedicados à questão, explorando a conhecida prática rizicultora desenvolvida no norte da América lusa, inclusive a inserindo em debates atuais sobre a cultura do arroz na América e a transformação econômica ocorrida na segunda metade do século XVIII⁹.

⁸ Sobre as instituições citadas e os debates econômicos, ver CARDOSO, José Luís. *O pensamento econômico...*, pp. 43-123; PATACA, Ermelinda M.; LUNA, Fernando José (orgs). *Frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego*. São Paulo: EDUSP, 2019. Também NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise...*, pp. 228-229; CARDOSO, José Luís. “Genovesi e a economia política ilustrada em Portugal”. *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, Lisboa, v. 36, 2017, p. 7. Para considerações sobre o mercantilismo e uma tentativa de elencar suas características essenciais, ver DEYON, Pierre. *O mercantilismo*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

⁹ Para a capitania de São Paulo, ver BLAJ, Ilana. “Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998; ARRUDA, José Jobson de A. “A essencialidade agropastoril da economia colonial: a fazenda mista paulista”. *História (São Paulo)*, Franca/Assis, v. 39, 2020; VALENTIN, Agnaldo. *Uma civilização do arroz...*; por fim, BELLOTTO, Heloísa L. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979. Para o Rio, PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013; também ALDEN, Dauril. “Manoel Luís Vieira: an entrepreneur in Rio de Janeiro during Brazil’s eighteenth century agricultural renaissance”. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v. 39, n. 4, 1959. Para o Maranhão, CARDOSO, Alírio. “Especiarias na Amazônia portuguesa...”; também HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil...*; por fim, BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos S. *Nas rotas do atlântico equatorial...*

Interessa, então, saber se foi o mercado mundial de arroz ou as ideias ilustradas de reforma econômica que tiveram maior preeminência no desenvolvimento da cultura comercial de arroz nessas capitanias destacadas. Longe de buscar respostas finais e inquestionáveis, algo impossível aliás, tentaremos demonstrar a intrincada relação entre essas duas facetas na explicação de algo que sabemos de antemão, isto é, que houve sucesso no cultivo comercial de arroz na segunda metade do século XVIII na América lusa e que isso foi acompanhado por uma considerável produção de textos sobre agricultura e a cultura de arroz. O mercado mundial de arroz, em expansão no século XVIII, e as novas ideias sobre economia, e conseqüentemente sobre a agricultura, explicam o espaço aberto à rizicultura imperial portuguesa e seu desenvolvimento comercial a partir de meados do século XVIII. Tal articulação teve dois importantes resultados: o primeiro se revestiu de um caráter mais evidente e foi o crescimento do cultivo comercial do cereal em terras portuguesas. O segundo, articulado ao primeiro, foi uma expressiva produção literária e científica dedicada à agricultura e à agronomia. Nesse último caso, mesmo que os letrados tenham buscado efetuar diversas reformas agrícolas e suas propostas tenham sido lidas e aceitas aqui e acolá por alguns senhores de terras, acreditamos que tais textos não foram a principal força instituidora nos campos produtivos. Esses escritos são mais resultado de um movimento que vinha ocorrendo desde o início do século, acompanhando as mudanças contemporâneas na produção. As mesmas condições que geraram os campos de arroz criaram um contexto em que escritos puderam surgir. Os textos surgidos no quarto final do Setecentos responderam à realidade produtiva, que vinha se desenvolvendo desde a década de 1760, e buscaram repensá-la. Mesmo que nesse último intento não tenha havido sucesso, ainda assim, são parte do processo de reforma econômica e demonstram a tentativa de racionalização daquela realidade¹⁰.

*

A conjuntura do mercado mundial do grão, aliada à transformação dos modos de pensar a economia, forma o enquadramento mais amplo de nossa questão, a explicação de como foi possível o desenvolvimento da cultura comercial de arroz na América lusa durante o Setecentos, envolvendo tanto as alterações diretas sobre o campo produtivo

¹⁰ Sobre a produção de arroz na América lusa desde os anos 1760, ver SANTOS, Corsino M. dos, *op. cit.*, p. 56.

como novas ideias agrícolas tecidas na metrópole. Tal articulação não escapou mesmo aos atores do período, pois, no mês de maio de 1781, em meio às transformações do reformismo ilustrado em Portugal e às novidades do reinado mariano, o então visconde de Vila Nova da Cerveira, Tomás Xavier de Lima Teles da Silva, assinou um pequeno documento que mais tarde foi preservado na biblioteca da Ajuda. O nobre português iniciou seus apontamentos citando o cereal como um item de primeira necessidade em Portugal e argumentando que sua produção atendia ao consumo interno luso e criava exportações. Na verdade, desde os anos 1760, a produção luso-americana oferecia remessas do cereal para Portugal, evidenciando o sucesso do cultivo comercial de arroz em diferentes regiões da América portuguesa. Isso se encaixava de ótima forma nos desígnios dos reformistas ilustrados portugueses, preocupados com o equilíbrio da balança de comércio e com o desenvolvimento agrícola do império¹¹.

Em seguida, Teles da Silva destacou que o cereal que “antigamente vinha aqui de fora do Reino era o de Gênova e Veneza”, além de um do Levante, que, por terem qualidades distintas, possuíam preços variados. Mas isso mudou no início do século XVIII, quando o arroz britânico, vindo da Carolina do Sul principalmente, superou em preço e qualidade seus concorrentes do Velho Mundo e tomou o mercado português para si¹². Isso, visto em retrospectiva, prejudicou a própria produção portuguesa na América:

Esta grande concorrência do arroz da América inglesa e a estimação que mereceu neste reino, mais pela aparência e por ser gênero estrangeiro do que pela boa qualidade, fez também que as fábricas de arroz estabelecidas no Rio de Janeiro e Bahia nunca pudessem aumentar-se nesta louvável e utilíssima cultura pelos nocivos empates que experimentou na concorrência e grande consumo que com preferências se dava ao arroz carolina¹³.

Sendo uma justificativa de um funcionário do governo luso em meio ao reformismo ilustrado e a mudanças que atingiam o campo produtivo imperial, a ideia de substituir as importações e incentivar a produção portuguesa são aí expostas de forma nada elusivas. Logo em seguida, de forma pouco surpreendente, expôs a criação da Companhia do Grão-Pará e Maranhão em 1755, sendo um de seus objetivos o incentivo

¹¹ Biblioteca da Ajuda, 54 – XIII – 4 (34), p. 1. Agradeço a Fabio Pesavento pela disponibilização da transcrição desse documento. Sobre as remessas de arroz enviadas a Portugal, ver SANTOS, Corsino M. dos, *op. cit.*, p. 56. Sobre as ideias reformistas, ver CARDOSO, José Luís. *O pensamento econômico...., passim*, especialmente as pp. 43-56.

¹² Biblioteca da Ajuda, 54 – XIII – 4 (34), pp. 1-1v. Segundo o documento, o preço do arroz de Gênova variava de 3\$000 a 3\$600 réis o quintal; o de Veneza, de 3\$800 a 4\$400; o do Levante, de 2\$200 a 3\$000; o britânico, de 2\$800 a 3\$400 réis.

¹³ *Idem, Ibidem*, p. 1v.

à produção e beneficiamento do cereal na América. Todavia, segundo o autor do documento, os americanos ainda conseguiram vencer na concorrência, barateando o seu arroz¹⁴.

Veio então a Guerra de Independência dos EUA, como parte da crise do sistema atlântico do noroeste europeu e, conseqüentemente, do Antigo Regime. Os americanos e seu arroz não puderam mais entrar nos portos lusos e, “[...] cessando por este princípio a entrada de seu arroz nos portos de Portugal, imediatamente respiraram as fábricas e a cultura do mesmo gênero neste Reino e suas conquistas [...]”¹⁵. Parecia haver então um caminho aberto para que a produção “nacional” substituísse aquelas importações e desse ânimo à economia combalida de Portugal:

O certo é que depois da sublevação dos americanos, pela qual foram excluídos de poderem entrar nos portos deste Reino e seus domínios, tem chegado neles a mesma cultura a produzir quantidade tal que não só fertiliza aos povos nacionais, mas sobejam as avultadas partidas que do mesmo gênero vão já para os reinos estrangeiros principalmente para os da França, Espanha quando nem de Gênova nem de outra alguma nação vem aqui outro arroz presentemente que não sejam algumas insignificantes porções [...]”¹⁶.

Um evento revolucionário abriu brechas no mercado do cereal, beneficiando os lavradores lusos e a economia imperial portuguesa. Todavia, uma hora essa revolução chegaria ao fim, haja vista que estamos falando do ano de 1781¹⁷. Para tentar frear a volta do arroz americano a Portugal, o autor pareceu defender medidas que proibissem sua entrada:

[...] para que achando-o S. Ex.^a digno de atenção o representar a SM a fim de que a mesma Senhora sendo servida ordene por seu Real Decreto a proibição de todo e qualquer arroz de fora deste Reino e suas conquistas para que se não possa admitir outro que não seja o da cultura nacional [...]”¹⁸.

Tal texto foi escrito em maio de 1781. Em 24 de julho, a rainha assinou um alvará proibindo a entrada de arroz estrangeiro em Portugal. A medida teorizada pelo visconde encontrou sua realização no alvará de dona Maria I. Se as mudanças ocorridas no mercado mundial do arroz parecem ter contribuído para com o sucesso do cultivo na América lusa,

¹⁴ Biblioteca da Ajuda, 54 – XIII – 4 (34), pp. 1v-2.

¹⁵ *Idem, Ibidem*, pp. 2-2v.

¹⁶ *Idem, Ibidem*, p. 2v.

¹⁷ *Idem, Ibidem*, p. 3v.

¹⁸ *Idem, Ibidem*, p. 4.

também devemos pôr em conta as ideias ilustradas que se relacionaram à economia, à agricultura e a um projeto imperial luso¹⁹.

Por um lado, buscamos demonstrar a forma como a rizicultura na América portuguesa, em fins do século XVIII, foi moldada por condicionantes mais amplas, relacionadas ao mercado mundial de arroz e a mudanças no modo de pensar a economia em Portugal. Evidenciamos como a análise dos discursos do reformismo ilustrado luso-americano sobre economia deve ser relacionada ao estudo do mercado mundial do grão para uma melhor compreensão do processo. Por outro, por meio da análise da escrita de textos sobre agronomia e do desenvolvimento da cultura comercial de arroz no império luso, demonstramos a forma como isso respondeu às condições iniciais, responsáveis pelo desenvolvimento da rizicultura colonial portuguesa e das teorizações sobre o cereal²⁰.

Para empreender tal análise, contamos com uma série documental variada. A estrutura da dissertação comporta quatro capítulos. No primeiro capítulo analisamos alguns dados referentes às exportações britânicas de arroz, parte delas direcionada a Portugal, com vistas a detalhar de melhor forma a organização produtiva britânica e os fluxos no mercado mundial de arroz. No segundo e terceiro capítulos, utilizamos essencialmente escritos surgidos no bojo do reformismo ilustrado português, com vistas a compreender, em primeiro lugar, o pensamento econômico luso e, depois, as ideias sobre agricultura e a rizicultura coloniais. Obras de atores como Sebastião José de Carvalho e Melo, Rodrigo de Souza Coutinho, frei José Mariano da Conceição Veloso e Hipólito José da Costa Pereira foram mobilizadas para empreender a análise. Por fim, no quarto capítulo, nos baseamos na missiva entre autoridades portuguesas e na legislação da época para avaliar o espaço da rizicultura em terreno luso-americano; com vistas a avaliar o papel dos cativos na implantação do cultivo, foram utilizados dados sobre o desembarque de escravos em diversas regiões portuguesas, disponibilizados na plataforma *SlaveVoyages*.

O primeiro capítulo da dissertação visa construir uma imagem ampla do mercado mundial de arroz na primeira metade do século XVIII. Com o objetivo de melhor

¹⁹ Para o decreto, ver “Alvará proibindo a entrada de arroz estrangeiro” in SILVA, Antonio D. da. *Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações... Legislação de 1775 a 1790*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1828, pp. 300-301.

²⁰ Tal método, baseado na mútua determinação entre a parte e o todo, tem em Sartre um de seus proponentes. Ver SARTRE, Jean-Paul. *Questão de Método*. 4ª ed. São Paulo & Rio de Janeiro: DIFEL, 1979, pp. 34 – 148, especialmente a p. 112.

esclarecer sua constituição, incursões na longa história do cereal são parte da exposição, para compreender o papel substitutivo do arroz e o modo como se tornou conhecido do público consumidor europeu. A análise desse mercado, envolvendo regiões mediterrânicas e atlânticas, é condição necessária para compreender o desenvolvimento da rizicultura colonial portuguesa e dos discursos reformistas relacionados ao grão, assim como a construção de argumentos médicos e ambientais sobre a cultura do cereal. De modo resumido, buscamos discutir a demanda pelo grão em Portugal nas primeiras décadas do século XVIII, os possíveis locais de oferta (Península Itálica e o *Lower South*) e as alterações ocorridas no fim do século. Tal discussão, todavia, não envolverá a análise detida do corpo documental escolhido para a pesquisa, apesar do uso de uma ou outra fonte para a avaliação dos fluxos mercantis entre a América britânica e Portugal.

Se o arroz era conhecido e consumido na Europa desde a Antiguidade e produzido para subsistência e venda local na América lusa desde o início da colonização, a quebra da produção britânica durante a Guerra de Independência dos EUA abriu uma oportunidade para a efetivação da produção comercial portuguesa e para que os letrados continuassem a pensar no cereal. Portugal, até então, dependia das remessas vindas dos domínios britânicos. Com vistas a substituir as importações que pesavam sobre a balança comercial lusa, em um contexto de dificuldades econômicas, o conflito serviu como alavanca para os planos portugueses de produção e envio de arroz à metrópole. Portanto, o mercado mundial do cereal em fins do século XVIII é uma das facetas para a compreensão da efetivação da produção comercial do grão na América lusa e do surgimento de escritos sobre o cereal nesse período²¹.

O segundo capítulo, intitulado “As luzes em Portugal e o reformismo luso-americano”, demonstra de modo panorâmico as mudanças no discurso econômico português durante a segunda metade do século XVIII, por meio da análise das obras de alguns destacados sujeitos da época: o marquês de Pombal, dom Rodrigo de Sousa Coutinho, o bispo Azeredo Coutinho e o negociante MJR. O objetivo é destacar o modo como as preocupações econômicas e a forma de analisar o campo econômico sofreram transformações e como isso pôde impactar as oportunidades abertas ao cultivo do cereal e às teorizações sobre a rizicultura. Desde já, salientamos que o arroz parece desaparecer de nossa argumentação conforme esse capítulo avança, mesmo que em uma hora ou outra

²¹ Para essas informações, ver os próximos capítulos da dissertação.

considerações feitas sobre ele venham à tona. Longe de significar um problema ou defeito em nossa análise, acreditamos que isso na verdade demonstra a própria posição desse cereal dentro do quadro mais amplo da reforma agrícola imperial, uma posição menos relevante do que, por exemplo, a da cochoilha. Visto como um item de “primeira necessidade”, como no caso do visconde acima citado, talvez fosse um tanto óbvio falar sobre sua relevância ou reafirmar os modos de cultivo em escritos reformistas. De toda forma, o desenvolvimento dos campos rizicultores e de escritos ilustrados dedicados ao cereal deve ser compreendido tendo em vista aquelas mudanças no pensamento econômico luso que destacaram o papel da terra, da agricultura e do trabalho na composição da riqueza imperial. Para além disso, o capítulo visa destacar nos escritos desses atores o modo como avaliaram a emulação de práticas estrangeiras, análise essa que auxiliará em algumas das observações feitas na sequência²².

No terceiro capítulo, cujo título é “A reforma da agricultura imperial”, visamos compreender como diversos escritos sobre agricultura, e alguns sobre rizicultura, surgiram em Portugal no fim do Setecentos. Depois, relacionar os projetos de reforma agrícola luso-americanos ao desenvolvimento da rizicultura colonial, com o foco nas publicações vindas à tona no quarto final do século XVIII, por meio da ação editorial da Academia Real das Ciências de Lisboa ou ainda da Tipografia do Arco do Cego. Obras de membros da *intelligentsia* ilustrada da época, tais fontes são centrais para o entendimento daquele desenvolvimento – mesmo com os devidos cuidados que tomamos com seus argumentos. Para além de escritos sobre os problemas agrícolas mais amplos, como aqueles produzidos por Domingos Vandelli, outros textos voltados aos lavradores são essenciais para a discussão.

A ideia do terceiro capítulo é verticalizar em uma análise de obras estritamente relacionadas à agricultura, à emulação de práticas agrícolas do estrangeiro. Bons exemplos são as obras editadas e traduzidas por Frei Veloso, as memórias da ARCL ou ainda uma das únicas memórias sobre o arroz. Essa parte do capítulo está estruturada em subitens que tratam de: memórias mais amplas sobre a agricultura portuguesa no século XVIII, traduções que envolveram o conhecimento agrícola estrangeiro, uma seção que problematiza a relação entre teoria e prática no movimento ilustrado luso-americano e,

²² Para a ideia das oportunidades abertas à rizicultura e à escrita sobre ela, ver KOSELLECK, Reinhart. “‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas” in *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006, pp. 305-327.

afinal, uma memória com considerações específicas sobre o arroz. A aparente falta de atenção conferida ao grão pelos escritos voltados à prática agrícola é uma das questões a merecer exame, haja vista o seu exitoso cultivo em terras americanas. Todos esses escritos são entendidos como resultado das mudanças no mercado mundial do cereal e das transformações no pensamento econômico português²³.

Dessa forma, chegamos a um passo relevante: se a produção historiográfica dedicou poucas páginas ao arroz quando o comparamos a outras commodities, a posição desse cereal nas considerações dos ilustrados luso-americanos também causa certa estranheza, haja vista os poucos textos agrônômicos diretamente dedicados a ele e, de modo complementar e contraditório, sua importância no mundo produtivo e no comércio da América lusa. Tudo isso contribui para o questionamento do papel das ideias ilustradas, quando considerado o desenvolvimento da cultura de arroz em solo luso. Tais escritos, assim como os campos arrozeiros, foram resultado das mudanças no mercado mundial de arroz, que abriram brechas para essa produção, e das transformações no pensamento econômico, com a valorização da agricultura e do trabalho. Os textos não foram instauradores de uma realidade material luso-americana, mas resultado intelectual de preocupações anteriores e de realidades produtivas já em desenvolvimento.

Também como resultado dos dois fatores, no quarto capítulo, buscamos analisar de modo breve a efetivação da cultura de arroz no terreno americano, ou seja, o desenvolvimento da rizicultura no norte da América portuguesa, no Rio de Janeiro e na capitania de São Paulo. Buscamos analisar o modo como os planos reformistas puderam ou não ter afetado a agricultura luso-americana. Aqui, a disponibilização de textos sobre agricultura e a realidade produtiva americana são vistas como resultado de um mesmo processo, mas a força instituidora dos textos foi pouco expressiva. Os escritos, feitos em contexto metropolitano e muitas vezes afastados da realidade produtiva, podem até ter sido lidos por alguns senhores, mas não tiveram força para domar e transformar a realidade dos campos produtivos. O arroz e seus métodos de cultivo já eram conhecidos de longa data e, na verdade, o avanço rizicultor foi iniciado décadas antes da veiculação desses escritos. Ainda assim, mesmo que não tenham influenciado tanto a realidade dos campos, sua existência já denota a importância que a terra e suas produções ganharam nesse período e reforçam o caráter transformativo do final do século XVIII. Por fim,

²³ Entre 1796 e 1811, o arroz foi o quinto produto mais exportado a partir da América portuguesa – ver ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial...*, pp. 353 – 354.

dados sobre o tráfico de cativos disponibilizados na plataforma *Slave Voyages* e a correspondência oficial de administradores luso-americanos foram essenciais para a construção do argumento, embasando as conclusões sobre a organização produtiva americana e o modo como a rizicultura pôde ser estabelecida nessa parte do Novo Mundo.

Assim, teremos visto de que maneira e com que intensidade as mudanças ocorridas se originaram de e, mais tarde, impactaram o mercado mundial do cereal. A produção foi capaz de saciar a demanda portuguesa pelo cereal, adequando-se muito bem às propostas reformistas da época, mas não causou uma imensa e duradoura transformação no mercado europeu do artigo. As antigas zonas produtoras britânicas retomaram sua força e, já no século XIX, o Brasil independente viu a produção do cereal decair consideravelmente. Ainda nesse capítulo, permeando a análise de cada uma das regiões, recuperaremos e refletiremos criticamente sobre a “tese do arroz negro”, testando as hipóteses no quadro formado pelas regiões estudadas. O desenvolvimento da cultura do cereal, contrariando os proponentes daquela tese, pôde ocorrer mesmo sem o conhecimento dos cativos vindos da região do arroz africano, graças a experiências aqui existentes e a tentativas de cultivo postas em prática durante a colonização. Dessa forma, se até essa parte do trabalho, buscamos demonstrar as condições mais amplas que tornaram possível o cultivo comercial de arroz na América lusa e a produção de textos agrônomos na metrópole, aqui demonstraremos também aquelas condicionantes locais responsáveis pelo sucesso da cultura, relacionadas ao conhecimento rizicultor dos colonos e escravos ou ao capital utilizado nesses empreendimentos²⁴.

Resumindo a argumentação que buscamos desenvolver nas próximas páginas, acreditamos que a organização do mercado mundial de arroz durante o século XVIII e as transformações no modo de pensar a economia calcadas no movimento ilustrado auxiliam a entender dois processos atados ao desenvolvimento da cultura comercial de arroz em terras luso-americanas. Por um lado, compreendemos as transformações ocorridas nos campos produtivos americanos, envolvendo os ambientes escolhidos para cultivo, as práticas de incentivo metropolitanas e o modo como o grão era cultivado e comercializado. Por outro, fica evidente como a escrita de textos sobre agricultura e rizicultura também foi resultado daquele contexto e, inclusive, não tendo sido responsável por determinar totalmente a produção, também respondeu às mudanças produtivas e

²⁴ Ver SANTOS, Corsino M. dos., *op. cit.*, pp. 37-40. Para as informações sobre a produção norte-americana, ver nosso gráfico na página 59.

intelectuais que vinham de antes. Numa lógica ilustrada, a escrita desses textos visou determinar e transformar o que ocorria na realidade produtiva americana, mas sem muito sucesso.

Com tal desenho interpretativo, buscamos dar conta da problemática envolta no título de nosso trabalho: o arroz colonial no reformismo ilustrado português. Tratamos aqui da cultura comercial efetivada em terreno colonial português, com suas especificidades e materialidade particular, e da produção intelectual voltada a esse cereal. O mercado mundial do cereal não pôde ser esquecido e o papel exercido pelas ideias da ilustração e a atenção conferida à economia e à agricultura mereceram uma detida consideração. Somente assim podemos compreender o que levou o visconde de Vila Nova da Cerveira a escrever aquele informe em 1781, sobre um grão não muito considerado na época e mesmo posteriormente.

1. PORTUGAL E O MERCADO MUNDIAL DE ARROZ NO SÉCULO XVIII

Escrita por Francisco da Fonseca Henriques, médico ao serviço de dom João V, a obra *Âncora Medicinal* veio a lume em Lisboa no ano de 1721 e conheceu diversas reedições nas décadas seguintes. O escrito versava em suas cinco seções sobre diversos fatores que, assim se pensava, possuíam um elevado grau de influência sobre a vida e, conseqüentemente, a morte humana. Nas palavras do escritor e médico português, no “[...] baixel da vida humana, que muitas vezes flutua na tempestade dos males, com este livro se pode preservar deles, observando a sua doutrina no tempo da saúde, para não vir a experimentar as tormentas e assaltos das enfermidades [...]”. Tratava-se de um texto essencialmente voltado a discussões médicas, as quais não deixavam de considerar o que os homens e mulheres então consumiam¹.

Na seção destinada a discutir em pormenor as características de diversos alimentos conhecidos no cotidiano português e sua relação com a saúde humana, sem nenhuma surpresa, o trigo foi listado em destaque, sendo logo seguido pelo milho, aveia, carnes, ovos, peixes etc. Contudo, o que atrai nossa atenção de modo particular e tece laços com os propósitos desta pesquisa é o item que vem a seguir, sobre os legumes. Utilizando argumentos calcados na tradição clássica, Henriques asseverou, citando Galeno, que os legumes são “[...] as sementes cereais de que se não faz pão, ainda que se faça farinha [...]”. Com base na definição, é nessa categoria em que o arroz, “[...] o mais nobre de todos os legumes [...]”, figurou e foi explorado pelo autor no texto².

Para o médico régio, o cereal possuiria relevantes qualidades, apesar de não ser tão nutritivo quanto o trigo. Cozido e bem-preparado, bem serviria aos ricos devido ao sabor e aos pobres graças à sua abundância. Evidenciando os propósitos do autor e validando o título adotado para a obra, descreveram-se as qualidades terapêuticas atribuídas ao cereal, que não seriam de desprezar³.

¹ HENRIQUES, Francisco da F. *Âncora Medicinal para conservar a vida com saude, escrita pelo Doutor Francisco da Fonseca Henriques, natural de Mirandella, medico do serenissimo Rey de Portugal D. João V*. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1731, p. iij. Para mais informações sobre o autor e sua obra, ver MACHADO, Diogo B. *Bibliotheca Lusitana Historica, Critica, e Cronologica [...] Tomo II*. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues, 1747, p. 148. Ver também REIS, José Pedro L. “Comer no século XVIII, segundo Francisco da Fonseca Henriques”. *Alimentação Humana*, Porto, v. 15, n. 1, 2009, *passim*.

² HENRIQUES, Francisco da F., *op. cit.*, pp. 84 – 267.

³ *Idem, Ibidem*, pp. 264 – 265.

Tais considerações sobre o arroz fazem-nos pensar no papel desempenhado por esse item nas mesas de Portugal durante os Setecentos e no modo como era obtido e alimentava a população. É certo que a alimentação da Europa como um todo, entre os séculos XV e XVIII, quando as possibilidades assim o permitiam, conjugou o consumo da carne ao dos cereais (o trigo era preferido, mas nem sempre estava disponível, sendo então substituído pelos cereais secundários, como o centeio, a aveia e a cevada). No caso luso, desde períodos medievais, o consumo dos mais pobres teve como base os cereais e o vinho, e a carne apareceu especialmente entre os que possuíam melhores condições de vida. Tais itens de consumo e mesmo a frequência com que apareciam à mesa atestavam diferenças de classe entre os portugueses e, por consequência, as reforçavam⁴.

Discrepâncias na quantidade e qualidade da alimentação dos portugueses, segundo classes e mesmo regiões, eram uma constante da época. Como exemplo, ao lado de itens triviais, havia outros pouco acessíveis, como o chá, café e chocolate. Pensemos no caso das receitas refinadas existentes no século XVIII, compiladas por Francisco Borges Henriques ou Lucas Rigaud. Tratava-se de refeições, provavelmente, pouco usuais nas mesas dos menos abastados⁵.

Se o trigo, usado principalmente na preparação de pão, imperava absoluto entre os cereais, sendo seguido pelo milho, centeio, cevada e aveia, o arroz, atestado e aprovado por Henriques em 1721, marcava sua presença em território luso ao menos desde o século XIV. Como substituto barato e popular de outros cereais apreciados, evidenciando, segundo Veloso, a luta entre preferências e possibilidades, o arroz encontrava espaço nas mesas portuguesas. Fato esse que reforçava o argumento de Fonseca Henriques acerca da ubiquidade do cereal em Portugal, algo peculiar frente às diferenças alimentares acima referidas. Durante o século XVIII, encontrava-se arroz nos banquetes do Arcebispo Frei

⁴ Ver FERREIRA, Nuno P. S. “A alimentação portuguesa na Idade Medieval”. *Alimentação Humana*, Porto, v. 14, n. 3, 2008, *passim*. Sobre, de modo amplo e bem articulado, a alimentação na Europa como parte constituinte da vida material – a infraestrutura da economia – e algo longo na história das civilizações, ver BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. Volume 1. As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 11 – 14 e 89 – 236.

⁵ REIS, José Pedro L., *op. cit.*, pp. 5 e 8; VELOSO, Carlos. *A alimentação em Portugal no século XVIII nos relatos dos viajantes estrangeiros*. Coimbra: Minerva Histórica, 1992, *passim*; FERREIRA, Nuno P. S., *op. cit.*, pp. 105 – 107; BRAGA, Isabel Drumond. “O receituário de Francisco Borges Henriques: culinária, cosmética e botica em Portugal no século XVIII”. *Revista Diálogos Mediterrâneos*, Curitiba, n. 12, 2017, pp. 73 – 74; BRAGA, Isabel Drumond. “Influências estrangeiras nos livros de cozinha portugueses (séculos XVI – XIX): alguns problemas de análise”, in *Estudos em homenagem ao professor doutor José Marques*. II volume. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 237 – 247; BRAUDEL, Fernand. *Civilização material... As estruturas do cotidiano...*, pp. 112 – 115.

Inácio de São Caetano, ao mesmo tempo em que os dependentes consumiam esse cereal; podia ser um ingrediente essencial ao preparo de doces ou comercializado nas cidades por mulheres de diferentes condições sociais⁶.

De certo modo, em meados do século XVIII, o arroz tinha seu espaço e era um apreciado item na alimentação dos portugueses. Não deixam de ser relevantes as opiniões a seu respeito oferecidas por diversos atores da época. Médicos e mesmo livros de receitas atestavam o lugar ocupado pelo grão. Por mais que não pudesse ser equiparado ao trigo, angariou um relevante espaço nas mentes e hábitos alimentares portugueses, o que veio a ser fortalecido conforme as décadas avançaram⁷.

Iluminando tal contexto, é preciso considerar o fato de que houve em Portugal, ao menos na segunda metade do século XVIII, uma crise cerealífera, abrindo espaço ao substituto arroz. Mesmo autores como José Vicente Serrão, para quem a crise foi relativa e não gerou fomes generalizadas, admitem a existência de um déficit cerealífero, ainda que menos impactante do que antes pensado. Segundo essa linha de argumentação, o século XVIII trouxe bons rendimentos agrícolas à metrópole portuguesa. Cultivos tradicionais, como o trigo, perderam espaço, e houve a expansão de outros, como a vinha, os olivais, os frutos e o milho, por meio, por exemplo, de oportunidades criadas pelo mercado mundial. O aumento do produto agrícola bruto, apontado pelo autor, ocorreu em um contexto de substituição de cultivos, da utilização de novos terrenos e do desenvolvimento de melhorias agrícolas. Todo o processo esteve atrelado à nova configuração do mercado luso e seu congêneres internacional. O mercado interno cresceu e o externo trouxe oportunidades às exportações lusas⁸.

⁶ VELOSO, Carlos, *op. cit., passim*; FERREIRA, Nuno P. S., *op. cit.*, p. 106 – 107; BRAGA, Isabel Drumond. “Influências estrangeiras...”, pp. 245 – 246; para o caso do milho, ver SERRÃO, José Vicente. “A agricultura portuguesa no século XVIII: progresso ou atraso?” in MOTTA, Márcia (org.). *Terras lusas: a questão agrária em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2007, pp. 34 – 57. Para o arroz enquanto item substitutivo, ver MORGAN, Kenneth. “The organization of the colonial rice trade”. *The William and Mary Quarterly*, Williamsburg, v. 52, n. 3, 1995, p. 436. Substituto também nas viagens que varavam o interior de certas regiões da colônia americana. Segundo Rosa Marin, quando havia falta de farinha, presumivelmente de mandioca, o arroz era utilizado pelos viajantes. Ver MARIN, Rosa E. “Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial”. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 8, n. 1, 2005, p. 78.

⁷ HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil: culture, identity, and Atlantic slave trade, 1600 – 1830*. New York: Cambridge University Press, 2010, pp. 148 – 149. Consultar as notas 2 e 5 deste capítulo.

⁸ Para autores que enxergam crises cerealíferas em Portugal, ver MARIN, Rosa, *op. cit.*, p. 80 (“Portugal enfrentava, na segunda metade do século XVIII, um grande *deficit* cerealífero [...]”); também FERREIRA, Nuno P. S., *op. cit.*, p. 107; para autores que somente pontuam a necessidade de importar cereal estrangeiro, ver VELOSO, Carlos, *op. cit., passim*; RODRIGUES, José Damião. ““Para o socego e tranquilidade publica das Ilhas’: fundamentos, ambição e limites das reformas pombalinas nos Açores”. *Tempo*, Niterói, v. 11, n.

O autor, todavia, não deixou de apontar os entraves agrícolas do período. A falta de cereais, por exemplo, não era novidade, existindo sinais da “falta de pão” desde a Idade Média. Havia importações de cereais, vindas de diversos locais do globo, principalmente para abastecer Lisboa, validando o argumento da oferta deficitária nacional, que teria aumentado conforme o século XVIII avançou. Contudo, ao demonstrar o consumo per capita dos cereais, Serrão concluiu que as importações, na segunda metade do século, giraram ao redor de 6% do consumo nacional agregado. A dependência de cereal estrangeiro existiu no século XVIII, principalmente para abastecer Lisboa e a porção sul do país, mas não tinha grandes proporções e nem foi indício de uma crise na agricultura ou ainda na cerealicultura do reino. O foco na produção para exportação foi acompanhado pelo abandono parcial do cultivo de trigo, cujo consumo seria sustentado por importações. Ainda assim, o autor defendeu a existência de uma crise na década de 1760, em que a falta de capital, com o conseqüente embaraço à compra de cereal estrangeiro, “[...] evidenciou as insuficiências da produção nacional e os problemas de funcionamento do mercado interno, bem como a incapacidade dos sistemas de abastecimentos para enfrentarem situações de crise”. Tal crise, todavia, não foi um movimento de longo prazo, nem mesmo deu origem a uma depressão de longa duração. Considerando a pluralidade agrícola do Portugal setecentista, houve, segundo Serrão, atraso e progresso, ao mesmo tempo em que, de modo geral, existiu um caráter positivo da agricultura do Reino nesse século⁹.

Portanto, algum déficit cerealífero foi reconhecido pelos autores e respostas tiveram de ser procuradas. Com isso, o arroz pôde cumprir tal papel. Contudo, se seu consumo era desejado e fomentado por nomes como Fonseca Henriques, a produção portuguesa sabidamente não era capaz de responder a tais anseios. Havia um escasso cultivo de arroz na metrópole no século XVIII, restrito, por exemplo, aos pântanos no Alentejo, às margens do Mondego e Vouga (terrenos propícios ao cultivo do cereal), e a Setúbal. Em certas regiões, segundo Rosa Marin, a escassez de trabalhadores, para a

21, 2006, pp. 156 – 157; enfim, com opinião diversa e sustentando os argumentos do parágrafo, ver SERRÃO, José Vicente, “A agricultura portuguesa...”, *passim*.

⁹ SERRÃO, José Vicente, “A agricultura portuguesa...”, *passim*. Existiria, segundo o autor, “[...] um sintoma evidente da existência de um déficit cerealífero nacional, assim como, provavelmente, e não menos relevante, um sintoma de problemas ao nível dos sistemas internos de comercialização e transportes, que tornariam o mercado da capital menos acessível ou menos apetecível para a oferta interna [...]” – *Idem*, *Ibidem*, p. 45. A solução para tais problemas foi buscada nas reformas de fins do século XVIII, como veremos nos próximos capítulos.

extenuante colheita, foi um obstáculo à rizicultura reinol. Ademais, a produção na região do Mondego, por exemplo, somente ganhou relativa força e importância no decorrer do século seguinte. Portugal, durante os Setecentos, dependeu em última instância de arroz de fora da metrópole¹⁰.

Para suprir a demanda pelo cereal durante boa parte do século XVIII, os portugueses se valeram da importação de duas regiões distintas, estruturadas de modo flagrantemente diverso. Por um lado, havia remessas de regiões da Península Itálica, como aquelas que se encontravam às margens do Rio Pó, tradicionais produtoras do grão. Por outro, as colônias britânicas do *Lower South* norte americano, particularmente a Carolina do Sul e a Geórgia, encontraram na rizicultura o segredo de seu desenvolvimento econômico e se tornaram responsáveis por expressiva parcela das importações portuguesas. Articulando as duas regiões de oferta, os suprimentos italianos de arroz somente foram deslocados pelos da Carolina do Sul por volta do ano de 1730, mas, de acordo com a balança de comércio de 1777, durante a guerra de independência dos EUA, o arroz da Península Itálica retomou a posição dianteira, superando o das colônias britânicas¹¹.

¹⁰ VELOSO, Carlos, *op. cit., passim*; MARIN, Rosa, *op. cit.*, p. 80. Aliás, no caso do trigo – dominante entre os cereais – Portugal também tinha de arcar com importações – ver MARQUES, António H. de Oliveira. *A sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1963, especialmente o capítulo sobre a mesa portuguesa. Para informação citada no parágrafo e sobre as plantações de arroz no Mondego, administradas, por exemplo, pelos frades do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, ver VAQUINHAS, Irene. “Breve historial sobre a cultura do arroz nos campos do Mondego”, in VAQUINHAS, Irene; SOUSA, Dina de. *Saberes e sabores do arroz carolino do Baixo Mondego*. Coimbra: Associação dos Agricultores do Vale do Mondego, 2005, pp. 15 – 22; e VAQUINHAS, Irene. “Nem sempre o arroz é doce...: a polémica sobre os arrozais nos campos do Mondego na 2ª metade do século XIX”, in VAQUINHAS, Irene; MENDES, José A. *Canteiros de Arroz: a orizicultura entre o passado e o futuro*. Montemor-o-Velho: Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, 2005, pp. 5 – 48. Como apontaram Ana Isabel Silva e Carlos Manuel Faísca, “O cultivo de arroz em Portugal só começou a ganhar expressão nacional a partir do século XIX quando, a reboque de um conjunto de medidas protecionistas, várias regiões do país começaram a produzir este cereal. Porém, favorecida pela abundância de água, a orizicultura desenvolveu-se de forma muito desigual no território nacional, atingindo sobretudo as planícies aluviais de alguns dos maiores rios portugueses – Mondego, Sado, Vouga e Tejo – e seus afluentes” – ver SILVA, Ana Isabel; FAÍSCA, Carlos Manuel. “A orizicultura em Ponte de Sor – economia e saúde pública (1850-1950)”. *Abeltherium*, Alter do Chão, v. II, n. 1, 2015, p. 107. Afinal, para mais locais em que o arroz foi cultivado em Portugal, inclusive destacando a cultura influenciada por marés e a presença de africanos escravizados nos campos, ver CARMO, Miguel *et al.* “African knowledge transfer in Early Modern Portugal: enslaved people and rice cultivation in Tagus and Sado rivers”. *Diacronie. Studi di Storia Contemporanea*, Bolonha, n. 44, 2020.

¹¹ ALDEN, Dauril. “Manoel Luís Vieira: an entrepreneur in Rio de Janeiro during Brazil’s eighteenth century agricultural renaissance”. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v. 39, n. 4, 1959, *passim*, principalmente a p. 534; “Balança geral do commercio de Portugal com as naçoens estrangeiras no anno de 1777”. BNRJ, I-6, 4, 6, *passim apud* ALDEN, Dauril, “Manoel Luís Vieira...”, p. 534; HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil...*, p. 149; ver também ARRUDA, José Jobson de A. “Correspondência epistolar e as possibilidades do comércio português na Itália em 1800”. *Revista de História*, São Paulo, n. 118, 1985. Ver também ALDEN, Dauril. “Late colonial Brazil, 1750-1808” in

Em meados do século XVIII, o arroz havia se estabelecido nos hábitos alimentares lusos. Portugal era um importador no interior da rede que integrava produção, comércio e consumo de arroz. Dependia das remessas estrangeiras ao mesmo tempo em que incentivava o cultivo cerealífero italiano e a produção rizicultora escravista na América britânica. Como se constituiu esse mercado mundial do arroz e qual foi o modo pelo qual Portugal nele se encaixou até meados do século XVIII? No contexto do desenvolvimento da rizicultura americana, qual foi a natureza dos laços que a entrelaçaram à escravidão? Para responder a tais questões e aprofundar a explicação sobre o caráter do cereal aqui considerado, vale expor uma pequena descrição da longa história do arroz.

1.1. Uma recapitulação

O cultivo de arroz, abarcando a espécie asiática (*Oryza sativa* L.), africana (*Oryza glaberrima* Steud.) e americana (*Oryza* sp.) e suas diversas variedades, recua há milênios antes de Cristo. Apesar da existência e consumo de espécies selvagens, apenas as três anteriormente citadas foram domesticadas. Na Ásia, se o arroz foi originalmente cultivado em terrenos secos, na forma hoje conhecida como *agricultura de sequeiro*, sua produtividade aumentou quando a produção passou a ocorrer em superfícies inundadas. Com a disponibilidade de água e sol, afinal, os arrozais podem surgir em distintas partes do globo¹².

No caso asiático, seu cultivo é atestado há ao menos 10.000 anos e assegurou – e ainda garante – a base alimentar de diversas sociedades. Podemos mesmo dizer, segundo Braudel, que ela foi a planta por excelência da “civilização asiática”, exemplo de estrutura do cotidiano, definindo as condições materiais e simbólicas da existência. O cultivo em

BETHELL, Leslie (ed.). *The Cambridge History of Latin America*. Volume II. Colonial Latin America. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, pp. 639-641.

¹² BRAUDEL, Fernand. *Civilização material...* As estruturas do cotidiano..., p. 127; COCLANIS, Peter. “The road to commodity hell: the rise and fall of the first American rice industry” in FOLLET, Richard; BECKERT, Sven; COCLANIS, Peter; HAHN, Barbara. *Plantation Kingdom: the American South and its global commodities*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2016, p. 15. Espécies selvagens de arroz foram consumidas em diversas partes do globo e ainda o são. Exemplos são determinadas espécies do gênero *Zizania* (*Zizania palustris*) e do gênero *Oryza* (*Oryza glumaepatula* e *Oryza latifolia*). Em relação às domesticadas, há décadas são conhecidas e estudadas as espécies asiática e africana. Contudo, de acordo com recentes estudos arqueológicos, na região amazônica, durante o Holoceno intermediário (cerca de 4.000 A.P.), houve a domesticação de uma nova espécie de arroz (*Oryza* sp.). Devido ao fato de a descoberta ser relativamente recente, resumimos nossas considerações sobre essa espécie à nota presente. Consultar para essa informação e para outras do parágrafo HILBERT, Lautaro *et al.* “Evidence for mid-Holocene rice domestication in the Americas”. *Nature Ecology & Evolution*, London, v. 1, n. 11, 2017; também CHANG, Te-Tzu. “Rice”, in KIPPLE, Kenneth F.; ORNELAS, Kriemhild C. (eds.). *The Cambridge World History of Food*. Volume 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, especialmente a p. 133.

zonas inundadas, mais produtivo, foi levado primeiramente à Índia e mais tarde à China meridional aproximadamente em 2.100 a.C. Após a entrada nesses territórios, o cereal foi levado ao Tibete, Indonésia e Japão¹³.

No que respeita à espécie asiática, especialistas definiram a existência de variedades diversas, com morfologia, fisiologia e genética particular. Geneticamente, há, ao menos, três subespécies identificadas: a *japonica*, encontrada em regiões mais distantes da linha do Equador e locais mais frios; a *indica*, cujo crescimento ocorre em regiões mais quentes do globo; e a *bulu*, ou *javanica*, uma variante tropical da *japonica*¹⁴.

Em relação à produção, o transplante de mudas, a utilização de instrumentos agrícolas no preparo dos terrenos, a própria configuração da paisagem, tudo isso foi notado em um escrito chinês do século XIII. Canais foram construídos, mantidos e vigiados pelo Estado para controlar e facilitar o acesso à água, essencial ao cultivo cerealífero (o canal imperial do rio Yangtzé em Pequim é exemplar a esse respeito). Tudo isso envolvendo um imenso trabalho e enquadrando, segundo Braudel, um bom exemplo, anterior ao século XVIII, de comércio de média distância baseado no arroz. O cereal era enviado do sul ao norte da China ou da região do Sião à Índia¹⁵.

A partir da Índia, o arroz se espalhou para regiões do império aquemênida, em alguma data entre os séculos VI e IV a.C. Nesse último período, seu cultivo estava estabelecido no local e foi atestado por Diodoro Sículo. A história do grão na região foi de sucesso, pois, no século X, o arroz somente era menos cultivado do que o trigo e a cevada. A dispersão, no entanto, não foi interrompida¹⁶:

¹³ COCLANIS, Peter. “ReOrienting Atlantic history: the global dimensions of the ‘western’ rice trade”, in CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge; SEEMAN, Erik R. *The Atlantic in Global History (1500 - 2000)*. New Jersey: Pearson, 2007, pp. 111 – 129; BRAUDEL, Fernand. *Civilização material... As estruturas do cotidiano...*, pp. 92 e 127 – 128. Os efeitos do arroz sobre a cultura e mesmo a linguagem de diversos povos podem ser vistos de modo inicial em SHARMA, Shatanjiw D. “Preface” in SHARMA, Shatanjiw (ed.). *Rice: origin, antiquity, and history*. Enfield: Science/CRC Press, Taylor & Francis Group, 2010, pp. XI-XVI; e SHARMA, Shatanjiw D. “Domestication and diaspora of rice” in SHARMA, Shatanjiw (ed.). *Rice: origin, antiquity, and history*. Enfield: Science/CRC Press, Taylor & Francis Group, 2010, p. 6. Ainda sobre o arroz asiático, e com outras considerações, ver CHAUNU, Pierre. *A História como ciência social: a duração, o espaço e o homem na época moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, pp. 186-193 e 214.

¹⁴ SHARMA, Shatanjiw D. “Domestication and diaspora...”, pp. 2 – 3. Ainda sobre o arroz, Sharma apontou grandes variações no que respeita a locais de cultivo, produtividade e preparo como alimento – SHARMA, Shatanjiw D. “Preface”..., p. XIII.

¹⁵ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material... As estruturas do cotidiano...*, pp. 127 – 134. Na verdade, segundo Te-Tzu Chang, o uso de recursos para o controle de inundações no Rio Amarelo é bem mais antigo, datando, aproximadamente, de 2.000 a.C. – CHANG, Te-Tzu, *op. cit.*, p. 140.

¹⁶ SHARMA, Shatanjiw D. “Domestication and diaspora...”, pp. 14 – 17. Os debates sobre a domesticação, as respostas para o quando e onde desse evento ainda são motivo de grande discordância. Sobre isso, ver *Idem, Ibidem*, pp. 1 – 14. Ver também CHRISTENSEN, Peter. *The decline of Iranshahr: irrigation and*

Quando Alexandre, o Grande, invadiu a Índia em 327 a.C., os gregos ficaram mais conscientes do arroz enquanto uma cultura agrícola e tentaram introduzi-la no Oriente Médio. No final do primeiro século depois de Cristo, os romanos ocuparam o Egito e navegaram, a partir de portos no mar Vermelho, em direção a locais no sul da Índia. Eles importaram especiarias, pérolas e marfim, pagando com moedas de ouro. Os romanos introduziram o cultivo de arroz na Síria, Palestina e na Ásia Menor, provavelmente também no Egito¹⁷.

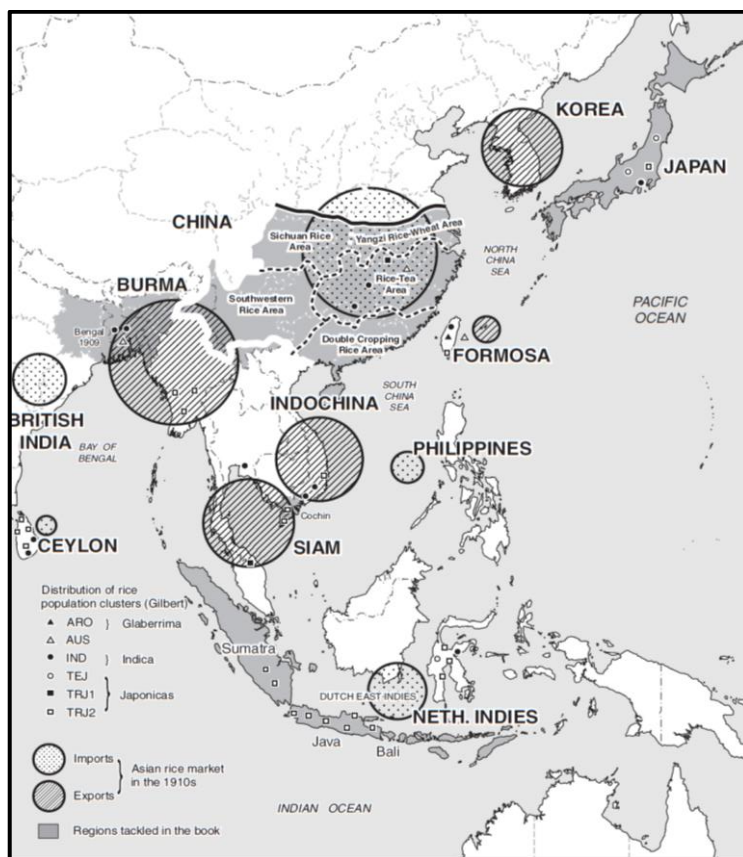


Figura 1: territórios asiáticos com cultivo de arroz no século XX, retratando regiões tradicionalmente rizicultoras (sudeste asiático, China, Índia etc.). Fonte: BRAY, Francesca; COCLANIS, Peter; FIELDS-BLACK, Edda; SCHÄFER, Dagmar. *Rice: global networks and new histories*. New York: Cambridge University Press, 2015, p. XXII.

Todavia, o arroz não foi domesticado e conformou a base alimentar apenas nas regiões asiáticas acima mencionadas. Outra espécie do grão surgiu no oeste da África e

environments in the history of Middle East, 500 BC to AD 1500. Copenhagen: Museum Tusulanum Press, University of Copenhagen, 1993, p. 117 *apud* SHARMA, Shatanjiw D. “Domestication and diaspora...”, p. 14.

¹⁷ SHARMA, Shatanjiw D. “Domestication and diaspora...”, p. 15. Segundo Sharma, a rizicultura tomou impulso no Egito e em Bagdá após as conquistas árabes, respectivamente em 642 d.C. e 750 d.C. Ademais, tal grão era parte relevante da dieta dos cázaros nos séculos VII e X d. C. – *Idem, Ibidem*, p. 15. Nossa tradução de: “When Alexander the Great invaded India in 327 BC, the Greeks became better aware of rice as a crop and tried to introduce it in the Middle East. By the end of the 1st century AD, the Romans occupied Egypt and they were sailing from Egyptian ports on the Red Sea to south Indian ports. They were importing spices, pearls and ivory and paying with their gold coins. The Romans introduced rice cultivation in Syria, Palestine and Asia Minor and most probably in Egypt as well”.

lá se estabeleceu como alimento da população local. Dentro de uma região da África com variações ambientais significativas, que se estende do Atlântico ao lago Chade e do Saara à floresta tropical africana, o arroz foi domesticado e vem sendo cultivado com o auxílio de diversas técnicas há pelo menos 3.000 anos. Nessa região, o cereal era cultivado ao redor do lago Chade, nos vales de determinados rios, bem como em regiões com bom índice pluviométrico. O desenvolvimento e cultivo de uma espécie local tiveram êxito, excluindo a possibilidade de transferência, por mãos e mentes não-africanas, de sementes e conhecimentos asiáticos¹⁸.

Frente ao arroz asiático, o africano possuiu variação menor na cor da casca, do grão e no tipo de grão. Além disso, se adaptou a diferentes ambientes, como as regiões úmidas interiores, as planícies de inundação de marés de rios, os manguezais e as terras altas da Guiné, Libéria, entre outros locais¹⁹.

Europeus e árabes, entre os séculos VIII e XVIII, observaram e descreveram a rizicultura na região e, discorrendo sobre a venda do cereal aos portugueses, demonstraram a existência de um comércio localizado de arroz. Homens como o comerciante Álvares d'Almada notaram com grande perspicácia as tecnologias então utilizadas pelos povos nativos no cultivo do cereal. Na região, o português pôde observar a infraestrutura do cultivo, bem como o processo de transplante das mudas de arroz. Por sua vez, em 1685, Sieur de la Courbe descreveu os arrozais e os montes de terra que detinham a água, ao passo que o capitão Samuel Gamble, envolvido no tráfico de escravos, testemunhou a utilização de ferramentas específicas no trato do arroz por volta de 1793. A transformação de mangues em terrenos aptos ao cultivo cerealífero, por meio

¹⁸ VAN ANDEL, Tinde. "African Rice (*Oryza glaberrima* Steud.): lost crop of the enslaved Africans discovered in Suriname". *Economic Botany*, New York, v. 64, n. 1, 2010, p. 1; LINARES, Olga F. "African rice (*Oryza glaberrima*): history and future potential". *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, Washington – DC, v. 99, n. 25, 2002, *passim*; CARNEY, Judith. *Arroz Negro: as origens africanas do cultivo do arroz nas Américas*. Bissau: Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas, 2018, especialmente as pp. 35-103; CARNEY, Judith. "African origins of rice cultivation in the black Atlantic". *África: revista do centro de estudos africanos*, USP, São Paulo, v. 27/28, n. 1, 2006/2007, pp. 91 – 114; CARNEY, Judith. "O arroz africano na história do Novo Mundo". *Fronteiras: journal of social, technological and environmental science*, Anápolis, v. 6, n. 2, 2017, pp. 183 – 185; SHARMA, Shatanjiw D. "Domestication and diaspora...", pp. 17 – 18; por fim, CARNEY, Judith; MARIN, Rosa A. "Aportes dos escravos na história do cultivo do arroz africano nas Américas". *Estudos Sociedade e Agricultura*, Seropédica & Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 1999, p. 115. Pierre Chauunu também cita o arroz africano em seu livro publicado em 1974 – CHAUNU, Pierre, *op. cit.*, p. 215.

¹⁹ SHARMA, Shatanjiw D. "Domestication and diaspora...", p. 18.

da construção de diques e da readequação química do solo, envolveu uma gama de conhecimentos amplos e uma imensurável quantia de trabalho²⁰.

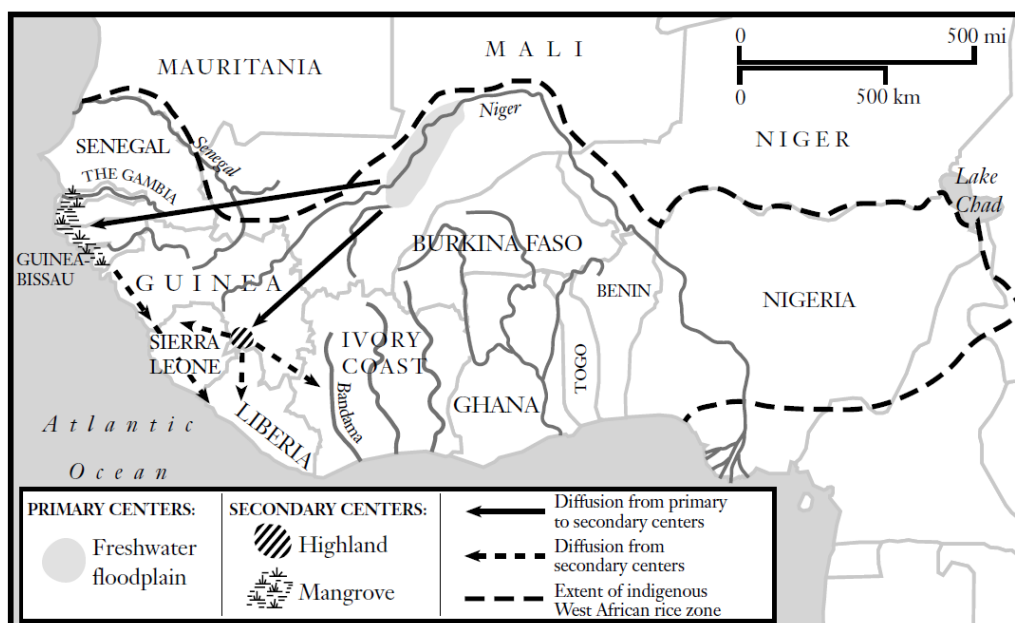


Figura 2: região de domesticação e cultivo de arroz no oeste da África. Fonte: CARNEY, Judith. *Black Rice: the African origins of rice cultivation in the Americas*. Cambridge & Londres: Harvard University Press, 2001, p. 39.

O arroz oeste-africano, além de ser parte da dieta local, segundo Judith Carney, ainda se tornou um artigo de subsistência para os cativos que cruzavam o Atlântico em navios negreiros. Mesmo se avaliarmos o papel do arroz frente ao de outros alimentos (como milho e mandioca) e levarmos em consideração as críticas feitas às hipóteses de Carney, é certo que ele constituiu uma relevante fonte de calorias para os escravizados em sua árdua travessia oceânica – ainda mais se considerarmos que a conservação do arroz em casca é melhor do que a do trigo, acomodando-se de modo mais seguro a viagens insalubres e prolongadas²¹.

²⁰ LINARES, Olga F., *op. cit.*, *passim*; CARNEY, Judith. *Arroz Negro...*, *passim*, especialmente as pp. 35-103 e as pp. 98-103; CARNEY, Judith; MARIN, Rosa A. “Aportes dos escravos...”, pp. 115 e 120 – 121.

²¹ BRAUDEL, Fernand, *Civilização material... As estruturas do cotidiano...*, p. 127; LINARES, Olga F., *op. cit.*, p. 16360; CARNEY, Judith. *Arroz Negro...*, pp. 105-150; CARNEY, Judith. “O arroz africano na história...”, pp. 185 e 191. Para as críticas a Carney e para as informações do parágrafo, ver ELTIS, David; MORGAN, Philip; RICHARDSON, David. “Agency and diaspora in Atlantic History: reassessing the African contribution to rice cultivation in the Americas”. *The American Historical Review*, Bloomington, v. 112, n. 5, 2007, especialmente as pp. 1346 – 1347; também ELTIS, David; MORGAN, Philip; RICHARDSON, David. “Black, brown, or white? Color-coding American commercial rice cultivation with slave labor”. *The American Historical Review*, Bloomington, v. 115, n. 1, 2010, pp. 166 – 167. Sobre o abastecimento dos navios do tráfico negreiro, ver o caso da mandioca em RODRIGUES, Jaime. “‘De farinha, bendito seja Deus, estamos por agora muito bem’: uma história da mandioca em perspectiva atlântica.” *Revista Brasileira de História [online]*, São Paulo, v. 37, n. 75, 2017.

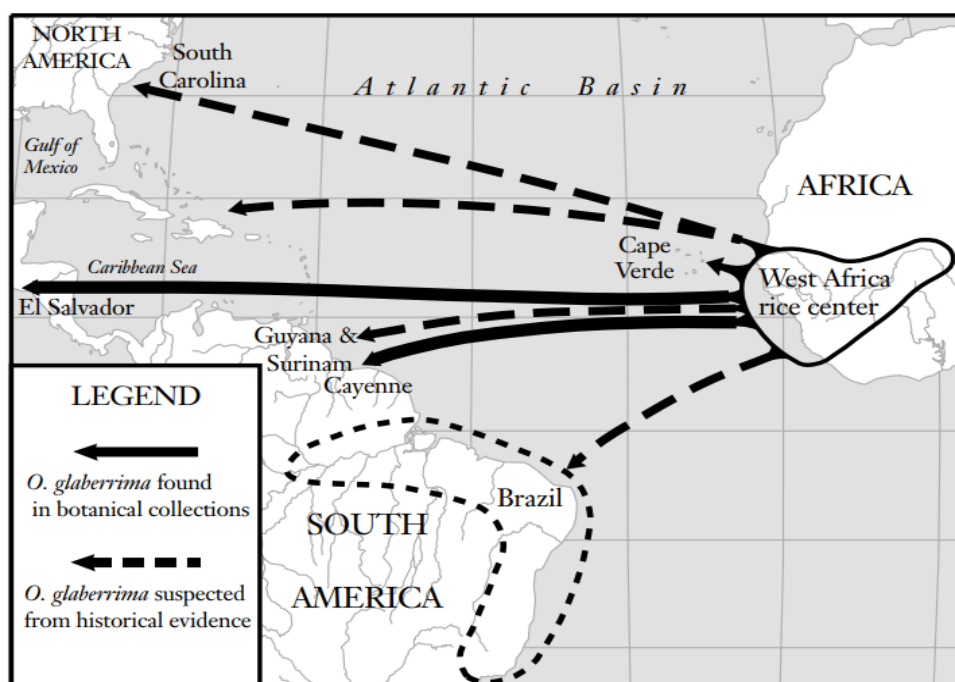


Figura 3: regiões rizicultoras, com atenção conferida à África e à dispersão da espécie *O. glaberrima*.
 Fonte: CARNEY, Judith. *Black Rice: the African origins of rice cultivation in the Americas*. Cambridge & Londres: Harvard University Press, 2001, p. 155.

Com essa explanação rápida acerca do cultivo original do cereal e seu papel no tráfico atlântico de escravos, podemos agora compreender de melhor forma como, durante o século XVIII, se constituiu um amplo mercado de arroz, cuja produção abastecia o mercado europeu e, especialmente para nossos propósitos, saciava os anseios dos consumidores lusitanos.

1.2. A rizicultura na Península Itálica

No que se refere à produção, comércio e consumo de arroz no Ocidente, sabemos que já na Antiguidade Clássica, a Síria, Pérsia e Índia comerciavam sua produção cerealífera junto aos territórios controlados por gregos e romanos. Além disso, houve um cultivo de sucesso no Egito romano no século II d.C. Todavia, o cultivo de arroz em solo europeu, segundo as hipóteses mais aceitas, foi iniciado após a chegada dos mouros à

Península Ibérica durante o século VII d.C. e dos turcos ao sudeste europeu, de modo que, na Idade Média, a rizicultura estava estabelecida na região de Valência²².

Na Península Itálica, o grão teve funções médicas reconhecidas no período romano, e, durante a Idade Média, remessas chegaram do Egito, Sicília e Espanha. Contudo, somente com a introdução do cultivo de arroz na Península Itálica no século XV, com o auxílio financeiro de mercadores da Lombardia, a rizicultura ganhou efetividade e sua produção pôde ser comercializada junto a outras regiões europeias, deixando de ter apenas um alcance local. Tal espaço, também supridor das demandas portuguesas setecentistas, viu o arroz se espalhar pela Lombardia, Piemonte, Venécia e Toscana, e transformar a realidade dos camponeses. Segundo Coclanis, junto de remessas vindas do Levante, a produção da região atendeu à demanda europeia, que aumentou nos séculos XVI e XVII²³.

No Vêneto do século XVIII, diversos observadores atestaram a existência de canais de água, construídos também para dinamizar a economia local. Juntos aos rios Adige e Brenta, auxiliavam na circulação de mercadorias, mas também ofertavam a tão necessária água aos campos de arroz. Para Salvatore Ciriaco, ademais, a decisão do poder estatal e das elites em investir nos campos do interior veneziano, na agricultura

²² COCLANIS, Peter. “Distant Thunder: the creation of a world market in rice and the transformation it wrought”. *The American Historical Review*, Bloomington, v. 98, n. 4, 1993, *passim*; COCLANIS, Peter. “The road to commodity hell...”, p. 24; MARÍ, Rubén B.; PEYDRÓ, Ricardo J. “Crónicas de arroz, mosquitos y paludismo en España: el caso de la provincia de Valencia (s. XVIII – XX)”. *Hispania – Revista Española de Historia*, Madrid, v. LXX, n. 236, 2010, pp. 687 – 698; segundo Sureshkumar Muthukumar, a mais antiga evidência de arroz no Mediterrâneo data do século XII a.C. No Egito, a produção e até mesmo o consumo do cereal não foram comprovados antes do período greco-romano. No século I d.C., supõe-se o consumo e uso ritual do cereal em regiões ao norte dos Alpes, remetido de locais mais ao sul: “[...] The Roman military encampment at Novaesium (Neuss) produced 196 charred grains of rice dating to the first quarter of the 1st century AD. These were recovered from a building identified as a military hospital (*valetudinarium*) suggesting that rice was valued for its medicinal properties, which are amply remarked upon in various Roman pharmaceutical and medical treatises [...]”. Para o autor, os gregos, no século V a.C., teriam conhecido bem o arroz, devido ao fato de Sófocles ter citado um pão feito a partir do grão. De qualquer forma, “[a]lthough rice was already a cultivar in Mesopotamia from at least the 12th century BC, it remained a marginal subsistence crop for most of antiquity. Beyond any cultural preferences which must have exercised a substantial influence on crop choices, the intensive labour and water requirements of rice cultivation dissuaded large-scale cultivation of rice across the Middle East and the Mediterranean until at least Late Antiquity and the early Islamic period when more efficient use of water yielding technologies in the form of the water wheel and extensive irrigations works emerged [...]” – ver MUTHUKUMARAN, Sureshkumar. “Between archaeology and text: the origins of rice consumption and cultivation in the Middle East and the Mediterranean”. *Papers from the Institute of Archaeology*, London, v. 24, n. 1, 2014, *passim*.

²³ COCLANIS, Peter. “Distant Thunder...”, *passim*; BRAUDEL, Fernand. *Civilização material... As estruturas do cotidiano...*, pp. 95 e 111; COCLANIS, Peter. “The road do commodity hell...”, pp. 24 – 25; SHARMA, Shatanjiw D. “Domestication and diaspora...”, p. 15; ver também, de modo mais completo, FERRERO, Aldo; VIDOTTO, Francesco. “History of rice in Europe”, in SHARMA, Shatanjiw (ed.). *Rice: origin, antiquity, and history*. Enfield: Science/CRC Press, Taylor & Francis Group, 2010, *passim*.

propriamente dita, foi a resposta para o minguante papel de Veneza na economia internacional e regional no século XVII. Campos de arroz, que podiam garantir retornos até quatro vezes maiores do que os de milho, já eram cultivados na região de Verona na segunda metade do século XVI. No século XVIII, as regiões de Verona e Vicenza lideravam a produção do cereal nessa porção da Península²⁴.

No caso da Lombardia, a partir do século XII, houve o desenvolvimento e integração de uma rede de canais, fazendo com que Milão recebesse diversos produtos com um preço menor. Mudanças e investimentos atingiram o campo, como a “[...] introdução de plantas forrageiras na rotação de culturas, a propagação de pastagens irrigadas e um conseqüente aumento na quantidade de gado [...]”. Alterações ocorreram na agricultura, com conseqüências sobre a paisagem e, entre elas, estava o cultivo dos campos de arroz. Mesmo em períodos em que a economia não ia bem, havia investimentos na agricultura na Lombardia e no Piemonte, constituindo a base de uma agricultura capitalista. A partir do final do século XV, o cultivo rizicultor se estendeu ao redor de Milão, alcançando Pavia e ultrapassando os rios Ticino e Adda²⁵.

O cultivo de arroz na Península, nos locais próximos ao rio Pó, necessitava de “[...] uma grande quantidade de trabalho sazonal com baixíssima especialização [...]” e em tal caso o trabalho de mulheres e crianças era almejado e utilizado²⁶. Logo, a constituição da rizicultura foi acompanhada pela disponibilização de uma força de trabalho apta às tarefas agrícolas, que vivia em condições ultrajantes. Ademais, sem as

²⁴ CIRIACONO, Salvatore. *Building on Water: Venice, Holland and the Construction of the European Landscape in Early Modern Times*. New York/Oxford: Berghahn Books, 2006, pp. 6, 11, 24 – 25, 62 – 69, 72 e 82. Segundo o autor, no século XVII, quando “[...] Venice was playing a more and more marginal role in the international economy, it was perhaps inevitable – or at least understandable, from a strategic point of view – that the State and its ruling class should fall back upon social and economic conservatism. Here, the existence of an extensive but weakly-organised workforce within the countryside also worked to the advantage of the Venetian patricians, who within the expanding agricultural concerns of their country estates could impose the pay and conditions that suited them”. Ao mesmo tempo, o autor vê essa mudança nos rumos do capital como uma tática de investimento: o alto preço de produtos agrícolas, atrelado ao crescimento populacional, compensava a mudança nos rumos do capital – *Idem, Ibidem*, pp. 11 e 62 – 63. Ver também BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII*. Volume 2. Os jogos das trocas. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009, pp. 216, 246 – 249, 270.

²⁵ DOWD, Douglas F. “The economic expansion of Lombardy, 1300 – 1500: A study in political stimuli to economic change”. *The Journal of Economic History*, Cambridge, v. 21, n. 2, 1961, *passim*; CIRIACONO, Salvatore, *op. cit.*, pp. 23 – 25 e 66 (nossa tradução de: “[...] early introduction of fodder plants in the crop rotation cycles, the spread of irrigated pasture-land and a resultant increase in livestock herds [...]”).

²⁶ Em 1590, o trabalho de crianças e mulheres foi proibido na Lombardia – ver SHARMA, Shatanjiw D. “Domestication and diaspora...”, p. 15. Como atestou Chaunu, “[...] Na Europa, o arroz moderno que permite rentabilidades recordes é sempre um fruto da miséria. Na Itália, no século XVI; na Espanha, no século XVIII... com a ameaça da malária, que é mal controlado [...]” – CHAUNU, Pierre, *op. cit.*, p. 217.

mudanças na paisagem empreendidas desde o início da Idade Moderna, todo o capital envolvido nessa atividade não teria sido incorporado à terra, e, conseqüentemente, a agricultura da região teria tido outro futuro²⁷.

O crescimento do mercado mundial de arroz, inclusive de suas exigências, ocorrido entre o final do século XVIII e início do XIX, afetou diretamente a região, modificando o modo em que o cereal era cultivado: de um cultivo contínuo de arroz, “*la risaia stabile*”, passou-se a um cultivo inserido na rotação de culturas, “*risaia a vicenda*”. Mas as transformações não se encerraram aí, pois a rizicultura na Lombardia, por exemplo, teve força no século seguinte, atada às demandas europeias. Segundo Tom Barbiero, entre 1861 e 1879-83, a produção do cereal na região quadruplicou-se²⁸.

*

As diversas formas com que o arroz foi comercializado e os objetivos variados com que foi consumido nos fazem relacionar isso às formas como Braudel enxergou a realidade por meio de três níveis econômicos. Podemos observar os variados papéis do arroz por meio de tal estrutura. O nível intermediário, facilmente identificável, refere-se à economia de mercado, à produção e troca que nos são comuns e que entendemos de boa forma (feiras, bolsas e agricultura). Haveria, abaixo dela, uma "zona opaca", local, imensa, uma zona ao rés do chão que constitui a vida material das populações: uma “[...] infra-economia [...] outra metade informal da atividade econômica, a da auto-subsistência, da troca dos produtos e dos serviços num raio muito curto”. Acima da economia de mercado, uma camada que desestrutura a ordem e cria problemas em seu benefício. Seria a camada superior, o local do capitalismo. O arroz, produto de subsistência e de comércio a longa distância, pode representar muito bem tal divisão analítica proposta por Braudel²⁹.

Boa parte da produção rizicultora na Península Itálica foi capitalista, em termos braudelianos, visto que simbolizou uma parcela da produção agrícola visada e atingida pelo capital mercantil/financeiro em busca de novas estratégias de investimento, o mesmo ocorrendo nas *plantations* escravistas americanas que veremos a seguir. Tais exemplos

²⁷ DE BERNARDI, Alberto. “Risicoltura e capitalismo”. *Studi Storici*, Roma, a. 17, n. 3, 1976, *passim*. Nossa tradução de: “[...] una grande quantità di lavoro stagionale a bassissima specializzazione [...]” – *Idem*, *Ibidem*, p. 187.

²⁸ *Idem*, *Ibidem*, *passim*; BARBIERO, Tom. “A reassessment of agricultural production in Italy, 1861 – 1914: the case of Lombardy”. *Journal of European Economic History*, Roma, v. 17, 1988, pp. 103 – 116.

²⁹ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material... As estruturas do cotidiano...*, pp. 11 – 14.

se encaixam bem no que Braudel denominou como “o capitalismo em casa alheia”, quando ele foi levado a deixar sua predileção pela circulação, em períodos em que a taxa de lucros em outras atividades compensava a mudança nos rumos do capital. Ainda assim, até o século XVIII, é preciso ter em mente dois fatores essenciais. Apesar daquelas “insinuações”, o verdadeiro setor capitalista, em que os maiores lucros eram encontrados, continuou a ser o da circulação. Em outras palavras, os capitalistas agiram “[...] [e]m função da distribuição, que [era] então o verdadeiro setor lucrativo”. A vida material, o rés do chão, ainda predominava, restringindo e possibilitando a vida de homens e mulheres. A economia de mercado e o capitalismo se desenvolviam, com o último se enraizando em determinados pontos da economia-mundo europeia e já possuindo um papel mundial³⁰.

Levando isso em conta, o arroz ainda era pouco relevante no início da era moderna, quando confrontado a outros grãos consumidos. Somente após as viagens marítimas e os contatos com o mundo extra-europeu, especialmente a América, a economia do arroz sofreu uma expressiva transformação. Logo, podemos nos questionar o que ocorreu quando o arroz chegou à América, cuja base produtiva dependia em enorme medida da escravidão. É preciso considerar na discussão o fato de que somente a partir do século XVIII estabeleceram-se consideráveis sistemas de comercialização, “[...] sem os quais mercadorias pesadas e perecíveis [como o arroz] não pod[er]iam circular com regularidade em grandes distâncias [...]”. Certamente, as comunicações melhoraram e o comércio passou por desenvolvimentos consideráveis. O crescimento demográfico na Europa do século XVIII, aliado a colheitas ruins, fizeram a população depender em última instância de importações oriundas do além-mar³¹.

Os contatos com partes desconhecidas ou pouco exploradas do globo pelos europeus, a construção de feitorias, o início da produção nos territórios americanos, todos esses fatores estimularam o comércio mundial. O capital europeu, com o auxílio estatal,

³⁰ BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1987, p. 28; BRAUDEL, Fernand. *Civilização material... Os jogos das trocas...*, pp. 199 – 327. Também CHAUNU, Pierre, *op. cit.*, p. 201.

³¹ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material... As estruturas do cotidiano...*, pp. 95 e 111; BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo...*, p. 28; COCLANIS, Peter. “Distant Thunder...”, *passim*, especialmente as pp. 1051-1059; MORGAN, Kenneth, *op. cit.*, p. 436; COCLANIS, Peter. “The road to commodity hell...”, p. 29; sobre os usos do arroz (ele foi alimento, mas, junto a seus subprodutos, foi utilizado na indústria de amido e papel, na alimentação de animais e na fabricação de bebidas alcoólicas) e sobre o modo como uma certa “filantropia” de classes mais abastadas e do Estado influenciou a demanda pelo grão, alimentador dos pobres, ver *Idem, Ibidem*, pp. 25 – 26.

não apenas exerceu seu papel no desenvolvimento do comércio, mas coordenou diretamente a produção, inclusive de arroz americano. Dito de outra forma, se o arroz, na América, geralmente fazia parte da vida material das populações locais, agindo como componente de uma infra-economia autossuficiente que englobava negócios circunscritos a um breve raio, ele passou a atrair a atenção e foi integrado ao capitalismo. A rizicultura americana, comercial, foi desenvolvida em linhas capitalistas e em seu horizonte eram antevistos vultosos lucros. Os capitalistas europeus constituíram, portanto, novas zonas de comércio rizicultor, fora do restrito espaço europeu e mediterrânico³².

Complementando tais considerações sobre a oferta e demanda do grão, se entre o século XVI e meados do XVII, “[...] uma pequena quantidade de arroz era comercializada para o consumo humano como um suplemento para pequenos grãos mais familiares ou como um substituto durante tempos de escassez [...]”, ele não deixava de ser valorizado por suas qualidades medicinais, cerimoniais e inclusive como item de luxo. Contudo, no século XVIII, ganhou espaço enquanto alimento barato e versátil, e também com suas funções industriais modestas. Nesse século, ele se tornou “[...] um alimento básico alternativo (uma fonte barata de carboidratos complexos) especialmente importante para alimentar populações de baixa renda [...]”³³.

*

Após tais considerações sobre o cultivo, a oferta e a demanda do arroz no Velho Mundo, cabe focar nas transformações do cultivo na região americana que dominou o mercado europeu de arroz a partir das primeiras décadas do século XVIII. Esse cereal, enquanto partícipe da imensa troca de flora e fauna entre o Velho e o Novo Mundo, incrustou-se em terras americanas. Entre as diversas ervas e culturas que chegaram a este

³² BRAUDEL, Fernand. *Civilização material... As estruturas do cotidiano...*, pp. 11 – 14, 160 e 199 – 231; BRAUDEL, Fernand. *Civilização material... Os jogos das trocas...*, pp. 231, 236 – 243, 329 e 493 – 494; BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo...*, *passim*; ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996, pp. 1 – 26; COCLANIS, Peter. “Distant Thunder...”, pp. 1054 – 1055; CARNEY, Judith. “O arroz africano na história...”, pp. 185 – 187; ver também COCLANIS, Peter. “The road to commodity hell...”, p. 25.

³³ COCLANIS, Peter. “The road to commodity hell...”, pp. 25 – 26 (nossa tradução de: “[...] small quantities of rice were marketed for human food as a supplement to more familiar small grains or as a substitute during shortages [...]”; “[...] an alternative dietary staple (a cheap source of complex carbohydrates) especially important for feeding low-income populations [...]”); COCLANIS, Peter. *The shadow of a dream: economic life and death in the South Carolina Low Country, 1670 – 1920*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1989, p. 133. O papel do arroz na alimentação de presos, na América do Norte do século XVIII, pode ser contemplado no diário da viagem pelos Estados Unidos escrito por Hipólito José da Costa, analisado em nosso terceiro capítulo – ver PEREIRA, Hipólito José da C. *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*. Brasília: Edições Senado Federal, 2004, pp. 75-82.

lado do Atlântico, o arroz, em suas variedades asiática e africana, teve destaque para nossos propósitos. Seu valor comercial e os hábitos alimentares a ele relacionados também atravessaram o oceano³⁴.

1.3. O caso britânico

Para compreender o modo pelo qual a produção comercial de arroz americano se inseriu no desenvolvimento do capitalismo, é preciso referenciar o fato de que a colonização da América, considerada em seu todo, teve ritmos temporais diferentes. A variante britânica e de outras potências do noroeste europeu, que mais nos interessa no presente momento, não surgiu de modo coetâneo à dos impérios ibéricos. Enquanto esses, auxiliados por capitais genoveses e conciliando lógicas territorialistas e capitalistas de expansão, já no século XV se aventuraram para fora dos estreitos limites europeus, aquelas tardaram nesses empreendimentos. Os poderes ibéricos haviam materializado seus intentos coloniais após 1550, ao passo que as potências do noroeste europeu, com “[...] bases materiais e mentais [...]” peculiares, tardaram nesse projeto. Mesmo agindo no espaço americano, essas potências falharam na tentativa de colonização durante boa parte do século XVI, o que se deveu, por um lado, à resistência militar ibérica, e, por outro, a problemas internos, prejudiciais às suas aspirações (ecos políticos da Reforma, falta de crédito da Península Itálica)³⁵.

Em fins do século XVI, ocorreu a rebelião dos Países Baixos contra o domínio espanhol e o conseqüente deslocamento do centro da economia-mundo³⁶ europeia de

³⁴ Sobre a troca ambiental entre Velho e Novo Mundo, ideia que ganhou fortuna historiográfica nas obras de Crosby, ver, entre outras obras, CROSBY, Alfred. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa: 900 – 1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, especialmente pp. 71 – 192; também CARNEY, Judith. “O arroz africano na história”..., p. 183.

³⁵ BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael de B.; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790 – 1850*. São Paulo: Hucitec & Fapesp, 2010, pp. 5 – 93, especialmente as pp. 27 – 33, 41 – 42; ARRIGHI, Giovanni, *op. cit.*, pp. 33 e 110 – 130, especialmente a p. 124. Com base no último texto citado, a lógica capitalista de expansão percebe e busca o poder na aquisição de “[...] recursos escassos [...]”, ao passo que a territorialista pretende angariar poder por meio da extensão dos territórios – *Idem, Ibidem*, p. 33.

³⁶ Para Braudel, a economia-mundo não é necessariamente equivalente à economia de todo o globo. Ela “[...] envolve apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica” e uma de suas características é “[...] transpor as fronteiras políticas e culturais [...]”. “[...] [É] uma soma de espaços individualizados, econômicos e não econômicos [...]”. Nossa ideia do mercado mundial de arroz deve ser compreendida com base nessa definição – ver BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII*. Volume 3. O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 2009, pp. 12 – 14.

Antuérpia para Amsterdam. A guerra contra os espanhóis, e também frente aos portugueses, foi levada pelos holandeses a todo o mundo, fato esse que abriu uma janela de oportunidades para os empreendimentos coloniais ingleses e franceses. No Caribe, tendo contato com técnicas do fabrico do açúcar transmitidas por holandeses e sendo inseridos no valorizado tráfico negreiro, ingleses e franceses puderam solidificar suas posições. Na América do Norte, por seu turno, as colônias continentais inglesas cristalizaram suas posições como produtoras de insumos às Antilhas, inclusive de arroz, configurando-se, inicialmente, enquanto “[...] retaguarda[s] agrícola[s] [...]” das plantations caribenhas. Os poderes políticos do noroeste europeu haviam consolidado suas posições coloniais³⁷.

Mas o sucesso holandês durante o período, como potência daquela região europeia, enfrentou oposições. Após 1650, veio à tona uma resposta por parte de França e Grã-Bretanha, com base em suas economias nacionais robustas. As particularidades desses últimos atores se destacaram, pois surgiu uma economia açucareira muito capitalizada e integrada verticalmente³⁸, a concentração produtiva em somente um produto e ainda o desequilíbrio demográfico em favor dos escravos. Se, por um lado, os holandeses foram deslocados do comércio caribenho pelos novos atores, por outro, as metrópoles ibéricas foram semi-periferizadas: os frutos da exploração colonial passaram a ser direcionados ao noroeste europeu. Houve a “[...] subordinação das redes comerciais mais amplas do sistema atlântico ibérico às redes do sistema atlântico do noroeste europeu”³⁹.

Tal subordinação ficou bem patente na relação existente, no século XVIII, entre Grã-Bretanha e Portugal. O ouro garimpado na América portuguesa saudava os inevitáveis déficits gerados nas trocas desequilibradas. Portugal enviava uma quantidade expressiva de seus vinhos ao parceiro comercial do norte, além de produtos como azeite e madeiras das colônias. Por seu lado, a Inglaterra enviava manufaturas e alimentos como o arroz⁴⁰.

³⁷ BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael de B.; PARRON, Tâmis, *op. cit.*, pp. 41 – 54; ARRIGHI, Giovanni, *op. cit.*, pp. 130 – 148.

³⁸ Por integração vertical entende-se que, no contexto dessa agricultura muito capitalizada, as “[...] partes agrícola e manufatureira [são] pertencentes a um único empresário [...]” – BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael de B.; PARRON, Tâmis, *op. cit.*, p. 46.

³⁹ *Idem, Ibidem*, pp. 41 – 93, especialmente as pp. 44 – 46 e 57; BRAUDEL, Fernand. *Civilização material... O tempo do mundo...*, pp. 42 – 43; ARRIGHI, Giovanni, *op. cit.*, pp. 144 – 148, 161 – 162 e 212 – 214.

⁴⁰ BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael de B.; PARRON, Tâmis, *op. cit.*, pp. 57 – 59.

Tais considerações fornecem um necessário enquadramento para compreender a origem e ulterior solidificação da rizicultura britânica no *Lower South*. A produção de arroz nessa região nasceu atada aos empreendimentos coloniais do noroeste europeu, ao mesmo tempo em que o comércio a conectou aos mercados ibéricos. Desenvolvendo tal problemática, devemos destrinchar brevemente o modo como essa região, abastecedora do mercado português, desenvolveu-se e solidificou sua posição dentro do mercado mundial de arroz no decorrer do século XVIII. Ignoraremos, por um momento, alguns específicos debates concernentes à rizicultura nessa região: discute-se se o cultivo envolveu somente a espécie asiática ou também a africana ou, ainda, se e em que medida o conjunto de conhecimentos relacionado ao arroz derivou do oeste da África ou da Europa⁴¹.

*

Contudo, antes de verticalizarmos na análise da rizicultura nas colônias britânicas do *Lower South*, é preciso sistematizar rapidamente as considerações feitas sobre as diversas regiões rizicultoras aqui consideradas. Isso não só será relevante para a organização desse capítulo, mas guiará a leitura de toda a dissertação. No século XVIII, eram diversas as áreas produtoras de arroz no globo, e no Mediterrâneo e no Oceano Atlântico foram conformados dois espaços de produção e comércio de arroz, cuja importância em nossas considerações é manifesta.

Foi possível estabelecer o cultivo e consumo de arroz em diferentes espaços do globo, cada qual com suas dinâmicas, como exposto no mapa a seguir e nas páginas anteriores. De modo sucinto, podemos categorizar três amplos espaços para a cultura do arroz: o primeiro corresponde a um cinturão asiático de cultivo, à região que ainda hoje mais produz e consome o artigo, englobando os atuais territórios da China, Índia etc.; houve ainda um espaço mediterrânico de cultivo e consumo do grão, cujos traços existem desde a Antiguidade, ainda relevante no século XVIII; por fim, frisamos a constituição de um espaço atlântico de consumo e produção de arroz, englobando a produção americana e a do oeste da África, cujas cronologias variaram enormemente. Como visto,

⁴¹ Para um panorama da rizicultura na América britânica colonial, ver CLIFTON, James. “The rice industry in colonial America”. *Agricultural History*, Mississippi State, v. 53, n. 3, 1981, *passim*; sobre as remessas enviadas a Portugal, ver MORGAN, Kenneth, *op. cit.*, p. 435. Sobre os debates, ver, por exemplo, CARNEY, Judith. *Arroz negro...*, pp. 193-214; ELTIS, David; MORGAN, Philip; RICHARDSON, David. “Black, brown, or white?...”, pp. 169 – 170.

os dois últimos espaços apresentaram certas aproximações mercantis e, segundo alguns autores, tecnológicas e culturais, ao passo que o primeiro, o asiático, somente ganhou maior espaço nos mercados “ocidentais” no final do século XVIII e durante o XIX⁴².



Figura 4: Principais regiões rizicultoras no globo (séc. XVIII)

Concepção e elaboração: Alberto Camargo Portella. Elaboração em QGIS 3

Fontes: COCLANIS, Peter. “Distant thunder...”, *passim*; BRAUDEL, Fernand. *Civilização material... As estruturas do cotidiano...*, pp. 127-138; SHARMA, Shatanjiv D. “Domestication and diaspora...”, pp. 1-24; CARNEY, Judith. *Arroz Negro...*, *passim*; MARÍ, Rubén; PEYDRÓ, Ricardo J., *op. cit.*, *passim*; ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1980, pp. 392-398; VALENTIN, Agnaldo. *Uma civilização do arroz: agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880)*. 2006. 400 p. Tese (Doutorado em História Econômica). FFLCH/USP, São Paulo, 2006, *passim*; ALDEN, Dauril. “Manoel Luis Vieira...”, *passim*⁴³.

Tendo em vista a constituição do mercado europeu de arroz durante o século XVIII, devemos manter em mente a representação cartográfica anterior, focando no papel desempenhado pela produção atlântica no mercado europeu do grão a partir do final do século XVII. O arroz britânico teve importância ao estruturar o espaço da produção atlântica, afetando também a posição antes aproveitada pela produção mediterrânea. É

⁴² BRAUDEL, Fernand. *Civilização material... As estruturas do cotidiano...*, p. 127; também NIEBUHR, Carsten. *Travels through Arabia, and other countries in the East, performed by M. Niebuhr... V. I*. Edimburgo, 1792, p. 97; COCLANIS, Peter. “Distant thunder...”, *passim*, principalmente as pp. 1057-1059.

⁴³ Para uma defesa da ideia de integração entre as várias regiões produtoras de arroz, ver CARMO, Miguel *et al.*, *op. cit.*, p. 49.

para o arroz britânico que nos voltamos neste momento, conferindo atenção à organização produtiva e comercial das colônias da Carolina do Sul e Geórgia.

1.4. A rizicultura no *Lower South*

Relevante colônia inserida no *Lower South* britânico, a Carolina do Sul⁴⁴ não teve no arroz seu único e primeiro produto de exportação. Seus colonos iniciais vieram da Inglaterra, bem como de Barbados nas décadas finais do século XVII. Os do último local trouxeram as bases do sistema de *plantation*, fundamentado no trabalho escravo, e a colônia, inicialmente, se voltou ao comércio de provisões junto às ilhas caribenhas, ao tráfico de peles com os indígenas e, enfim, à exploração de madeiras e seus derivados. Tais decisões, todavia, não abrem espaço à conclusão de que esses mesmos colonos desconheciam as possibilidades abertas ao cultivo de arroz: em 1666, em Londres, um panfleto sobre a Carolina já asseverava que a região era adequada ao cultivo do cereal. Os colonos devem ter conhecido as potencialidades do cereal e houve iniciativas dos Lordes Proprietários para o incentivo da cultura. Decisões mais relevantes e sistemáticas, contudo, levaram alguns anos para tomar forma⁴⁵.

De acordo com uma carta de um habitante da colônia, Edward Randolph, dirigida ao *Board of Trade* em 27 de maio de 1700, cerca de 330 toneladas de arroz do ano anterior

⁴⁴ É preciso considerar nos dados que, durante a maior parte do período colonial, as duas Carolinas, nas estatísticas, eram designadas pela forma única e singular “Carolina”. Sabemos, todavia, que o comércio exterior e com a metrópole inglesa eram dominados pela homônima do sul – ver COCLANIS, Peter. *The shadow of a dream...*, pp. 248 – 249.

⁴⁵ CLIFTON, James. “The rice industry in colonial America”. *Agricultural History*, Mississippi State, v. 53, n. 3, 1981, *passim*; DETHLOFF, Henry C. “The colonial rice trade”. *Agricultural History*, Mississippi State, v. 56, n. 1, 1982, pp. 231 – 232; SALLEY JR., Alexander S. *The Introduction of rice culture into South Carolina*. Bulletins of the Historical Commission of South Carolina – 6. Columbia: The State Company, 1919, p. 2 *apud* DETHLOOF, Henry C., *op. cit.*, p. 231. Ver também COCLANIS, Peter. *The shadow of a dream...*, pp. 13 – 26. O conceito de *plantation* aqui utilizado se refere a uma organização semi-industrial, criada, na sua essência, em Barbados na década de 1640, cujo aspecto central era a reunião, em um mesmo local, do cultivo e processamento de uma *commodity*. Ademais, “[...] [t]he principal features of the plantation complex were large-scale landholdings and slave-based labor forces; hierarchical and race-based management systems; export orientation; high-value per capita output; and the application of scientific techniques of management to improve productivity”. Para essa definição, ver BURNARD, Trevor. *Planters, merchants, and slaves: plantation societies in British America, 1650 – 1820*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 2015, pp. 3 – 5. Contudo, é preciso considerar a historicidade da própria *plantation*, ver seu desenvolvimento com o passar dos séculos, não estando ela definida e imutável já no século XV. Para isso, ver o artigo em que Miller problematiza a “busca das origens” dos engenhos de açúcar, evitando, segundo ele, uma simplificação progressista e teleológica da história – MILLER, Joseph C. “O Atlântico escravista: açúcar, escravos e engenhos”. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 19/20, 1997. Para mais informações sobre a fundação da colônia, ver COCLANIS, Peter. “Global perspectives on the early economic history of South Carolina”. *The South Carolina Historical Magazine*, Charleston, v. 106, n. 2/3, 2005, pp. 133 – 136.

havia sido exportadas. Na década de 1720, importantes mudanças locais contribuíram para a solidificação da posição comercial do arroz. A guerra com os yamasee (1715 – 1718) abalou a pecuária e, conseqüentemente, os laços comerciais com o Caribe. Por outro lado, artigos usados na construção naval perderam privilégios em sua comercialização. Aliados ao fato de que havia mais escravos do que brancos já em 1708, tais fatores estimularam o cultivo de arroz na colônia. Durante a década de 1730, a produção da colônia atingiu a média de 51.063 barris ao ano. Segundo Peter Coclanis, deve-se analisar a situação levando em conta o potencial de lucros e de perdas. Dito de outro modo, com a demanda existente, foi justificada a mudança em direção a atividades agrícolas prometedoras de maiores lucros, como o cultivo de arroz⁴⁶.

Durante e após os anos 1730, houve a introdução da irrigação nos campos de arroz e a disseminação do cultivo desse cereal na Carolina do Norte e Geórgia. Se na primeira dessas colônias o arroz nunca atingiu uma relevante produção, no caso da Geórgia, a história foi diversa. Inicialmente, a escravidão era proibida e havia limitações na quantidade de terras que poderiam ser possuídas pelos colonos georgianos. Contudo, quando tais proibições caíram por terra em 1750, as regiões dos rios Savannah, Ogeechee e Altamaha foram palcos do desenvolvimento da rizicultura. Se em 1756 a colônia exportou 2.299 barris, entre 1771 e 1774 a produção atingiu uma média de 26.634 barris de arroz, escoados principalmente através do porto de Savannah⁴⁷.

O arroz americano somente ganhou espaço significativo nos mercados de exportação no começo do século XVIII, quando uma indústria rizicultura tomou raízes na colônia da Carolina do Sul. Para isso, a disponibilidade de mão-de-obra qualificada e de capitais, o aumento da população como um todo, o transporte e o comércio bem desenvolvidos e o conhecimento do local foram essenciais⁴⁸. Em outras palavras, houve

⁴⁶ CLIFTON, James, *op. cit.*, pp. 269 – 280; “Edward Randolph to Board of Trade, 27 May 1700”, SALISBURY, W. Noel *et al.* (eds.). *Records in the British Public Record Office relating to South Carolina, 1663-1710*, 5 vols. Atlanta & Columbia: Foote and Davies Company, 1928-1947, 4: 189-90 *apud* CLIFTON, James, *op. cit.*, p. 269; DETHLOOF, Henry C., *op. cit.*, *passim*; COCLANIS, Peter. *The shadow of a dream...*, pp. 61 – 64. De acordo com Russell Menard, o grande desenvolvimento arrozeiro na Carolina do Sul a partir das primeiras décadas do século XVIII não significou, imediatamente, a desaparecimento de outras atividades. Segundo o autor, as remessas ao estrangeiro de breu e alcatrão – derivados da madeira – cresceram cerca de dez vezes entre o início dos anos 1710 e 1725. O comércio de provisões e produtos de madeira também teve altas – ver MENARD, Russell R. “Financing the Lowcountry export boom: capital and growth in early South Carolina”. *The William and Mary Quarterly*, Williamsburg, v. 51, n. 4, 1994, pp. 670 – 671.

⁴⁷ DETHLOFF, Henry, *op. cit.*, p. 239; CLIFTON, James, *op. cit.*, pp. 274 – 282.

⁴⁸ Coclanis ainda destaca a ausência de um mercado interno relevante na colônia, forçando a Carolina do Sul a interagir com o mundo. Ver COCLANIS, Peter. “Global perspectives...”, pp. 134 – 135. Aliás, é

a conjugação de capital e iniciativa europeia, trabalho escravizado africano e recursos do Novo Mundo. Não podemos deixar de elencar ainda a queda de preços na indústria de produtos navais e melhorias técnicas na produção rizicultora (com isso, custos diminuiram e a oferta aumentou). A região possuiu vantagens competitivas aliadas a uma integração relativa do globo que favoreceu sua produção e comércio rizicultor⁴⁹.

Além disso, devemos considerar o crescimento populacional na Europa, região consumidora do arroz britânico, e o preço maior de cereais competitivos. De fato, a demanda europeia pelo cereal cresceu no século XVIII, e o crescimento populacional, a urbanização, bem como o aumento das rendas dos europeus, explicam essa mudança. Se, por um lado, o comércio do grão cresceu, com mais força no norte da Europa, por outro, a oferta italiana, tradicional supridora do grão, foi limitada e cara em relação a outras regiões produtoras. Os europeus precisaram de outra solução. A Ásia poderia ser uma opção⁵⁰?

[...] Os europeus sabiam bem que a Ásia era o local óbvio em que podiam conseguir arroz: ao menos 95 por cento do arroz mundial era produzido lá, os custos de produção eram menores do que na Europa e os europeus importavam pequenas quantidades do cereal asiático, através do Levante, havia séculos. Todavia, outras considerações levaram os europeus a procurar a solução em outro local. A dimensão do mercado de arroz na Europa ainda era muito

sempre preciso distinguir as duas regiões que compunham a Carolina do Sul: lowcountry e backcountry. A colonização do último ganhou força após 1750. “[...] The low country, in other words, was integrated far more completely into the Atlantic economy during the late colonial period than was the Carolina backcountry [...]”. Se em 1770, de 49.066 brancos da colônia, 30.000 moravam no backcountry, por outro lado, os colonos brancos do lowcountry dominavam as principais remessas para o mercado inglês no período, como o arroz, as peles, os produtos florestais e 90% do anil – COCLANIS, Peter. *The shadow of a dream...*, pp. 74 – 75.

⁴⁹ COCLANIS, Peter. “The road to commodity hell...”, pp. 16 e 31; COCLANIS, Peter. “Rice prices in the 1720s and the evolution of the South Carolina economy”. *The Journal of Southern History*, Athens, v. 48, n. 4, 1982, pp. 540 – 542; COCLANIS, Peter. “Global perspectives...”, pp. 134 e 139-140; COCLANIS, Peter. “Distant thunder...”, pp. 1056 – 1057. O arroz foi conhecido anteriormente em outras regiões da América, sem levarmos em conta as espécies nativas. Segundo Sharma, “[...] [e]arly Spanish explorers introduced Asian rice to the Caribbean islands and South America. Rice first arrived in Mexico in the 1520s at Veracruz which was selected for its warm, wet, climate. Rice cultivation started in Colombia in the Magdalena River valley around 1580 and was first cultivated as an upland crop like wheat. Rice cultivation started much later (in 1761) in the Mainas [sic] province of Brazil”. Ver SHARMA, Shatanjiw. “Domestication and diaspora...”, pp. 16 – 17. Sharma, todavia, ignora o cultivo de arroz desde o século XVI no Brasil, evidenciado por personagens como Gabriel Soares de Sousa, bem como o cultivo mais amplo no Rio de Janeiro em meados do século XVIII – ver CARNEY, Judith. “O arroz africano na História...”, p. 186; ALDEN, Dauril. “Manoel Luís Vieira...”, *passim*.

⁵⁰ COCLANIS, Peter. “Global perspectives...”, pp. 137 – 140; COCLANIS, Peter. “Distant thunder...”, pp. 1055-1059. Para uma explicação mais cuidadosa sobre o papel do aumento da renda europeia, relacionando mudanças na demanda à transformação da oferta da Carolina do Sul, ver COCLANIS, Peter. *The shadow of a dream...*, pp. 48 – 110.

pequena, a razão valor/peso do cereal muito baixa e as preocupações com tempo e distância muito grandes para justificar um compromisso com a Ásia⁵¹.

O arroz possuía um crescente espaço nas mesas europeias do período, enquanto um item substitutivo e alimentador dos pobres face a uma população crescente. Todavia, presumimos que isso não equivale a dizer que o mercado europeu de arroz tinha grandes proporções, ainda mais se comparado ao asiático. Isso considerado, a Carolina do Sul e a Geórgia competiram e venceram outros locais aptos à rizicultura, graças ao ambiente e à força de trabalho adequados, à disponibilidade de capitais, custos de transportes, à organização comercial e à integração relativa do globo⁵².

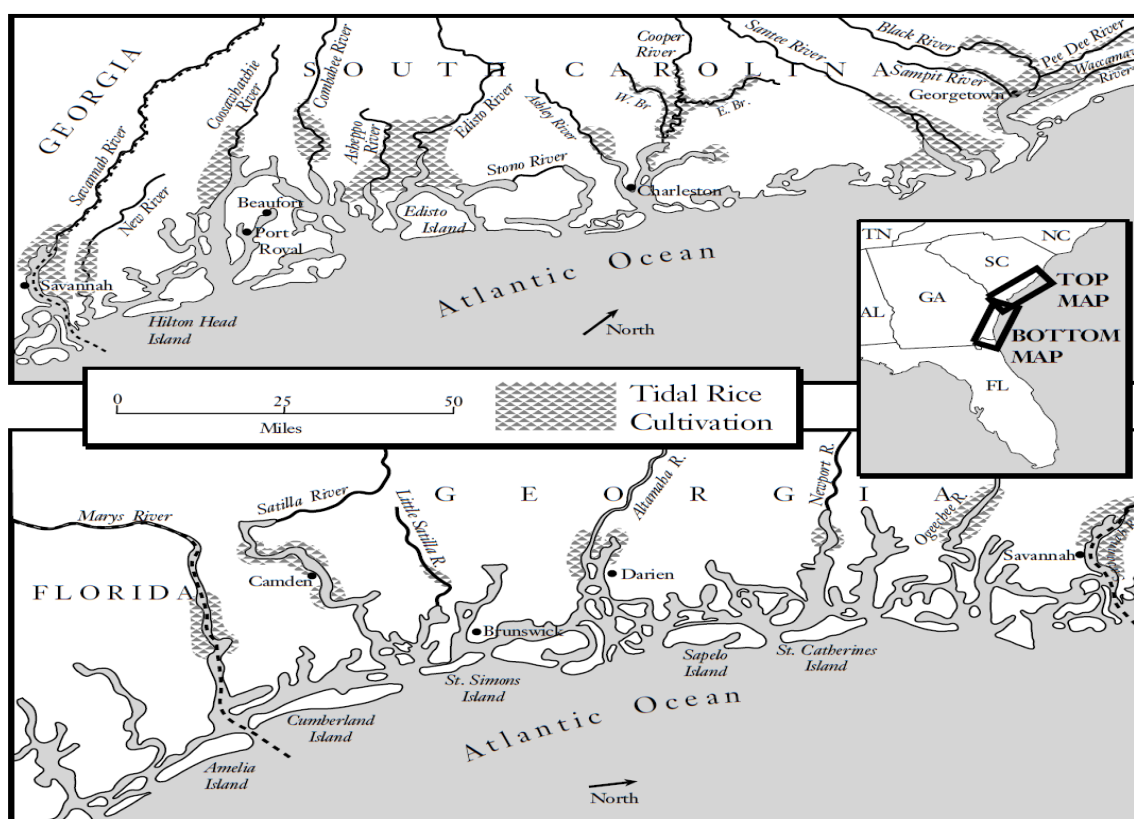


Figura 5: cultivo de arroz com força das marés no Lower South. Fonte: CARNEY, Judith. *Black Rice: the African origins of rice cultivation in the Americas*. Cambridge & Londres: Harvard University Press, 2001, p. 79.

⁵¹ COCLANIS, Peter. "Global perspectives..." p. 138. Nossa tradução de: "[...] Europeans knew full well that Asia was the obvious place to go for rice: at least 95 percent of the world's rice was produced there, production costs were far lower than in Europe, and Europeans had been importing small quantities of Asian rice via the Levant for centuries. Nonetheless, other considerations led Europeans to look elsewhere at the time. The size of the rice market in Europe was still too small, the cereal's value/weight ratio too low, and time/distance concerns too great to justify a commitment to faraway Asia".

⁵² *Idem, Ibidem*, pp. 137 – 140.

Todavia, fatores internos também tiveram o seu peso, haja vista que o sucesso do cultivo de arroz em solo americano esteve relacionado à paisagem agrícola local. O ambiente e suas variações afetaram diretamente a rizicultura britânica na América do Norte. O cultivo inicial ocorreu em terras altas da região, sem irrigação. Quando se percebeu que o grão crescia de melhor forma em terrenos alagados e irrigados, a paisagem do cultivo foi transformada. Inicialmente, nestas zonas, escolheram-se as terras inundadas interiores de água doce, as quais conviveram, mais tarde, com as zonas influenciadas pelas marés, cuja importância cresceu gradualmente e com mais força após a Revolução Americana. Nessas últimas, é claro, a produtividade era maior. Ainda assim havia problemas, pois a geografia do cultivo de arroz ficou restrita a determinadas margens de rios, como vemos na imagem anterior⁵³.

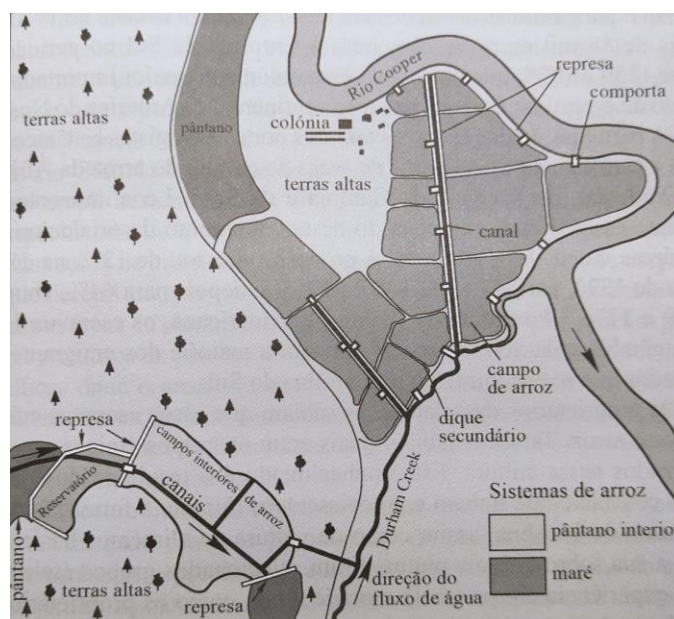


Figura 6: esquematização de duas formas para o cultivo de arroz. Fonte: CARNEY, Judith. *Arroz Negro: as origens africanas do cultivo do arroz nas Américas*. Bissau: Instituto da biodiversidade e das áreas protegidas, 2018, p. 129.

⁵³ COCLANIS, Peter. “The road to commodity hell...”, pp. 17-19; AGHA, Andrew; PHILIPS JR., Charles F. “Landscapes of cultivation: inland rice fields landscapes and archaeological sites”. *The African Diaspora Archaeology Newsletter*, Urbana/Champaign v. 12, n. 3, 2009, pp. 4 – 10; CLIFTON, James, *op. cit.*, pp. 274 – 276; COCLANIS, Peter. *The shadow of a dream...*, pp. 96 – 97. Sobre o cultivo *inland*, e com algumas considerações sobre o *tidal*, ver SMITH, Hayden. *Rich swamps and rice grounds: the specialization of inland rice culture in the South Carolina Lowcountry, 1670-1861*. 2012. 319 p. Tese (Doctor of Philosophy). The University of Georgia, Athens, 2012, *passim*.

Na atividade em que se engajaram os colonos, havia gastos muitas vezes consideráveis. Não bastava atirar as sementes em qualquer porção de terreno, ainda mais se o objetivo fosse a produção comercial do grão. Nos terrenos alagados interiores, era necessário desflorestar, nivelar, construir diques e comportas para armazenar a água da chuva, de riachos ou lençóis freáticos. Segundo Dethloff, “[...] a água era armazenada em reservatórios e então liberada nos campos com o auxílio da gravidade, depois era retirada dos campos e lançada em charcos ou córregos”, como podemos observar na figura anterior. Tal método de irrigação era irregular, demandava muito trabalho e nem todos os terrenos eram adequados. Buscou-se, então, outra forma de cultivo. Na cultura *tidal*, envolvendo a construção de diques e canais para a utilização da água das marés, os custos dos capitais fixos e variáveis eram consideráveis. Contudo, de acordo com Dethloff, com o uso das marés e sem a utilização de bombas, os *planters* obtiveram acesso irrestrito à água, ainda que fosse necessária a construção de uma custosa infraestrutura (diques e barragens)⁵⁴.

Ainda assim, os *planters* que puderam investir na produção *tidal* obtiveram consideráveis ganhos com suas plantations e os trabalhadores escravizados. Como sinal da riqueza gerada nos arrozais, basta dizer que, durante a segunda metade do século XVIII, as taxas líquidas de retorno anual ficavam em 25 por cento⁵⁵.

Plantations de arroz demandavam investimentos por parte de seus possuidores. Nesse quesito, Russell Menard descreve o modo como capitais estrangeiros – britânicos ou caribenhos – ou originados na própria colônia financiaram o *boom* rizicultor britânico. Segundo o autor, há evidências, no final do século XVII e início do século XVIII, de que determinados homens compraram uma boa quantia de escravos e se voltaram à produção em larga escala em suas propriedades, utilizando capital estrangeiro trazido à colônia. Ao mesmo tempo, havia pequenos proprietários que trabalhavam suas terras, no máximo, com pouquíssimos escravos, cultivando provisões ou pequenas quantidades de arroz ou se dedicando à pecuária. Tais atores, com o auxílio do crédito dispensando localmente,

⁵⁴ COCLANIS, Peter. “The road to commodity hell...”, pp. 20 – 22; CARNEY, Judith. *Arroz Negro...*, pp. 105-150, principalmente a p. 126; CLIFTON, James M., *op. cit.*, pp. 275 – 277; DETHLOFF, Henry C., *op. cit.*, pp. 238 – 239 (nossa tradução de: “[...] [w]ater was caught in reservoirs, and then released into fields by gravity flow, and flushed from the fields into sloughs or streams [...]”). Dethloff, nas páginas citadas, detalha o sistema *tidal*: “[...] The tidal system utilized the ocean tides, which when rising forced the fresh water in the coastal rivers to back up-river, and raised the water levels. The incoming tide pushed open a series of water-gates or locks and when tides changed the gates or lock automatically closed, capturing the fresh water for irrigation until the next high tide [...]”.

⁵⁵ COCLANIS, Peter. “The road to commodity hell...”, pp. 20 – 22.

acumularam capitais que possibilitaram incrementos na produção. Logo, mesmo não sendo a única chave de explicação para o sucesso agrícola na Carolina do Sul no período considerado, o crédito local ao menos teve parte relevante nele: “[...] os *planters* da Carolina do Sul hipotecaram suas plantations, gado e escravos para expandir suas propriedades por meio da compra de terra, gado e especialmente escravos adicionais”⁵⁶.

Um exemplo disso, envolvendo uma forma de financiamento local, ocorreu por meio das constantes hipotecas feitas no correr do século XVIII. A maioria dos que adiantavam empréstimos era de Charleston, e os que recebiam a quantia emprestada com a garantia de suas propriedades, habitualmente, eram habitantes das zonas rurais da Carolina do Sul. Sem dúvida, o fluxo de capitais, em sua mais relevante parte, saía das cidades e dos bolsos dos mercadores em direção às *plantations*, ou com destino à fronteira agrícola. Tal tendência reforçou-se, em boa parte, com o passar do século XVIII⁵⁷.

A rizicultura estava muito bem consolidada, nas colônias da Carolina do Sul e Geórgia, antes da Revolução Americana. Sua intrincada estrutura produtiva e comercial reunia *planters*, agentes, banqueiros, capitães de navios e juristas. Os mercadores, comumente, dispensavam o crédito necessário à agricultura, além de servirem como intermediários nas vendas para o exterior e proverem itens usuais aos habitantes da colônia. Os *planters*, por seu turno, mesmo aparecendo em determinados momentos como credores – principalmente nas zonas rurais afastadas de Charleston –, habitualmente criavam débitos com outros atores locais⁵⁸.

Mercadores, donos de *plantations*, agentes, donos dos navios de comércio, sem nos esquecermos dos traficantes de escravos, todos esses atores se encontravam e participavam do lucrativo comércio de arroz. Assim financiado e planejado, o cultivo desse cereal nas colônias da Carolina do Sul e Geórgia conferiu a seus produtores a maior renda per capita continental, ao mesmo tempo em que transformou cidades como Charleston, Beaufort, Georgetown e Savannah. Sobrenomes como Cotesworth, Manigault, Allston, Laurens e Pinckney deveram suas fortunas à produção e comércio do

⁵⁶ MENARD, Russell, *op. cit., passim* (nossa tradução de: “[...] South Carolina planters mortgaged their plantations, livestock, and slaves to expand their estates by purchasing additional land, livestock, and, especially, slaves” – MENARD, Russell, *op. cit.*, p. 675); COCLANIS, Peter. “The road to commodity hell...”, pp. 20 – 24. Segundo Agha e Philips Jr., a indústria naval e o tráfico de peles auxiliaram no financiamento da rizicultura – AGHA, Andrew; PHILIPS JR., Charles F., *op. cit.*, p. 6.

⁵⁷ MENARD, Russell, *op. cit., passim*.

⁵⁸ DETHLOFF, Henry, *op. cit.*, pp. 239 – 243; CLIFTON, James, *op. cit., passim*; MENARD, Russel, *op. cit.*, pp. 661 – 676; WOODS, Michael. “The culture of credit in colonial Charleston”. *The South Carolina Historical Magazine*, Charleston, v. 99, n. 4, 1998, *passim*.

cereal nessas regiões. Somadas, as remessas de arroz ao estrangeiro a partir dos dois locais saltaram de uma média de 3 milhões de libras anuais entre 1713 e 1717 para 77 milhões entre 1768 e 1772, como pode ser notado no gráfico seguinte. Com capitais financiando a produção rizicultora, explica-se a explosão produtiva ocorrida no local, bem como outras transformações: em 1690, havia cerca de 4.000 habitantes na Carolina do Sul e aproximadamente 1.500 escravos. Em 1740, em meio ao *boom* rizicultor, os números eram mais significativos: perto de 54.000 habitantes, cerca de 39.200 escravos⁵⁹.

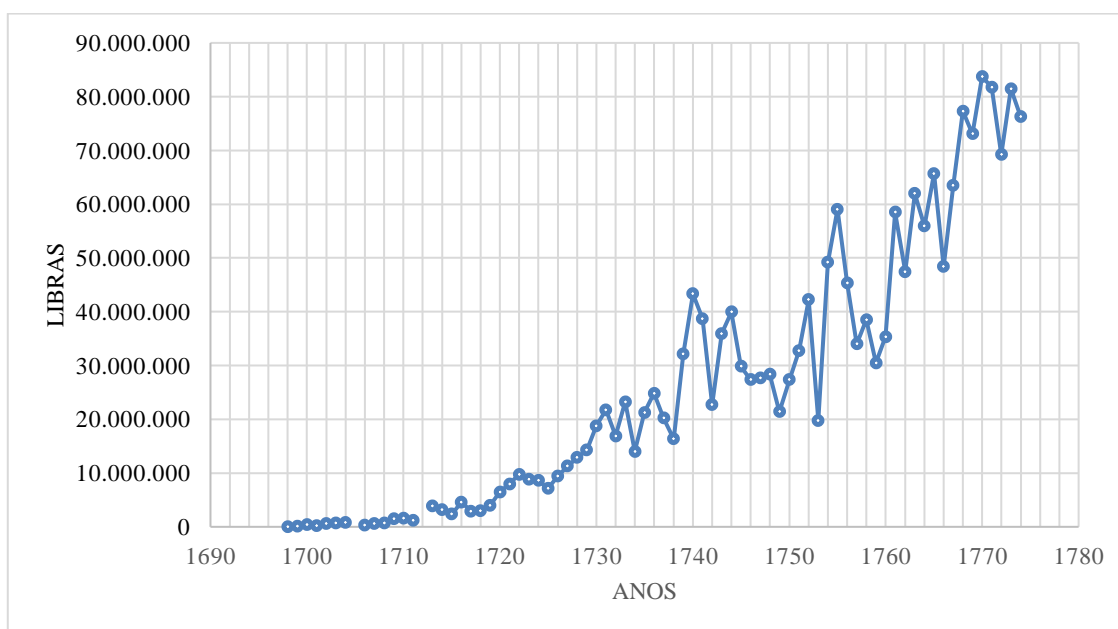


Gráfico 1: Arroz exportado a partir das regiões rizicultoras britânicas (1698 – 1774). Fonte: U.S. DEPARTMENT OF COMMERCE. *Historical statistics of the United States. Colonial times to 1970. Part II. US Bureau of the census: Washington, D.C., 1975, p. 1192*⁶⁰.

A maior parte da produção da Carolina do Sul era exportada para mercados no exterior, um terço era consumido internamente, ao passo que uma pequena quantidade

⁵⁹ MENARD, Russell, *op. cit.*, pp. 659 – 660; DETHLOFF, Henry, *op. cit.*, pp. 239 – 243; WOODS, Michael, *op. cit.*, *passim*; MORGAN, Kenneth, *op. cit.*, pp. 433 – 435, 441 *et seq*; COCLANIS, Peter. “Global perspectives...”, pp. 140-141; COCLANIS, Peter. “The road to commodity hell...”, p. 20; CLIFTON, James, *op. cit.*, *passim*; Henry Laurens, a título de exemplo, foi um mercador na Carolina do Sul. Por mais que tenha residido a maior parte de sua vida em Charleston, envolvido em suas atividades mercantis, também possuiu e administrou diversas *plantations* na Carolina do Sul – ver MORGAN, Philip D. “Three planters and their slaves: perspectives on slavery in Virginia, South Carolina, and Jamaica, 1750 – 1790” in JORDAN, Winthrop D.; SKEMP, Sheila (eds.). *Race and family in the colonial South: essays*. Jackson & London: University Press of Mississippi, 1987, pp. 37 – 79.

⁶⁰ Um quilograma equivalia a cerca de 2,20 libras no período – ver BETHELL, Leslie (ed.). *The Cambridge History of Latin America*. Volume II. Colonial Latin America. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. XII.

era transportada e comercializada em outras colônias continentais. Da parcela exportada entre os anos de 1768 e 1772, a título de exemplo, 65% foram, via Grã-Bretanha, para a Holanda e os países de fala alemã, 18% para o Caribe e 17% para a Espanha e Portugal. A atual região da Alemanha concentrava a demanda de arroz no norte europeu, recebendo remessas a partir de Amsterdam, Rotterdam e Hamburgo. O cereal foi consumido “[...] em outros locais do norte da Europa, no entanto: com regularidade na França, Bélgica e na Holanda, por exemplo [...] ao menos intermitentemente na Escandinávia e no leste do Báltico também [...]”. No último caso das porcentagens, referente ao sul europeu, que mais nos interessa, as exportações de arroz – juntamente com outros cereais e o bacalhau – reforçaram a tendência ao desequilíbrio da balança comercial portuguesa em relação à Grã-Bretanha, saldado com ouro e prata. Sinal da convivência conflituosa entre dois impérios com cronologias coloniais distintas, englobando um espaço de experiência particular que guiava expectativas diversas, inclusive quanto à necessidade de reformas⁶¹.

O lucrativo comércio de arroz levou os atores a ele vinculados a lutarem pela manutenção de oportunidades de mercado no sudeste europeu, no deficitário mercado português. O arroz, entre outros produtos coloniais britânicos, foi designado como “artigo enumerado” em 1704, significando que, antes de ser comercializado em outras regiões, teria de ser encaminhado diretamente à metrópole. Isso, em teoria, proporcionaria matérias primas aos ingleses e um mercado certo para os produtos americanos. Contudo, tal restrição também aumentaria os custos de transporte e os riscos de deterioração. A partir de 1714, a Assembleia da Carolina do Sul demandou a rejeição da lei e, em 1731, o Parlamento aliviou a situação para os produtores do *Lower South*: para incentivar o

⁶¹ FISHER, Harold E. S. *De Methuen a Pombal: o comércio anglo-português de 1700 a 1770*. Lisboa: Gradiva, 1984, especialmente o capítulo IV; MORGAN, Kenneth, *op. cit.*, pp. 433 – 438. O destino da maior parcela das exportações carolinas, o norte da Europa, também foi o alvo de exportações italianas; arroz italiano (e também espanhol) era exportado, por exemplo, para a França – ver FERRERO, Aldo; VIDOTTO, Francesco, *op. cit.*, p. 345; ver também, para a informação precedente e as do parágrafo, COCLANIS, Peter. *The shadow of a dream...*, pp. 133 – 134 (nossa tradução de: “[...] elsewhere in northern Europe, however: with regularity in France, Belgium, and the Netherlands, for example [...] at least intermittently in Scandinavia and the eastern Baltic as well [...]”). Segundo Peter Coclanis, “[...] internal consumption in Great Britain, which generally had been quite limited in the eighteenth and early nineteenth century, increased after that time, especially after the repeal of the Corn Laws in 1846. As alluded to earlier, some shipments of rice, having worked their way down the Danube, made it all the way to the Romanian ports of Ibraila and Galatz but shipments to that region paled in comparison with shipments to the west and north”. Ademais, o arroz consumido na própria colônia da Carolina do Sul era de pior qualidade, não-comercializável; eram grãos quebrados ou subprodutos como a palha etc. – *Idem, Ibidem*, pp. 133 – 134. Sobre experiências e expectativas diversas, consultar KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006, pp. 305-327.

comércio dessa commodity, o Parlamento conferiu aos produtores e mercadores a “[...] liberdade para transportar arroz da província da Carolina na América diretamente para qualquer porto europeu ao sul do Cabo Finisterra, em navios construídos na e pertencentes à Grã-Bretanha e conduzidos de acordo com a lei”. Dessa forma, ficou evidenciada a importância do mercado ibérico para o cultivo e comércio de arroz no *Lower South*, a ponto de parte dessa região obter privilegiada posição na legislação comercial britânica⁶².

1.5. Conclusão

Compreendemos o modo pelo qual Portugal era parte de um mercado de arroz que conectava diversas regiões ao redor do oceano atlântico e mesmo regiões mediterrânicas. A rizicultura britânica, supridora da demanda ibérica, deve ser compreendida e analisada tendo em consideração o desenvolvimento colonial britânico. Por outro lado, os desenvolvimentos ocorridos no império português já vinham de antes e com origem diversa, compondo uma temporalidade particular. A economia-mundo e os mercados mundiais, inclusive de arroz, articulavam as duas realidades⁶³.

Dessa forma, devemos entender a organização da produção de arroz nas colônias britânicas e as medidas tomadas pelos portugueses na segunda metade do século XVIII como momentos distintos na formação dos dois impérios. Justamente por isso, e pelo descompasso existente entre aquelas duas realidades no final do século XVIII, fazem sentido as ações postas em jogo pela Coroa portuguesa, com vistas a emular práticas que aparentemente haviam dado bons resultados em outros locais. O arroz, comprado aos britânicos e pesando na balança comercial portuguesa, representava muito bem as tensões existentes naquela época entre Portugal e Grã-Bretanha.

No Atlântico do século XVIII, havia diferentes temporalidades que, ao mesmo tempo, se inter-relacionavam nesse espaço geográfico. As regiões rizicultoras britânicas,

⁶² DETHLOFF, Henry, *op. cit.*, pp. 233 – 236; “Acts of Parliament, Anno Tertio Georgii II. Regio., pp. 559-564” *apud* DETHLOFF, Henry, *op. cit.*, p. 236 (nossa tradução de: “[...] liberty to carry rice from his Majesty’s province of Carolina in America, directly to any port of Europe southward of Cape Finisterre, in ships built in and belonging to Great Britain, and navigated according to law”); CLIFTON, James, *op. cit.*, pp. 280 – 281; também MORGAN, Kenneth, *op. cit.*, pp. 438-439.

⁶³ Como foi apontado por Berbel, Marquese e Parron, baseados nas ideias de Reinhart Koselleck, tratou-se da contemporaneidade do não-contemporâneo, exemplificada pela coexistência, pela simultaneidade de dois sistemas com temporalidades diversas, de dois impérios com suas particularidades. O comércio de arroz, deficitário para Portugal e lucrativo para os britânicos, exemplificou a dinâmica relação entre os dois sistemas. Para essas informações e as do parágrafo, ver BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael de B.; PARRON, Tâmis, *op. cit.*, pp. 27 e 53 – 54; também KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado...*, p. 317.

supridoras da demanda portuguesa, possuíam um espaço de experiência peculiar. O desequilíbrio na balança comercial – envolvendo o arroz – entre Grã-Bretanha e Portugal era o saldo do embate de duas temporalidades distintas, era o indício de um tenso vínculo entre as partes no mercado mundial⁶⁴.

Como dois impérios inseridos no desenvolvimento do mundo moderno e na dissolução do Antigo Regime, ambos entraram em crise em fins do século XVIII. Isso abriu caminho ao entendimento da disparidade do império britânico em relação às antigas potências ibéricas. Os portugueses decidiram, afinal, emular os fatores que trouxeram sucesso àquela potência do noroeste europeu. Em outras palavras, decidiram superar a defasagem, garantindo “[...] uma agricultura escravista altamente capitalizada nas áreas coloniais conectada ao desenvolvimento comercial acelerado na metrópole [...]”⁶⁵.

Tal contexto conflitivo e de transformações teve na conhecida Guerra de Independência das Treze Colônias britânicas um de seus principais eventos. Esse conflito teve efeitos diretos sobre a produção de arroz no *Lower South*. Savannah, na Geórgia, foi capturada pelos britânicos em 1778, ao passo que Charleston e o interior da Carolina do Sul foram tomados em 1780. Assassinatos, confiscos, fuga de escravos, tais fatores apareceram durante o conflito e, aliados à “quebra da lei e da ordem” e à desarticulação do comércio, afetaram a produção regional. No caso das exportações saídas de Charleston, na Carolina do Sul, a desarticulação da produção foi evidente: se em 1774, a cidade exportou 118.482 barris de arroz dos 145.268 saídos das colônias, em 1783 Charleston exportou tão-somente 24.255 barris⁶⁶.

Se considerarmos que o barril, no ano de 1755, equivalia a 525 libras (foi o máximo valor do barril no período anterior à Revolução Americana) e extrapolarmos tal valor de maneira arbitrária para 1783, temos que Charleston exportou 12.733.875 libras de arroz nesse ano. Em 1774, antes do início da guerra, como vimos no primeiro gráfico, a exportação total de todas as regiões rizicultoras da América britânica continental

⁶⁴ BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael de B.; PARRON, Tâmis, *op. cit.*, pp. 11 – 19, 27 – 28 e 75.

⁶⁵ *Idem, Ibidem*, pp. 17, 27 – 28, 54, 64, 75 – 93. Trata-se, portanto, da formação de uma consciência sobre tal disparidade. Para um argumento próximo, ao mesmo tempo distinto, sobre a formação de uma consciência da realidade de fins do século XVIII, mas relacionada a uma crise do sistema colonial português, ver MOTA, Carlos Guilherme. *Atitudes de inovação no Brasil -1789-1801*. Lisboa: Livros Horizonte, s/d, p. 17.

⁶⁶ AGHA, Andrew; PHILIPS JR., Charles F., *op. cit., passim*; CARNEY, Judith. *Arroz negro...*, especialmente as pp. 193-235; DETHLOFF, Henry, *op. cit.*, p. 242; U.S. DEPARTMENT OF COMMERCE. *Historical statistics of the United States*. Colonial times to 1970. Part II. US Bureau of the census: Washington, D.C., 1975, pp. 1164-1165, 1192-1193.

alcançou 76.265.700 libras e a de Charleston, sozinha, foi responsável por 62.203.050 libras. Vemos, portanto, as consequências catastróficas da guerra sobre o comércio de arroz. Somente em 1789, as exportações de Charleston retomaram o patamar de 100.000 barris ou 52.500.000 libras de arroz por ano⁶⁷.

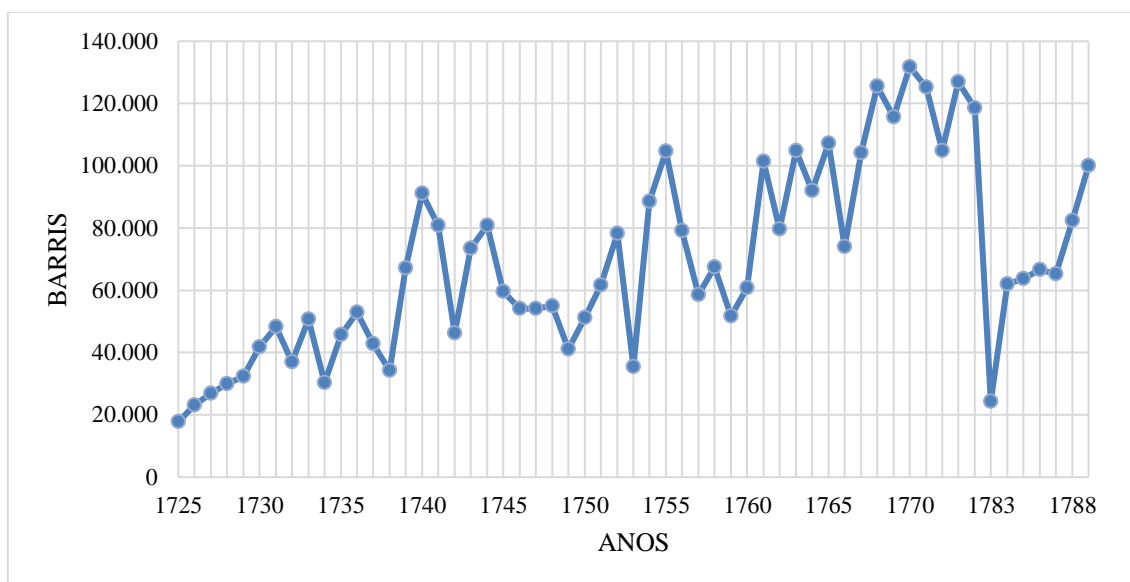


Gráfico 2: Exportação de arroz a partir de Charleston (1725 - 1789). Fonte: U.S. DEPARTMENT OF COMMERCE. *Historical statistics of the United States. Colonial times to 1970. Part II. US Bureau of the census: Washington, D.C., 1975, pp 1163 – 1165, 1192*⁶⁸.

A Revolução fez com que houvesse graves problemas nas exportações. Houve dificuldades nas remessas de arroz diretamente à Europa. O fluxo do tão-necessário crédito britânico cessou, assim como as linhas comerciais. Para entender a relevância de tal quebra, basta adicionar que, de acordo com Peter Coclanis, “[...] na véspera da Revolução, o débito per capita dos colonos brancos da Carolina do Sul, devido a credores britânicos, era maior do que o de qualquer outra colônia continental [...]”⁶⁹. A guerra

⁶⁷ Conforme U.S. DEPARTMENT OF COMMERCE. *Historical statistics of the United States...*, pp. 1163 – 1165 e 1192 – 1193.

⁶⁸ Seguindo a fonte citada, o valor do barril variou consideravelmente no período. Um barril valia 350 libras até 1720; o valor aumentou 10 libras anualmente até 1730 e estacionou em 450 até depois de 1740. Voltou a crescer 5 libras por ano até atingir seu valor máximo, antes de 1776, de 525 libras em 1755.

⁶⁹ DETHLOFF, Henry, *op. cit.*, p. 242; COCLANIS, Peter. *The shadow of a dream...*, pp. 104 e 266 (nossa tradução de: “[...] on the eve of the Revolution the per capita debt of South Carolina’s white inhabitants to British creditors was higher than that in any other mainland colony [...]”); ver também BLACKBURN, Robin. “Capitalismo e Novo Mundo: escravidão, acumulação primitiva e industrialização”, in BONILLA, Heraclio (org.). *Os conquistados: 1492 e a população indígena das Américas*. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 348.

trouxe enormes problemas financeiros e humanos, pois, devido às fugas e mortes, por exemplo, 25.000 escravos escaparam ao controle dos *planters*, valor correspondente a ¼ do contingente total do *Lower South*. O endividamento dos senhores, possivelmente derivado do contexto bélico e dos problemas comerciais apontados, fez travar o comércio de cativos na década de 1780⁷⁰.

Ainda assim, isso não significou o fim da produção rizicultora na região. Após a Revolução, a produção foi retomada e houve a mudança final para a cultura com a força das marés. Vemos como esse temporário caos na produção britânica funcionou como uma efetiva janela de oportunidades para outras regiões, incluindo a América portuguesa⁷¹.

Tendo em vista a quebra das linhas mercantis que levavam arroz britânico/americano, os europeus tiveram de buscar novas fontes do cereal. Uma alternativa viável poderia ser o “arroz italiano”. Há menção de que a exportação italiana para Portugal superou a das colônias britânicas em 1777, durante a guerra de independência dos EUA. Contudo, além do cereal italiano ser relativamente caro, parte da Península Itálica enfrentava algumas dificuldades. Em 1783, segundo dom Rodrigo de Sousa Coutinho, enviado português à Corte da Sardenha, as remessas de seda para Lion e Londres decaíram em virtude da guerra de independência dos EUA, ao mesmo tempo em que, e de maneira mais relevante para nossos propósitos, diminuíram-se as remessas de arroz ao exterior devido à carência de trigo e à necessidade de “subsistências”. Não podemos atestar se a dificuldade foi restrita a esse ano ou se se estendeu, mas, aparentemente, não era na Península em que os portugueses poderiam sanar parte de seus problemas. Portugal continuou a necessitar de fontes de arroz alternativas⁷².

⁷⁰ MARQUESE, Rafael de B. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, pp. 236-237 e 240; CARNEY, Judith. *Arroz negro...*, pp. 209 e 226. Também SMITH, Julia F. *Slavery and rice culture in Low Country Georgia, 1750-1860*. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1985, pp. 28-31 e 43. Por fim, NADELHAFT, Jerome J. *The disorders of war: the Revolution in South Carolina*. Orono: University of Maine at Orono Press, 1981, *passim*, principalmente as pp. 62 e 151-152.

⁷¹ Segundo Coclanis, a cartada final contra a rizicultura do *Lower South* foi dada no século XIX. Por um lado, com uma maior integração mundial, a entrada de arroz asiático (Bengala, Java, Lower Burma) no mercado ocidental desestabilizou a produção do *Lower South*. A entrada desse arroz foi incentivada no século XIX pelo domínio britânico na Índia, e um dos fatores explicando tal mudança foi a quebra da oferta americana causada pela Guerra de Independência dos EUA. Por outro, a produção rizicultora nos EUA deslocou-se da costa atlântica em direção ao velho sudoeste (Lousiana, Arkansas e Texas) – COCLANIS, Peter. *The shadow of a dream...*, pp. 134 – 137; COCLANIS, Peter. “Distant thunder...”, pp. 1056 – 1059, 1070 – 1071; AGHA, Andrew; PHILIPS JR., Charles F., *op. cit.*, pp. 4 – 11; CLIFTON, James, *op. cit.*, p. 276; U.S. DEPARTMENT OF COMMERCE. *Historical statistics of the United States...*, p. 1192.

⁷² Ver a nota 11 deste capítulo; COCLANIS, Peter. “Global perspectives...”, p. 138; ALDEN, Dauril. “Manoel Luís Vieira...”, p. 534; COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Recopilação dos ofícios expedidos de Turim no ano de 1783”, in *Textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Direção de

A desarticulação da produção britânica, somada aos demais fatores elencados, criou um momento de oportunidade em um mercado promissor. Durante certo tempo, o *Lower South* perdeu espaço no mercado-mundial e novos locais foram articulados a ele. A Revolução, dentro de um quadro mais amplo de reformas econômicas lusas que buscavam sanar os problemas imperiais, pode ter funcionado como uma alavanca, abrindo uma brecha de oportunidade em um momento em que Portugal procurava substituir suas importações e reformar sua economia. No caso de Portugal, antigo comprador de arroz britânico e local em que se proibiu a entrada de navios dos “rebeldes americanos” em 1776, a rizicultura não passou despercebida. Conhecido desde o início da colonização portuguesa na América, o arroz – até então produzido como alimento de subsistência, para consumo local – atraiu a atenção das autoridades lusas e entrou na mira das reformas então empreendidas. A rizicultura portuguesa deveria suprir a demanda lusa, substituir as importações britânicas de arroz, também responsáveis pelos saldos negativos na balança comercial. Nesse processo, a emulação de técnicas alheias, a busca de novos cultivos e a divulgação de novas ideias econômicas tiveram acentuada relevância⁷³.

edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, pp. 11-14; SILVA, André M. D. “Introdução” in COUTINHO, dom Rodrigo de S. *Textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. XIV.

⁷³ Ver COCLANIS, Peter. “Distant thunder...”, pp. 1056 – 1059, 1062 – 1063; COCLANIS, Peter. *The shadow of a dream...*, pp. 134 – 137; DETHLOFF, Henry, *op. cit.*, p. 242; troca de e-mails do autor com o professor Peter Coclanis (abril de 2020); CARNEY, Judith. “O arroz africano na história...”, pp. 185 – 187; CARNEY, Judith. *Arroz negro...*, pp. 99, 193-214, 199 e 204; MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1997, pp. 69-158; BOXER, Charles R. *O império marítimo português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 195, 204, 206 e 208-210; ARRUDA, José Jobson de A. “Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII”. *Revista USP*, São Paulo, n. 46, 2000, pp. 69 – 70; AZEVEDO, Dannylo de. *O Fazendeiro do Brasil: manuais agrícolas no Brasil colonial em finais do século XVIII*. 2018. 215 p. Dissertação (Mestrado em História Econômica). FFLCH-USP, São Paulo, 2018, *passim*, principalmente pp. 29 – 30, 120 – 121 e 134 – 135; MARQUESE, Rafael de B. *Administração & Escravidão: ideias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1999, *passim*; também MOREIRA, António. “Desenvolvimento industrial e atraso tecnológico em Portugal na segunda metade do século XVIII”, in SANTOS, Maria Helena C. dos (coord.). *Pombal revisitado: comunicações ao colóquio internacional organizado pela comissão das comemorações do 2º centenário da morte do marquês de Pombal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, p. 55. Acreditando na legislação produzida no reinado de dona Maria I, a produção de arroz na América portuguesa foi exitosa, a ponto de suprir as demandas lusas e incentivar a proibição de importações estrangeiras em 1781. Ver SILVA, Antonio Delgado. *Collecção da legislação portuguesa desde a última compilação das ordenações, redigida pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1775 a 1790*. Lisboa: Typographia Maigrense, 1828, pp. 300 – 301. Sobre a proibição da entrada de navios americanos em portos portugueses em 1776, consultar SILVA, Antonio Delgado. *Collecção da legislação portuguesa... Legislação de 1775 a 1790...*, p. 99. Para outros autores que citaram o impacto dessa guerra no mercado de arroz, ver VALENTIN, Agnaldo. “Comércio marítimo de abastecimento: o porto de Iguape (SP), 1798-1880”. *Cadernos de Resumos do V Congresso Brasileiro de História Econômica*, Caxambu, 2003, p. 8; SMITH, Julia F. *Slavery and rice culture in Low Country Georgia, 1750-1860*. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1985, pp. 29, 214 e 215 *apud* VALENTIN, Agnaldo. “Comércio marítimo...”, p. 8; também FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 18ª edição. São Paulo: Ed. Nacional, 1982, pp. 90-91.

2. AS LUZES EM PORTUGAL E O REFORMISMO LUSO-AMERICANO

Vimos em nosso tempo a aurora do mais ditoso dia e a justa posteridade lerá com admiração as ações de um soberano que fez renascer de entre as cinzas a mais florescente cidade, criando o crédito público e desterrando o prejuízo que nos sujeitava a uma nação perita nos seus interesses, que com o aparente e especioso véu de proteção, nos tinha quase reduzido a ser colonos numa estranha metrópole. Vemos a feliz continuação deste dia no reinado da nossa Augusta Soberana; e as mais lisonjeiras esperanças nos fazem ver na sua régia sucessão perpetuado o bem público e elevado o esplendor da nação tanto além da glória dos nossos maiores, quanto as luzes do século décimo oitavo excedem às do décimo quinto e décimo sexto¹.

Após delinear a estrutura do mercado global de arroz durante o século XVIII, a atenção se volta às reformas econômicas teorizadas e postas em prática em Portugal após 1750. Enquanto respostas a conjunturas mais amplas, afetaram também a agricultura colonial e, conseqüentemente, a produção de arroz na América portuguesa, além de incitarem a produção de textos sobre agricultura. O excerto apresentado acima, de autoria de dom Rodrigo de Sousa Coutinho, demonstra como os atores avaliaram as mudanças no período e frisaram a continuidade das reformas ilustradas na segunda metade do século XVIII. As ações do reinado de dom José teriam tido uma “feliz continuação” no período mariano.

O arroz não deixou de ser considerado pelos vários reformadores portugueses. Ora aparecendo de maneira implícita nos escritos reformistas ora sendo considerado de maneira exclusiva como assunto principal de determinada obra, podemos perceber seu espaço nesse período de grandes transformações. No capítulo que segue, buscamos analisar as propostas de mudança econômica mais amplas, relativas à economia portuguesa. Houve modificações na economia portuguesa do período, articuladas a outras esferas da realidade. Nesse contexto, é relevante considerar as mudanças mentais ocorridas na época, as quais, sem dúvida alguma, tiveram efeitos sobre a elaboração dos planos reformistas e sobre o desenvolvimento da agricultura luso-americana. Quando

¹ Ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos na indústria das nações que as possuem, e especialmente da portuguesa (1789)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 173.

pensamos nesse período não podemos deixar de citar a Ilustração e sua influência sobre o pensamento português².

Apresentaremos uma síntese das mudanças na economia portuguesa do período e as propostas reformistas então teorizadas como respostas à realidade cambiante. Ao mesmo tempo, buscaremos inscrever e compreender tais transformações e o papel reservado à agricultura na transformação mais ampla do pensamento econômico português, com novas formas de avaliar a riqueza e buscar o enriquecimento do império.

Com o presente capítulo, prosseguimos a avaliação dos motivos pelos quais a cultura comercial de arroz luso-americana tomou força no final do século XVIII e como foi constituído um espaço de discussão que tornou possível a escrita de diversos textos sobre agricultura. Se nas páginas anteriores, questões relacionadas à conjuntura internacional da época, nomeadamente as referentes à Revolução Americana, tomaram a frente na explicação, agora o peso e importância do reformismo ilustrado português no estabelecimento daqueles processos será avaliado.

*

O impacto das ideias ilustradas na Península Ibérica em fins dos setecentos foi e continua a ser assunto muito debatido e controverso. Concordâncias raramente vêm à tona. As divergências, por sua vez, já se iniciam na própria definição do que pode ser descrito como Ilustração. Um “movimento de ideias” que tomou força durante os Setecentos? Tal afirmação está correta, mas requer complementos. Nesse momento, as discordâncias aparecem. Seriam ideias revolucionárias ou as reformistas também marcariam presença? Seriam marcadas pela secularização? Existiria um Iluminismo radical como padrão para hierarquizar as demais experiências da época? Seriam, enfim, mudanças essencialmente mentais³? Como bem apontou Emilia Viotti da Costa,

² Tais ideias se originaram também na leitura de VALENTIN, Agnaldo. “Comércio marítimo de abastecimento: o porto de Iguape (SP), 1798-1880”. *Cadernos de Resumos do V Congresso Brasileiro de História Econômica*, Caxambu, 2003, p. 3.

³ Goldman, por exemplo, defendeu a existência de diversas variantes dentro do pensamento ilustrado: o autor citou extremistas, como Mably, Meslier e Morelli, cujo ideal estaria na defesa da igualdade, acima dos direitos de propriedade e liberdade; elencou também os fisiocratas como moderados; e, enfim, postulou a existência de um grupo, o dos enciclopedistas, formado por atores como Holbach e Diderot – GOLDMAN, Lucien. *La Ilustración y la sociedad actual*. Caracas: Monte Ávila Editores, 1968, pp. 54 – 68. Para a diferenciação entre Iluminismo democrático radical e Iluminismo antidemocrático moderado, ver ISRAEL, Jonathan. *A Revolução das Luzes: o Iluminismo Radical e as origens intelectuais da democracia moderna*. São Paulo: EDIPRO, 2013, pp. 15 – 43. Para um texto que discute a ideia da secularização na Ilustração e que define a Aufklärung como “um modo novo de estar no mundo”, uma nova leitura vinculada à religião, agricultura etc., em que havia crítica à tradição, ver PEREIRA, Miguel B.

[...] A única concordância que existe entre os historiadores é que houve a Ilustração, um movimento de ideias vagamente associado aos enciclopedistas e aos filósofos franceses: Rousseau, Montesquieu, D'Alambert, Voltaire, os quais, por sua vez, se ligavam a Bacon, Newton e Hume, e que se relacionavam a muitos outros intelectuais em diferentes partes da Europa e do Novo Mundo. Quanto ao mais não há concordância [...] ⁴.

Em seguida, entramos em outro círculo de discussões infundáveis ao postular a influência dessa nova atmosfera sobre Portugal. Em uma tentativa de sumariar parte dessa discussão, no que tange à realidade portuguesa, podemos dizer que determinados autores vêm apenas reflexos dos ideais do mundo do além-Pireneus sobre a região, pequenos relampejos que não encontraram terreno vantajoso para sua afirmação. Daí a ideia da sociedade portuguesa como isolada e atrasada frente a uma Europa dinâmica e ilustrada. Outros autores, sem negar de modo absoluto a entrada das luzes em Portugal, não reconhecem uma Ilustração portuguesa, mas uma releitura do discurso ilustrado derivada das condições locais. Há ainda aqueles que explicam todas as mudanças a partir dos anseios e ações de um “déspota esclarecido” ⁵.

Sem esgotar as possibilidades de análise, há quem postule em Portugal a conjugação de ideias ilustradas, que tomaram força durante o século XVIII, às ideias barrocas que até então prevaleciam. São análises que primam pela coexistência,

“Iluminismo e secularização”. *Revista de História das Ideias: o Marquês de Pombal e o seu tempo*. 2 tomos. Coimbra: Universidade de Coimbra, v. 4, tomo 2, 1982-1983, especialmente as páginas 445 – 446.

⁴ COSTA, Emilia V. da. “A invenção do Iluminismo”, in COGGIOLA, Osvaldo (org.). *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Nova Stella Editorial, 1990, p. 31. Lucien Goldman, a título de exemplo, caracterizou a Ilustração como “[...] el conjunto de las diversas corrientes de pensamiento racionalista y empirista que se desarrolló en el siglo XVIII en los países de Europa Occidental, sobre todo en Francia e Inglaterra [...]”. Para ele, suas origens seriam anteriores ao século XVIII e seu impacto ainda seria sentido na época em que escreveu – GOLDMAN, Lucien, *op. cit.*, p. 30.

⁵ Ver, por exemplo, AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e a sua época*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil; Lisboa: Seara Nova; Porto: Renascença Portuguesa, 1922, pp. 87 – 92: “A Europa, nos mesmos países do catolicismo, olhava com pasmo o que se passava na península, o abismo a que a superstição e a falta de cultura mental tinham lançado estes povos. Considerava que, enquanto nos Estados do Papa os hebreus eram livres, na Espanha e em Portugal, por frágeis indícios, se votavam cristãos à fogueira. Em toda a parte as pessoas ilustradas condenavam tão atroz situação. O horror, o ridículo, que mais tarde, na frase de Voltaire, caracterizou o suplício de Malagrida, acompanhava, em terras estranhas, o nome português” – *Idem, ibidem*, pp. 90 – 91; FALCON, Francisco. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1993, pp. 196 – 212; ARAÚJO, Ana Cristina. *A cultura das luzes em Portugal*. Temas e problemas. Lisboa: Livros Horizonte, 2003, pp. 9 – 50, especialmente as pp. 15 – 21; MACEDO, Jorge Borges de. *A situação econômica no tempo de Pombal*. Lisboa: Gradiva, 1989, cap. 1; MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp. 1-35; para a crítica à ideia de “ilustrações nacionais”, ver ISRAEL, Jonathan, *op. cit.*, p. 29. Ademais, para uma contundente e cirúrgica crítica aos argumentos de Israel, ver a resenha de JACOB, Margaret. “Spinoza got it”. *London Review of Books*, Londres, v. 34, n. 21, 2012.

tensionada, entre continuidades e rupturas, por uma variedade de ideias durante os Setecentos⁶.

Portugal fez parte desse movimento mais amplo ocorrido no século XVIII, caracterizado por noções críticas da realidade, pela interrelação racional do homem com o seu entorno. Uma relação entre o discurso, substanciado em planos e projetos, e a ação. Suas particularidades, é claro, denotam diferenças em relação ao ocorrido no restante da Europa, mas não o isolam desse fluxo de transformações. Nesse processo, homens vindos do estrangeiro, bem como portugueses que permaneceram no Reino, contribuíram para a construção de ideais reformistas. Tais reformas ilustradas objetivaram reforçar o Estado absolutista luso, centralizando a administração e robustecendo o poder real, e sanar a defasagem em relação ao noroeste europeu. Havia em Portugal, portanto, um regime absolutista, autoritário e lógico, buscando a retomada “[...] do controle nacional sobre a economia e a revitalização do Estado”. Daí a busca estatal pelo bem-estar e progresso e o enlace entre reformismo e despotismo⁷.

Pioneiro nas explorações do ultramar iniciadas no século XV ao conciliar sua lógica territorial de expansão à lógica capitalista dos mercadores e financistas da Península Itálica, Portugal estruturou, junto da Espanha, o que é interpretado como um

⁶ ARAÚJO, Ana Cristina, *op. cit.*, pp. 9 – 50, especialmente pp. 11 – 21. Segundo a autora, “[e]xcêntricos em relação à órbita de influência da ciência experimental, mas não totalmente afastados das grandes linhas de fractura impostas pelo racionalismo cartesiano, os grandes centros irradiadores da segunda escolástica peninsular mantêm-se, cautelosamente, à margem das principais disputas que, além-Pirinéus, atravessam os campos filosófico, literário e científico. Relegados para uma posição periférica, no terreno editorial – com uma censura apertada que coarcta a expansão do mercado livreiro – e obrigados, no plano doutrinal, a assumir o papel de receptores defensivos de outras correntes de pensamento, os eruditos portugueses e castelhanos não escapam, todavia, aos efeitos provocados pelas sucessivas ondas de choque impostas pela difusão do movimento das Luzes [...]” – *Idem, ibidem*, pp. 14 – 15.

⁷ GOLDMAN, Lucien, *op. cit.*, pp. 11 – 68, especialmente pp. 11 – 19; MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo...*, pp. 6 – 19 e 159 – 177; ARAÚJO, Ana Cristina, *op. cit.*, pp. 13 – 21; SANTOS, Catarina Madeira. *Um governo ‘polido’ para Angola: reconfigurar dispositivos de domínio (1750 – c. 1800)*. 2005. 645 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Nova de Lisboa/École des Hautes Études en Sciences Sociales, Lisboa/Paris, 2005, pp. 24 – 56; BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael de B.; PARRON, TÂMIS. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Hucitec & Fapesp, 2010, pp. 11-93; FALCON, Francisco. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1993, p. 205 – 210: Falcon viu uma notável ruptura com o barroco durante o século XVIII, substanciada, por exemplo, nas ações do grupo que se reunia ao redor do conde da Ericeira ou na ação dos oratorianos. “[...] Conviria, entretanto, não esquecer o caráter intrinsecamente eclético de todas as posições filosóficas dos oratorianos, bem como não exagerar o âmbito dos resultados anteriores a 1746, aproximadamente, pois, ainda aqui, é somente após o golpe do *Verdadeiro método* que as posições se definem e as mutações têm lugar”. Cabe referenciar o fato de que as reformas em Portugal contaram com a ação e ideias de portugueses retornados do estrangeiro, os quais traziam como bagagem intelectual as ideias ilustradas do restante da Europa. Para esses apontamentos e uma análise crítica da ideia de estrangeirado em solo português, ver MIRANDA, Tiago C. P. dos R. “‘Estrangeirados’. A questão do isolacionismo português nos séculos XVII e XVIII”. *Revista História*, São Paulo, n. 123 – 124, 1990/1991.

sistema atlântico ibérico e presenciou, nos seguintes séculos, o desenvolvimento de um sistema concorrente no noroeste europeu. Assim sendo, no século XVIII, havia dois sistemas concorrentes e a defasagem existente entre os dois, em prejuízo das antigas potências ibéricas, requereu ações por parte dos governantes lusos. Nessa ótica, os Estados ibéricos encontravam-se em uma temporalidade distinta da das potências do noroeste, exemplificando a “contemporaneidade do não-contemporâneo”. As medidas postas em prática atingiram todo o império e buscaram superar a defasagem e reforçar o Estado⁸.

Para além das mudanças nos discursos e nos planos de reforma, o final do século XVIII e o início do seguinte, atravessados pelos ideais da Ilustração em seus mais diversos matizes – como o reformista português –, foram palco de mudanças materiais conjugadas às transformações mentais. Acompanhando autores como Giovanni Arrighi e Dale Tomich, supomos uma mudança na economia-mundo europeia do século XVIII por meio da definição de um ciclo de acumulação britânico, sucedendo ao holandês que perdurou essencialmente durante o século XVII e boa parte do XVIII. Dessa forma, as mudanças mentais substanciadas pela Ilustração ocorreram de modo conjugado à industrialização e urbanização no continente europeu, fatores esses que tomaram força no século seguinte⁹.

No final do século XVIII e com expressiva força durante o século XIX, a Europa experienciou um significativo crescimento demográfico, fato esse relacionado ao crescimento das cidades do continente. O contexto era de evidentes transformações, pois as indústrias demandavam novas e mais matérias-primas, ao mesmo tempo em que o crescimento e transformações demográficas na Europa estavam “[...] associados a novos

⁸ Para as informações do parágrafo e sobre as duas lógicas de expansão e o papel pioneiro atribuído a Portugal, ver ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996, pp. 111 – 130; para as ideias do parágrafo e a ideia de sistema atlântico e de contemporaneidade de temporalidades não-contemporâneas na colonização americana, ver BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael de B.; PARRON, Tâmis, *op. cit.*, pp. 21 – 93; para o parágrafo, ver ainda MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo...*, pp. 69-94 e pp. 168 – 171; SANTOS, Catarina Madeira, *op. cit.*, pp. 26 – 27 e 32 – 43: é somente na segunda metade do século XVIII que Portugal estrutura um governo centralizado, superando uma administração baseada em soluções casuísticas. Para reforçar o Estado luso, foram redefinidas as estratégias de disciplinamento social (direito, educação etc.).

⁹ ARRIGHI, Giovanni, *op. cit.*, pp. 130 – 245; TOMICH, Dale. *Through the prism of slavery: labor, capital, and world economy*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2004, pp. 56-71, especialmente p. 59; COCLANIS, Peter. “Global perspectives on the early economic history of South Carolina”. *The South Carolina Historical Magazine*, Charleston, v. 106, n. 2/3, 2005, p. 137; SERRÃO, José Vicente. “População e rede urbana nos séculos XVI-XVIII” in OLIVEIRA, César (dir.). *História dos municípios e do poder local* (dos finais da Idade Média à União Europeia). Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, pp. 63-77. Também ARRUDA, José Jobson de A. “Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII”. *Revista USP*, São Paulo, n. 46, 2000, *passim*.

padrões de consumo que aumentaram a dependência europeia em relação aos produtores periféricos de alimentos”¹⁰. Tais mudanças balizaram as transformações em Portugal no período e suscitaram respostas que retroagiriam sobre o enquadramento mais amplo.

2.1. O período pombalino

A partir de nosso recorte cronológico, a análise é iniciada em meados do século XVIII, com a ascensão de Sebastião José de Carvalho e Melo ao ministério em 1750. Contudo, ao considerarmos o impacto das reformas ilustradas portuguesas, no contexto de transformações materiais e mentais iniciado em fins do século XVIII, não postulamos a existência de uma quebra absoluta com a ascensão de Sebastião José em solo luso, como se algo surgisse a partir do zero e transformasse a sociedade em seus mais amplos aspectos em um piscar de olhos. Como bem argumentou Ana Cristina Araújo, nem tudo antes de Sebastião José pode ser descrito como atrasado. Houve experiências anteriores inseridas na mudança ampla que cobria a Europa do século XVIII. As ações do conde de Ericeira, as atividades da Academia dos Generosos, as obras e o pensamento de Rafael Bluteau, todos esses fatos precederam Pombal e estiveram conjugados às discussões mais amplas no cenário europeu. Os intelectuais portugueses possuíram liberdade, teceram laços com estrangeiros ou portugueses retornados do exterior, discutiram e procuraram soluções para problemas filosóficos, físicos, filológicos e literários¹¹.

Bons exemplos desse fato são as figuras de Alexandre de Gusmão e dom Luís da Cunha. O primeiro, ainda na metade inicial do século XVIII, sob o reinado de dom João V, foi responsável por projetos de reorganização do império, particularmente em sua configuração espacial. Foi ele, a título de exemplo, o ator por trás das tratativas que

¹⁰ TOMICH, Dale, *op. cit.*, p. 59 (nossa tradução de: “[...] associated with new patterns of consumption that increased Europe’s dependency on peripheral producers for foodstuffs”); ARRUDA, José Jobson de A. “Decadência ou crise...”, pp. 76-77; também SERRÃO, José Vicente. “População e rede urbana...”, *passim*.

¹¹ ARAÚJO, Ana Cristina, *op. cit.*, pp. 23 – 36; MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo...*, pp. 10 – 16; MACEDO, Jorge Borges de, *op. cit.*, p. 46. Como destaca Dannylo de Azevedo, o Estado português, administrado por Pombal, continuou a postar obstáculos ao livre fluir das luzes. A ele interessava os objetivos práticos das ciências e da razão e não o potencial questionador da razão ao Absolutismo. Ao mesmo tempo, as elites coloniais buscavam medidas que não colocassem em perigo seus privilégios e os laços coloniais. Como procuramos demonstrar no início desse capítulo, a ilustração em Portugal servia aos interesses do Estado absolutista – AZEVEDO, Dannylo de. *O Fazendeiro do Brasil: manuais agrícolas no Brasil colonial em finais do século XVIII*. 2018. 315 p. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – FFLCH-USP, São Paulo, 2018, pp. 30 – 39. Francisco Falcon, por seu turno, argumentou que Portugal, antes do século XVIII, estaria defasado em relação ao restante da Europa, havendo uma “inércia mental” e “interesses retrógrados”. Portugal, fora dos fluxos de mudança que corriam a Europa desde o século XV, teria entrado nos Setecentos com “costumes e ideias” defasados – ver FALCON, Francisco. *A Época Pombalina...*, pp. 149 – 160, especialmente as pp. 153 – 158.

levaram à confecção do Tratado de Madrid. O segundo, por seu turno, escreveu um famoso texto, seu “Testamento Político”, em que indicava, ao príncipe dom José, Sebastião José como potencial secretário, o que veio a ser concretizado anos mais tarde¹².

Além disso, e ligadas às questões trabalhadas no próximo capítulo, não se pode deixar de lembrar que houve tentativas de diversificação agrícola no império português em fins do século XVII, em um contexto mais amplo de reformas econômicas patrocinadas, por exemplo, pelo Conde da Ericeira. Isso atestou, mais uma vez, a existência de experiências anteriores e similares àquelas de fins do Setecentos¹³.

*

Com a ascensão de Sebastião José ao ministério em 1750, a necessidade premente de reorganizar o império como um todo se materializou em diversas reformas de cariz ilustrado. As ideias reformistas do futuro marquês de Pombal já podiam ser antevistas quando ele, enquanto enviado português a Londres, escreveu sobre diversos assuntos relativos a Portugal. Foi nomeado para tal função em 1738, sob as ordens de dom João V, ficando responsável por coordenar os laços diplomáticos, políticos e comerciais junto à importante aliada. Foi na Inglaterra em que o futuro ministro acumulou diversos livros sobre economia, bem como travou contato com homens versados na arte do comércio e demonstrou o modo como compreendia a economia¹⁴.

Sua ação em Londres não foi simples e nem fácil. Teve de enfrentar os poderosos interesses ingleses e isso não foi feito em igualdade de condições¹⁵:

[...] O governo britânico explorava esta situação de desequilíbrio e dependência, deixando veladamente antever a ameaça que a Inglaterra representaria para o ultramar português em caso de ruptura da antiga amizade, na certeza também de que a França dificilmente constituiria uma alternativa de aliança, não só pela sua ligação à Espanha, mas ainda por ter menos vantagens a oferecer a Portugal, designadamente no plano comercial [...]¹⁶.

¹² AZEVEDO, João Lúcio de, *op. cit.*, pp. 87 – 115, 132 – 133.

¹³ Ver HANSON, Carl. *Economia e sociedade no Portugal Barroco (1668-1703)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986, pp. 179-284.

¹⁴ BARRETO, José. “Introdução” in CARVALHO E MELO, Sebastião José de. *Escritos econômicos de Londres (1741-1742)*. Edição de José Barreto. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986, pp. VII, XXIII – XXXV *et seq.* Segundo Barreto, haveria um caráter programático nos escritos de Carvalho e Melo em Londres – *Idem, Ibidem*, p. LVII.

¹⁵ BARRETO, José. “Introdução”..., pp. XXIII – XXIV.

¹⁶ *Idem, Ibidem*, pp. XXIII – XXIV.

Sem perder a aliança com os ingleses, garantia da segurança portuguesa, Sebastião indicava a necessidade da emulação das estratégias que garantiram a superioridade britânica. Desejou “[...] investigar [...] as causas com que Sua Majestade achou logo nos princípios do seu reinado o comércio de Portugal em tanta decadência, ao mesmo passo que o de Inglaterra e de outras nações tiveram um desmedido aumento [...]”. Em seus escritos do período, diversas ideias foram apresentadas e podem ser vistos alguns tópicos que mais tarde tomariam a sua atenção. A necessidade de reformas imperiais já estava presente na mente do enviado¹⁷ e a Inglaterra aparecia como um modelo das decisões a serem tomadas.

Em uma carta remetida de Londres a Marco António de Azevedo Coutinho, em janeiro de 1741, Sebastião José atestava, de acordo com seu ponto de vista, que os ingleses abusavam das convenções estabelecidas, infringindo os direitos de Portugal. Os males da relação, indícios de problemas para o reino luso, não vinham da letra dos tratados, mas dos abusos cometidos pelos parceiros comerciais do noroeste europeu. Segundo o enviado português, era preciso forçar os ingleses a andarem na linha dos tratados, o que traria ganhos para os portugueses. O problema seria convencer os aliados disso, os quais tinham em mente que a dependência lusa facilitava os abusos. Afinal de contas, eles nutriam “[...] ideias de que Portugal tem o seu único refúgio em Inglaterra e de que, sem esta, nem pode ter segurança no continente nem conservar a América”. Enquanto Portugal não pudesse tomar medidas mais duras contra as infrações, Sebastião José concluiu que o melhor seria tolerar os abusos ingleses e não encontrar outros piores, surgidos de decisões mal pensadas. Quando a situação permitisse, Portugal poderia requerer o respeito aos tratados e a retratação dos abusos¹⁸.

Portanto, Sebastião José via problemas comerciais que afetavam o império português. A solução não seria fácil, mas algo deveria ser feito. As ideias postas no papel poderiam ser o início de uma mudança¹⁹.

¹⁷ BARRETO, José. “Introdução”..., pp. XXXV – XXXVI e XLIX – L. Também CARVALHO E MELO, Sebastião José de. “Carta ao cardeal da Mota em 19 de fevereiro de 1742”, in *Escritos econômicos de Londres (1741-1742)*. Edição de José Barreto. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986, p. 158.

¹⁸ CARVALHO E MELO, Sebastião José de. “Carta de ofício a Marco António de Azevedo Coutinho em 2 de janeiro de 1741 (extracto)” in *Escritos econômicos de Londres (1741-1742)*. Edição de José Barreto. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986, pp. 3 – 32. Azevedo Coutinho foi o anterior enviado extraordinário em Londres; foi substituído por Sebastião José e depois foi alçado ao cargo de secretário de Estado – ver BARRETO, José. “Introdução”..., p. VII.

¹⁹ Contudo, mesmo preferindo certo imobilismo nas respostas frente aos ingleses, Sebastião apontou uma pequena medida ao governo português. Os ingleses utilizavam portugueses, com passaportes expedidos pelo governo luso, como testas-de-ferro no comércio entre Portugal e Inglaterra. Afinal, eram os ingleses

Tais ideias ficam mais claras em um documento posterior, a conhecida “Relação dos gravames”. Para além de reforçar aqueles argumentos e demonstrar possíveis resoluções dos problemas, quais são as demais ideias aí contidas referentes à economia imperial? Primeiramente, devemos destacar a enumeração das ditas máximas do comércio inglês, algo feito para demonstrar o sucesso da aliada, mas, possivelmente, com o objetivo de iluminar o que poderia ser emulado. Uma das máximas era a da preferência por “mercadorias grosseiras e volumosas” sobre artigos “finos e preciosos”, algo feito pelos ingleses em seu comércio de tabaco, trigo e inclusive de arroz. Menos valiosos e com maior volume, demandariam mais pessoas em seu comércio, enriquecendo o país. Isso seria complementado pela quinta máxima: “[...] toda a nação deve procurar [...] receber os gêneros alheios em materiais indigestos e crus e transportar os próprios para os introduzir nos domínios estranhos depois de serem digeridos e beneficiados pelas manufaturas [...]”. Ademais, o comércio mais vantajoso para as metrópoles seria o de suas colônias, fazendo com que as riquezas não fossem perdidas no estrangeiro. Para isso, os artigos naturais das colônias, ou outros que beneficiassem o império, mereceriam atenção. Afinal de contas, ao procurar entender as infrações cometidas pelos ingleses, o enviado argumentou que era²⁰

[...] indispensável referir desde Londres o que está sucedendo em Lisboa e todo Portugal. Pois que nesta matéria o mesmo que aí seria mais dificultoso ao exame direto, se acha aqui sem outro merecimento que o da paciência em acumular as notícias que os casos do tempo trazem por reflexão a esta distância, onde param as vistas do comércio da Europa inteira²¹.

Tais eram as ideias do enviado, dicas do que seu país deveria seguir para atenuar os abusos ingleses sobre o comércio luso. Todavia, a descrição das violações era também uma maneira de demonstrar o êxito que deveria servir como padrão. Com muito sentido, buscava-se emular as estratégias da região onde estavam “[...] as vistas do comércio da

que ganhavam nesse negócio. Sebastião defendeu que os passaportes deveriam ser concedidos somente a portugueses “[...] notoriamente abonados e incapazes de ser testas de ferro [...]”. Ver CARVALHO E MELO, Sebastião José de. “Carta de ofício a Marco António de Azevedo Coutinho em 8 de julho de 1741” in *Escritos econômicos de Londres (1741-1742)*. Edição de José Barreto. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986, pp. 113 – 118; sobre o imobilismo, ver o parágrafo anterior.

²⁰ CARVALHO E MELO, Sebastião José de. “Relação dos gravames que ao comercio e vassallos de Portugal se tem inferido e estão actualmente inferindo por Inglaterra, com as infracções que dos pactos reciprocos se tem feito por este segundo reyno assim nos actos de parlamento que publicou como nos costumes que stableceo e nos outros diverços meynos de que se servio para fraudar os tratados do comercio entre as duas nações” in *Escritos econômicos de Londres (1741-1742)*. Edição de José Barreto. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986, pp. 36 – 43, 75.

²¹ *Idem, Ibidem*, p. 95

Europa inteira”, sinal de sucesso mercantil. Por outro lado, e de modo particular para nossos propósitos, vemos que o arroz, volumoso e pouco fino, se encaixava em muitas das prescrições elencadas por Sebastião José. Cultivado em terras portuguesas no Novo Mundo, seria utilizado para alimentar a população metropolitana, sem a necessidade de importações estrangeiras²².

Tais considerações ficaram claras na carta de Sebastião José ao cardeal da Mota, datada de fevereiro de 1742. Nela, ao apresentar um inglês chamado Cleland e seu plano comercial para Portugal, ficaram atestados certos eixos da argumentação do enviado. Discorrendo sobre o comércio asiático, Portugal deveria emular os “[...] mesmos meios de que se servem os outros Estados a quem é tão útil o comércio da Índia [...]”, mas, para que houvesse sucesso, seria necessária a articulação entre os planos governamentais e a prática dos mercadores. Quais seriam, então, algumas das estratégias a serem emuladas de países como Dinamarca, Suécia, França, Holanda e Inglaterra? A busca no estrangeiro e o emprego em Portugal de pessoas com experiência e conhecimento mercantil, aliada ao estímulo do estudo de tais questões no reino. As ideias deveriam ser apresentadas de modo simples aos mercadores, instigando-os a bem desempenhar suas funções²³:

[...] Todas as nações da Europa se aumentaram e aumentam ainda hoje pela recíproca imitação. Cada uma vigia cuidadosamente sobre as ações que otram as outras. Assim fazem todas própria, mediante a informação dos seus ministros, a utilidade dos inventos alheios. Por isso refiro a V. Imm.^a os descobrimentos particulares que desta parte se tem feito no método da administração e manejo do comércio marítimo [...]²⁴.

Por meio de estratégias antes utilizadas por britânicos e franceses para superar os holandeses, Sebastião José visava a compressão da defasagem entre seu país e as potências do noroeste europeu. Uma boa estratégia seria a emulação do que criou o sucesso do sistema concorrente, “[...] com vistas à aceleração do tempo histórico”. O impacto dessas diretrizes nos planos reformistas lusos, para além do espaço asiático, poderá ser visto e discutido no decorrer das próximas páginas. Desde já, notamos como a emulação pôde envolver práticas comerciais e produtivas, como a cópia e tradução de escritos alheios. No fim das costas, no correr de alguns anos, Sebastião José deixou de ser o enviado a Londres e se tornou o poderoso ministro que conhecemos. As reformas,

²² CARVALHO E MELO, Sebastião José de. “Relação dos gravames...”, p. 95.

²³ CARVALHO E MELO, Sebastião José de. “Carta ao cardeal da Mota...”, pp. 133 – 161.

²⁴ *Idem, Ibidem*, p. 158.

então, foram postas em prática e as mudanças na organização econômica e no pensamento sobre o assunto foram estabelecidas²⁵.

As mudanças na administração imperial portuguesa, pensadas para sanar os novos problemas, tomaram forma dentro de um programa de governo bem delimitado a partir da segunda metade do século XVIII²⁶. As reformas ganharam corpo e se inseriram no contexto acima delineado. Tal fase teve início formal com a ascensão de Sebastião José, o futuro conde de Oeiras e marquês de Pombal, à posição ministerial em 1750. Apesar de não demarcar um choque absoluto em relação ao período anterior, Sebastião José deixou traços distintos em seu período no governo, respondendo a problemas particulares de sua época²⁷.

Escolhido pelo rei dom José I para ocupar, inicialmente, a Secretaria de Estado da Guerra e dos Negócios Externos, Pombal assumiu a Secretaria dos Negócios do Reino no ano de 1756, algum tempo após o terremoto e tsunami que devastaram Lisboa. Auxiliado pelos demais secretários e membros do governo, Sebastião José empreendeu reformas nos mais variados âmbitos da administração imperial, desde a remodelação do sistema educacional, substanciada na reforma da Universidade de Coimbra, até o início das propostas de diversificação agrícola imperial. Como um dos eixos estruturadores

²⁵ BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael de B.; PARRON, Tâmis, *op. cit.*, pp. 5 – 93, especialmente pp. 45 – 46 e 76 – 85.

²⁶ A ideia não é a de um programa de governo sem contradição e cuja autoria coube somente a Pombal. Defendemos que havia um projeto bem esboçado, envolvendo centralização política e uma visão abrangente da administração imperial, que procurou posicionar de melhor forma Portugal no concerto mundial. Um programa que reforçou as ideias reformistas. Ver MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo...*, pp. 168 – 171 e pp. 119-139; SANTOS, Catarina M., *op. cit.*, pp. 27, 32 – 38, 44 e 52 – 53; ARRUDA, José Jobson de A. “Decadência ou crise...”, *passim*; também MOREIRA, António. “Desenvolvimento industrial e atraso tecnológico em Portugal na segunda metade do século XVIII” in SANTOS, Maria Helena C. dos. (coord.). *Pombal revisitado: comunicações ao colóquio internacional organizado pela comissão das comemorações do 2º centenário da morte do Marquês de Pombal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984, pp. 18 e 55.

²⁷ MACEDO, Jorge Borges de, *op. cit.*, *passim*, especialmente as pp. 16 – 17 e 46 – 63; MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo...*, pp. 168 – 177 e pp. 119-139; AZEVEDO, Dannylo de, *op. cit.*, p. 39; talvez, uma explicação para as constantes disputas quanto à novidade assinalada por Pombal se deva ao fato de ele ter, segundo Maxwell, feito reformas “disfarçadas”, novidades com linguagem anterior – MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo...*, pp. 9 – 10 e 61. Para uma interpretação contrária a essa, ver MAGALHÃES, Joaquim Romero. “Sebastião José de Carvalho e Melo e a economia do Brasil”, in *Labirintos brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 173 – 198: para o autor, a política pombalina não foi “homogênea” nem “coerente”. Teria havido, na verdade, respostas às conjunturas e eventos e não um projeto sistemático e bem orientado. Ademais, diz que não houve muita preocupação de Pombal pela economia brasileira e que ele não pôde controlar os demais membros do governo, cuja autonomia Magalhães frisa em seu texto. As ações de Pombal foram, essencialmente, pragmáticas. Aparentemente, tais considerações de Magalhães se assemelham muito às de Jorge Borges de Macedo. Para esse segundo autor, não foi criado um plano pombalino, mas repostas do governo à situação prevalecente à época, medidas tomadas para enfrentar a crise existente – ver MACEDO, Jorge Borges de, *op. cit.*, *passim*.

dessas medidas, havia a necessidade de compensar a suposta superioridade das demais nações, como a Grã-Bretanha. Seu objetivo foi, de modo sumário, aumentar o poder do Estado por meio, por exemplo, de práticas mercantilistas, ao mesmo tempo em que tornou monopólio estatal a coerção e a imposição de impostos. Os ideais ilustrados estiveram presentes, ligados essencialmente ao fortalecimento do Estado frente às potências do norte. Como argumenta Kenneth Maxwell, Pombal, ainda em Londres, procurou compreender a superioridade britânica e, conseqüentemente, a debilidade generalizada de Portugal face à aliada do norte, algo que pudemos confirmar na análise da correspondência de Sebastião José durante sua estada em Londres. Enfim, defasado e com pouco peso no concerto europeu, Portugal dependeu de seu império para defender sua posição²⁸.

As reformas empreendidas pela governação pombalina foram amplas e estavam baseadas em uma nova visão sobre o conjunto imperial. Pombal empreendeu reformas fiscais, militares, educativas e econômicas, buscando incrementar o poder estatal. Fez alterações na cobrança de impostos, criou o Erário Régio e uma burocracia atrelada às suas visões, enfrentou a ordem jesuíta e sua subordinação a Roma, incentivou a diversificação agrícola, a reorganização urbana da colônia e o desenvolvimento de manufaturas. Segundo Maxwell, o secretário objetivou tornar o império lucrativo, aproximando, assim, “[...] os interesses dos empresários portugueses e os do império”. Buscou tornar os comerciantes lusos aptos à competição com os estrangeiros. As reformas foram coerentes e combinadas em um plano abrangente, pretendendo uma “exploração racional das colônias”, criando uma espécie de reforma total. Dentre todas essas medidas,

²⁸ Ver MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo...*, *passim*, especialmente as pp. 4-7. Ademais, relativizando o tantas vezes descrito abismo criado pela administração pombalina em relação ao período anterior, Maxwell se refere ao fato de que Sebastião José serviu como diplomata em Londres e Viena durante o reinado de dom João V, período no qual pôde aquilatar experiências e leituras que mais tarde guiariam sua governação – *Idem, Ibidem*, pp. 1 – 10. Ainda sobre Pombal, ver MAGALHÃES, Joaquim Romero, *op. cit., passim*. Acerca da visão sobre a Inglaterra e os ingleses em Portugal, ver OLIVEIRA, Luiz Eduardo. “A Inglaterra como vilã: Sebastião José de Carvalho e Melo e o discurso da anglofobia”. *Revista Letras com Vida – literatura, cultura e arte*, Lisboa, v. 5, 2012. Pombal, segundo Maxwell, não era anti-inglês, mas apenas buscou defender os interesses dos mercadores portugueses – MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo...*, pp. 51-68 (especialmente as pp. 63-64) ou ainda MACEDO, Jorge Borges de, *op. cit.*, cap. 3. A questão da dependência em relação aos britânicos merece uma última nota. Como bem diz Tiago Miranda, durante os séculos XVII e XVIII, a “dependência” estava relacionada a algo visto como “útil” pelos Estados. Dito de outra forma, “[...] a força de um Estado media-se pelas alianças [...] e pela posição que ocupava no equilíbrio europeu”. A partir dessa ideia, deve-se focalizar as escolhas da aliança inglesa, bem como a tentativa de manter uma instável neutralidade nas relações diplomáticas lusas – ver MIRANDA, Tiago C. P. dos R., *op. cit.*, p. 57; NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial, 1777-1808*. 9ª edição. São Paulo: Hucitec, 2011, pp. 17 – 56.

todavia, as que mais nos interessam são as reformas econômicas imperiais, cujos resultados foram relevantes²⁹.

Portugal foi, durante boa parte do século XVIII, dependente de cereal importado e isso tinha reflexos sobre a balança comercial com as nações estrangeiras. A criação de companhias privilegiadas, a título de exemplo, buscou auxiliar na reversão desse cenário com a diversificação da produção, até então centrada no açúcar e tabaco. Ao mesmo tempo em que esses dois produtos foram alvos de medidas de recuperação, diversos outros, como anil, algodão e arroz, tiveram sua produção incentivada. Tais propostas visaram transformar o espaço de Portugal no comércio mundial, baseando-se na ação direta do Estado no comércio e na produção imperial. No final das contas, visou proteger “[...] o comércio mutuamente vantajoso – o vinho do Porto, por exemplo – mas também aspirava a desenvolver uma poderosa classe nacional de homens de negócios [...] [aptos a] desafiar seus concorrentes estrangeiros [...]”³⁰.

Na porção americana do império, buscou-se diversificar a produção, para assim atender às novas exigências da época. Manufaturas, incentivadas na metrópole, necessitavam de matérias-primas, a crescente população ansiava por alimentos em volume maior e era necessário depender menos das importações vindas do estrangeiro. A diversificação, iniciada nesse período pombalino, surtiu efeitos, como será visto adiante, pois a pauta de exportações foi ampliada em fins do século XVIII: algodão, arroz, café, cacau foram incentivados e despachados à metrópole, obtendo êxito em graus diversos³¹.

²⁹ ARRUDA, José Jobson de A. “Decadência ou crise...”, *passim*; MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo...*, *passim*, especialmente as pp. 55, 61 e 94; MACEDO, Jorge Borges de, *op. cit.*, *passim*; para Fernando Tomaz, houve uma reforma administrativa-financeira; tal “[...] reforma – que se traduziu, de imediato, na criação de um Tesouro Geral e na reorganização do Conselho da Fazenda – teve por finalidade instituir um sistema de centralização das receitas e das despesas do Estado, dotando, deste modo, o poder central de um instrumento de controle eficaz das finanças públicas [...]”. Contribuiu, afinal, para o fortalecimento do poder régio. Esse autor mostra como certas medidas, mesmo previstas em lei, não puderam ser efetivadas, demonstrando algumas deficiências das reformas – ver TOMAZ, Fernando. “As finanças do Estado pombalino – 1762-1776”, in *Estudos em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1988, pp. 355 – 388. Sobre a urbanização promovida no período pombalino, com foco na capitania de São Paulo, ver BACELLAR, Carlos de A. P. “As famílias de povoadores em áreas de fronteira da capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Belo Horizonte, v. 34, n. 3, 2017.

³⁰ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo...*, *passim*, principalmente as pp. 43, 133-134 e 170; AZEVEDO, Dannylo de, *op. cit.*, pp. 115 – 134 e 145 – 157; BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael de B.; PARRON, Tâmis, *op. cit.*, pp. 81-82; FERLINI, Vera Lucia A. “Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765 – 1822)”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, 2009, pp. 238 – 239. Ver também as notas 7, 8 e 9 do primeiro capítulo e os parágrafos a que se referem.

³¹ FERLINI, Vera Lucia A., *op. cit.*, pp. 238 – 239; MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo...*, pp. 51-177, especialmente as pp. 119-158; MOREIRA, António. “Desenvolvimento

É nesse contexto de mudanças mentais da Ilustração europeia, atreladas às transformações materiais do ciclo de acumulação britânico, em que compreendemos as reformas ilustradas ocorridas no final do século XVIII e as transformações na forma de ver a configuração econômica do império. Dentro de tal contexto reformista, o processo de diversificação agrícola ganhou relevo. Alimentos como o arroz encontraram novo espaço e, produzidos nas colônias, foram enviados à metrópole³².

Um vislumbre das mudanças trazidas pelas reformas ilustradas pombalinas pode ser encontrado nas famosas “Observações secretíssimas” do marquês de Pombal, escritas após a inauguração de uma estátua em homenagem a dom José I em 1775. Nelas, Sebastião José, de modo pouco surpreendente para a ocasião, cantou as glórias do reinado de seu rei. Apontou diversos indícios das boas mudanças que haviam ocorrido, como o desenvolvimento nas artes e na educação do povo. No que mais nos interessa, asseverou que Portugal já não dependia de algumas manufaturas do estrangeiro e elencou diversos produtos coloniais e do reino que enriqueciam o império: diamantes, açúcar, tabaco, couros, sal, vinho, frutas, pau-brasil e produtos asiáticos. Sinal da diversificação da produção colonial, todavia, atestou-se a produção de “[...] cacau, café, arroz, algodão, gengibre, cravo grosso e fino, urucum e outros muitos gêneros do Pará e Maranhão [...]” e isso na década de 1770, antes dos escritos reformistas dedicados à agricultura. Afinal de contas, com tais riquezas da América e da Ásia, o Portugal de dom José, nas palavras de seu ministro, tinha o “[...] comércio externo mais feliz e opulento do que o foi naquele feliz dos senhores reis D. Manuel e D. João III [...]”. Se havia a necessidade de adequar a situação portuguesa, contando com a experiência de outras potências europeias, Sebastião José visou acelerar as soluções ao mesmo tempo em que fez reminiscências a uma experiência anterior, quando os ibéricos se viam como atores historicamente avançados. Todas essas considerações tecidas pelos atores de então denotam a constituição, nas palavras de Koselleck, de um espaço de experiência atrelado a um horizonte de expectativas: via-se a realidade passada de Portugal e a realidade presente dos entes políticos do noroeste europeu, pensava-se na recomposição futura da monarquia

industrial e atraso...”, p. 55; AZEVEDO, Dannylo de, *op. cit.*, p. 183; ARRUDA, José Jobson de A. “Decadência ou crise...”, p. 69; ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1980, pp. 351 – 354.

³² Sobre o ciclo de acumulação britânico, ver a nota 9 deste capítulo. Para as demais informações, ler a nota do parágrafo anterior.

lusa em novos moldes por meio de mudanças na organização e no pensamento sobre a economia³³.

Se antes, enquanto em Londres, Pombal vira a necessidade de emular os sucessos alheios, quase quarenta anos mais tarde, chegou a dizer que os estrangeiros deveriam emular os sucessos lusos. Nada de inesperado em um escrito que, segundo o próprio Pombal, foi lido pelo monarca. Sabemos, todavia, que as reformas continuaram após Pombal, com novos atores e novas medidas. Ainda havia trabalho a ser feito. Portanto, Pombal utilizou estratégias mercantilistas para iniciar esse movimento reformista, mas não deve ser descrito como um mercantilista rígido. Por um lado, apostou na constituição de companhias monopolistas, mas, por outro, objetava à suposta riqueza das minas de metais preciosos, defendendo outras origens para o engrandecimento do império³⁴.

Antes de continuarmos a análise das transformações na economia imperial após Pombal, cabe frisar o fato de que as reformas ilustradas em Portugal não se encerraram com a queda de Sebastião em 1777, ano em que dom José I faleceu e dona Maria I assumiu o trono. Apesar de alguns estudiosos destacarem uma suposta “viradeira” no novo reinado, espécie de negação às medidas pombalinas, houve continuidade das medidas reformistas no que respeita a nossa análise. Atores como dom Rodrigo de Sousa Coutinho, bem como outros ilustrados, levaram adiante as propostas reformistas e as teorizações sobre a economia³⁵.

³³ CARVALHO E MELO, Sebastião José de. “Observações secretíssimas do Marquez de Pombal sobre a collocação da Estatua Equestre de Sua Magestade o Senhor D. José I” in *Gabinete histórico que a Sua Magestade Fidelíssima o Senhor Rei D. Miguel I em o dia dos seus felicissimos anos 23 de outubro de 1831 offerece Fr. Claudio da Conceição, Ex-definidor, examinador synodal do Patriarchado de Lisboa, Prégador Regio, Chronista, e Padre da Provincia de Sancta Maria d’Arrabida, e Chronista do Reino*. Tomo XVII. Lisboa: Imprensa Regia, 1831, *passim*. Para o argumento sobre as temporalidades, consultar BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael de B.; PARRON, Tâmis, *op. cit.*, pp. 11-93; e KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006, pp. 305-327.

³⁴ Ver CARVALHO E MELO, Sebastião José de. “Observações secretíssimas...”, *passim*, especialmente as pp. 321-322 e 331-332; ARRUDA, José Jobson de A. “Decadência ou crise...”, p. 69; BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael de B.; PARRON, Tâmis, *op. cit.*, pp. 80-81. Para análises críticas sobre o mercantilismo, ver SUPRINYAK, Carlos Eduardo. “Moeda, tesouro e riqueza: uma anatomia conceitual do mercantilismo britânico do início do século XVII”. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 39, n. 3, 2009; também DEYON, Pierre. *O mercantilismo*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

³⁵ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo...*, pp. 159-177; NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise...*, pp. 224 – 298; para outro autor que enxergou continuidades das ações pombalinas no reinado de dona Maria I, ver BOXER, Charles R. *O império marítimo português: 1415 – 1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 208 – 209.

2.2. Os planos reformistas pós-pombalinos

Dentre os inúmeros nomes que levaram adiante as propostas reformistas, uma figura relevante, ótimo exemplo de ilustrado que acumulava a função de funcionário eclesiástico, foi o bispo Azeredo Coutinho. Polivalente, galgou posições episcopais na colônia e na metrópole, e ainda foi autor de diversas peças reformistas, além de ter sido deputado, representando a província do Rio de Janeiro nas cortes de Lisboa no século XIX. Teve contato com a administração rural, estudou e se tornou bispo. Seus planos revelavam as influências de seu tempo e buscaram responder aos problemas da época³⁶.

A análise dos escritos de atores como o bispo Azeredo Coutinho permite entrever as principais mudanças ocorridas no pensamento econômico do período e como afetaram a organização e o espaço conferido à produção agrícola e, conseqüentemente, ao cultivo e aos discursos sobre arroz, sendo parte daquele movimento reformista de fins do Setecentos. Se Sebastião José se distanciou um pouco do mercantilismo em suas ações para reformar o império português a partir de um ambiente “ilustrado”, os debates propriamente econômicos ganharam força em fins do século XVIII e trouxeram transformações ao pensamento sobre a economia, no que contou a própria organização de um campo de estudos dessa realidade³⁷.

No caso do bispo, um de seus escritos mais conhecidos é o “Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias”, impresso na Academia Real das Ciências de Lisboa em 1794 e republicado em 1816 e 1828. No início da edição de 1816, percebemos como a retórica da emulação e da necessidade de avanço veio à tona, dado que as nações estrangeiras “[...] que hoje nos querem olhar com desprezo, não podem deixar de confessar que seus avós vieram aprender dos nossos a ver o mundo e tudo quanto nele há de grande”, no que o autor recuperou a paisagem histórica de Portugal para entender o presente em que vivia. Com isso em mente, o autor buscou demonstrar o

³⁶ HOLANDA, Sérgio B. de. “Apresentação” in COUTINHO, José Joaquim da C. de A. *Obras econômicas de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, pp. 13 – 26. Para mais informações sobre a biografia do bispo ilustrado, ver CANTARINO, Nelson M. *A razão e a ordem: o bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho e a defesa ilustrada do Antigo Regime português (1742-1821)*. São Paulo: Alameda, 2015, especialmente as pp. 23-64.

³⁷ Ver CARDOSO, José Luís; CUNHA, Alexandre M. “Discurso econômico e política colonial no Império Luso-Brasileiro (1750-1808)”. *Tempo*, Niterói, v. 17, n. 31, 2011, *passim*; também CASTRO, Armando. “Introdução” in *Economia Política feita em 1795 por M.J.R.* Introdução e direção de edição de Armando Castro. Lisboa: Banco de Portugal, 1992, p. xiv; também MARQUESE, Rafael de B. *Administração & Escravidão: ideias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1999, cap. II; AZEVEDO, Dannylo de, *op. cit.*, pp. 104-105.

que conhecia do Império português, com vistas a indicar soluções que pudessem sanar o desprezo das demais nações. Para Azeredo Coutinho haveria uma estreita união entre agricultura, navegação e indústria, cada qual dependendo e reforçando a outra, e cujos frutos seriam essenciais na competição com as demais nações. Nessa disputa, afinal, uma estratégia seria a imitação de ações que se mostraram proveitosas e que poderiam “servir de regra”. Suas análises e soluções devem ser compreendidas tendo em vista tal visão da economia imperial³⁸.

Para Azeredo Coutinho, a união útil e bem feita entre os diversos ramos da economia traria bons resultados para o império. Um ótimo exemplo é dado no plano de construção de navios na colônia: com trabalhadores e materiais de construção em abundância, as naves sairiam “[...] por um preço mais cômodo; os fretes ser[iam] mais baratos, os gêneros das colônias se dar[iam] na metrópole o melhor mercado e com preferência aos dos estrangeiros que conosco quiserem concorrer”. Vemos a articulação entre comércio e agricultura, e como, no caso da última, o arroz se encaixava muito bem nas considerações do bispo. Sua produção na América portuguesa e o envio à metrópole auxiliariam na substituição das importações. E isso, segundo o autor, a partir da simples competição no mercado, sem proteções e preferências dadas pelo Estado³⁹.

Nesse escrito, notamos a influência da incipiente economia política. Uma nova perspectiva sobre os ramos da economia imperial veio à tona. Agricultura, comércio e indústrias gerariam lucros para Portugal, já não somente baseados na posse das terras, vistas certas vezes como as únicas geradoras de riquezas. Ao mesmo tempo, todavia, Coutinho englobou outras ideias em seu escrito. Se pareceu defender um comércio mais livre, criticando monopólios, ele não deixou de citar o papel estatal⁴⁰.

³⁸ HOLANDA, Sérgio B. de. “Apresentação”..., p. 30; COUTINHO, José Joaquim da C. de A. “Ensaio economico sobre o commercio de Portugal e suas colonias offerecido ao serenissimo principe da Beira o senhor D. Pedro, e publicado de ordem da Academia Real das Sciencias pelo seu socio D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, bispo em outro tempo de Pernambuco, depois eleito de Bragança, e Miranda, e actualmente bispo d’Elvas, do conselho de sua alteza real etc. Segunda edição corrigida, e accrescentada pelo mesmo auctor” in *Obras econômicas de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, pp. 63, 68 – 88.

³⁹ COUTINHO, José Joaquim da C. de A. “Ensaio economico sobre o commercio de Portugal e suas colonias”..., p. 124. Também CANTARINO, Nelson M., *op. cit.*, p. 115.

⁴⁰ COUTINHO, José Joaquim da C. de A. “Ensaio economico sobre o commercio de Portugal e suas colonias”..., pp. 75 – 84, 142 – 143. Ver TOMICH, Dale. “A riqueza do império: Francisco Arango y Parreño, Economia Política e a Segunda Escravidão em Cuba”. *Revista de História*, São Paulo, n. 149, 2003, pp. 17 – 20.

Coutinho sabia e descreveu a importância dos auxílios do governo. Citando Bielfeld, o bispo aparentemente concordou com a ideia de que gratificações ou isenções deveriam ser instrumentos no auxílio da produção nacional. Dessa forma, evitar-se-iam grandes prejuízos, “[...] um pela ruína do gênero da nação, outro pelo dinheiro que nos leva o estrangeiro a troco do seu [...]”. Na parte final do primeiro capítulo dessa sua obra, o autor, em uma nota, revelou o pensamento que seguia. Gratificações, dadas pelo governo, seriam úteis e necessárias até o momento em que a produção agraciada já não precisasse delas. Tal argumentação foi reforçada em outra obra, a “Memória sobre o preço do açúcar”, de 1791. Ao novamente criticar os monopólios e a fixação na mineração, o bispo defendeu que “[o] meio de promover e adiantar a indústria da nação é deixar a cada um a liberdade de tirar um maior interesse do seu trabalho: os ingleses e os holandeses, primeiros mestres da arte do comércio, têm dado a todos estas lições”. Ao mesmo tempo argumentou que, no caso particular do cultivo da canela na América portuguesa, havia necessidade de “socorro superior”, substanciado na forma de menores direitos alfandegários e proibição de importações estrangeiras⁴¹.

Compreendemos essas mudanças, como afirma Marquese, ao vermos o Estado, dentro do âmbito da economia política, não como ator econômico primordial, mas um tanto secundário. Os indivíduos, e seus interesses, necessitariam de ser livres, e o Estado, menos invasivo. A ele caberia “[...] o papel de corpo coordenador dos esforços diversos dos indivíduos que operavam no mercado [...]”. A argumentação do bispo Azeredo Coutinho não se distanciava dessas premissas, defendendo, segundo Buarque de Holanda, uma harmonia entre os indivíduos e a sociedade, relacionada à união entre os diversos

⁴¹ COUTINHO, José Joaquim da C. de A. “Ensaio economico sobre o commercio de Portugal e suas colonias”..., pp. 134 – 137. Na parte III, capítulo I, parágrafo IX, o bispo defendeu que as indústrias “de primeira necessidade” em Portugal deveriam receber auxílio estatal: “[...] rebaixar-lhes os direitos quanto for possível, para no curso dos vendedores dar a preferência ao fabricante da nação”. Portugal não deveria proibir as indústrias de luxo, mas deixar de estimulá-las. Citando Bielfeld, todavia, o bispo sabia do erro de querer substituir todas as importações e da correlata necessidade de comprar algo do estrangeiro. Afinal, “[...] um homem não negocia com outro, ou não lhe compra um traste, sem que ele lhe compre ou lhe tome outro em desconto [...]”. *Idem, Ibidem*, pp. 159 – 162. Ver também COUTINHO, José Joaquim da C. de A. “Memória sobre o preço do açúcar” in *Obras econômicas de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, pp. 180, 182 – 185. Para mais críticas à mineração e outras ideias do bispo ilustrado, ver COUTINHO, José Joaquim da C. de A. “Discurso sobre o estado atual das minas do Brasil...” in *Obras econômicas de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, pp. 187 – 229. Aliás, a argumentação de Azeredo Coutinho sobre a necessidade de também comprar algo dos estrangeiros pode ser aproximada às ideias de Thomas Mun, desenvolvidas mais de um século antes – ver SUPRINYAK, Carlos Eduardo. “Moeda, tesouro e riqueza...”, especialmente a p. 578.

ramos da economia⁴². Aparentemente, todavia, o Estado, para Azeredo Coutinho, é mais do que apenas um coordenador, pois suas ações também tinham relevância para a dinamização da economia. Talvez, um modo de interpretar essa peculiar posição do aparelho estatal em Portugal esteja na suposição de que o Estado deveria auxiliar na dinamização inicial da economia imperial, sem, entretanto, colocar entraves à ação dos indivíduos.

No que tange à reforma agrícola, Coutinho argumentou que as terras portuguesas na América seriam capazes de sustentar o cultivo de plantas oriundas de diversas partes do globo, algo comprovado pela experiência. Mas não somente gêneros tropicais ou exóticos foram incentivados. Para o bispo, mesmo sendo cultivado na Europa, o trigo mereceria atenção em terras americanas. Afinal de contas, como sinal da estreita ligação entre comércio e agricultura, a maior quantidade de trigo resultaria na autossuficiência cerealífera, mas também em vendas para o exterior, a um preço menor do que o dos concorrentes. Coutinho viu a relação entre metrópole e colônia com novos traços⁴³:

A metrópole e as colônias, principalmente a respeito da agricultura e de tudo o que é produção da terra, se deve considerar como um só prédio de um agricultor, cujo fim é conservar a sua casa em abundância e ter um grande supérfluo para vender aos estranhos. Ao possuidor de muitas quintas não importa, nem deve importar, que esta ou aquela lhe renda mais: só, sim, que todas lhe rendam muito⁴⁴.

Ainda assim, o eclesiástico argumentou que a metrópole deveria defender suas possessões, ao passo que essas teriam de comerciar diretamente apenas com a primeira e não produzir determinadas manufaturas por ela remetidas. Entrelaçavam-se, assim, “[...] os justos interesses e as relativas dependências [...]”. Em sua exposição, o autor demonstrou que os lucros, ou ganhos, eram canalizados tanto aos particulares como ao Estado. Demonstrando como a iniciativa particular poderia estar ligada aos interesses da Coroa, o bispo concluiu que “[q]uanto os vassallos são mais ricos, tanto o soberano é muito mais”. Era nesses moldes, conjugando a atividade dos indivíduos ao destino do Estado, que o bispo e ilustrado Azeredo Coutinho pensou as reformas para o império português. Se defendeu um comércio mais livre, não deixou de assegurar a manutenção

⁴² MARQUESE, Rafael de B. *Administração & Escravidão...*, *passim*, especialmente as pp. 140 – 150; HOLANDA, Sérgio B. de. “Apresentação”..., pp. 30-31. Ver também CANTARINO, Nelson M., *op. cit.*, pp. 89 e 244.

⁴³ COUTINHO, José Joaquim da C. de A. “Ensaio economico sobre o commercio de Portugal e suas colonias”..., pp. 142 e 152 – 153.

⁴⁴ *Idem, Ibidem*, p. 153.

das possessões coloniais lusas, algo esperado de um membro destacado da monarquia portuguesa⁴⁵.

Azeredo Coutinho buscou defender a realidade com a qual concordava, enquanto filho da elite colonial, membro destacado da Igreja Católica e elemento da *intelligentsia* ilustrada luso-americana. Em um momento de tensões na realidade política europeia (revoluções) e de desafios às ideias econômicas e sociais então prevalecentes, o bispo usou de diversas ideias, certas vezes contraditórias, para defender seus pontos de vista. Como apontou Nelson Cantarino, podemos identificar em seus textos influências dos “salmantinos” dos séculos XVI e XVII, de ideias nascentes da Economia Política, da definição de riqueza construída por Montesquieu e, em diminuta escala, do cameralismo germânico. Azeredo acreditava, nas palavras do historiador, que “[...] a prosperidade econômica é fundamental para a manutenção dos Estados, sendo esta última o seu principal objetivo”⁴⁶. Como o mesmo autor concluiu, o bispo desejou

“[...] controlar essas mudanças, mantendo a ordem estabelecida. Não podemos rotular Azeredo como um reacionário empedernido. Assim, se suas convicções o levaram a defender uma sociedade excludente [...], seus métodos, por outro lado, sempre foram ilustrados: o debate na esfera pública e a busca pelo convencimento de seus opositores”⁴⁷.

Assim compreendidas as ideias do autor, qual era o espaço conferido à Inglaterra nos escritos do bispo, haja vista que a emulação foi um eixo discursivo essencial? Como era vista a aliada que causava alguns transtornos à economia lusa, como vimos anteriormente no caso de Pombal? Para Coutinho, a aliança deveria ser mantida, pois o comércio era importante para ambas as partes e, ademais, a aliança garantia a segurança de Portugal. Contudo, de modo a não depreciar demais sua nação, o bispo argumentou que os ingleses tinham necessidade de vender seus tecidos e comprar o vinho português. Com uma balança favorável para seu lado, a Inglaterra dependeria “[...] mais de Portugal do que Portugal da Inglaterra”. Eximindo o tratado de 1703 pelos problemas portugueses, o bispo, todavia, advogou que os benefícios dados aos ingleses fossem expandidos a outras nações. Dessa forma, ganharia aliados e haveria concorrência nas compras e

⁴⁵COUTINHO, José Joaquim da C. de A. “Ensaio economico sobre o commercio de Portugal e suas colonias”..., pp. 154 – 156. Também CANTARINO, Nelson M., *op. cit.*, p. 78. Segundo Cantarino, para o bispo “[...] o *exclusivo comercial* não é sinônimo de monopólio [...]”; “[...] O exclusivo era uma rede de reciprocidades que unia e dava coerência a todas as partes da Monarquia [...] – para essas citações e a continuação do argumento ver CANTARINO, Nelson M., *op. cit.*, pp. 107-129.

⁴⁶ Ver CANTARINO, Nelson M., *op. cit.*, *passim*, principalmente as pp. 16-19, 31-64, 77-107, 121-138, 154, 158, 166, 182, 199-209, 226-231 e 241-246.

⁴⁷ *Idem, Ibidem*, p. 246.

vendas, possibilitando melhores preços. Nessa disputa com outras nações, segundo o bispo, os ingleses perderiam⁴⁸. Em conclusão, ele resumiu seus pontos:

Finalmente, se Portugal conservar uma marinha respeitável de guerra e de comércio, renunciando todo o espírito de conquista, contentando-se com o muito que possui em todas as quatro partes do mundo, promovendo por todos os meios as riquezas que as suas possessões são capazes de produzir, conservando os seus vassallos em paz e sossego na fruição dos seus bens, economizando as suas fábricas para as manufaturas necessárias, deixando as de luxo para os estrangeiros, para que eles por esta porta entrem a comprar o nosso supérfluo e se interessem conosco no comércio geral das nações, pode-se dizer com confiança que Portugal não será inquietado e que todas as nações se interessarão na sua conservação, como na própria de cada uma⁴⁹.

É dentro desse contexto reformista luso-americano que podemos analisar e compreender o espaço dedicado à agricultura e ao arroz. Os novos planos de reforma procuraram reestruturar a economia imperial e, conseqüentemente, a agricultura, e isso teve desdobramentos nas proposições teóricas de vários autores. Se avaliarmos a pauta de exportações do final do período colonial e o crescimento da produção de arroz na América portuguesa nesse mesmo período, veremos que o cultivo de arroz teve bons resultados nessas décadas, atrelado às transformações no discurso econômico português, as quais ilustraram a passagem a um novo ideário que defendia um comércio mais livre, mas não desconsiderava a realidade concreta da monarquia portuguesa. Da mesma forma, são essas considerações sobre economia que também abriram espaço a planos de tradução e teorização sobre agricultura, materializados em escritos divulgados pela Academia Real de Ciências de Lisboa ou ainda pela Tipografia do Arco do Cego.

*

Toda essa argumentação torna-se mais evidente ao analisarmos as postulações teóricas e as ações políticas de um destacado funcionário da monarquia lusa. A partir deste ponto, a análise das obras de dom Rodrigo de Sousa Coutinho será empreendida, atentando-se a sua experiência enquanto ministro plenipotenciário na Corte da Sardenha, em Turim e, mais tarde, como membro da governação portuguesa. Será uma boa forma de aproximar os escritos analisados anteriormente à obra de Manuel Joaquim Rebelo, adiante considerada. Com tal escolha, esperamos continuar a elucidar a forma pela qual o discurso econômico português sofreu transformações nesse período reformista e como

⁴⁸ COUTINHO, José Joaquim da C. de A. “Ensaio economico sobre o commercio de Portugal e suas colonias”..., pp. 166 – 167.

⁴⁹ *Idem, Ibidem*, p. 172.

a obra de Rebelo, de certa forma, sintetizou as mudanças ocorridas em fins do século XVIII. Por sua vez, os escritos de Coutinho também permitem elucidar o processo mais geral de amadurecimento das novas ideias sobre a economia portuguesa, algo presente em sua própria trajetória de vida. Até o momento, focalizamos nas ideias mais amplas sobre as mudanças econômicas. Com Coutinho, ganha espaço uma discussão mais teórica sobre o pensamento econômico português⁵⁰.

Dom Rodrigo de Sousa Coutinho é considerado um dos funcionários da monarquia portuguesa mais relevantes do final do século XVIII. O período em que atuou como membro da governação portuguesa, iniciado na função de secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos até se tornar presidente do Real Erário e mais tarde secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, foi marcado pelo prosseguimento daquele movimento reformista posto em prática no reinado de dom José I. Portanto, perde força a ideia de que a ascensão de dona Maria I teria configurado uma completa “viradeira” na administração do império. Boa parte das medidas de diversificação agrícola somente ofereceu seus resultados após a queda de Sebastião José em 1777, não podendo, todavia, ser entendidas sem a análise desse prévio período⁵¹.

Se a atuação de Coutinho merece atenção, isso não significa considerá-lo um novo e lendário Pombal, como se fosse o único responsável pelas medidas tomadas e propostas à monarca e futuramente ao príncipe regente dom João, ou que não teve de enfrentar interesses de outros secretários e funcionários, responsáveis pelas demais repartições. Também não deve nos levar a desconsiderar os anos que intermediaram entre a queda de Pombal, em 1777, e a nomeação de Coutinho em 1796. Um dos casos emblemáticos, que nos ajuda a refletir sobre a divisão dos poderes dentro da monarquia, foi o de Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos entre 1770 e 1795, um dos atores políticos mais longevos do período. Seu poder e a falta de decisão em assuntos relativos à administração colonial já foram avaliados com cuidado na

⁵⁰ Para algumas dessas informações, ver POMBO, Nívia. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: pensamento e ação político-administrativa no Império Português (1778-1812)*. São Paulo: Hucitec, 2015, p. 25.

⁵¹ Ver POMBO, Nívia. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho...*, pp. 25-29 e 80-81; também NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise...*, pp. 224-225. Para a qualificação desses atores como funcionários da monarquia, ver PAULINO, Mariana F. *A semântica do tempo no discurso de reformistas ilustrados sobre as Américas ibéricas (c. 1750 – c. 1807)*. 2020. 294 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH, USP, São Paulo, 2020.

historiografia e demonstram como o poder metropolitano não podia ser resumido à atuação de um único secretário (no caso, o marquês de Pombal)⁵².

O período de governo de dona Maria I foi cenário da rescisão de algumas decisões do período anterior, relacionadas ao espaço da nobreza tradicional e do clero na sociedade portuguesa, mas não causou uma quebra absoluta com o movimento reformista que vinha ocorrendo, pelo menos, desde 1750. Um bom exemplo é dado pela criação da Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1779, instituição em que teve atuação Domingos Vandelli, convidado para se estabelecer em Portugal por Carvalho e Melo em 1764. Ou, mais tarde, na criação da Tipografia do Arco do Cego em 1799, iniciativa que contou com decisões e o auxílio de dom Rodrigo de Sousa Coutinho. A persistência de medidas e movimentos de cariz reformista fica evidente⁵³.

Dom Rodrigo se formou e iniciou sua carreira como funcionário do Estado em meio aos resultados das reformas empreendidas desde meados da centúria. Nasceu em 1755, no seio de uma família com antepassados nobres, filho de dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho e de dona Ana Luísa Joaquina Teixeira de Andrade da Silva. Seu padrinho foi ninguém menos do que Sebastião José de Carvalho e Melo. Mais tarde, estudou no Colégio dos Nobres e iniciou, sem finalizar, os estudos na Universidade de Coimbra. No último local, aliás, teve contato com o professor José Anastácio da Cunha,

⁵² Sobre a atuação de Melo e Castro, ver VALADARES, Virgínia Maria T. *A sombra do poder*: Martinho de Melo e Castro e a administração da capitania de Minas Gerais (1770-1795). São Paulo: Hucitec, 2006, *passim*. Sobre a relação, possivelmente, conflituosa entre Melo e Castro e Carvalho e Melo, ver *Idem*, *Ibidem*, pp. 51-54. Sobre as oposições a Coutinho e conflitos com outros funcionários, ver SILVA, André M. D. “Introdução” in COUTINHO, dom Rodrigo de S. *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. XLII e XLVI-XLVIII; também COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Projecto de alvará para abrir um empréstimo do valor de 4 milhões de cruzados (31 de Janeiro de 1797)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, pp. 97 e 102.

⁵³ Ver VALADARES, Virgínia Maria T. *A sombra do poder...*, p. 51-54; também POMBO, Nívia. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho...*, pp. 80-82 e 233; também POMBO, Nívia. “Os livros de economia rural da Casa Literária do Arco do Cego: autores e editores no final do século XVIII português (1799-1801)”. *Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias*, Niterói, 2018; e NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise...*, p. 224-228. Para a criação da Academia Real das Ciências de Lisboa, ver CARDOSO, José Luís. *Pensar a economia em Portugal: digressões históricas*. Algés: Difel, 1997, cap. V. Sobre Vandelli, ver DALLA COSTA, Ricardo. *Ciências naturais e económicas na obra de Domingos Vandelli (1735-1816)*. 2017. 116 p. Tese (Doutorado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017, pp. 12-18. Aliás, nem mesmo o reinado anterior ao de dom José, o de dom João V, deve ser interpretado como absolutamente avesso a novas discussões, como visto no início deste capítulo. Para um bom exemplo sobre a continuidade, ler os elogios feitos por Rodrigo de Sousa Coutinho ao reinado de dom José I – COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Observações relativas às finanças dos Estados sardos em 1794” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, pp. 274-275.

responsável por conduzir reuniões filosóficas e que, mais tarde, foi denunciado à Inquisição. Contando com as manobras de seu pai, foi nomeado como enviado português na Corte da Sardenha em 1778 e lá desenvolveu um trabalho que ultrapassou as atribuições de um mero representante diplomático. Coutinho escreveu muito nesse período, teceu ideias que mais tarde influenciariam sua ação como secretário de Estado⁵⁴.

O reformismo ocorrido na Península Itálica, de fundo católico, configurou um interessante terreno de observação. Coutinho permaneceu em Turim de 1779 a 1796, período no qual aquilatou diversas experiências. As leituras e observações feitas guiaram a escrita de diversos documentos, nos quais há indícios das discussões correntes na Europa do período, bem como a tessitura de planos para a melhoria da situação econômica de Portugal. Se ainda não tinha poder para tomar decisões que influenciassem os destinos do império, seus escritos evidenciaram a forma como recebeu, interpretou e sintetizou as novas ideias econômicas que então surgiam. Como outros atores portugueses do período, o tempo no estrangeiro auxiliou na conformação de um ideário ilustrado e reformista relativo a Portugal. Dessa forma, seu pensamento econômico estava intrinsecamente relacionado à ação reformista, compondo uma base teórica para a última e, a partir das experiências passadas de Portugal e presentes de outras nações, teorizando um futuro possível para o império português⁵⁵.

No tempo em que permaneceu em Turim, Coutinho escreveu uma série de relatos sobre sua atuação, como forma de resumir às autoridades lusas o que havia feito e propor algumas ideias. No que se refere às suas ideias econômicas, já na “Recopilação dos ofícios expedidos de Turim no ano de 1783”, Coutinho criticou os monopólios, mas não deixou de censurar as medidas tomadas contra aquele problema, envolvendo preços taxados etc. Ao não deixarem livre o mercado, tais medidas vedariam a concorrência, a qual “[...]”

⁵⁴ Consultar SILVA, André M. D. “Introdução”..., pp. XI-XVI, XXIII e XXXVI. Sobre a relação de Coutinho com o professor José Anastácio Cunha, ver POMBO, Nívia. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho...*, pp. 131-134; também POMBO, Nívia. “A cidade, a universidade e o Império: Coimbra e a formação das elites dirigentes (séculos XVII-XVIII)”. *Intellèctus*, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 2, 2015, pp. 7-10. A passagem sobre José Anastácio parece despropositada, mas traz reflexões. Para muitos estudiosos, como vimos, a Ilustração em Portugal foi um movimento atenuado e estreitamente controlado pelo Estado. Essa opinião não deixa de ter sua validade, mas pode obscurecer a atuação de um personagem como Cunha, cujas opiniões o levaram a julgamento. Seria isso um sinal de que, em Portugal, as ideias radicais também teriam terreno ou somente confirmaria que, caso elas surgissem, seriam cerceadas? De qualquer forma, Cunha conviveu com futuros, e importantes, funcionários da monarquia lusa.

⁵⁵ Ver POMBO, Nívia. “Um turista na Corte do Piemonte: dom Rodrigo de Souza Coutinho e o iluminismo italiano e francês (1778-1790)”. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, 2009, *passim*. Ver SILVA, André M. D. “Introdução”..., pp. XIV-XV, XXIII e XXXIX.

procuraria certamente o bom e abundante mercado e destruiria igualmente o monopólio”. Já nesse escrito, Coutinho dissertou sobre a situação econômica e os problemas enfrentados na região, advertindo medidas e situações que envolveram a agricultura, pecuária, indústria e comércio. Certamente, ele sabia da importância de todos esses ramos para o bom desempenho da economia⁵⁶.

Ainda assim, se aparentou defender um comércio mais livre, Coutinho não deixou de criticar o contrabando, capaz de atrapalhar as relações entre as colônias e as metrópoles. Quando dissertando sobre a natureza da Revolução Americana, criticou o seu exemplo e a possibilidade de a revolução instaurar “um comércio interlope [fraudulento] e clandestino”, prejudicando os desígnios metropolitanos. Ademais, na argumentação sobre a seda em Portugal, o enviado defendeu o auxílio do Estado no início das atividades dos produtores e a proteção comercial por meio da proibição de importações estrangeiras⁵⁷. Como resumiu o enviado:

[S]eria necessário procurar aos fabricantes nacionais o consumo da nação e das suas colônias. Para este fim, desde a primeira fundação, seria necessário estabelecer maiores impostos sobre todos os estofos que se fabricassem fora do Reino e, à proporção que se aperfeiçoasse no país algum em particular e que pudesse bastar ao consumo nacional, devia estabelecer-se a inteira e total proibição desta manufatura estrangeira. Assim em pouco tempo estaríamos no caso de vender o que antes comprávamos: fato que a experiência e história de todas as nações verifica⁵⁸.

O ator, portanto, mostrava sua compreensão das novas ideias do período, ligadas à definição e concretização de um comércio mais livre. Mas, como português e funcionário da monarquia, sabia da essencialidade dos domínios ultramarinos lusos para

⁵⁶ Ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Recopilação dos ofícios expedidos de Turim no ano de 1783” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, pp. 5-20, especialmente as pp. 8-9; e COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Recopilação dos ofícios expedidos de Turim no ano de 1786” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, pp. 56-57. Coutinho também criticou o efeito deletério de privilégios sobre a concorrência – ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Discurso sobre o comércio de Itália relativamente ao de Portugal (20 de Outubro de 1784)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 101. Ademais, criticou o monopólio criado pelas corporações – COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Discurso sobre a mendicidade (sem data – 1787 ou 1788)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, pp. 206 e 208.

⁵⁷ Ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Recopilação dos ofícios expedidos de Turim no ano de 1783...”, pp. 23-24; e COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Reflexões políticas sobre os meios de estabelecer em Portugal a cultura e manufatura da seda (20 de Março de 1784)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 119.

⁵⁸ COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Reflexões políticas sobre os meios de estabelecer...”, p. 124.

a existência do Império português. As novas ideias teriam de ser adequadas à realidade lusa. Um comércio mais livre não trazia uma justificativa para o contrabando. Tais argumentos demonstram como aquele apregoado livre-comércio teria as suas necessárias limitações, visando defender a industrialização portuguesa e a própria configuração imperial lusa. Se a liberdade comercial era vista como uma forma de desenvolver as receitas individuais e do império, ela teria de se adequar à estrutura política e social da monarquia portuguesa. Tudo, é claro, buscando os maiores benefícios para a nação e embasando as tão necessárias reformas.

Da mesma forma, para incentivar o comércio luso com embarcações próprias, evitando o pagamento de fretes a outras nações, Coutinho defendeu a isenção ou diminuição de impostos para negociantes. Uma ação que deveria ser patrocinada pelo Estado, o que, por sua vez, mostrava como aquele comércio livre, defendido anteriormente, necessitava de alguns ajustes feitos pela administração monárquica. Tal argumentação demonstrava o embate econômico entre as diversas nações europeias, em um jogo em que Coutinho buscava angariar benefícios para Portugal⁵⁹.

Esse tipo de teorização se repete. Em outra oportunidade, o autor defendeu que a concorrência entre produtores de casulos de seda sinalizaria aqueles que trabalhariam de melhor forma por meio de diferentes preços, “o que promoveria a boa criação, pois todos desejariam vender por melhor preço os seus casulos”. Contudo, ainda nessa atividade, o autor defendeu a instituição de prêmios para os melhores produtores, provavelmente financiados pelo Estado. Se alguns acreditavam que “a ilimitada liberdade e concorrência se[ria] o modo de fazer prosperar a indústria nacional”, Coutinho argumentava que havia exceções, pois a concorrência seria suficiente para aumentar a quantidade de seda produzida, mas não garantiria a qualidade. Daí a necessidade de regulamentos impostos aos artistas. Nesses exemplos, o Estado pode ser visto, teoricamente, como um regulador e também promotor, promovendo o “interesse público”, haja vista que, sozinhos, os particulares não conseguiriam fazê-lo⁶⁰.

⁵⁹ Ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Recopilação dos ofícios expedidos de Turim no ano de 1783...”, pp. 25-26. Para outro exemplo de auxílio da monarquia, ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Reflexões políticas sobre os meios de estabelecer...”, p. 122. Aliás, seriam esses embates entre as nações um exemplo do “jogo de soma zero” característico do mercantilismo? Ver SUPRINYAK, Carlos Eduardo. “Moeda, tesouro e riqueza...”, pp. 578-579.

⁶⁰ COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Reflexões políticas sobre os meios de estabelecer...”, pp. 118 e 121. Ver também CARDOSO, José Luís. “D. Rodrigo de Sousa Coutinho em Turim: cultura económica e formação política de um diplomata ilustrado” *in* DA MOTA, Isabel F.; SPANTIGATI, Carla Enrica

O enviado tinha interessantes ideias, muitas delas baseadas nas leituras e observações feitas sobre a Europa, mas, afinal, também foi pragmático. As aparentes contradições demonstram um conhecimento ainda em formação e, além disso, a própria tentativa de conciliar as teorizações amplas, originadas alhures, à realidade portuguesa. Devido a isso, foi possível o enviado argumentar o seguinte:

[...] Seja-me lícito ajuntar a estas reflexões outra que me parece digna da maior atenção e é a necessidade que há de dar toda a liberdade para a introdução das sedas estrangeiras nas manufaturas, principalmente os organsins de Piemonte, pois sem este preliminar, a nossa indústria nacional não poderá prosperar enquanto Portugal não produz suficiente matéria primeira. Tomo a liberdade de fazer esta reflexão porque tenho ouvido aqui a alguns negociantes piemonteses que quiseram remeter sedas para Portugal e que acharam alguma dificuldade na introdução por causa dos privilégios da Fábrica de Seda de Lisboa; privilégios que se realmente existem são inteiramente contrários aos princípios mais evidentes da economia política⁶¹.

Ao passo que dissertou explicitamente sobre os princípios da economia política, Coutinho os analisou tendo como referência a realidade portuguesa. No caso, defendeu uma determinada “liberdade comercial” e o fim de um monopólio com vistas a criar as bases da industrialização lusa. Tais apontamentos contradizem muito do que foi dito antes sobre suas ideias. Pragmático e um funcionário da Coroa ainda em formação, suas considerações teóricas tinham fins práticos.

Se essa é a forma como o enviado articulou, no início de sua carreira, a relação entre a liberdade do comércio e as necessárias proteções despendidas pelo Estado, o que se pode dizer em relação à definição de riqueza por ele adotada? Coutinho, ao discutir algumas transformações em Turim, citou a eliminação de dias festivos e argumentou que isso traria benefícios, haja vista que “[...] a riqueza de uma nação é proporcional à soma do ânno trabalho que ocupa os membros que a compõem [...]”. Se o trabalho geraria as riquezas, havia também uma crítica aos ociosos, que somente gerariam um desnecessário peso sobre os ombros dos compatriotas, assunto sobre o qual o enviado luso gastou páginas e mais páginas⁶². Para Coutinho, afinal de contas, “do número dos homens depende a grandeza e o poder do soberano”. O autor considerava que tanto a agricultura, a indústria, como o comércio, contribuía para com o desenvolvimento econômico da

(coords.). *Tanto ella assume novitate al fianco*: Lisboa, Turim e o intercâmbio cultural do século das luzes à Europa pós-napoléonica. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, pp. 24-25.

⁶¹ COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Reflexões políticas sobre os meios de estabelecer...”, p. 131.

⁶² Nessa argumentação, o enviado exemplificou com reformas nas instituições religiosas – COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Recopilação dos ofícios expedidos de Turim no ano de 1786...”, pp. 67 – 68.

nação, provavelmente por todas serem atividades que englobavam aquele trabalho originador de riquezas – considerando que o conceito de trabalho aí utilizado é um tanto abstrato e somente obtém sentido relacionado àquelas atividades produtivas. Ao argumentar que as riquezas se originariam “unicamente na perfeição da sua agricultura e extensão da sua indústria”, o enviado defendeu que isso traria benefícios ao comércio e à navegação, beneficiando ao mesmo tempo o Estado e os particulares⁶³.

Se o autor conferiu relevância ao trabalho genérico, à agricultura e às indústrias, não desconsiderou o papel do comércio, pois sobre ele, em 1784, escreveu o “Discurso sobre o comércio de Itália relativamente ao de Portugal”, em que destacou tal atividade na composição da riqueza das nações e na competição entre os diversos atores políticos. O enviado defendeu que o bom comércio era aquele que envolvia a venda de produtos coloniais ou manufaturas e, em troca, o recebimento de gêneros de primeira necessidade, matérias-primas ou moedas. Dessa forma, ao analisar as alfândegas portuguesas em outro

⁶³ Ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Recopilação dos officios expedidos de Turim no ano de 1786...”, pp. 37-38, 51 e 68-69; também COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Discurso sobre o comércio de Itália...”, pp. 97-98; por fim, COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Reflexões políticas sobre os meios de estabelecer...”, p. 113. Ao considerar um tratado entre a França e a Inglaterra, Coutinho asseverou que as melhorias na agricultura, indústria, comércio e pescaria que poderiam ser empreendidas por dona Maria I seriam mais interessantes do que as trocas comerciais com os ingleses, com isso, provavelmente, querendo dissipar quaisquer preocupações sobre as consequências daquele tratado em Portugal. Nesse momento, ademais, o enviado demonstrou, mais uma vez, a forma como enxergava a constituição da riqueza do Estado. Portanto, para que o tratado não gerasse problemas para os portugueses, segundo o autor, sua nação deveria produzir o que fosse preciso, ficando livre “da imediata dependência” – ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Recopilação dos officios expedidos de Turim no ano de 1786...”, pp. 75-76 e 89-90. Para mais passagens em que Coutinho relacionou a agricultura e a composição da riqueza, ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Reflexões políticas sobre os motivos da prosperidade da agricultura deste país [Piemonte], que servem a fazer ver praticamente as vantajosas consequências dos sábios princípios adoptados” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, pp. 141-142. Sua atenção ao trabalho, todavia, ganhou considerável espaço. Em outro momento, quando discutindo a utilidade das máquinas, o enviado asseverou que tais implementos gerariam mais riquezas, pois facilitariam o trabalho e, ao mesmo tempo, diminuiriam as despesas – COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Discurso em que se prova a necessidade e utilidade dos estudos e conhecimentos hidrodinâmicos em Portugal...” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 184. Dom Rodrigo considerou os interesses de cada indivíduo e como isso afetava ou se relacionava ao todo social ou ao Estado. Quando argumentou sobre a situação agrícola da Itália, disse que “[...] ninguém cultiva quando do seu trabalho não espera colher um fruto considerável”. Coutinho, ao argumentar, dissertou sobre benefícios aos particulares e ao público – COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Recopilação dos officios expedidos de Turim no ano de 1786...”, pp. 56 e 86. Em outras ocasiões, defendeu que as melhorias na economia beneficiariam tanto os particulares como as rendas do soberano – COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Discurso em que se prova a necessidade e utilidade dos estudos e conhecimentos hidrodinâmicos em Portugal...”, pp. 177-178. Para mais argumentos sobre as relações entre o indivíduo e o todo, ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Discurso sobre a mendicidade...”, p. 208. Afinal de contas, a relação entre o público e o privado, entre a ação dos particulares e aquela do Estado, visava a composição da felicidade do corpo social. Os ganhos dos particulares seriam proveitos para o “bem público” – ver VALADARES, Virgínia Maria T. *A sombra do poder...*, p. 144.

documento, defendeu a isenção conferida às exportações de manufaturados lusos, a imposição às manufaturas importadas do estrangeiro, “[...] aliviando as matérias primeiras, cuja introdução necessitamos para as nossas artes e indústria [...]”. Se o comércio era também uma fonte de riquezas para o Império, podendo afetar sua posição política na Europa e sua capacidade de industrialização, ele precisava ser bem regulamentado, o que Coutinho demonstrou desejar nessas notas sobre sua organização⁶⁴.

Porém, novamente, o comércio não gerava os ganhos de maneira isolada. Demonstrando a ligação entre o trabalho e os demais ramos da vida econômica, conferindo um destacado espaço ao comércio, asseverou o representante português que:

[...] A nação que compra os produtos brutos para manufaturar, seja para o próprio consumo seja para revender, tem a maior utilidade neste comércio, pois procura um novo emprego ao trabalho dos seus cidadãos, e dependendo pela maior parte a riqueza das nações do número dos seus habitantes industriais, fica claro que esta compra é um novo alimento para a riqueza nacional. A nação que vende as suas produções em bruto perde, geralmente, o trabalho que elas admitiram [...]⁶⁵.

Ao defender o trabalho como origem da riqueza, Coutinho ligava todos os ramos da economia lusa a essa ideia⁶⁶. Nenhum deles era desconsiderado, mas, sim, atado à composição da riqueza por meio da aplicação produtiva da população. O elogio ao trabalho comportava um elogio à civilização, em contraposição aos povos bárbaros e, de modo interessante, aos ociosos:

É hoje um princípio indubitável em economia política que a riqueza de uma nação é proporcional à quantidade ou soma do seu ânno trabalho. É ele quem faz produzir a terra e florescer a agricultura, dele depende a indústria e o comércio, finalmente é ele quem distingue a sociedade já civilizada da informe sociedade que liga entre si os povos caçadores e pastores. Esta quantidade do ânno trabalho depende ou da habilidade dos que trabalham ajudados por máquinas que multiplicam a produção do trabalho, por uma hábil divisão dos ofícios que poupa a perda do tempo, e por uma abundância do capital que não deixa nenhum braço ocioso, ou da proporção que existe entre o número dos que trabalham e dos que vivem ociosamente à custa dos primeiros [...]⁶⁷.

⁶⁴ Ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Discurso sobre o comércio de Itália...”, pp. 95, 98 e 100; também COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Reflexões sobre as finanças e fiscalidade de Portugal [1786]” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 236.

⁶⁵ COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Discurso sobre o comércio de Itália...”, p. 99.

⁶⁶ Para um ponto em que o enviado relacionou a importância do trabalho a pequenas reformas em Portugal, ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Discurso sobre a mendicidade...”, p. 228.

⁶⁷ COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Discurso sobre a mendicidade...”, p. 204. Para outro trecho em que Coutinho defendeu a divisão do trabalho, ver *Idem, Ibidem*, p. 229.

Vimos, portanto, a forma pela qual Coutinho teceu sua concepção da riqueza, bebendo nas teorias econômicas então em gestação. Mas o enviado também teria de considerar a realidade portuguesa, e um assunto relevante para tal era o papel a ser conferido às minas de metais preciosos. Como elas se encaixariam em sua teoria? Afinal de contas, o que se deveria esperar do ouro? Coutinho discordou daqueles que atribuíam ao acúmulo desse metal a causa dos problemas econômicos das nações. No conhecido “Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos”, escrito ainda em Turim, o enviado argumentou em contrário àqueles que pensavam serem as minas algo desastroso para as nações. Elas, na verdade, impulsionariam a produção, graças à demanda por elas criada e, segundo a própria lógica de sua argumentação, contribuiriam na composição daquele “ânno trabalho”, fonte das rendas nacionais. Os maus efeitos surgidos não deveriam ser creditados às minas, pois, como em sua resposta aos argumentos de Montesquieu, tal ideia “[...] só podia ter força no caso de uma nação, que não tendo indústria, pagasse uma balança desvantajosa com o produto das minas [...] mas não se podem justamente culpar as minas de um efeito independente delas [...]”⁶⁸. A culpa deveria ser procurada alhures:

O reinado do senhor rei D. Pedro, época em que se descobriram as grandes minas do Brasil, foi também a do tratado de Methuen, o qual destruindo todas as manufaturas do reino e fazendo cair todo o nosso comércio nas mãos de uma nação aliada e poderosa, fixou contra nós a balança do comércio em tal maneira que o imenso produto das minas foi limitado para a soldar (sic).

As minas retardaram por algum tempo sentir-se os efeitos daquele desigual tratado e foram, contudo, culpadas quando principiou a conhecer-se a ruína da indústria nacional. No reinado do senhor D. João V produziram aquela aparente riqueza, que não sendo fundada na indústria, e diminuindo continuamente por uma balança muito ruinosa, veio enfim a desvanecer-se. A pouca justiça com que se crimina as minas foi bem conhecida no reinado do senhor rei D. José I de saudosa memória, que procurou remediar todos os abusos que se tinham introduzido à sombra do tratado de Methuen tanto em dano da nação e que eram o verdadeiro motivo da nossa decadência⁶⁹.

Todas essas considerações sobre a nação em que estava e sobre outras da Europa, moldando a forma como entendia a economia, serviram como uma base para o enviado dissertar sobre as medidas que esperava que fossem implementadas em Portugal. De certa

⁶⁸ Ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Discurso sobre o comércio de Itália...”, p. 99; também COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos na indústria das nações que as possuem, e especialmente da portuguesa” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, pp. 169-173.

⁶⁹ COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Discurso sobre a verdadeira influência das minas dos metais preciosos...”, pp. 172-173.

forma, é em tais planos em que vislumbramos mais diretamente o modo como sua estada em Turim serviu para sua futura ação enquanto secretário de Estado. Ainda em um documento enviado de Turim, endereçado ao secretário Martinho de Melo e Castro, o enviado atestou diversas medidas que poderiam ser feitas para reformar o império⁷⁰.

Coutinho apresentou planos para o bom desenvolvimento de Portugal e da agricultura lusa, envolvendo também mudanças guiadas pela sua concepção sobre a economia. Sua atenção era múltipla, englobando questões financeiras e produtivas, e um dos objetivos das medidas foi a substituição de importações, algo a ser feito por meio da melhor produção agrícola e da pecuária. Quando, por exemplo, defendeu a introdução de canais de rega em Portugal, argumentou que isso melhoraria a pecuária nas terras portuguesas e, conseqüentemente, seria um modo de diminuir as importações. Em muitos planos, Coutinho ainda considerou a necessidade e a forma pela qual se daria o financiamento, citando a criação e circulação de papel-moeda, a cargo do Estado. Para o autor, a boa organização dos recursos financeiros, da Fazenda Real, seria essencial para a nação e nisso contava o bom estabelecimento do crédito público. Um dos planos envolveu a criação de um banco público, responsável por pagamentos dos juros reais, substituindo os tesoureiros particulares⁷¹.

Mas como a nação portuguesa conseguiria colocar em práticas tais ideias, baseadas, por sua vez, nas práticas de observação e leitura de Rodrigo de Souza Coutinho? Nisso tudo, a emulação teria um destacado papel, haja vista que, como asseverou José Luís Cardoso, “[...] a riqueza e grandeza econômica e política de uma nação também se promove[ram] através da aprendizagem de bons exemplos e de casos bem-sucedidos [...]”. A estada de Coutinho no norte da Península Itálica disponibilizou ao enviado um

⁷⁰ COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Recopilação dos officios expedidos de Turim no ano de 1786...”, pp. 57-58 e 81.

⁷¹ COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Recopilação dos officios expedidos de Turim no ano de 1786...”, pp. 57-58, 86 e 90; COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Observações e reflexões sobre um trabalho de medidas de terreno e produções do Ribatejo (Lisboa, 11 de Julho de 1793)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 166; COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Discurso em que se prova a necessidade e utilidade dos estudos e conhecimentos hidrodinâmicos em Portugal...”, pp. 180 e 190-191; e COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Reflexões sobre o estabelecimento do crédito público, melhoramento da Fazenda Real, e outros objectos que interessam à existência gloriosa do nosso real trono (29-10-1795)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, pp. 285-288. Para Coutinho, a situação da Fazenda não seria boa em 1795, haja vista que “[...] a nossa Real Fazenda não acha, quando necessita, nem o socorro dos nossos ricos negociantes no reino e nas colônias, nem ainda a confiança dos particulares, que todos fogem da mesma, temendo a má fé dos que a administram” – COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Reflexões sobre o estabelecimento do crédito público...”, p. 286.

local de observação e de formação intelectual, contribuindo para com as propostas reformistas direcionadas para sua terra natal e baseadas na emulação de práticas alheias, algo semelhante ao ocorrido com Pombal na primeira metade do século. Como ele mesmo argumentou em um caso específico, “[...] o exemplo da nação que mais tem aperfeiçoado as suas sedas nada deixa a desejar: e imitá-la é o meio mais seguro de chegar ao fim que se deseja”⁷².

No tempo em que permaneceu em Turim, Coutinho dissertou sobre vários assuntos, teorizando sobre o campo econômico com base em suas leituras e experiências, ao mesmo tempo em que propôs algumas ideias que poderiam ser adotadas em Portugal. Sua abordagem foi ampla, considerando o comércio, a agricultura, as indústrias e, inclusive, a necessidade de financiamento para tais empreitadas, revelando ter um pensamento que não restringia a busca por riqueza a um campo isolado do econômico. Para isso, a emulação das práticas de outras nações seria um caminho a ser seguido e aconselhado pelo enviado. Ademais, se não houve um escrito dedicado especialmente ao cereal aqui em análise, e produzido na região em que se encontrava, Coutinho não deixou de fazer citações esporádicas a ele, como parte de seu pensamento mais amplo sobre a agricultura e a economia. Um argumento pode ser destacado. Quando analisando o comércio de Portugal e da Itália, o enviado citou alguns produtos coloniais que poderiam ser exportados por Portugal e o arroz estava entre eles. Ali o arroz era citado como exportação, talvez como indício de que o processo de diversificação agrícola na América lusa já começava a dar resultados, também como resultado prático das novas concepções econômicas exemplificadas por Coutinho. Tais menções devem ser encaradas frente à constituição mais ampla de seu pensamento, como buscamos sintetizar⁷³.

⁷² Ver CARDOSO, José Luís. “D. Rodrigo de Sousa Coutinho em Turim...”, p. 23; COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Reflexões políticas sobre os meios de estabelecer em Portugal a cultura e manufactura da seda...”, pp. 116-117. Sobre uma suposta vantagem do atraso, ou seja, de Portugal tentar se beneficiar dos conhecimentos alheios, anteriormente desenvolvidos, ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Plano de lotaria para fundar o estabelecimento da filatura e organsinagem da seda em Trás-os-Montes (25-10-1786)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 136. Para outros exemplos de emulação, ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Discurso em que se prova a necessidade e utilidade dos estudos e conhecimentos hidrodinâmicos em Portugal...”, p. 189; COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Recopilação dos officios expedidos de Turim no ano de 1786...”, pp. 55 e 79.

⁷³ Ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Discurso sobre o comércio de Itália...”, p. 101; também COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Reflexões sobre os motivos da prosperidade da agricultura deste país [Piemonte], que servem a fazer ver praticamente as vantajosas consequências dos sábios princípios adoptados (1789)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, pp. 148-149. Para mais menções esporádicas ao arroz, ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Discurso sobre o comércio de Itália...”, pp.

Coutinho não finalizou sua vida política como enviado em Turim. Como o substituto de Martinho de Melo e Castro, se tornou responsável pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos em 1796. Mais tarde, assumiu a presidência do Erário Régio. Nessas posições, teve contato direto com assuntos que envolveram a situação política, econômica e social das colônias portuguesas. Sua concepção sobre a economia, seu pensamento econômico, também pode ser avaliado nesse novo contexto. Apesar de ter escrito memórias sobre questões econômicas do período, a documentação mais burocrática, envolvendo alguns avisos e a troca de correspondência oficial, traz considerações sobre as concepções do então secretário. Nosso objetivo é recuperar sua concepção do econômico, que pouco mudou em relação aos anos anteriores em Turim, e avaliar a forma como pode ser relacionada à atuação em uma secretaria responsável pelos domínios ultramarinos de Portugal⁷⁴. Com isso também damos continuidade à análise das práticas reformistas que vinham ocorrendo desde 1750, no momento em que Coutinho assumiu uma importante secretaria de governo da monarquia lusa.

Nesse novo período de sua trajetória, Coutinho avaliou a necessidade de reformas na economia portuguesa e propôs alguns projetos, mas, ao mesmo tempo, elogiou a situação econômica do Império, a ponto de escrever, em 1800, que “[...] todo o mundo conhece que a nação nunca esteve tão rica, nem o seu comércio tão extenso e tão poderoso”. Seria isso um sinal de que os planos haviam dado certo, de que o reformismo iniciado em 1750 verteu bons resultados, ou simplesmente a retórica de um funcionário da monarquia em uma representação enviada ao príncipe regente? Sabemos que a situação econômica portuguesa em fins do século XVIII havia sido transformada, com evidentes resultados na diversificação agrícola e na balança de pagamentos com o exterior, mas isso não exclui a segunda possibilidade⁷⁵.

108-109; e COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Relação política da Casa de Sabóia [excertos]...” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 338. Para um exemplo evidente e tardio de como certas leituras e a observação influenciaram os projetos de Coutinho, ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Carta para o Marquês Mordomo-mor sobre recursos e meios de fazenda (22 de Outubro de 1796)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 96. Sobre as leituras que fez, a biblioteca amealhada em Turim e as principais influências teóricas para Coutinho, ver CARDOSO, José Luís. “D. Rodrigo de Sousa Coutinho em Turim...”, *passim*, principalmente as pp. 39-40.

⁷⁴ Ver POMBO, Nívia. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho...*, pp. 25-26.

⁷⁵ Ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Representação ao príncipe regente sobre o decreto de suspensão das obras, e sobre a conta geral da despesa da repartição da marinha em todo o ano de 1799 (21 de Janeiro

De qualquer forma, nos documentos produzidos nessa nova fase da vida política de dom Rodrigo surgem novas ou são reforçadas as antigas representações sobre a economia portuguesa. Ficou evidente, portanto, como a estada em Turim influenciou sua ação e pensamento como secretário de Estado da monarquia portuguesa e como as observações no estrangeiro foram um essencial aspecto do reformismo luso⁷⁶.

No que tange à relação entre a proteção dispensada pela Coroa e a pura concorrência entre os fabricantes, Coutinho continuou a demonstrar certa ambiguidade em sua argumentação. Algumas atividades econômicas, que poderiam servir aos propósitos do Estado, mereceriam ser sustentadas pelo governo, como foi proposto no caso da fábrica de cordoarias, essencial à marinha real. Ademais, em um projeto de alvará destinado a algumas das ilhas atlânticas portuguesas, o secretário defendeu a liberdade do comércio dos grãos, mas, ao mesmo tempo, estabeleceu a necessidade de limites máximos e mínimos nos preços, os quais determinariam a proibição ou incentivo às exportações. Ainda assim, Coutinho, ao criticar a proibição de remessas agrícolas na América lusa em 1798, defendeu que “[...] a inteira e livre circulação de todos os gêneros e a segurança de um mercado, onde os preços só dependem da concorrência, são os melhores meios de procurar uma segura abundância [...]”. Novamente, seu pragmatismo parece ter soado mais alto, ainda mais sendo o responsável por uma das três secretarias de Estado da monarquia. Ao mesmo tempo em que demonstrou o conhecimento teórico das novas ideias econômicas, a situação imperial demandou adaptações⁷⁷.

de 1800)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, pp. 17-18; também COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Representação ao príncipe regente sobre vários assuntos” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 91. Sobre as mudanças econômicas no final do século, ver NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise...*, pp. 292-294. Para um trecho em que o secretário contrastou a bonança portuguesa ao caos na Europa, ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “1º Discurso: 22-12-1798” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, pp. 179 e 182.

⁷⁶ POMBO, Nívia. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho...*, p. 129. Ver também CARDOSO, José Luís. “D. Rodrigo de Sousa Coutinho em Turim...”, pp. 20-21.

⁷⁷ Ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Representação ao príncipe regente sobre a criação de uma tontina para as compras de linho necessárias à cordoaria (12 de Setembro de 1797)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 12; COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Projecto de alvará sobre a administração e governo das Ilhas dos Açores, Madeira e Porto Santo (Sem data [1799])” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, pp. 27-28; COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Avisos e instruções para D. Fernando José de Portugal, governador e capitão general da capitania da Baía” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 43. Coutinho também dissertou sobre “[...] os preços médios, em que a liberdade da

Seu pragmatismo também se revelou quando, para organizar a economia do reino, defendeu a criação de um banco com determinados privilégios, impedindo de certa forma a concorrência, ou quando não concordou com a taxaço sobre as manufaturas portuguesas proposta pelo tesoureiro-mor, pois elas não conseguiriam, dessa forma, competir com as do exterior. Como avaliou o secretário, “[...] Em lugar de as taxar, é por ora necessário ajudá-las com novos meios; e quando se sustentarem a si mesmas então serão objetos de taxaço, não as que se exportarem, mas as que se consumirem”. Coutinho tinha em mente as nascentes ideias econômicas, defensoras de um comércio mais livre, mas também apoiava medidas que auxiliariam o equilíbrio e o desenvolvimento econômico do Império. Afinal, como afirmado em outro documento, a ideia era a de “[...] conciliar o interesse geral dos [...] vassallos com a segurança dos princípios de um comércio o mais livre [...]”, ou seja, conciliar os interesses privados e o bem público por meio da ação do Estado⁷⁸. Como afirmou em outra ocasião, ao escrever sobre os recursos naturais:

exportação deve ser inteira e sem limite [...]” – COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Projecto de alvará sobre a administração e governo das ilhas...”, p. 28. Para exemplos de quando Coutinho advogou a abolição de contratos, ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Representação ao Príncipe Regente sobre o Alvará para a abolição dos contratos do sal e da pescaria da baleia (6-08-1798)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

⁷⁸ Ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Projecto de alvará de criação do banco real brigantino (Julho de 1797)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 114; COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Carta para o marquês mordomo-mor relativa à avaliação das rendas reais e despesas para o ano próximo futuro (16 de Fevereiro de 1799)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 125; COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Projecto de alvará sobre o comércio do sal nas capitãias de Pará e Maranhão (sem data – anterior a 1799)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 67. Ver CARDOSO, José Luís. “D. Rodrigo de Sousa Coutinho em Turim...”, pp. 40-42. Outro exemplo se deu no caso do comércio do sal. Nas palavras da rainha dona Maria I, era preciso remediar alguns problemas nesse comércio (volume e preços), mas o “remédio” da concorrência e da liberdade comercial seria muito lento em seu agir. A rainha propôs, então, medidas que fugiriam daqueles princípios, como a fixação de preços, mas se preocupou também em “não vexar os donos dos navios” – ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Projecto de alvará sobre o comércio do sal...”, pp. 66-68. Medidas de urgência deveriam ser adotadas, ferindo a liberdade comercial, mas com cuidados. Em outro documento, Coutinho defendeu a criação de uma companhia comercial com alguns privilégios, para desenvolver a agricultura ou o comércio de domínios portugueses na Ásia – ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Carta para o marquês mordomo-mor, presidente do Real Erário, sobre o comércio e navegação da Índia (24 de Novembro de 1800)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, pp. 70-72. Para outro documento em que Coutinho citou privilégios, ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Carta para o marquês mordomo-mor sobre recursos e meios de fazenda (22 de Outubro de 1796)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 94. Ademais, Coutinho também defendeu o oferecimento de prêmios para incentivar o trabalho rural – ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Reflexões sobre o alto preço que vão tomar as carnes, e meios de remediar este inconveniente no

[...] minas e bosques necessitam de ser regulados por princípios científicos, em que se acha calculada a utilidade geral, e não abandonados ao interesse dos particulares, que nestes casos, e só neles, contraria ou ao menos pode contrariar a pública utilidade, formando uma notável excepção aos princípios gerais da economia política⁷⁹.

Certamente, não era somente naquele caso, mas em muitos outros em que as teorias alheias teriam de ser adaptadas à realidade portuguesa e em que o Estado precisaria regular a relação entre o público e o privado. Coutinho sabia das tensões em que se envolvia ao escrever sobre tais assuntos⁸⁰. Todas essas ideias do secretário, apesar de não constituírem um trabalho específico sobre teorização econômica, demonstraram o amadurecimento de diversas ideias, de modo integrado.

Suas afirmações não foram resultado de um simples casuísmo, mas envolveram um plano sistemático, não deixando de lado diversas considerações econômicas. Assim, vemos uma crítica a um monopólio específico acompanhada de considerações sobre a pecuária, o comércio reinol e, afinal, o modo como a renda da Coroa era administrada:

Indubitavelmente o estaque do sal é, não só muito prejudicial a toda a América, mas ainda ao Reino, pois que o alto preço a que o mesmo gênero se vende na América impede que ele ali se dê aos gados a quem é benéfico, que se salguem as carnes, e diminui o consumo em dano do Reino, que exporta uma menor quantidade. Creio que sobre este ponto não há hoje pessoa alguma que hesite em tal matéria, e é bem feliz o poder-se avançar que a supressão deste estaque não custa ao Estado senão 120 mil cruzados, que tal é a renda que pagam os contratadores à Fazenda Real, e pela qual recebem o direito de vexarem toda a América⁸¹.

Coutinho defendeu ainda a moderação nos impostos das alfândegas e inclusive a isenção para o vinho, azeite, ferro, aço e manufaturas provenientes de Portugal. De certa forma, vemos como o ator visou adaptar suas teorias à realidade prática do Império português: o comércio deveria ser mais livre, mas não de todo. A própria estrutura da sociedade portuguesa deveria ser mantida intacta o melhor possível. Tratava-se de uma

momento presente, e para o futuro” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, pp. 169-170.

⁷⁹ Ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Instruções para Manuel Ferreira da Câmara, Intendente Geral das Minas na Capitania de Minas Gerais e Serro Frio (26 de Novembro de 1800)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 73. Para uma análise de tal trecho, mas em outro contexto argumentativo, ver PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, p. 62.

⁸⁰ Sobre essa adaptação, ver POMBO, Nívia. “Um turista na Corte do Piemonte...”, pp. 224-225.

⁸¹ COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América (1797 ou 1798)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 56.

reforma, e não da total transformação da realidade portuguesa. Como atestou Novais para o caso da supressão das Companhias de Comércio em 1778 e 1780, “[...] O exclusivo metropolitano voltava assim a sua expressão mínima, ‘normal’, isto é, a ser privilégio da burguesia mercantil metropolitana em conjunto”. Coutinho prosseguiu com tais reformas, buscando não descaracterizar em demasia a estrutura socioeconômica portuguesa⁸², mesmo que tais mudanças acabassem desestabilizando, por fim, a realidade então reinante⁸³.

Podemos acentuar que o pensamento de Coutinho apresentou evidentes continuidades, haja vista que na própria definição de riqueza, o autor expôs três origens para tal: “o produto da terra, os salários dos jornaleiros e artistas e a renda do capital que se acumula e se emprega seja em beneficiar e fazer produtiva a terra, seja em pôr em ação os braços dos operários”. Tal definição se coaduna àquela que evidenciava o trabalho como origem das riquezas. Como complemento, Coutinho criticou a “seita dos economistas”, que teriam contestado tais pontos de vista, provavelmente ao enxergar somente na terra a origem das riquezas. Novamente, não criticou cegamente a mineração, defendendo a redução do quinto com vistas a estimular a atividade na América portuguesa e a liberdade condicionada em sua exploração. Contudo, se a atividade mineradora contribuiria para com as rendas reais e dos particulares, isso não levaria à consideração do próprio metal como riqueza em si, haja vista que “[...] A moeda circulante é o sinal representativo das riquezas de cada país e serve de unidade para as trocas dos efeitos que diariamente se fazem [...]”⁸⁴.

⁸² Ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Memória sobre o melhoramento dos domínios...”, pp. 56-57; ver também NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise...*, pp. 243-244. Para uma discussão sobre as ideias de Coutinho nessa temática, ver POMBO, Nívia. “Um turista na Corte do Piemonte...”, pp. 221-225.

⁸³ CARDOSO, José Luís. “D. Rodrigo de Sousa Coutinho em Turim...”, p. 41.

⁸⁴ COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Memória sobre o melhoramento dos domínios...”, pp. 55, 58 e 60. Coutinho considerou a moeda da seguinte forma: “[...] De tudo o que fica dito sobre a moeda, seja metálica, que é um sinal representativo universal, seja em papel, que é um representativo da metálica [...]” – ver *Idem*, *Ibidem*, p. 61. Tendo em conta a importância do trabalho para a composição das riquezas na visão desse secretário, é interessante citar que ele criticou os ociosos em 1798, marcando outra continuidade argumentativa em relação a seus textos de Turim – ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Avisos e instruções para D. Fernando José de Portugal...”, pp. 42-43. Para um trecho em que o secretário asseverou que a agricultura é “a principal origem da riqueza nacional [no Brasil]”, ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Memória sobre o melhoramento dos domínios...”, p. 57. Vemos, aqui, confirmado o diagnóstico de que as colônias deveriam se dedicar à produção agrícola. O trabalho nela empreendido geraria riquezas para o Império. Para um trecho em que Coutinho dedicou espaço às fábricas, ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “4º Discurso: 19-01-1802” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 202. Sobre a concepção de riqueza do autor, ver também CANTARINO, Nelson M., *op. cit.*, pp. 173-174.

Relacionada à sua visão sobre a economia, qual era a concepção do secretário Coutinho sobre as colônias, tendo em vista o momento reformista de Portugal? Afinal de contas, eram parte essencial da constituição econômica, política e social do império e objetos da atuação política de Coutinho, agora um secretário de Estado com força de decisão. Para compreender essa parte essencial de seu pensamento econômico e que influenciou na própria adaptação das teorias vindas de fora, a “Memória sobre os melhoramentos dos domínios de Sua Majestade na América”, escrita em 1797 ou 1798, é relevante. Nela, o secretário discutiu questões da Fazenda e da política imperial, especialmente sobre a América, “a base da grandeza do nosso augusto trono”. Devemos salientar, todavia, que o próprio autor conferiu um maior peso à organização da Fazenda, haja vista “que é o principal ponto de que dependem os outros e que é o que em última análise decide da grandeza dos soberanos e da felicidade dos povos”⁸⁵.

No que tange à organização política do Império, é conhecida a máxima de Coutinho de que havia um enlace feliz e natural entre as colônias e a metrópole, promotor dos maiores benefícios a todo o Império:

[...] A feliz posição de Portugal na Europa, que serve de centro ao comércio do Norte e Meio-dia do mesmo continente, e do melhor entreposto para o comércio da Europa com as outras três partes do mundo, faz que este enlace dos domínios ultramarinos portugueses com a sua metrópole seja tão natural, quanto pouco o era o de outras colônias que se separaram da sua mãe-pátria; e talvez sem o feliz nexos que une os nossos estabelecimentos, ou eles não poderiam conseguir o grau de prosperidade a que a nossa situação os convida, ou seriam obrigados a renovar artificialmente os mesmos vínculos que hoje ligam felizmente a monarquia, e que nos chamam a maiores destinos, tirando deste sistema todas as suas naturais consequências [...]⁸⁶.

O secretário defendeu que tal sistema, conferindo certa igualdade às “províncias” imperiais, traria benefícios à metrópole e ao ultramar e isso preparou o argumento de que as relações do ultramar deveriam ser, para a mútua vantagem, mais ativas com o centro metropolitano, em detrimento das relações entre as possessões coloniais. Guiado por tais princípios, o secretário propôs uma nova divisão política na América portuguesa, com vistas à sua defesa e ocupação, algumas reformas na administração política e econômica, a reconfiguração da justiça e do poder eclesiástico nas colônias, a reorganização militar

⁸⁵ COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Memória sobre o melhoramento dos domínios...”, pp. 47-48 e 54-55.

⁸⁶ COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Memória sobre o melhoramento dos domínios...”, p. 48.

do império e, afinal, certas reformas na produção, circulação de moedas e na taxação colonial⁸⁷.

Em respeito à agricultura, tecendo um enlace com a própria ideia de riqueza, ao argumentar sobre a produção agrícola na América lusa, o autor não deixou de a conectar a ditames políticos, pois a riqueza gerada nas colônias seria essencial para a organização de todo o império, garantindo a subsistência das populações imperiais e o comércio de antigos e novos produtos⁸⁸, no que se inscrevia o arroz:

Animar as culturas existentes e naturalizar no Brasil todos os produtos que se extraem de outros países deve ser outro grande objeto do legislador político, unindo-lhe também o cuidado de segurar-lhes com a mais extensa navegação o seu consumo na Europa por meio da metrópole e nas outras partes do mundo por meio de outros domínios que a nossa real Coroa possui. Não seria contrário ao sistema de províncias com que luminosamente se consideram os domínios ultramarinos, o permitir que neles se estabelecessem manufaturas, mas a agricultura deve ainda por muitos séculos ser-lhes mais proveitosa do que as artes, que devem animar-se na metrópole para segurar e estreitar o comum nexo, já que a estreiteza do terreno lhe nega as vantagens de uma extensa agricultura⁸⁹.

Um dos objetivos seria diversificar a produção por meio de novas culturas e melhorar as técnicas produtivas, beneficiando também os antigos cultivos do terreno americano. Se a agricultura contribuiria com a soma das riquezas imperiais geradas pelo trabalho produtivo, nessa teorização econômica deveria haver espaço ao “nexo colonial”. Nessa lógica, a agricultura caberia de modo mais natural aos domínios portugueses na

⁸⁷ COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Memória sobre o melhoramento dos domínios...”, pp. 48-62. Para um resumo das medidas preconizadas por Coutinho na “Memória sobre os melhoramentos”, ver *Idem, Ibidem*, pp. 64-66. Sobre, por exemplo, os apontamentos referentes aos correios na América portuguesa, ver *Idem, Ibidem*, p. 66. Acerca de tal assunto, consultar a pesquisa de mestrado ainda em prosseguimento de FORTUNATO, Thomáz. *Nas vértices do Império: a formação das redes de correio na América portuguesa (1796-c.1808)*. Dissertação em elaboração (Mestrado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo.

⁸⁸ Sobre a busca de subsistência e novos produtos, ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Instruções para Manuel Ferreira da Câmara...”, p. 73. Consideramos que a agricultura faz parte daquela fonte das riquezas ligada essencialmente ao trabalho. Contudo, há algumas considerações em certos documentos que põem tal ideia à prova. Em um projeto de lei feito por Coutinho, lemos que “[...] sendo a agricultura a primeira e mais essencial das três origens e fontes da riqueza dos Estados [...]” – COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Projecto de carta de lei sobre reformas na agricultura (sem data – depois de Julho de 1799)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 164; em outro documento, suavizando tal afirmação, lemos que “[...] a agricultura é uma das principais fontes da riqueza nacional [...]” – COUTINHO, dom Rodrigo de S. “4º Discurso...”, p. 198. Em outro trecho, chegou a argumentar que “[...] o comércio deve ser a base da grandeza do real trono e do Estado [...]” – COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Projecto de um empréstimo de 15 milhões de cruzados (6 de Dezembro de 1798)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 119. Apesar de tais apontamentos guardarem certa distância do que antes referimos, fica ainda em pé aquela definição de riqueza do autor calcada no trabalho produtivo.

⁸⁹ COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Memória sobre o melhoramento dos domínios...”, pp. 53-54.

América, local em que havia boas condições para o desenvolvimento desse ramo da economia. Ademais, para beneficiar a agricultura, seria necessário garantir “fundos” aos agricultores, com que pudessem melhorar o trabalho no campo⁹⁰. Aí vemos também como o secretário demonstrou especial interesse pela organização e reforma financeira do Império luso, o que foi reforçado quando argumentou que “[...] um bom estado de Fazenda é o melhor esteio dos troncos [...]”⁹¹. A agricultura não foi vista de modo isolado, mas articulada, por exemplo, à existência de manufaturas, garantindo matérias-primas às últimas⁹². Desse modo, o nexu se tornaria feliz e uniria de modo natural o reino e as colônias ultramarinas portuguesas, garantidoras de matérias primas, alimentos e reexportações para a metrópole⁹³.

E em todo esse processo reformista, afinal, havia o desejo de substituir importações que pesavam sobre a balança comercial, por meio da diversificação econômica e melhoria da produção imperial, o que também poderia criar novas exportações para o comércio luso. Tal reforma agrícola envolveria a garantia dada pelo Estado e a instrução dos lavradores⁹⁴:

⁹⁰ Ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Instruções para Manuel Ferreira da Câmara...”, pp. 73-75; COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Plano sobre o mais fácil e natural meio de aumentar a povoação e riqueza do Alentejo: criação de uma caixa de crédito ou banco particular (13 de Junho de 1798)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 161. Para mais argumentos sobre a visão de Coutinho acerca da agricultura, ver também a nota de Silva em COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Reflexões sobre o alto preço que vão tomar as carnes...”, p. 168. Para um exemplo de mudança produtiva envolvendo a instrução dos lavradores, ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “4º Discurso...”, p. 199.

⁹¹ Ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Representação ao príncipe regente sobre vários assuntos (5 de Julho de 1798)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 91; COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Representação a S. A. R. o Príncipe Regente sobre um plano de fazenda (15 de Março de 1799)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 142.

⁹² Ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Plano sobre o mais fácil e natural meio de aumentar a povoação e riqueza do Alentejo...”, pp. 161-162.

⁹³ ARRUDA, José Jobson de A. “Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII”. *Revista USP*, São Paulo, n. 46, 2000, *passim*; FERLINI, Vera Lucia A. “Uma capitania dos novos tempos...”, pp. 238-239.

⁹⁴ COUTINHO, dom Rodrigo de S. “4º Discurso...”, pp. 200-201; COUTINHO, dom Rodrigo de S. “1º Discurso...”, p. 185; COUTINHO, dom Rodrigo de S. “2º Discurso: 7-01-1800” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, pp. 191-192. Todo esse plano reformista, amplo e articulado, envolvia, por certo, a emulação de práticas econômicas e científicas de outras nações – ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Projecto de carta de lei sobre o crédito público e criação de um banco público de crédito e circulação (sem data – antes de Julho de 1797)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 109; COUTINHO, dom Rodrigo de S. “1º Discurso...”, pp. 180-183; COUTINHO, dom Rodrigo de S. “5º Discurso: 29-03-1803” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 207.

Que artes pode o Brasil desejar por muitos séculos, quando as suas minas de ouro, diamantes etc., as suas matas e arvoredos para madeiras de construção, as culturas já existentes e que muito podem aperfeiçoar-se, quais o açúcar, o cacau, o café, o índigo, o arroz, o linho-cânhamo, as carnes salgadas etc., e as novas culturas de canela, do cravo da Índia, da noz moscada, da árvore-do-pão, etc., lhe prometem juntamente com a extensão da sua navegação uma renda muito superior ao que jamais poderiam esperar das manufaturas e artes, que muito mais em conta por uma política bem entendida podem tirar da metrópole? Assim útil e sabiamente se combinam os interesses do império e o que à primeira vista pareceria sacrifício vem, não só a ser uma recíproca vantagem, mas o que menos parecia ganhar é o que disso mesmo tira o maior proveito. Para vivificar estas culturas, para lhes dar toda a extensão que elas podem ter, é que se deve por toda a atenção na navegação e abertura dos rios que do centro do Brasil vêm à costa e praia do mar [...]”⁹⁵.

Vemos, portanto, como a ação do secretário Coutinho tinha suas raízes na experiência enquanto enviado estrangeiro à Península Itálica. Em sua ação na secretaria foram denotadas, principalmente, a forma como enxergava a riqueza e o papel das colônias. Ficou evidente como sua experiência no estrangeiro moldou a forma como interpretou a economia e como adaptou as ideias à realidade de Portugal. Todos esses fatos nos ajudam a compreender as reformas propostas para a agricultura, que serão focalizadas no próximo capítulo, da mesma forma que denotam os desenvolvimentos do pensamento econômico português.

Apesar de sua ação caracterizar uma continuidade em relação ao reformismo pombalino, Coutinho atuou em um novo contexto, marcado por importantes revoluções políticas, como a americana e a francesa, com ecos na política interna de Portugal. Sua obra denota um esforço de teorização que não pode ser desvinculado de seu pragmatismo. Afinal de contas, Coutinho entendia as novas teorias, mas desejava preservar muitas das características da sociedade portuguesa. Teoricamente, por outro lado, apesar de ser adepto de uma nova forma de entender a economia, resumida na expressão “Economia Política”, Coutinho ainda demonstrou preocupações “tardo-mercantilistas”, inspiradas por seu pragmatismo e ligadas, por exemplo, à questão da balança comercial. Ao mesmo tempo, demonstrou ter uma nova concepção sobre a criação de riquezas, deixando de lado, nesse ponto, tópicos mais afeitos ao mercantilismo⁹⁶.

O secretário de Estado português pôde até mesmo ter lido as obras dos fisiocratas, dos tardo-mercantilistas e suas teses sobre a origem das riquezas, e tais apontamentos

⁹⁵ COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Memória sobre o melhoramento dos domínios...”, p. 54.

⁹⁶ Ver SILVA, André M. D. “Introdução”..., pp. XXIII-XXIV e XLII; CARDOSO, José Luís. “D. Rodrigo de Sousa Coutinho em Turim...”, pp. 31-32; POMBO, Nívia. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho...*, pp. 51-55 e 72-73.

podem ter marcado relevantes pontos em seu pensamento, mas, como afirmou Cardoso e procuramos demonstrar anteriormente, ele possuía “[...] uma concepção mais geral sobre o papel do trabalho produtivo na formação da riqueza [...]. No “Discurso sobre a mendicidade”, por exemplo, Adam Smith foi a grande influência. Mesmo que possamos falar de certo ecletismo em seu pensamento econômico, influenciado por suas leituras também ecléticas e por seu pragmatismo, há claramente uma evolução demonstrada em seu pensamento, com a aceitação e adaptação das novidades teóricas trazidas pelos pensadores da nascente Economia Política. Como exemplo disso, o pensamento econômico de Coutinho não desconsiderou a ação e interesses dos indivíduos, mas também conferiu relevante papel ao Estado e ao soberano português⁹⁷. Sua visão era coerente, pois

[...] a busca de felicidade torna-se no objeto central das decisões políticas do soberano ilustrado que gere um sistema integrado em que a economia política assume papel motor. O soberano não se substitui ao mercado, melhor dizendo, não impede o bom funcionamento da sociedade comercial; pelo contrário, é ao soberano que cabe o papel de equilíbrio entre a vida civil e o bem-estar individual, por um lado, e o bem-comum e a felicidade pública, por outro⁹⁸.

Coutinho demonstrou a aceitação das novas ideias surgidas em fins do século XVIII, no que se aproximou do bispo Azeredo Coutinho. Contudo, para além disso, levou tais teorizações à arena política e da administração colonial, demonstrando como tais ideias não somente serviram para polêmicas teóricas e discussões científicas, mas guiaram a ação prática da administração do Império português. Por isso mesmo, talvez, o pragmatismo de Coutinho tenha sido tão acentuado. E é nesse contexto de novas ideias sobre a economia, e em que a agricultura foi repensada e valorizada, que podemos compreender o fundo teórico que conferiu as bases para o desenvolvimento da produção comercial de arroz na América lusa e para o surgimento de escritos dedicados à agronomia. Contudo, se o autor levou tais ideias a uma nova arena, não foi o responsável pela elaboração e sistematização de uma obra dedicada especialmente às novas teorizações econômicas.

*

⁹⁷ CARDOSO, José Luís. “D. Rodrigo de Sousa Coutinho em Turim...”, pp. 32-44. O papel do Estado, no mínimo, envolvia a garantia da segurança no comércio internacional, negociações etc. – ver *Idem, Ibidem*, pp. 41-42.

⁹⁸ CARDOSO, José Luís. “D. Rodrigo de Sousa Coutinho em Turim...”, p. 42.

Como forma de encerrar a análise acerca dos desenvolvimentos no pensamento econômico português desse período, podemos gastar um pouco de tinta com uma obra escrita em fins do século XVIII. O maior espaço a ela dedicado aqui se explica pelo seu caráter abrangente e a proposta de análise sistemática da economia portuguesa. Datada do ano de 1795 e somente publicada em 1821, trouxe algumas considerações sobre as questões anteriormente trabalhadas. Trata-se de “Economia Política” escrita por Manuel Joaquim Rebelo, um negociante de Lisboa. A obra representou um desenvolvimento das questões antes debatidas, trazendo à tona algumas problemáticas que seriam mais bem desenvolvidas somente durante o século XIX. É uma boa forma de finalizar a análise, demonstrando as mudanças no discurso econômico português do período. Para além disso, poderá evidenciar, mais uma vez, o modo como a emulação de experiências alheias foi considerada, com vistas a embasar as reformas econômicas⁹⁹.

Manuel Joaquim Rebelo, o autor, não é como os demais escritores aqui vistos. Era um homem de negócios de Lisboa, assim como seu pai o fora, e também se tornou um familiar do Santo Ofício da Inquisição. Foi um negociante da capital lusa, em uma posição não tão elevada quanto à riqueza. E, apesar do conhecimento declarado em seu texto e da biblioteca amealhada por ele e seu pai, não teve uma educação formal, em Coimbra ou em outras instituições, como os outros atores aqui analisados¹⁰⁰.

Em sua obra, os primeiros três capítulos resumem boa parte de suas considerações teóricas, as quais, todavia, não podem ser compreendidas sem os fins práticos do autor. No que se refere à teoria, foi influenciado por diversos autores, tais como Smith, Bielfeld,

⁹⁹ Ver VILAGRA, Bruno Ricardo. *Manuel Joaquim Rebelo e o pensamento econômico português na crise do império luso-brasileiro*. 2017. 223 p. Tese (Doutorado em História Econômica). FFLCH/USP, São Paulo, 2017, pp. 22-24 e 186-188. A obra foi produzida anonimamente, somente constando as siglas MJR como identificação do autor. Todavia, estudos feitos desde a década de 1980 apontaram a autoria de Manuel Joaquim Rebelo. Para essas informações ver CASTRO, Armando. “Introdução” in M.J.R. *Economia Política feita em 1795 por M.J.R.* Introdução e direção de edição de Armando Castro. Lisboa: Banco de Portugal, 1992; também VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, pp. 26 – 42; por fim, CARDOSO, José Luís. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, pp. 221-230.

¹⁰⁰ Ver CASTRO, Armando, *op. cit.*, p. XIII; também VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, pp. 35-42. Segundo Vilagra, a atuação de Rebelo na Junta do Comércio, criada pelo marquês de Pombal, teria tido influência sobre o autor. Afinal, a Junta abriu espaço para teorizações sobre a economia e esse pode ter sido um espaço em que o negociante tomou contato com questões abordadas em seu livro. Vilagra, ao analisar as consultas elaboradas pela instituição, demonstrou que houve “[...] a utilização de uma nova abordagem interpretativa acerca da realidade econômica [...]” e citou que seus membros deixaram de lado considerações fisiocráticas, valorizando não somente o trabalho agrícola. Como será visto, tais ideias estiveram presentes nas considerações de MJR. Ao mesmo tempo, como Rebelo não tinha posição tão importante dentro dessa instituição – ou seja, não tinha tantas amarras burocráticas, tinha mais liberdade para teorizar – ver VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, pp. 48-51, 60, 65-66 e 184.

Quesnay e Genovesi. Mesmo que a obra tenha feito uma análise original em e sobre Portugal, o objetivo prático de analisar e solucionar problemas da economia lusa esteve presente, permeando toda a obra¹⁰¹.

Já de início, o autor destacou as atribuições conferidas ao governo, sendo ele o responsável, por exemplo, por animar as ciências e “ordenar os meios necessários para que os povos pudessem, pelo seu trabalho, alcançar facilmente o seu sustento”. Dissertando acerca dos impactos comerciais sobre a sociedade, advindos das conquistas, estabeleceu que o aumento do comércio trouxe transformações ao governo: os indivíduos buscariam o seu sustento, e o Estado somente deveria auxiliar tais ações por meio da boa justiça e defesa militar. Todavia, com vistas a conseguir as rendas públicas necessárias, ou seja, os impostos, o governo deveria tomar atitudes para dissipar os problemas que atrapalhavam o desenvolvimento das riquezas do país¹⁰²:

[...] Por este motivo, às obrigações do governo soberano, que antes se conheciam, acresceu outro tanto, ou mais importante, qual é a de prever em que os vassallos tenham os meios necessários, assim para alcançarem o seu preciso sustento, como para poderem concorrer e contribuir para a geral subsistência do Estado civil¹⁰³.

Foi assim que o autor interpretou a relação entre os interesses individuais e a ação do Estado. Os indivíduos buscariam os seus interesses, agindo de modo um tanto autônomo em relação àquele. Mas o governo não deixaria de ter um importante papel na regulação da esfera econômica. De modo sintético, segundo Vilagra, a obra do negociante girou ao redor de duas questões fundamentais, que resumem boa parte dessas considerações: a liberdade comercial e dos agentes econômicos. Tudo isso baseando as reformas e levando ao desenvolvimento econômico português. Tais ideias nos relembram daquelas apresentadas anteriormente por Azeredo Coutinho e dom Rodrigo, que também enxergaram um coerente complemento entre os dois polos de ação¹⁰⁴.

¹⁰¹ VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, pp. 21, 26-27 e 100; CASTRO, Armando, *op. cit.*, *passim*, especialmente as pp. xiv e xxv-xxvi. Vilagra destacou que as várias descrições feitas por Rebelo em sua obra são também sinais da influência da literatura memorialista, que esteve em voga na Academia Real das Ciências de Lisboa – ver VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, p. 100.

¹⁰² Ver M.J.R. *Economia Política feita em 1795 por M.J.R.* Introdução e direção de edição de Armando Castro. Lisboa: Banco de Portugal, 1992, pp. 3 – 5.

¹⁰³ M.J.R., *op. cit.*, p. 5.

¹⁰⁴ VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, pp. 22 e 26-27. Como será visto, a relação entre a ação do Estado e os interesses dos indivíduos é complexa e ambígua. Em certos momentos, por exemplo, Rebelo frisou as “naturais diligências” que organizariam a vida econômica: “[...] a distribuição proporcionada dos artífices, e agricultores, mais facilmente se faz por si mesma e se põem em equilíbrio pelas naturais diligências dos interesses particulares; contanto que o governo político não proteja a uns com o prejuízo dos outros. Na

Para bem compreender essa relação, o estudo da economia política seria necessário. Contudo, apesar de que alguns poucos negociantes ou estadistas a conhecessem, a maior parte do povo não a entendia, até mesmo porque o conhecimento sobre tal tema era algo relativamente recente. O estudo dedicado à agricultura, às artes, à moeda, ao comércio, entre outros assuntos, levaria a bons resultados para o todo social e deveria ser incentivado. Mesmo que somente alguns a conhecessem de forma orgânica, a propagação de suas ideias poderia influenciar de alguma forma quem não a conhecia, beneficiando todo o império e a sua economia. Se outros estudos relevantes, como os da botânica e medicina, ganharam terreno no final do século XVIII, era chegado o tempo de os portugueses se dedicarem ao estudo da economia política, emulando as práticas de ingleses, franceses e italianos. Aqui, a ciência da economia política seria utilizada para organizar todos os ramos econômicos do império, oferecendo suas lições ao governo monárquico. A busca e a aplicação de ideias alheias ao mundo português envolveram, potencialmente, até mesmo a constituição do estudo da economia política¹⁰⁵:

Os conhecimentos necessários para promover e proteger a agricultura, as artes, a navegação e o comércio; assim como para a boa administração da Fazenda Real e para a acertada regulação dos tributos e da moeda corrente, são os que constituem a economia política, a qual neste reino é ainda mais peregrina do que a história natural e as matemáticas; nem faltará quem olhe com mofa e desprezo para a pretensão de a qualificar por ciência, quanto mais para a insinuação de se instituir dela um estudo formal e metódico¹⁰⁶.

Por meio da busca de conhecimento sobre o assunto no exterior, uma teoria geral deveria ser construída, sem desconsiderar as particularidades de Portugal, o que revela, segundo Vilagra, o pragmatismo do negociante. Rebelo, todavia, sabia das dificuldades para a implementação desse estudo particular, pois, como visto acima, tal estudo deveria, para se estabelecer, superar a desconfiança dos portugueses, um sinal da ebulição de ideias e dos conflitos daí advindos nesse final do século XVIII¹⁰⁷.

É dessa forma pela qual o autor criou uma teoria mais ampla, destacando a necessária articulação entre os indivíduos e o Estado e a íntima relação entre os diversos ramos que compunham a economia imperial, a qual, ademais, mereceria um estudo

proporção dos empregos indiretos com os diretos para a produção física, assim como dos de luxo com os necessários, é que mais se requer a particular atenção superior”. Ver M.J.R., *op. cit.*, p. 21.

¹⁰⁵ Ver M.J.R., *op. cit.*, pp. 5-9; VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, p. 105. Vilagra destacou a relevância da emulação na obra de Rebelo – ver VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, p. 103.

¹⁰⁶ M.J.R., *op. cit.*, p. 7.

¹⁰⁷ *Idem, Ibidem*, p. 9; VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, p. 106.

qualificado. Mas, dentro dessa teoria, quais foram as formas pelas quais o autor considerou a riqueza? Seriam discursos próximos aos apresentados anteriormente? E o papel do comércio? Como a agricultura é aí compreendida? E, afinal, qual seria o papel conferido às colônias, incluindo a América portuguesa? Todas essas considerações nos ajudam a entender o modo como a economia foi repensada e, nela, o papel da agricultura e, mais particularmente, da rizicultura colonial.

Sobre a agricultura, os melhoramentos nela empreendidos foram vistos por Rebelo como “[...] a mais importante de todas as artes [...]”. No século XVIII, após a “restauração das letras”, a filosofia bem orientada teria trazido bons resultados para a física e a agricultura. Dessa forma, as nações que mais atenção conferiram a tais estudos, seriam os entes políticos superiores em riqueza e poder. A ignorância agrícola, por outro lado, seria um atributo dos povos bárbaros. Portugal, nesse contexto, necessitava conferir atenção à terra e as suas produções, tendo em vista a experiência daquelas nações mais “cultas” e “avançadas”¹⁰⁸.

Todavia, a cultura das terras deveria ser encarada por pessoas instruídas e não somente pelos lavradores, cujos conhecimentos seriam limitados. Assim, ela alcançaria aperfeiçoamentos. Ao dizer que a agricultura deveria ser bem considerada, diz que ela estava abandonada, prática e teoricamente, aos cuidados dos “rústicos”, ou seja, aos lavradores, aos trabalhadores braçais. Caberia ao Estado mudar tal situação, por meio, por exemplo, da criação e sustentação de sociedades econômicas, as quais tinham “[...] sido em outros reinos o meio mais próprio para essa emenda [...]”. Afinal, o trabalho da terra englobaria a prática dos lavradores e a teoria econômica e agrícola discutida nas academias ilustradas. Somente com esse auxílio prestado pelo Estado, a agricultura conseguiria os tão necessários avanços, articulados, por sua vez, aos interesses dos indivíduos, anteriormente frisados¹⁰⁹.

Vemos o modo como a emulação de práticas vistas como superiores garantiria melhores resultados na produção agrícola portuguesa. Contudo, não só de boas técnicas

¹⁰⁸ M.J.R., *op. cit.*, p. 29. Essa superposição entre a ausência de trabalho agrícola e a qualidade de bárbaro foi usada nas “Memórias Econômicas da Acadêmias de Ciências de Lisboa” – ver SILVA, José Veríssimo A. da. “Memória histórica sobre a agricultura portuguesa considerada desde o tempo dos romanos até ao presente. 1782” in *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo V. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

¹⁰⁹ M.J.R., *op. cit.*, p. 30. Ainda sobre a prática da emulação, Rebelo fez considerações em seu texto sobre os portos francos: o autor asseverou que, na cópia de experiências alheias, devia-se conhecer bem o exemplo e adequá-lo à situação local, ou seja, à de Portugal – ver *Idem, Ibidem*, p. 127.

a agricultura necessitava. Rebelo sabia do fundamental papel desempenhado pelo capital na sustentação do trabalho agrícola, pois era essencial a existência de “[...] bastante cabedal sobressalente para renovar anualmente com proveito as suas reproduções [...]”. Novamente, o Estado teria seu papel a cumprir: na administração do Erário, com vistas a beneficiar os agricultores portugueses, os tributos deveriam ser bem calculados, diminuindo o seu peso. Atestando as ligações entre os diversos ramos da economia, o autor defendeu a “[...] proteção e auxílio do comércio e das manufaturas; porque esses são os meios próprios para criar novas forças no corpo político atenuado; aliás não cobrando vigor à agricultura, será cada vez mais perigosa a enfermidade do Estado”. Ademais, sem o comércio, as produções agrícolas não encontrariam o seu necessário consumo¹¹⁰.

Aliando tais teorizações a considerações práticas, relativas a Portugal, Rebelo questionou e propôs alguns “setores” agrícolas merecedores da maior consideração. Nessa definição, levou em conta a importância para a subsistência da população e a natureza dos terrenos e climas lusos. Dessa forma, elencou em primeiro lugar a cultura do trigo, milho, centeio e cevada, junto à de legumes, frutas e hortaliças. Não houve grandes surpresas aqui, tendo em vista a constituição da alimentação europeia do período. Notamos a ausência do arroz, enquanto os demais cereais tradicionais e inclusive o milho foram considerados. Em seguida, as pastagens e o gado vacum tiveram a sua importância acentuada, tanto para a agricultura, com os adubos, como para a subsistência humana. Afinal, o autor também destacou a possibilidade de criar o gado lanar, tendo em vista a alimentação e a manufatura de tecidos¹¹¹.

O autor ainda citou a cultura de vinhas, oliveiras, amoreiras e a criação de bichos-da-seda¹¹². Por fim, argumentou a respeito do arroz:

Finalmente há terrenos apaulados que são próprios para produzirem o linho, ou o arroz e o não são para outras produções: nestas culturas se devem aproveitar, preferindo em todo o caso o linho, ou outra qualidade de sementeira, que for adequada; porque o trabalho do arroz é muito nocivo à saúde das gentes e enfraquece tanto as terras que em poucos anos as faz inúteis para muitos tempos [...]¹¹³.

¹¹⁰ M.J.R., *op. cit.*, pp. 31-33.

¹¹¹ M.J.R., *op. cit.*, pp. 33-34.

¹¹² *Idem, Ibidem*, pp. 34-35.

¹¹³ *Idem, Ibidem*, p. 34.

Ecoando certas questões que serão mais bem trabalhadas no próximo capítulo, Rebelo atestou que o linho e o arroz poderiam ser culturas destinadas a terrenos inundados ou enxarcados, inaptos para outros cultivos, provavelmente mais valorizados. Ainda assim, entre os dois, a preferência estaria no linho, haja vista os problemas ocasionados pelo cereal. Notamos a argumentação genérica de que o trabalho rizicultor seria nocivo. Isso estaria relacionado às condições laborais ou aos supostos miasmas exalados em tal terreno inundado? Talvez ambas as condições. De forma incomum, todavia, M.J.R. atestou que a cultura arroseira enfraqueceria os terrenos e, nesse caso, apresentou uma consideração original, não observada pelos demais autores consultados na pesquisa. É dessa forma, portanto, em que o arroz é avaliado em seu escrito, sendo parte constituinte da teorização sobre a agricultura: se a lavoura é parte importante da economia do reino, o arroz, nela, não tinha tanta relevância, sendo superado até mesmo pelo linho, produção que não era de primeira necessidade para a subsistência humana. Tal argumento demonstra a ideia de que o arroz deveria ser um cultivo colonial, local em que os problemas seriam mais fáceis de tolerar¹¹⁴.

Complementando tais ideias e ligando-as à problemática do comércio, em sua reflexão sobre os portos francos, Rebelo defendeu uma “liberdade ilimitada” no comércio de cereais, englobando o trigo, a cevada, o milho, o centeio, a aveia, as farinhas etc. – note-se, novamente, a ausência do arroz nessa enumeração. Para o autor, tais cereais, vindos de portos alheios, deveriam ser livres para entrar em Lisboa, mesmo que carregados em embarcações estrangeiras, “enquanto o não possa ser nas nossas próprias”. Depois, esses grãos poderiam ser vendidos ou exportados para qualquer lugar “sem dependência de jurisdição alguma”. Essa liberdade atrairia mais navios e, assim, mais cereal. Contra as críticas a essa medida, citou um exemplo do noroeste europeu, pois as Províncias Unidas “se sustenta[vam] de trigo estrangeiro e, contudo, o comércio do trigo [era] franco, livre e isento [...]; a experiência ensina[va] que regulamentos coactivos mais serv[iam] de repelir, do que de atrair [cereais] [...]”. Havia, portanto, falta de cereal e a forma de atraí-lo era por meio de uma maior liberdade de comércio, o que contrastava com muitas das ideias mercantilistas defendidas por alguns autores, envolvendo, a título de exemplo, o estabelecimento de companhias monopolistas.¹¹⁵

¹¹⁴ Para as críticas ao arroz, consultar as análises do próximo capítulo.

¹¹⁵ M.J.R., *op. cit.*, pp. 133-134.

Rebello ainda citou a exploração de bosques e de minas e a pescaria, indo além de questões relacionadas à lavoura. Finalizou argumentando que tais produções deveriam receber mais importância do que as de luxo. É dessa forma em que o autor enxergou a constituição produtiva do reino. Mas a própria definição de importância na produção desses itens, elencando itens de primeira, segunda e de inferior necessidade, não esbarraria na liberdade incondicional dos lavradores? Se no comércio os itens poderiam ser trocados com certa facilidade, qual seria o motivo de determinar a importância e tentar regular a produção?¹¹⁶ Segundo Rebello,

[...] quem possui as cousas que são da primeira necessidade dá a lei a respeito do seu preço a quem por elas quer trocar as menos precisas; e ainda tem maior vantagem com que somente oferece os objetos de luxo e apetite, além de que facilmente ocorrem embaraços que dificultam a vinda do que se há de mister de fora, por cujos motivos não só está mais seguro, mas negocia com mais favoráveis condições, quem tem de casa o que lhe é preciso [...]¹¹⁷.

Esses seriam os motivos que levariam a tais regulações. Nesse caso específico, vemos como as forças livres do mercado não estariam tão livres assim, tendo de ser guiadas por outras questões, para o benefício da sociedade e do Estado português, o que nos recorda das considerações dos autores antes analisados. Se, por um lado, Rebello conferiu atenção às particularidades práticas de Portugal, elencando os itens que poderiam ser cultivados, o autor também buscou ideais gerais, de alcance mais amplo:

[...] Do que se conclui por uma regra geral que em todo o Estado onde se puder, com utilidade dos lavradores, cultivar o trigo, deve o governo soberano suscitar a sua cultura com preferência a outra qualquer, por ser objeto da primeira necessidade¹¹⁸.

Vemos exemplos da relação estabelecida entre as particularidades do reino e uma teoria mais ampla sobre o econômico. Como visto, ideias amplas, teorizadas pelo autor, teriam de ser analisadas tendo em vista a realidade lusa. Essa é uma característica da obra, na qual, segundo Vilagra, houve uma teorização ampla e bem articulada sobre a economia, superando exposições menos orgânicas, como aquelas apresentadas nas “Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa” ou mesmo por dom Rodrigo de Sousa Coutinho. Ao mesmo tempo, frisa-se novamente a relação estabelecida pelo autor entre a ação do Estado e os interesses dos e promovidos pelos particulares. Partindo de

¹¹⁶ M.J.R., *op. cit.*, pp. 33-36.

¹¹⁷ *Idem, Ibidem*, p. 35.

¹¹⁸ *Idem, Ibidem*, p. 36.

uma explanação sobre a agricultura, o autor a conectou a uma observação teórica sobre a relação entre o poder estatal e os indivíduos. Ficou evidente a organicidade da interpretação de Rebelo, em que as questões foram trabalhadas de forma conjunta, resvalando umas nas outras¹¹⁹.

Para o autor, a agricultura requeria a maior consideração por parte da monarquia e “[...] as suas vantagens, em uma nação, são superiores às de qualquer outro emprego dos seus indivíduos [...]”. Todavia, longe de ser um fisiocrático, como adiante será visto, o autor apresentou uma visão de conjunto do todo econômico, interligado e interdependente, em que a agricultura tinha destaque, enquanto base de sustentação da sociedade. Seguindo a interpretação de José Luís Cardoso para o movimento memorialista da época, talvez seja possível frisar uma espécie de agrarismo presente em suas considerações, sem deixar de notar a importância conferida a outros setores econômicos e a sua definição de riqueza. As próximas linhas tornarão mais evidente o modo como Rebelo associou a agricultura a um todo orgânico da economia lusa¹²⁰.

Mesmo com tais assertivas sobre a importância das produções agrícolas, não se deve concluir que a definição de riqueza do autor se resumiu ao trabalho da terra. Para Rebelo, a terra é o patrimônio essencial das sociedades, “[...] mas a maior, ou menor riqueza de cada um[a] del[a]s, é proporcionada ao trabalho e à indústria com que os homens cultivam as produções naturais [...]”. O trabalho dos cidadãos criaria a riqueza do Estado e “acrescentaria valor às mercadorias”. Em tal contexto argumentativo, ademais, a povoação deveria ser bem atendida, tendo em vista que o trabalho dos habitantes produziria a maior parte da riqueza do todo social. Não por acaso, o autor argumentou que as rendas do Estado, por meio do trabalho, teriam a sua origem não só na agricultura, mas também na pescaria, na mineração e na produção de manufaturas¹²¹.

¹¹⁹ VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, pp. 89-91 e 183-185.

¹²⁰ M.J.R., *op. cit.*, p. 36; VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, pp. 22, 123-124 e 184; CARDOSO, José Luís. *O pensamento econômico em Portugal...*, pp. 67-79; também CARDOSO, José Luís. *Pensar a economia em Portugal...*, caps. V e VI; PEDREIRA, Jorge Miguel. “Agrarismo, industrialismo, liberalismo – algumas notas sobre o pensamento económico português (1789-1820)” in CARDOSO, José Luís (org.). *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*: comunicações apresentadas no Seminário sobre História do Pensamento Económico em Portugal organizado pelo Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa (CISEP) do Instituto Superior de Economia. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988. Para outro argumento sobre a influência da literatura memorialista em Rebelo, ver VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, p. 100.

¹²¹ M.J.R., *op. cit.*, pp. 26-29 e 36-37; VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, p. 115. Tanto é verdade que o trabalho seria a origem das riquezas que, para Rebelo, “[...] nas produções naturais e artificiais consiste essencialmente a renda total do Estado, e que o trabalho dos lavradores e dos artífices é o que diretamente cria essas produções. Logo do valor deste trabalho é que unicamente pode sair toda a importância dos

Afastando-se, portanto, de concepções fisiocráticas, Rebelo não compreendeu o trabalho agrícola como o único “fisicamente produtivo”. Pelo contrário, depreendeu uma relação dele com a produção dos artífices, ambos como fontes de riqueza para o império português¹²²:

[...] Para Rebelo, os ofícios das manufaturas e artes eram produtivos na medida em que o valor do trabalho não era apenas o que consumiram de produtos agrícolas durante o processo produtivo, mas o produto do trabalho criaria novos valores às mercadorias, que supririam com sobejo a manutenção e reprodução do trabalho¹²³.

Nesse ramo da produção nacional, relacionado à manufatura, a divisão do trabalho seria benéfica, contribuindo para a melhoria das seções produtivas, encurtando os gastos e o tempo de produção, dando origem a novos instrumentos industriais. Como tal ramo econômico era tão destacado, Rebelo não deixou de pensar em meios de introduzir no reino certas manufaturas ou aprimorar as já constituídas. Para isso, propôs a utilização de prêmios, privilégios exclusivos ou o financiamento estatal. Eis aí refletidas muitas das medidas tradicionalmente implementadas pelos agentes do reformismo ilustrado português¹²⁴.

Em relação aos privilégios exclusivos, teceu algumas críticas e apontou a necessidade de “[...] uma particular vigilância na execução das condições porque ela se concede [...]”. Por outro lado, o financiamento estatal deveria buscar criar uma “escola”, “[...] para introduzir e propagar a nova arte ou aperfeiçoar das obras; e ir dando exemplo aos negociantes de como se podem utilizar, animando-se a ser fabricantes [...]”. Sobressaem, afinal, os prêmios, vistos como a melhor escolha. O papel do Estado, auxiliando o desenvolvimento econômico, novamente veio à tona. Seu papel era incentivar, sem desvirtuar ou embaraçar, o funcionamento normal do mercado¹²⁵.

tributos, ainda que eles sejam pagos imediatamente por uma e outras classes de vassallos, em razão da propriedade e posse dos bens em que eles se acham atualmente [...]” – ver M.J.R., *op. cit.*, p. 86.

¹²² M.J.R., *op. cit.*, pp. 42-43. Rebelo também analisou a relevância da produção de artigos de luxo. Caso seu consumo fosse inevitável, as reservas imperiais não deveriam ser gastas para trazer tais itens do exterior. A produção deveria ser nacional, “[...] enquanto el[a] não prejudicar a outras mais necessárias ocupações [...]” – ver *Idem, Ibidem*, p. 43. Para uma discussão sobre as características do pensamento fisiocrático e mercantilista, ver CARDOSO, José Luís. *O pensamento econômico em Portugal...*, pp. 67-79 e DEYON, Pierre. *O mercantilismo...*

¹²³ VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, p. 91.

¹²⁴ M.J.R., *op. cit.*, pp. 44-46. Nessa explicação, Rebelo lançou mão da imagem da fábrica de alfinetes, retirando-a ou da obra de Smith ou da Enciclopédia. Ver *Idem, Ibidem*, p. 44.

¹²⁵ Ver *Idem, Ibidem*, pp. 46-47. Tal argumentação sobre os privilégios etc. podia também ser encontrada nas consultas da Junta do Comércio analisadas por Vilagra. Todavia, também houve divergências entre as formulações de MJR e as da Junta sobre o assunto. Ver VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, pp. 63-65.

É essa a forma pela qual Rebelo concebeu a sua ideia de riqueza. Por um lado, se distanciou daquelas visões fisiocráticas que encontravam na terra a única origem das riquezas, sem deixar, contudo, de frisar a importância das produções agrícolas. Tal visão, como visto, pode aproximá-lo da argumentação agrarista então vigente. Rebelo sabia da maior relevância da agricultura, mas sinalizou que a produção manufatureira também atendia às necessidades básicas da população. Avaliou que “[...] o trabalho nas manufaturas criaria novos valores, em oposição à[s] ideias fisiocráticas da esterilidade do trabalho não empregado à agricultura”. Por outro lado, longe estava também de igualar a riqueza nacional ao acúmulo de metais, sendo esse último um traço normalmente atribuído ao pensamento mercantilista. Para ele, esses últimos serviriam basicamente como “signos do valor dos outros bens”. Os metais entrados no país seriam resultado do trabalho agrícola ou industrial anterior, responsáveis pela produção de artigos excedentes que foram comercializados. Más consequências viriam de uma errada definição da riqueza, igualando-a ao acúmulo daqueles metais¹²⁶:

[...] Mas se entender erradamente que esta [a riqueza] consiste essencialmente nos metais preciosos, porque com eles se podem alcançar de fora as cousas que são necessárias; se deixar de prover em que haja de casa as mais precisas, para poder negociar com os estrangeiros vantajosamente e não violentado pela necessidade, nestes casos quanto maior quantidade daqueles metais produzirem as suas minas, tanta será necessária para pagar o que de fora lhe vier por não o poder escusar; diminuirá a povoação do Estado pela falta de ocupação e de indústria; tudo será desordem e miséria¹²⁷.

Ao mesmo tempo, esses metais não tinham somente esse papel, pois eram também mercadoria. Graças a isso, a balança comercial de Portugal deveria ser vista de modo particular, tendo em vista a existência de minas em seus domínios do ultramar. O autor propôs um exemplo para que se compreendesse essa outra faceta dos metais: nele, sustentou que Portugal exportaria mercadorias no valor de 30 milhões e importaria no valor de 40 milhões¹²⁸. Nessa hipótese – não muito longe da realidade:

[...] Se não tivesse Portugal minas de ouro, do qual faz dinheiro, perderia em cada ano esses dez milhões, e de tanto se iria empobrecendo o Estado. Assim

¹²⁶ M.J.R., *op. cit.*, pp. 41-42 e 55; também VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, p. 123; NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise...*, pp. 60-62. A ideia de que, no final do século XVIII, havia uma conjugação entre os setores agrícola, manufatureiro e comercial é defendida por Rebelo, assim exemplificada por Vilagra: para Rebelo, “[...] uma vez realizada a importação daqueles produtos essenciais à sobrevivência humana, haveria um aumento dos custos de sobrevivência que, pela teoria do valor do trabalho elaborada por Rebelo, levaria ao aumento de todos os demais produtos [...]”. Portanto, desequilíbrios em um setor da economia afetariam os demais. Ver VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, p. 123. Sobre o entrelaçamento dos diversos setores econômicos, ver ARRUDA, José Jobson de A. “Decadência ou crise...”, *passim*.

¹²⁷ M.J.R., *op. cit.*, pp. 56-57.

¹²⁸ M.J.R., *op. cit.*, pp. 123-124.

acontece àquelas nações que não têm minas de ouro ou prata; e por isso o que recebem ou pagam em dinheiro à satisfação do mais que vendem, ou do mais que compram, indica o seu lucro ou a sua perda. Mas onde há minas daqueles metais a balança do comércio se calcula por outro modo, e eles se consideram como mercadorias, e computando-se o seu valor na conta do que sai para pagamento do que entrar de sorte que se Portugal extrair anualmente das suas minas tanto ouro que importe em 12 milhões; e não houver de pagar em razão da balança geral do seu comércio mais do que os 10 milhões supostos, lucrará anualmente neste comércio dois milhões; e será essa uma prova da sua riqueza progressiva. Pelo contrário extraindo das minas só oito milhões de ouro, será necessário que pague os dois milhões que faltam com o dinheiro, ou outros bens que de antes possuía; e continuando assim o seu prejuízo, irá empobrecendo; não poderá pagar o que deve e chegará a não poder comprar o que há de mister¹²⁹.

Os metais não eram a riqueza em si, mas tão-somente seu signo. Ao mesmo tempo, nos países ibéricos, principalmente, deveriam também ser vistos como mercadorias. Se, por enquanto, Rebelo tratou um tanto teoricamente sobre o erro de se compreender os metais como a própria definição de riqueza, mais adiante veremos como a prática econômica lusa ilustrou tais decisões equivocadas. No momento, ainda demonstraremos como Rebelo complexificou a ideia de riqueza, abrindo espaço ao papel do comércio¹³⁰.

Mesmo não sendo produtivo nele mesmo e sem acrescentar muito ao valor dos bens, era o comércio que garantia o consumo das produções e “alcança[va] o preço competente de uns e outros produtos”. Dessa forma, era ele o dinamizador das atividades agrícolas e manufatureiras e, por conseguinte, uma das fontes de riqueza¹³¹.

Ao governo caberiam algumas medidas para bem administrar a atividade comercial. Deveria, basicamente, oferecer a proteção e a liberdade necessárias. Em relação à primeira demanda, os pontos básicos envolviam a facilidade e a segurança

¹²⁹ M.J.R., *op. cit.*, p. 124.

¹³⁰ Ver também VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, pp. 93-94. No trecho assinalado, Vilagra destacou como a interpretação de Rebelo sobre o valor dos metais era próxima e ao mesmo tempo distinta da de autores como Bacular Chichorro.

¹³¹ Ver M.J.R., *op. cit.*, p. 48. Rebelo reconhecia que os comerciantes lidavam com importante parte do dinheiro de outros cidadãos e por isso deveriam ser vigiados. Contudo, isso não deveria levar a intromissões em seus negócios por parte do Estado e suas “incompetentes direções”. O comerciante deveria “[...] ter a liberdade de comprar e vender; transportar e navegar como a sua indústria lhe sugerir. Do contrário podem acontecer não pequenos danos ao interesse comum”. Suas críticas nesse campo vão além e envolvem até mesmo a relação com as colônias: “[...] A navegação mercantil como uma grande parte que é do comércio, necessita assim como este, de uma grande liberdade. Depois de se declararem as viagens que são permitidas, e os portos dos próprios domínios, ou alheios, onde se pode ir a negociar, não convém que o governo soberano, ou em seu nome o governo particular, em cada um dos diversos portos, se intrometa, a dirigir, demorar, ou dificultar a disposição do negociante, com um, ou outro ligeiro pretexto [...]”. Como visto e se verá adiante, mesmo que Rebelo tenha reconhecido alguns direitos do governo monárquico, na regulação do comércio colonial, não deixou de defender a liberdade – condicionada – dos comerciantes. Como assinalou Vilagra, é evidente a tentativa de atrelamento da lógica do Antigo Regime às novas ideias da Economia Política. Ver *Idem, Ibidem*, pp. 49-50 e 62-63; também VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, pp. 109 e 184-185.

comerciais: a facilidade fazia referência, por exemplo, à existência de boas condições de transporte, por terra ou mar. Por outro lado, deveria haver segurança contra os mais variados tipos de criminosos e o aperfeiçoamento da justiça. Se isso, enfim, dizia respeito à proteção, como seria definida a liberdade para o comércio¹³²?

A liberdade mais útil ao comércio em oposição à natural cobiça dos comerciantes consiste em que o governo soberano e os ministros régios tratem com uma grande igualdade a todos os negociantes, sem concederem a uns pouco maior proteção, privilégios, isenções, ou outras particulares vantagens dos que em geral gozam todos os mais; porque do contrário resultam os monopólios que fazem lucrar demasiadamente aos que são favorecidos com a preferência e tolhem o equilíbrio dos preços das mercadorias, os quais não se estabelecem competentemente, senão pela livre concorrência de todos os negociantes, que os faz ganhar o menos que é possível em benefício comum [...]¹³³.

Mesmo aqui, na definição da importância do comércio e dos comerciantes, Rebelo aliou a ação do governo ao empreendimento individual dos particulares. Ficou evidente a forma como enxergou a ação do governo, por meio da proteção e liberdade, sem estorvar o “natural” funcionamento da economia. Dessa forma, visto o modo como Rebelo considerou a riqueza imperial, englobando a agricultura, a indústria e o papel desempenhado pelo comércio, devemos questionar a forma como as colônias foram compreendidas. Nisso, sem dúvida, expressou-se a relação estabelecida entre as teorizações e as práticas, a história econômica do Império português.

Rebelo não só viu como certa a existência do sistema colonial, mas defendeu o pacto entre as diversas partes do império. Demonstra-se, assim, a existência de uma tentativa de adequação das ideias da economia política à estrutura imperial portuguesa, ou seja, de adaptação de novas ideias econômicas à realidade do Antigo Regime, um “[...] esforço de racionalizar a realidade econômico-social [em] que estava inserido, a partir dos novos postulados da economia política”. Tendo sido fundadas pela metrópole, as colônias também demandavam uma boa administração, mas diversa da do reino. Afinal de contas, a “[...] boa administração de que el[a]s são credor[a]s, não consiste em se proceder a seu respeito, com a mesma economia política que requer o reino; senão com aquela que é própria para o recíproco bem dos novos e dos antigos domínios [...]”. Abraçando uma visão orgânica do corpo imperial, dividindo-o entre cabeça, membros superiores e inferiores – esses últimos representando logicamente as colônias, Rebelo argumentou que

¹³² M.J.R., *op. cit.*, pp. 52-53.

¹³³ *Idem, Ibidem*, p. 53.

nem todos teriam os mesmos direitos e que os membros inferiores teriam um maior grau de dependência. Todavia, ao mesmo tempo em que se preservava a hierarquia, todas as partes que compunham o império deveriam ser enlaçadas, formando um todo bem articulado¹³⁴, talvez visando algo próximo àquele feliz nexos defendido por dom Rodrigo.

O reino deveria conferir importância à agricultura com vistas a obter itens de primeira necessidade, imprescindíveis à alimentação da população, mas não poderia deixar de considerar e se atentar às manufaturas. Dessa forma, por meio do comércio, venderia o que sobrasse, comprando os artigos que faltassem ao consumo interno. Contudo, a situação se torna mais intrincada quando Rebelo considerou a existência dos domínios ultramarinos. Portugal teria a “felicidade” de dominar extensas terras na América, “[...] em que a agricultura pode ter uma infinita extensão [...]”, o que já de antemão revela o papel a elas proposto. A agricultura aí empreendida ofereceria produções distintas das do reino, beneficiando a economia imperial. Por outro lado, o pequeno número de colonos deveria somente se dedicar a atividades manufatureiras “[...] de mais fácil execução e de mais pronta necessidade para se prover pelo comércio do reino dos produtos [e] outras manufaturas necessárias, cômodas e de luxo, a troco das suas superabundantes produções”¹³⁵. Tais considerações recordam as ideias do secretário Sousa Coutinho sobre o desenho imperial português.

¹³⁴ Ver M.J.R., *op. cit.*, pp. 12-13 e 64; também VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, pp. 109 e 184-185. Em sua discussão sobre os portos francos, Rebelo criticou a ideia de utilizar Lisboa como um porto dessa natureza, recebendo as produções americanas de outras nações. Reunidas em Lisboa, haveria maior competição estrangeira e os preços cairiam. Portugal criaria maior concorrência para suas próprias produções luso-americanas. E no caso da Ásia? Tal franquia acabaria com a navegação portuguesa naquele continente, os empregos então existentes e os lucros. Os estrangeiros, por seu turno, ganhariam o que Portugal perdesse. Ver M.J.R., *op. cit.*, pp. 134-135. Dom Rodrigo, por seu turno, defendeu a criação de um porto franco no Algarve enquanto ainda vivia em Turim – COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Recopilação dos ofícios expedidos de Turim no ano de 1786”..., p. 78.

¹³⁵ M.J.R., *op. cit.*, pp. 64-65. Um caso intermediário, postulamos, seria o do arroz: mesmo conhecido e produzido no reino, seu cultivo em terreno luso-americano poderia trazer maiores benefícios econômicos, haja vista a disponibilidade de terrenos e o clima favorável. Para outro trecho em que Rebelo teorizou sobre o espaço da agricultura e das colônias, ver *Idem, Ibidem*, pp. 22 e 36. Ademais, certas teorizações do autor sobre os direitos alfandegários refletem algumas das legislações feitas a respeito do arroz, citadas mais à frente. Para Rebelo, artigos produzidos no Reino ou que logo o seriam, e que fossem ainda assim importados, deveriam ser taxados. Por outro lado, “[...] a não se porem em prática os meios diretos para as poder ter da própria cultura, ou fabricação, o aumento dos direitos nas de fora só por si não é o que as há de produzir; antes as dificultará mais, sendo assim feito intempestivamente; porque virá a encarecer o custo do sustento, e do vestuário, com tão grave dano público, quanto o uso dos gêneros for mais necessário. Os direitos da entrada das primeiras matérias que não há, e se necessitam para laborarem as próprias manufaturas, se devem moderar o mais que for possível [...]”. Complementando tais considerações, Rebelo propôs que as taxas sobre as mercadorias exportadas por Portugal fossem pequenas, tendo em vista a competição com as de outras potências. No caso das colônias lusas, o preço estabelecido seria pago, fosse qual fosse. Contudo, sendo caras, encareceriam as próprias produções da colônia direcionadas à metrópole.

Nesse contexto argumentativo, aliás, se o arroz era nocivo às pessoas e às terras do reino, talvez Rebelo pensasse que somente nas colônias, dedicadas à agricultura em sua essência, ele poderia ser cultivado sem tanto alarde. Lá, o arroz seria cultivado longe de cidades e por escravos, não camponeses portugueses. Esse é o espaço teorizado para a rizicultura, com base nas ideias de ilustrados portugueses.

Reforçando suas teorizações e proposições práticas, Rebelo argumentou que a América portuguesa possuía uma antiga história de contribuições econômicas para com o reino. O autor elencou, por exemplo, o açúcar, o tabaco e, afinal, o ouro já no início do século XVIII. Nesse último caso, apresentou importantes considerações, pois Portugal teria, naturalmente, fabricado dinheiro com esse metal garimpado, mas, de modo errôneo, instituiu a prática de comprar muito do que precisava com tal “riqueza”, ignorando a agricultura e as manufaturas. Tornando a situação mais problemática, logo as minas de ouro também passaram a apresentar quedas produtivas. Ou seja, a confiança exagerada naquele sinal representativo causou diversos problemas à economia, desregulando a base agrícola e manufatureira do império. Como caracterizar o papel desempenhado por esse metal e quais foram as soluções encontradas pelo negociante?¹³⁶.

[...] Desenganados à nossa custa pela experiência, já sabemos que o ouro em si não é a maior, senão a menor riqueza; mas também devemos advertir que como metal precioso de um uso geral para a representação dos valores, não deixa de ser importante e digna de particular cuidado a sua extração, a qual convém prosseguir de modo que ela não prejudique a cultura dos gêneros próprios para o uso necessário que são de maior importância. Portanto, parece que fora um novo erro o desprezar as minas de ouro, deixando de pôr em prática os remédios oportunos para prevenir a sua total decadência [...]¹³⁷.

Para concluir a análise da parte prática do discurso, ainda sobre os domínios ultramarinos, Rebelo destacou também a importância das possessões na África, compondo as redes comerciais do império português. Na porção ocidental, tais domínios seriam relevantes, principalmente, pela oferta e remessa de escravos à América portuguesa, sem os quais não haveria os ganhos “[...] em consequência do trabalho e o comércio que resultam do cativeiro dos negros”, inclusive, supomos, numa possível cultura de arroz. Na outra porção, próxima ao Índico, o negociante destacou o comércio

Novamente, vemos o encadeamento imperial e o impacto no todo político de decisões financeiras. Ver *Idem, Ibidem*, pp. 92-93.

¹³⁶ M.J.R., *op. cit.*, pp. 65-66.

¹³⁷ *Idem, Ibidem*, p. 66. Um dos “remédios” propostos pelo autor, para a recuperação da mineração, seria o ensino de melhores práticas aos mineradores – *Idem, Ibidem*, pp. 66.

possível e rentável entre essa região e os entrepostos portugueses na Ásia, ainda que o poderio luso nessa última região tenha decaído muito em relação a outros tempos¹³⁸.

Demonstrando o modo como encarava as íntimas relações entre as partes do império português, um exemplo foi citado quando o autor argumentou sobre a forma pela qual os habitantes da África ocidental conseguiriam mercadorias necessárias e as diferenças de preços daí resultantes. Segundo Rebelo, conforme fossem mais caras, “[...] tanto maior preço terão os negros no Brasil, e conseqüentemente as produções deste virão a custar mais; o que será causa não só de o reino as pagar por maior preço, mas também de não terem tanto consumo pelo comércio exterior [...]”¹³⁹.

Articulando as explicações do autor sobre os vários setores produtivos, bem como da configuração imperial de Portugal, vemos que Rebelo não defendeu uma inteira liberdade comercial, mas aquela dos sujeitos, dos agentes econômicos do reino. Privilegiou as atividades econômicas do Reino, em detrimento da dos colonos, preservando, assim, o monopólio essencial para Portugal¹⁴⁰. Reforçando os laços coloniais em uma lógica de Antigo Regime, o negociante defendeu uma regra geral, mesmo que também tenha gastado tempo com discussões práticas e específicas:

A regra geral prescreve que o comércio das colônias seja inteiramente dependente do reino, que é a cabeça do Estado; pelo que se deve ser totalmente proibido o comércio direto das colônias com os domínios estrangeiros. Enquanto ao de umas com outras colônias particularmente entre si, também em geral ele não deve ser permitido senão enquanto for preciso para a conservação das mesmas colônias [...]”¹⁴¹.

Alguns pontos essenciais merecem destaque, com vistas a frisar as aproximações e diferenças em relação aos demais autores analisados. Primeiro, vimos que Rebelo propôs uma interpretação ampla e articulada da economia portuguesa, superando ou complementando as teorizações antes feitas, muitas vezes restritas a determinados quadrantes econômicos. Rebelo objetivou analisar a economia como um todo, envolvendo a agricultura, o comércio, a indústria, o valor da moeda, o trabalho etc. em uma única obra. Tratou-se de uma tentativa de articular uma teorização mais ampla, baseada nas ideias da nascente Economia Política, às questões práticas que envolveram e obstaculizaram o desenvolvimento de Portugal. Para isso, muito contou sua experiência

¹³⁸ M.J.R., *op. cit.*, pp. 67-70.

¹³⁹ M.J.R., *op. cit.*, p. 69.

¹⁴⁰ VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, p. 120.

¹⁴¹ M.J.R., *op. cit.*, p. 69.

como negociante na praça de Lisboa, conhecedor que foi das práticas comerciais desse período, bem como sua participação na Junta do Comércio¹⁴².

Sua obra envolveu o embate entre diversos binômios. Se, por um lado, a interpretação que se faz dela traz à tona o enlace entre teorização e prática, Rebelo também trabalhou com a articulação dos interesses individuais àqueles do Estado. Sinais evidentes da influência de novas ideias que deveriam ser adaptadas ao terreno português. Outro binômio argumentativo visto no livro teve na ideia da emulação sua chave interpretativa. Novamente, as potências do noroeste europeu, compondo uma temporalidade distinta e articulada pelo mercado mundial àquela dos países ibéricos, são apresentadas como exemplos do que Portugal deveria fazer, ainda que as ideias necessitassem de adaptações. Rebelo tomou ideias emprestadas ao estrangeiro, mas visou preservar as características portuguesas, ligadas a uma configuração do Antigo Regime. “[...] São essas ‘exceções’ da teoria geral do autor que nos possibilitam compreender sua especificidade, e como os postulados produzidos em países estrangeiros foram por ele adaptados para a realidade portuguesa”¹⁴³.

Todas essas questões apresentadas revelam o clima eivado de novidades e persistências nesse final do século XVIII. Por mais que estivesse baseado em ideias originais, recortadas de obras recentes, Manoel Joaquim Rebelo era um homem de sua época, vinculado às experiências do Antigo Regime e, particularmente, às experiências de Portugal e suas colônias. Defendeu em seu texto a monarquia e o sistema colonial, ao mesmo tempo em que teorizou sobre a economia política. Como símbolo das novas ideias, por exemplo, Rebelo contrapôs a usura ao juro do dinheiro, defendendo a cobrança do último, que traria benefícios à sociedade e à economia. Evidenciou a simultaneidade, em fins do século XVIII, de ideias distintas, o embate entre juízos liberais nascentes e a lógica ainda existente do Antigo Regime¹⁴⁴. Como bem concluiu Bruno Vilagra,

¹⁴² VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, pp. 22, 65-66, 89-90, 106, 109 e 183-185; CASTRO, Armando, *op. cit.*, *passim*, principalmente a p. XVII.

¹⁴³ VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, pp. 26-27, 102-107, 124 e 180-188; M.J.R., *op. cit.*, pp. 3-5; BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael de B.; PARRON, Tâmis, *op. cit.*, pp. 11-93.

¹⁴⁴ Ver M.J.R., *op. cit.*, pp. 100-102; CASTRO, Armando, *op. cit.*, pp. xiv *et seq.* VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, pp. 184-185 e 188. Evidenciando, mais uma vez, a articulação entre vigilância superior e liberdade econômica, disse Rebelo sobre a taxa de juros: “[...] Não está no arbítrio do soberano o determinar qual há de ser o preço legal do juro do dinheiro, pois que ele se regula sempre pelo preço que corre no comércio, o qual é o que no contraste dos opostos interesses do vendedor, e do comprador, estabelece naturalmente os preços de todas as cousas venais. Sim pode às vezes o soberano, em atenção a algumas particulares circunstâncias, moderar o preço legal do juro, estabelecendo-o com alguma diminuição do preço natural, e corrente no comércio; porém se excedendo a diminuição ao que requerem essas

[...] São latentes as posições ímpares defendidas pelo autor quando cotejado com seus pares coetâneos. Para além da preocupação de Rebelo em apoiar suas teses em formulações teóricas, sobressai sua abordagem da economia em si, compreendida por ele de maneira sistêmica, ou seja, a economia desenvolveria importante função em todos os ramos da sociedade. Ao mesmo tempo, fica claro que Economia Política é uma obra dentro de seu tempo, na medida em que apesar de uma abordagem teórico-conceitual *sui generis*, é portadora de concepções e modos de compreensão, tanto dos fenômenos econômicos como sociais, característicos do momento de sua escrita, finais do século XVIII¹⁴⁵.

Rebelo e sua obra propuseram um interessante fim à análise aqui construída. Articularam novas ideias apresentadas pela Economia Política ao terreno português ainda muito preso à lógica do Antigo Regime. Rebelo pode ser interpretado como um resultado das reformas ilustradas portuguesas, não somente como um sistematizador das mudanças no pensamento econômico do período. Se um dos objetivos do movimento foi reformar o edifício imperial por meio de conhecimentos de outros locais com vistas a atualizar as ideias em Portugal, sem comprometer as bases coloniais e absolutistas do império, Rebelo é um exemplo do espraiamento dessas ideias. Não foi um ilustrado, ou um membro da governação, mas um negociante que teve contato com tais conhecimentos em sua ação na Junta do Comércio, bem como por meio da composição de uma biblioteca. Sinal de que as medidas reformistas atingiram alguns de seus objetivos e atualizaram parte do pensamento econômico português, não somente por meio da ação e atividade intelectual de Vandellis e Coutinhos¹⁴⁶. Se a Ilustração e os ilustrados buscaram disseminar novos conhecimentos, vemos aqui um resultado desse processo.

2.3. Mudanças e continuidades

Por meio da análise das obras elencadas neste capítulo, dois caminhos interpretativos podem ser tomados. O primeiro diz respeito ao desenvolvimento do

circunstâncias, se apartasse muito daquele preço natural, fazia o soberano uma injusta violência, assim como fora taxar qualquer mercadoria em preço diminuto do seu natural valor” – ver M.J.R., *op. cit.*, pp. 102. Por fim, não podemos deixar de sinalizar que a defesa dos juros deve ser interpretada tendo em conta que Rebelo era um ator que lidava com negociações que envolviam essa cobrança – VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, p. 118.

¹⁴⁵ VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, p. 136.

¹⁴⁶ Ver BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael de B.; PARRON, Tâmis, *op. cit.*, pp. 76-77; AZEVEDO, Dannylo de, *op. cit.*, pp. 36 e 95-96. As discussões sobre tal tema não foram finalizadas na obra de Rebelo em Portugal. Rodrigues de Brito, Silva Lisboa, Acúrsio das Neves são alguns nomes que continuaram o debate. Como sinal de que as discussões de Rebelo continuaram relevantes no início do século XIX, sua obra somente foi publicada em 1821, 26 anos após a escrita – ver VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, pp. 184-188.

pensamento econômico português, cobrindo um período que fundamentalmente vai da década de 1740 ao início do século XIX. Nesse contexto, as discussões foram modificadas, os interesses foram renovados e os participantes variaram. O segundo está relacionado ao modo como a emulação pode ser uma chave-interpretativa das propostas apresentadas pelos atores analisados.

Houve mudanças interpretativas na forma de analisar a economia no período, conjugadas a ideias ilustradas e reformistas em terras portuguesas. Ao iniciarmos a discussão com os escritos de Sebastião José de Carvalho e Melo, enquanto enviado a Londres e como membro da governação lusa, notamos o papel fundamental das colônias para o império e a manutenção de algumas práticas mercantilistas, haja vista a criação das conhecidas companhias monopolistas de comércio e a tentativa de reformulação na balança de pagamentos. É evidente que tais práticas tinham suas particularidades, pois, como argumentou Maxwell, para os ibéricos, o objetivo não foi atrair metais preciosos de outros poderes europeus, mas evitar que aqueles garimpados em suas colônias americanas saíssem em direção ao restante do globo. A política econômica de Pombal visou fortalecer a posição dos mercadores portugueses. O objetivo de Pombal foi “[...] fortificar o poder de barganha da nação dentro do sistema comercial atlântico”. Dessa forma, explica-se a preocupação constante com o comércio, a agricultura e a indústria, envoltos em uma lógica econômica que privilegiava o equilíbrio da balança de pagamentos e a substituição de importações, tendo em vista também a queda na acumulação de metais. Ao mesmo tempo, a própria dinamização das demais atividades econômicas pode demonstrar uma implícita transformação na maneira de conceituar a riqueza, não dependente apenas do garimpo de ouro e da prata ou somente da produção da terra. Com o ouro escasseando nos campos americanos, houve uma tentativa de dinamização econômica, conjugando a agricultura às manufaturas e ao comércio. Talvez, devido a tais mudanças, principalmente no final do século, alguns autores puderam citar um mercantilismo ilustrado como forma de avaliação das práticas econômicas e políticas do período: espécie de meio-termo entre o mercantilismo visto como mais tradicional e as novas formas de abordar a economia e a política. Outros, por seu turno, evidenciaram a persistência de ideias econômicas e políticas do século XVII durante o Setecentos, inclusive influenciando as ações de um

reformador como o marquês de Pombal. Tratou-se de um período eivado de rupturas e continuidades¹⁴⁷.

Se houve continuidades nas práticas reformistas entre os reinados de dom José I e de dona Maria I, isso não significa que mudanças no modo de conceber a economia devem ser subestimadas. Na análise proposta, englobando as obras do bispo Azeredo Coutinho, M.J.R. etc., percebemos os desenvolvimentos argumentativos ocorridos no período, momento de transformação e inovação nas teorias econômicas. Talvez, tais mudanças também tenham de levar em conta as ebulições políticas ocorridas, materializadas nas diversas revoluções europeias e atlânticas¹⁴⁸.

No caso do eclesiástico, para além das citações a diversos autores do período, o que demonstra o embate e tentativa de utilização de novas ideias, vemos novos pontos argumentativos surgirem. Azeredo Coutinho gastou páginas ao explorar a articulação entre os interesses individuais e aqueles do Estado, demonstrando a necessidade de bem considerar a ambos. O papel do Estado, enquanto coordenador e ator na economia, é um dos exemplos das ambiguidades do período. Destacamos ainda o papel essencial atribuído às colônias e a demonstração da necessária junção entre os diversos ramos que compunham a economia imperial. O que, aliás, reforça o argumento de Arruda de que havia uma articulação entre tais ramos. Como reformista em um império de alcance mundial, Azeredo Coutinho defendeu a necessária articulação entre as partes que

¹⁴⁷ Para as considerações, ver MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo...*, pp. 66-68; ARRUDA, José Jobson de A. “Decadência ou crise...”, *passim*; NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise...*, pp. 57 – 116 e 213 – 298, especialmente as pp. 223, 229-230, 250-251 e 285; CARDOSO, José Luís; CUNHA, Alexandre M. “Discurso econômico e política colonial no Império luso-brasileiro (1750-1808)”. *Tempo*, Niterói, v. 17, n. 31, 2011, *passim*; FALCON, Francisco José C. “O império luso-brasileiro e a questão da dependência inglesa – um estudo de caso: a política mercantilista durante a Época Pombalina, e a sombra do Tratado de Methuen”. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, 2005, p. 24; e, enfim, MONTEIRO, Nuno G. “Pombal’s government: between seventeenth-century valido and enlightened models” in PAQUETTE, Gabriel (ed.). *Enlightened reform in southern Europe and its Atlantic colonies, c.1750-1830*. Farnham/Burlington: Ashgate, 2009, *passim*. As práticas mercantilistas podem ter várias definições. Ver, por exemplo, NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise...*, pp. 60-62, 223, 230 e 250. Para Arrighi, por seu turno, o mercantilismo pode ser definido como não “[...] apenas a resposta imitativa dos governantes territorialistas ao desafio criado pelo capitalismo holandês de âmbito mundial. Igualmente importante foi a tendência a reafirmar ou restabelecer o princípio territorialista da autarquia, sob a nova forma da ‘gestão econômica nacional’, bem como a tendência a contrapor esse princípio ao princípio holandês da intermediação universal [...]” – ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996, pp. 144-145. Ademais, algumas das práticas reformistas de fins do século XVIII tiveram antecedentes no Portugal do final do século XVII, evidenciando, mais uma vez, a ideia de rupturas e continuidades, ver HANSON, Carl. *Economia e sociedade no Portugal Barroso (1668-1703)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986.

¹⁴⁸ Ver POMBO, Nívia. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho...*, pp. 51-52; também NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise...*, pp. 224 e 227-239.

compunham o edifício monárquico. Em suas palavras, como vimos anteriormente, todos os domínios da Coroa deveriam oferecer seus ganhos, tendo em vista a boa situação econômica de Portugal¹⁴⁹. Nessa argumentação, partilhou muitos pontos de vista com dom Rodrigo de Sousa Coutinho, quem, enquanto enviado numa corte estrangeira e depois como secretário de Estado, contribuiu ao debate sobre a economia, trazendo também as novas considerações vinculadas ao desenvolvimento da Economia Política.

Não se pode deixar de argumentar um interessante ponto, que reforça os sucessos dos empreendimentos reformistas. Iniciamos com considerações de um funcionário da governação, depois transformado no mais poderoso ministro de dom José I, o qual, ainda que não seja descrito como um grande filósofo, agiu em um contexto marcado por um intenso movimento de ideias. Azeredo Coutinho, por seu turno, foi um membro do clero, ator com funções governativas e um publicista que debateu, enquanto parte da *intelligentsia* portuguesa, diversos assuntos referentes à economia imperial. Dom Rodrigo de Sousa Coutinho contribuiu com seus diversos escritos sobre as reformas e a economia, trazendo à tona as novas teorizações sobre o campo econômico. Finalmente, houve o negociante Manuel Joaquim Rebelo, homem de negócios que não estudou em Coimbra ou na Aula do Comércio, mas escreveu uma obra e adentrou, com propriedade, nas discussões econômicas e políticas do período. Não seria isso um sinal de certo sucesso do reformismo ilustrado, ao ter feito com que as discussões mais atualizadas alcançassem até mesmo um negociante da praça de Lisboa, que chegou a debater a organização econômica do império? Ou foi somente um acaso? Segundo Maxwell, as reformas empreendidas na época pombalina visaram tornar a classe dos mercadores portugueses apta à competição com os estrangeiros. Isso não envolveria, por certo, o acúmulo de conhecimento? Não podemos esquecer, afinal, que uma das instituições criadas no período foi a Aula do Comércio, voltada, teoricamente, à educação “comercial” dos mercadores. Por mais que M.J.R. não tenha lá estudado, sua produção intelectual pode ser um sinal das mudanças mentais ocorridas no período. Manuel Joaquim não só atuou

¹⁴⁹ Para os argumentos, ver COUTINHO, José Joaquim da C. de A. “Ensaio economico sobre o commercio de Portugal e suas colonias”..., pp. 124, 134 – 137 e 153; ver também COUTINHO, José Joaquim da C. de A. “Memória sobre o preço do açúcar”..., pp. 180, 182 – 185; MARQUESE, Rafael de B. *Administração & Escravidão...*, *passim*, especialmente as pp. 140 – 150. Para o argumento de Arruda, ver ARRUDA, José Jobson de A. “Decadência ou crise...”, *passim*.

como negociante em Portugal, mas também se aventurou em discussões amplas do e sobre o período¹⁵⁰.

De toda forma, M.J.R. finalizou nossa análise ao propor um modo orgânico e sistemático de enxergar a economia portuguesa. O título da obra já nos referências as fontes de suas ideias e o autor citou nominalmente Adam Smith em seu escrito. Ideias da economia política se fizeram presentes em seu trabalho, na forma de conceituar a riqueza, afastando-se de princípios fisiocráticos, na proposta de divisão do trabalho ou ainda nas críticas à mineração¹⁵¹.

É evidente que tal análise não dá conta de todas as variações presentes no discurso econômico do período. Basta pensar, por exemplo, nas “Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa”, com seu forte tom agrarista, relacionado à escola fisiocrática francesa. Nelas, havia grande apreço pela riqueza originada na agricultura e, portanto, não foi à toa que esse ramo da economia teve tanta força nas memórias, como será visto no próximo capítulo. Resumidamente, portanto, tal explicação nos propõe a ideia do ecletismo no pensamento econômico do período. Ao mesmo tempo em que vemos linhas com mais força dentro desse desenvolvimento, deixando de lado considerações mais afeitas ao mercantilismo por meio da aceitação de ideias relacionadas à fisiocracia ou à Economia Política, o ecletismo se fez presente, conjugando ideias mercantilistas, da fisiocracia francesa, de autores italianos como Antonio Genovesi, ou ainda do escocês Adam Smith. A própria definição de riqueza foi complexificada por meio de considerações sobre o valor do trabalho, da agricultura, das manufaturas e do comércio. Talvez, uma razão para o fenômeno esteja na natureza do movimento reformista português, responsável pela introdução das novas ideias econômicas e políticas em território luso. Como afirmou Novais, “[...] as teorias [foram] assimiladas em função da situação concreta; ao mesmo tempo, pois, atitude de abertura em face dos novos tempos, e de tentativas de adequação às condições específicas: o pragmatismo cientificista lastreava o ecletismo [...]”¹⁵².

¹⁵⁰ Ver MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo...*, pp. 1, 51-68 e 170; HOLANDA, Sérgio B. de. “Apresentação” in COUTINHO, José Joaquim da C. de A. *Obras econômicas de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho...*, pp. 13 – 26; VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, pp. 38-39, 48-50 e 77-78.

¹⁵¹ VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, pp. 21, 89-91, 123, 134-135 e 183-185; CASTRO, Armando, *op. cit.*, *passim*; M.J.R., *op. cit.*, pp. 44, 56-57 e 66.

¹⁵² Ver CARDOSO, José Luís. *O pensamento econômico em Portugal...*, pp. 67-79; PEDREIRA, Jorge Miguel. “Agrarismo, industrialismo, liberalismo – algumas notas sobre o pensamento econômico português (1789-1820)” in CARDOSO, José Luís (org.). *Contribuições para a História do Pensamento Económico*

E o que isso tem a ver com o nosso objeto de pesquisa, o arroz colonial? É tal contexto interpretativo da economia que nos permite pensar no espaço dedicado ao arroz nesse conturbado final do século XVIII. Os atores, como visto, citaram o cereal em alguns momentos, como item agrícola cuja produção poderia ser posta em prática, ainda que houvesse críticas, como no caso de M.J.R. A mudança no discurso econômico, com o papel da agricultura ganhando relevo e articulada aos demais ramos da economia, permite situar o desenvolvimento da rizicultura e dos textos a ela dedicados em um contexto intelectual e material mais amplo. É dessa forma que a produção comercial de arroz e a escrita de memórias e textos tiveram o seu desenvolvimento enquadrado. Além disso, se particularmente o arroz era visto como nocivo, era nas colônias em que seu espaço foi determinado. Por isso, então, discutimos sobre o *arroz colonial*.

Aliada a isso, por outro lado, há a questão da emulação. Já Sebastião José defendeu, na década de 1740, a necessidade de emular as práticas comerciais alheias, o que foi reforçado pelos demais autores analisados. De maneira pouco surpreendente, citou a Inglaterra como local que oferecia experiências a serem consideradas pelos portugueses, em um contexto de abusos comerciais cometidos por aquela tradicional aliada. Tais apontamentos ficaram evidentes, por exemplo, em nossa análise da “Relação dos gravames”, escrita por Carvalho e Melo ainda na metrópole britânica. Tal fato revela o papel de Portugal dentro da economia-mundo europeia, como parte do sistema atlântico ibérico. Os atores da época enxergaram certa defasagem em relação às potências do noroeste europeu e a emulação era um meio de aproximar as distintas experiências. Essa ideia também pode ser interpretada nos escritos posteriores, como foi visto nas obras de

em Portugal: comunicações apresentadas no Seminário sobre História do Pensamento Económico em Portugal organizado pelo Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa (CISEP) do Instituto Superior de Economia. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988; NUNES, M. J. “Prefácio” in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo I. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1990, *passim*; CARDOSO, José Luís. “Genovesi e a economia política ilustrada em Portugal”. *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, Lisboa, v. 36, 2017, *passim*; CARDOSO, José Luís; CUNHA, Alexandre M. “Discurso econômico e política colonial no Império Luso-Brasileiro”. *Tempo*, Niterói, v. 17, n. 31, 2011, *passim*, especialmente as pp. 69-70; NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise...*, pp. 60-62 e 213-298, especialmente as pp. 250 e 228-229; MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo...*, pp. 67-68. Também TOMICH, Dale. “A riqueza do império”..., p. 18. Para mais considerações sobre as ideias econômicas do período, apresentando outras variações, ver SANTOS, Antonio Cesar de A. “Pombal e a política econômica portuguesa na segunda metade do Setecentos”. *Anais do V Congresso Internacional de História*, Maringa, 2011; também SANTOS, Antonio Cesar de A. “O ‘mecanismo político’ pombalino e o povoamento da América portuguesa na segunda metade do século XVIII”. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, 2010.

Azeredo Coutinho, dom Rodrigo e Manuel Joaquim Rebelo. O desenvolvimento de Portugal seria atingido por meio da emulação de práticas alheias, tanto no ensino da Economia Política, tal qual demonstrado pelo negociante português, quanto na busca concreta de conhecimentos e técnicas estrangeiras, como veremos no próximo capítulo¹⁵³.

De qualquer forma, sempre seria preciso adaptar tais experiências à estrutura política e econômica portuguesa, colonial e de Antigo Regime. Nem todas as ideias poderiam ser mobilizadas da mesma forma que em seus locais de origem. Assim, se compreende a relação multidirecional entre as teorizações e as práticas econômicas portuguesas. Um bom exemplo desse fato ocorreu nos empreendimentos editoriais promovidos no quarto final do século XVIII, como complemento às iniciativas mais amplas de reforma econômica e agrícola em Portugal, cuja primeira adaptação ocorreu por meio da seleção e tradução de textos escritos em línguas estrangeiras, o que denotou uma interferência sobre as teorias. A atenção estará voltada a tais práticas e teorizações no próximo capítulo da dissertação, vistas como resultados dos processos que analisamos até aqui¹⁵⁴.

¹⁵³ CARVALHO E MELO, Sebastião José de. “Carta ao cardeal da Mota...”, pp. 133 – 161; CARVALHO E MELO, Sebastião José de. “Relação dos gravames...”, pp. 36 – 43, 75 e 95; CARVALHO E MELO, Sebastião José de. “Carta de ofício a Marco António de Azevedo Coutinho...”, pp. 18-19; COUTINHO, José Joaquim da C. de A. “Ensaio economico sobre o commercio de Portugal e suas colonias”..., p. 85; M.J.R., *op. cit.*, pp. 6-7, 30 e 127; BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael de B.; PARRON, Tâmis, *op. cit.*, pp. 5 – 93, especialmente pp. 76 – 85. Deixando de lado os discursos do período analisado, a interpretação historiográfica atual destaca tal problemática. Nas palavras de Berbel, Marquese e Parron, “[...] a saída para o quadro de estagnação em que encontrava a Espanha [acrescentemos Portugal] e seu império consistiria em emular as experiências de França e Inglaterra com vistas à aceleração do tempo histórico” – BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael de B.; PARRON, Tâmis, *op. cit.*, p. 77.

¹⁵⁴ Ver, por exemplo, VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, pp. 106-107, 124 e 184-185. Para uma discussão sobre adaptação, circulação e emulação de ideias econômicas, ver CARDOSO, José Luís. “Circulating economic ideas: adaptation, appropriation, translation” in CUNHA, Alexandre M.; SUPRINYAK, Carlos Eduardo (eds.). *The Political Economy of Latin American independence*. London/New York: Routledge, 2017.

3. A REFORMA DA AGRICULTURA IMPERIAL

[...] Aqui é o lugar de citar as providências dadas por S.A.R. para a conservação e cortes regulares das matas e arvoredos do Brasil, cujo produto deve ser imenso, para o estabelecimento de nitreiras artificiais e nitreiras naturais, que dão já de si as maiores esperanças, para a cultura do linho cânhamo; e mais que tudo de citar as aquisições que se devem aos esforços ordenados pelo mesmo augusto Senhor e que têm introduzido no Brasil a cultura da árvore de pão, a do cravo da Índia, a da pimenta, a da canela e a de muitas outras culturas preciosas ou já adquiridas ou que tocam ao momento de o ser, podendo asseverar-se que nos poucos anos da regência de S.A.R. fez Portugal maiores aquisições deste gênero do que não havia feito em todo um século. Para se constituir S.A.R. benfeitor em todos os sentidos dos seus vassallos portugueses que habitam o Brasil, até acaba de fazer-lhes comunicar por via de impressão todas as melhores obras que se conheciam e se haviam publicado em França e na Grã-Bretanha a respeito das grandes culturas próprias daquele continente e é provável que na época presente se tirem os maiores proveitos desta sábia resolução política [...]¹.

Neste capítulo, buscamos verticalizar nossa análise na relação, tecida nos escritos da época, entre a Ilustração luso-americana, a agricultura e, com maior particularidade, a rizicultura imperial. O trecho citado é de autoria de dom Rodrigo de Sousa Coutinho. É uma boa forma de demonstrar a conexão entre as transformações do pensamento econômico português e as mudanças teorizadas para a agricultura imperial. Se Coutinho teve seu pensamento econômico sumarizado nas páginas anteriores, a passagem acima demonstra o modo como viu as mudanças necessárias para a agricultura, envolvendo não só a intervenção direta sobre o terreno, com novos cultivos e novas atividades produtivas, mas também a disponibilização de conhecimentos agrônômicos, com base na emulação de conhecimentos ameadados em outros locais da Europa. Se o discurso econômico preconizou mudanças na forma de analisar a realidade do império, um dos resultados foi a produção de uma considerável literatura agrônômica.

O foco deste capítulo se volta para aquelas obras do reformismo ilustrado luso-americano dedicadas de modo mais direto às melhorias da agricultura imperial. Inicialmente, serão analisadas algumas contribuições apresentadas nos vários tomos das “Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa”. O objetivo é avaliar o modo como a agricultura foi analisada, as soluções propostas e o espaço dedicado aos cereais, principalmente ao arroz. O conteúdo agrarista desses escritos ficará patente. Em seguida, será feita a análise de alguns escritos publicados pela Tipografia do Arco do

¹ Ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “1º Discurso: 22-12-1798” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, pp. 186-187.

Cego e outras iniciativas editoriais conexas, buscando localizar o papel ou ausência de atenção conferida ao arroz. Afinal de contas, a menor atenção dispensada a um importante item da pauta de exportações da América lusa também pode significar algo. Em um primeiro momento, uma rápida discussão das propostas elencadas nos vários tomos de “O Fazendeiro do Brasil” será empreendida. Em seguida, escritos originais ou traduções feitas pela tipografia trarão consideráveis informações relativas ao modo como a agricultura foi repensada naquele momento. Tecendo uma conexão às questões do próximo capítulo, alguns escritos de Hipólito José da Costa, relativos à sua viagem de observação aos Estados Unidos da América entre 1798 e 1800, serão um bom modo de aliar a análise da teoria à da prática do reformismo ilustrado português. Por fim, uma memória específica sobre o arroz, publicada em 1801, reforçará a discussão, como ponto de chegada dos conteúdos até então analisados².

3.1. As Memórias da Academia Real

Nesta seção do trabalho, analisaremos algumas produções da Academia Real das Ciências de Lisboa, organização criada em 1779 e que materializou a continuidade das medidas reformistas no reinado mariano, superando argumentos relacionados à “viradeira”. Como argumentou Fernando Novais, o reinado de dona Maria apresentou “maiores aberturas” à Ilustração, tendo por base as condições reformistas criadas durante o reinado de dom José e o governo de Carvalho e Melo. A economia portuguesa, depois de 1777, sentiu os efeitos das medidas antes postas em prática³.

Da mesma forma, os esforços empreendidos com vistas a atualizar o pensamento português conseguiram bons resultados. Um dos frutos foi a criação da citada academia dois anos após a queda de Pombal, cujos trabalhos focalizaram diversas áreas da economia imperial e propuseram medidas que ultrapassaram o trabalho nos terrenos,

² Ver NUNES, M. J. “Prefácio” in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1990, p. XV; CARDOSO, José Luís. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa: Estampa, 1989, pp. 67-79. Também PEDREIRA, Jorge Miguel. “Agrarismo, industrialismo, liberalismo – algumas notas sobre o pensamento econômico português (1780-1820)” in CARDOSO, José Luís (org.). *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal: comunicações apresentadas no Seminário sobre História do Pensamento Económico em Portugal organizado pelo Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa (CISEP) do Instituto Superior de Economia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.

³ Ver NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 9ª edição. São Paulo: Hucitec, 2011, p. 224; também POMBO, Nívia. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: pensamento e ação político-administrativa no império português (1778-1812)*. São Paulo: Hucitec, 2015, pp. 51-54.

envolvendo diversas melhorias técnicas, alguns transplantes de espécies e a construção de uma infraestrutura variada no Reino. A Academia se constituiu enquanto um privilegiado *locus* de produção reformista e produziu diversas memórias editadas nos vários tomos das “Memórias Econômicas”. São ótimos exemplos da atenção conferida à agricultura no bojo das reformas ilustradas portuguesas e do pragmatismo reinante no período. O conhecimento econômico e científico deveria ser posto a serviço do engrandecimento do Império e nisso também contaram as mudanças no pensamento econômico analisadas anteriormente e as oportunidades criadas nos mercados mundiais⁴.

As memórias tinham amplo objetivo, envolvendo desde o conhecimento das potencialidades naturais do Império até a proposição de melhorias na agricultura. A Academia buscou aliar a teoria à prática, com vistas a reformar a economia imperial. Complementando as considerações do último capítulo, tais obras são exemplares da crítica ao mercantilismo e da utilização de ideias relacionadas à fisiocracia, ou talvez de algo que pode ser chamado de agrarismo. Muitos dos autores eram jovens, havia pouco saídos das universidades, filhos das reformas ocorridas desde 1750 e pessoas que deram continuidade a elas⁵.

Inicialmente, foi o abade José Correia da Serra, introduzindo as memórias da Academia, quem contribuiu para a exposição das mudanças então desejadas. O autor fez transparecer a relação entre os diversos atores reformistas, atestando qual foi o papel dos escritos trazidos à tona pelos ilustrados luso-americanos:

[...] Dar providências, remover obstáculos, extirpar abusos, compete somente aos ministros do poder soberano; influir com grandes exemplos, intentar grandes estabelecimentos, cabe só nas forças dos ricos proprietários; propagar

⁴ Ver CARDOSO, José Luís. “Introdução” in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo I. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1990, *passim*; e NUNES, M. J., *op. cit.*, pp xv-xvi. Um artigo sobre o tema é de BRAGA, Isabel D. “Luzes, natureza e pragmatismo em Portugal: o contributo da Real Academia das Ciências no século XVIII”. *Tempo*, Niterói, v. 22, n. 41, 2016. Sobre a melhoria de técnicas, ver SEQUEIRA, Joaquim Pedro F. de. “Memória sobre a introdução das gadanhas alemãs, e flamenga em Portugal” in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo V. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

⁵ Ver CARDOSO, José Luís. “Introdução”..., pp. xviii-xix e xxiii; CARDOSO, José Luís. *O pensamento econômico em Portugal...*, pp. 67-79; também a nota explicativa em VANDELLI, Domingos. “Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar à agricultura sobre as fábricas” in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo I. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1990, p. 193.

as luzes, que para este fim lhe subministra a natureza dos seus estudos, é tudo quanto podem e devem fazer as corporações literárias⁶.

A academia utilizaria suas luzes para propagar o conhecimento em gestação, mas as decisões efetivas e práticas caberiam ao mundo da política, a atores como dom Rodrigo de Sousa Coutinho ou, antes dele, ao marquês de Pombal. Eram eles que poderiam tomar as decisões que, de fato, influenciariam no futuro daquela sociedade, podendo sistematizar e implementar as medidas teorizadas nas academias e círculos ilustrados. Por outro lado, nada disso seria possível sem o ajuste feito junto aos particulares, o que nos lembra da pretendida relação entre o público e o privado e de como ela era necessária, segundo alguns discursos antes vistos, para o bom funcionamento da economia e da sociedade. Eram os particulares que poderiam colocar em prática as medidas ordenadas ou sugeridas a partir do centro de poder metropolitano. Ou seja, havia um desejo de que tais obras tivessem um verdadeiro impacto no terreno produtivo⁷.

Os conhecimentos propalados pela Academia em suas memórias tinham fins práticos. Por um lado, havia a necessidade de instruir os lavradores, fabricantes e outros atores econômicos portugueses, mas, ao mesmo tempo, os responsáveis pela governação poderiam encontrar “[...] novos produtos e artes que protejam ou novas observações e descobrimentos em que firmem o acerto das suas disposições [...]”. Mesmo que essas memórias não tenham sido lidas e interpretadas pelos lavradores e suas famílias – algo bem possível –, elas serviram para criar um ambiente de discussão sobre a agricultura, instruir alguns homens que poderiam influir nas práticas rurais da população e, ademais, suscitar discussões sobre o tema na alta política imperial.⁸

De toda forma, esses escritos sobre agricultura não foram responsáveis por instituir uma realidade produtiva. Em primeiro lugar, as dinâmicas do mercado e das ideias econômicas criaram as bases para a rizicultura colonial e para a produção dos textos

⁶ SERRA, José C. da. “Discurso preliminar” in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo I. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1990, p. 9.

⁷ As melhorias na agricultura trariam benefícios aos particulares e ao Estado. Sobre essa opinião, ver SEQUEIRA, Joaquim Pedro F. de. “Memória sobre a introdução das gadanhas...”, pp. 9-10.

⁸ SERRA, José C. da. “Discurso preliminar”..., p. 9. Sobre o uso das memórias, ver, por exemplo, SEQUEIRA, Joaquim Pedro F. de. “Memória sobre a introdução das gadanhas...”, p. 28. Ver também VILAGRA, Bruno Ricardo. *Manuel Joaquim Rebelo e o pensamento econômico português na crise do império luso-brasileiro*. 2017. 223 p. Tese (Doutorado em História Econômica). FFLCH/USP, São Paulo, 2017, p. 105; e MOURA, Roseli A. de. “O legado da oficina e tipografia do Arco do Cego e textos para a colônia americana: Mineiro do Brasil” in SILVA, Márcia Regina B. da; HADDAD, Thomás A. S. (orgs.). *Anais do 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2012, p. 1.

que agora analisamos. Na verdade, portanto, a escrita desses textos veio depois do início da produção e tentou repensá-la em novos moldes. Houve considerável sucesso na busca de informações sobre a cultura, mas nem tanto na composição de propostas práticas para transformá-la. Veremos como esses textos se mostraram, muitas vezes, descolados da realidade colonial.

Era preciso conhecer o território imperial, suas potencialidades, por meio da História Natural, e nesse intento envolveu-se a necessidade de substituir as importações e transplantar espécies vegetais que pudessem ser cultivadas em território luso. Como veremos, tais ideias não ficaram restritas aos anseios reformistas da Academia, mas se espraiaram por outras iniciativas científicas e econômicas do período. Um dos autores a melhor sintetizar tais princípios foi o conhecido Domingos Vandelli, em uma série de memórias por ele escritas e publicadas pela Academia. Chamado para se estabelecer em Portugal em 1764 por Sebastião José de Carvalho e Melo, o paduano foi um bom exemplo da continuidade do reformismo entre os reinados josefino e mariano, fazendo parte da organização da Academia e também da Junta do Comércio⁹.

Vandelli escreveu diversas memórias para a Academia e em uma delas argumentou que, em determinados países como a Suécia e a Dinamarca, as leis e prêmios foram a chave do sucesso dos cultivos. Para que a agricultura fosse promovida no Império luso, “inúteis são todos os livros, todos os projetos, não havendo uma particular legislação bem executada, que tire os fortes impedimentos e anime com prêmios e honras os lavradores”. Dessa forma, iniciou suas considerações com a necessidade de amplas medidas para o fomento agrícola, ultrapassando a mera proposição de ideias através dos livros e, assim, sinalizou em um escrito a necessidade de superar a escrita. Outro

⁹ SERRA, José C. da. “Discurso preliminar”..., pp. 9-10; também DALLA COSTA, Ricardo. *Ciências naturais e econômicas na obra de Domingos Vandelli (1735-1816)*. 2017. 116 p. Tese (Doutorado em História da Ciência). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017, *passim*. A Academia, segundo Serra, ainda teve interesse no estudo das artes (vistas como a “aplicação do conhecimento da natureza às nossas precisões e utilidades”) e da literatura. Nesses estudos, havia a ideia da utilização pragmática do passado luso, haja vista que, para o autor, “[...] O conhecimento do que a nação é, e do que pode ser, pelo que já tem sido, é dos mais úteis para a sua felicidade e só pode esperar-se dos esforços unidos de um corpo tal como a Academia” – ver SERRA, José C. da. “Discurso preliminar”..., p. 10. Para considerações sobre esse papel vinculado ao passado, à história, ver KOSELLECK, Reinhart. “Historia Magistra Vitae – sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento” in *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006. Assim, para alguns, não só da emulação das potências coetâneas Portugal conseguiria boas ideias para o seu futuro, mas também a partir da análise e recuperação do seu próprio passado. Para um aprofundamento dessa última questão, ver PAULINO, Mariana F. *A semântica do tempo no discurso de reformistas ilustrados sobre as Américas ibéricas (c. 1750 – c. 1807)*. 2020. 294 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH, USP, São Paulo, 2020, *passim*, principalmente o cap. I.

memorialista, Joaquim de Amorim Castro, propôs ainda o estabelecimento de “preços certos e vantajosos” para incentivar o cultivo. Foram, portanto, diversas as ações propostas com vistas a melhorar a situação econômica e financeira do império, parecendo haver uma interdependência entre todas elas¹⁰.

O paduano também teceu críticas ao modo como a agricultura estava configurada no Reino: muitas terras incultas, cultivos ordenados erroneamente, fazendo com que Portugal comprasse itens do estrangeiro, o que certamente contribuía para a má situação das finanças imperiais. Junto a tais considerações vinha um ponto mais relacionado à nascente História Natural, pois havia uma noção “geral de querer que qualquer espécie de terreno produza com utilidade toda a casta de vegetais [...]” e o autor ainda criticou a forma pela qual a terra era então preparada. Erros que deveriam ser corrigidos, trazendo benefícios à agricultura. Por outro lado, sobre as colônias, considerou várias delas e as suas produções, e, no caso do Brasil, o descreveu como despovoado e inculto apesar das boas qualidades no clima e terreno. Criticou a forma como a agricultura era praticada, com queimadas e com o uso do trabalho escravo, “não havendo branco algum que se digne ser lavrador, principal causa porque no Brasil nunca poderá ter grande aumento a agricultura”, no que demonstrava certo desconhecimento dos desenvolvimentos pelos quais a lavoura passava na América portuguesa, ou decidiu ignorá-los. Vandelli, portanto, não poupou críticas à organização agrícola imperial como um todo, mas deixou aberta a possibilidade de melhorias, haja vista que os problemas pareciam derivar essencialmente das más práticas dos lavradores e da falta de medidas políticas tomadas pelos que detinham o poder¹¹.

¹⁰ VANDELLI, Domingos. “Memória sobre a agricultura deste reino, e das suas conquistas” in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo I. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1990, p. 127; também CASTRO, Joaquim de A. “Memória sobre o malvaíscio do distrito da Vila da Cachoeira no Brasil” in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo III. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991, p. 285. Para outro exemplo sobre a defesa de Vandelli da emulação de práticas alheias, ver VANDELLI, Domingos. “Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar à agricultura sobre as fábricas” in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo I. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1990, p. 190. Para um autor que defendeu a impressão de memórias, ver SEQUEIRA, Joaquim Pedro F. de. “Memória sobre a introdução das gadanhas...”, pp. 29-30.

¹¹ VANDELLI, Domingos. “Memória sobre a agricultura deste reino, e das suas conquistas”..., p. 128-132. Para uma análise das ideias sobre a devastação no período colonial, ver PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, *passim*.

As memórias, portanto, expuseram os problemas existentes na agricultura e em outras produções do império e propuseram diversas medidas para a sua boa recuperação, com vistas a sanar os problemas econômicos imperiais. Se atores como dom Rodrigo ou MJR pensaram em novos moldes a organização econômica imperial e o papel da agricultura, agora vemos tais teorizações guiando a escrita de diversos textos, por meio da proposição objetiva de diversas medidas, obras diretamente dedicadas e oriundas desse contexto reformista.

Os problemas na agricultura do reino e na do império teriam suas raízes na própria expansão portuguesa, pois a agricultura teria sido abandonada quando todas aquelas riquezas do ultramar chegaram ao conhecimento dos metropolitanos e dos estrangeiros. Nesse caso, o arroz pode se encaixar facilmente nas considerações do paduano, enquanto um artigo importado na primeira metade do século XVIII¹². Ecoando críticas antecipadas nas páginas precedentes, Vandelli afirmou que

[...] as grandes riquezas que os portugueses transportaram daquelas colônias fizeram com que, atraídos os estrangeiros com o desejo delas, procurassem fornecer a Portugal entre muitos gêneros, grãos, legumes etc. que os mesmos avidamente recebiam, julgando-se pelos povos mais ricos, quando ao mesmo tempo não era Portugal mais que um depositário por breve tempo das riquezas das suas colônias, por isso mesmo que se via obrigado a comutá-las pelos gêneros que a incúria da agricultura e da indústria lhe faziam indispensáveis [...]¹³.

A expansão acabou com a prosperidade agrícola existente em Portugal e tal “decadência”, citada por Vandelli, continuou com força devido a problemas físicos e morais, como a demografia do reino e a pouca instrução dos agricultores. Era preciso revalorizar a produção agrícola, deixando de se cegar com as riquezas aparentes e momentâneas. Por outro lado, a agricultura nas conquistas também sofria com a falta de povoadores, tornando a situação ainda mais difícil de resolver. Dessa forma, como solução, Vandelli defendeu boas leis agrárias articuladas à ação de pessoas que “as façam observar, honrando e premiando os bons lavradores”, sendo a última ideia emulada dos “antigos romanos”. O que remonta àquela sugestão de Correia da Serra sobre o modo como as medidas deveriam ser articuladas, cabendo aos ministros políticos a solução dos problemas existentes. Nessas medidas, a agricultura mereceria uma especial consideração, pois, como atestou em outra memória, “Sem agricultura, que é a primeira

¹² VANDELLI, Domingos. “Memória sobre a agricultura deste reino, e das suas conquistas”..., pp. 131-132.

¹³ *Idem, Ibidem*, p. 132.

base da sociedade, de pouco servem as manufaturas e as naturais produções [...]” ou ainda quando asseverou que “as produções da terra são a única e verdadeira riqueza e a cultura dela o único princípio da sobriedade”. A agricultura, no fim das contas, necessitava de melhorias em Portugal, mais urgentes para o paduano devido a sua essencialidade na conformação econômica e social do Império¹⁴.

Ela deveria receber maior atenção, mas sem desconsiderar as estreitas ligações existentes entre os variados ramos da economia: “querer fazer independentes entre si a agricultura e a indústria é um paradoxo, porém querer entre nós antepor a indústria à agricultura é outro ainda mais pernicioso”. A agricultura seria uma base para a atividade industrial, garantindo a subsistência dos fabricantes, e, com essa garantia, as fábricas poderiam funcionar de boa forma e consumir em maior quantidade os produtos agrícolas¹⁵. Como afirmou Vandelli:

As fábricas não podem subsistir, nem prosperar, senão em proporção do estado florescente da agricultura. Todas as fábricas precisam abundância e barateza das primeiras matérias, e particularmente da mão-de-obra, que depende absolutamente da abundância das produções da agricultura¹⁶.

Com tal argumentação, o paduano pôde então concluir:

Do exposto se conclui que a agricultura deve preferir-se às fábricas, as quais não devemos multiplicar, sem antes ter o sustento suficiente e barato para as que já existem, porque pelo contrário se arruinarão juntamente a agricultura e as fábricas¹⁷.

¹⁴ VANDELLI, Domingos. “Memória sobre a agricultura deste reino, e das suas conquistas”..., pp. 132-134; VANDELLI, Domingos. “Memória sobre algumas produções naturais deste reino, das quais se poderia tirar utilidade” in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo I. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1990, p. 136; VANDELLI, Domingos. “Memória sobre as produções naturais do reino, e das conquistas, primeiras matérias de diferentes fábricas, ou manufaturas” in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo I. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1990, p. 169; por fim, VANDELLI, Domingos. “Memória sobre a preferência...”, pp. 189 e 191-193. Para outro trecho em que Vandelli defendeu as premiações aos lavradores, articuladas às leis agrárias, ver VANDELLI, Domingos. “Memória sobre algumas produções naturais das conquistas, as quais ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam” in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo I. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1990, p. 144. O estabelecimento de fábricas, para o autor, deveria levar em conta dois pressupostos: I. o uso de matéria-prima nacional; II. não retirar mão-de-obra dos campos. Chegou a defender o trabalho “fabril” dos cultivadores em seu tempo ocioso – ver VANDELLI, Domingos. “Memória sobre a preferência...”, pp. 190-191.

¹⁵ VANDELLI, Domingos. “Memória sobre a preferência...”, pp. 186-187.

¹⁶ *Idem, Ibidem*, p. 191.

¹⁷ *Idem, Ibidem*, p. 193.

Ficou evidente a preferência conferida à agricultura na conformação da riqueza imperial, o que autoriza as conclusões sobre o pronunciado agrarismo presente nas considerações econômicas de Vandelli e da Academia como um todo. Todo esse pensamento do autor deve ser incluído no conjunto mais amplo de suas ideias, visando a listagem e utilização dos recursos existentes nos territórios de Portugal. Vandelli, analisando minérios, plantas e animais, pensava na substituição de importações e na procura de novos ramos de comércio, tendo em vista a situação financeira e econômica do império na segunda metade do século XVIII. Isso envolveria o próprio propósito da Academia de Ciências de Lisboa e as atividades desempenhadas pelos ilustrados treinados nas universidades e academias, pois, como afirmou o professor paduano, “[...] quantas outras produções naturais desconhecidas se achariam ainda neste reino, se por naturalistas zelosos fosse atentamente visitado? Com as quais se poderia suprir as que vêm de fora e servir para o comércio externo [...]”¹⁸.

As melhorias econômicas, relacionadas a um trabalho científico de análise da natureza e seus recursos, ligado à História Natural, trariam grandes benefícios ao império. Por outro lado, a emulação poderia estar conjugada à instrução dos lavradores. Ou seja, a busca por conhecimento ou mesmo cultivos estrangeiros estaria articulada à instrução da

¹⁸ VANDELLI, Domingos. “Memória sobre algumas produções naturais deste reino...”, pp. 135-142; VANDELLI, Domingos. “Memória sobre algumas produções naturais das conquistas...”, pp. 145-146 e 154; VANDELLI, Domingos. “Memória sobre as produções naturais do reino, e das conquistas...”, pp. 169-170. Para Vandelli, a substituição das importações não bastava para sanar todos os problemas portugueses. Era preciso ir além: “este último axioma econômico é verdadeiro em um país onde pode subir o preço dos gêneros sem que os possa ter mais baratos de fora, com a permutação dos das suas colônias; mas não é assim em Portugal, onde por causa dos gêneros das suas colônias, concorrem de várias partes comestíveis, os quais pela abundância fazem abaixar o preço aos do reino; e deste modo nunca chega o valor das produções nacionais da agricultura a ser suficiente para fazer trabalhar melhor a terra, e por consequência fazer as ditas produções mais abundantes” – ver para essa informação e outras do parágrafo VANDELLI, Domingos. “Memória sobre a preferência...”, pp. 189-190 e 193; também CARDOSO, José Luís. *O pensamento econômico em Portugal...*, pp. 67-79; também PEDREIRA, Jorge Miguel. “Agrarismo, industrialismo, liberalismo...”. Afinal, como afirmou Vandelli, “[...] Muitas outras raras e úteis produções terão as conquistas, além das conhecidas e das indicadas, as quais por falta de indagações até agora não estão descobertas; ao menos eu não as tenho observado. Estas porém que se têm indicado seriam bastantes para diminuir a importação de muitos gêneros de fora, e suprir os que faltam, e estender mais o comércio” – ver VANDELLI, Domingos. “Memória sobre algumas produções naturais das conquistas...”, p. 155. Um interessante exemplo de substituição de importações através do uso de produtos das colônias foi dado no caso do malvaíscio, ver CASTRO, Joaquim de A. “Memória sobre o malvaíscio do distrito da Vila da Cachoeira no Brasil”..., p. 283. Para outro exemplo da conjugação entre a substituição de importações e a abertura de novos ramos comerciais, ver CABRAL, Estevão. “Memória sobre o papel” in *Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo IV. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991, p. 153.

população, para que ela aproveitasse aquela oportunidade buscada pelo poder monárquico¹⁹. Como afirmou Joaquim Pedro Sequeira, numa nota nada enigmática:

O que proponho aqui não é um vão projeto imaginado às escondidas no silêncio do gabinete, ou tirado de informações empíricas; mas é o que se pratica pela Europa e que eu vi praticar em muitas partes dela e o que nos ensinam os maiores escritores economistas, alemães, franceses e ingleses. E se isto se pratica nos países da Europa, onde melhor se entende a economia rural, e se os lavradores daqueles países, como peritos na matéria, o acham bom e vantajoso para o lavrador português; e porque o não porá ele em prática?²⁰.

Toda essa produção, valorizando a terra e suas produções, surgiu graças às mudanças no pensamento econômico e às oportunidades do mercado mundial. Nesse caso, vemos a tentativa de convencer o leitor do acerto das ideias, que poderiam, na visão do autor, instituir novas práticas. Vandelli também analisou com cuidado as potenciais riquezas ultramarinas e criticou as minas de ouro, “as mais incertas, desiguais e pobres no seu produto”. Argumentou que a atenção deveria ser dada à agricultura, às produções da natureza, às artes e ao comércio. Nesse caso, a América portuguesa poderia enviar a Portugal cereais e legumes, evitando as compras do estrangeiro²¹. O arroz encontrou um espaço bastante especial nas considerações do paduano, sendo um dos primeiros itens citados em sua lista das contribuições imperiais:

O arroz [*Oryza mutica*], planta própria também do Brasil, pelo zelo patriótico do excelentíssimo senhor Martinho de Melo e Castro, ministro secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos e sócio honorário desta Real Academia, vem já em abundância do Brasil, quando antes todo se comprava da Carolina, a qual no ano de 1740 ganhou com ele 80.000 libras esterlinas, das quais a maior parte pagou Portugal²².

Vandelli retrata a antiga dependência lusa em relação ao arroz britânico e, ademais, demonstra como as mudanças no terreno já ocorriam, com o arroz luso-americano chegando à metrópole. Na verdade, muitos escritos buscaram repensar aquela realidade, de acordo com os princípios ilustrados que guiavam os anseios reformistas.

É interessante contrapor tal visão sobre o cereal às considerações de dom Rodrigo de que, em 1784, ele já conformava uma das exportações de Portugal para a Península Itálica, o que se aproxima das considerações de Vandelli. Se o paduano demonstrou aqui o objetivo de substituir importações e garantir a subsistência nacional, Coutinho

¹⁹ SEQUEIRA, Joaquim Pedro F. de. “Memória sobre a introdução das gadanhas...”, pp. 8-9 e 16.

²⁰ SEQUEIRA, Joaquim Pedro F. de. “Memória sobre a introdução das gadanhas...”, p. 23.

²¹ VANDELLI, Domingos. “Memória sobre algumas produções naturais das conquistas...”, pp. 143-155.

²² *Idem, Ibidem*, p. 144.

demonstrou a criação de novos ramos comerciais – sendo esses todos objetivos do reformismo ilustrado português. Por outro lado, isso também pode ser aproximado das críticas proferidas por MJR de que o arroz não seria bom para as terras lusas, sendo, talvez, uma análise mais relacionada às terras do reino. Dito de outra forma, o espaço para o cultivo de arroz era colonial e tal produção já era atestada na época da escrita das memórias.

Vandelli também defendeu a transplantação de espécies vegetais e a emulação de práticas econômicas do exterior. Seu pensamento unia o trabalho da ciência às respostas para os problemas econômicos do império. O próprio Vandelli reconheceu as ações da Academia como uma continuidade daquelas tomadas durante o reinado de dom José, pois nesse último período teriam sido dados “gerais movimentos a todos os ramos da pública administração, ficando aos vindouros [inclusive a ele] o aperfeiçoar e aproveitar esses grandes impulsos que [...] um dia [fariam] [...] a felicidade da nação”, ou, como buscamos argumentar, repensar a realidade produtiva em novos moldes. Vandelli considerou a agricultura como a fonte das riquezas do império e defendeu necessárias reformas na sua organização, envolvendo medidas tomadas pelo poder político metropolitano. Visou sistematizar e elencar a produção natural do Reino e das colônias com vistas a demonstrar a possibilidade de sua utilização, e nisso o arroz encontrou espaço, justamente um item que antes era importado e agora, em fins do século XVIII, conhecia uma destacada produção na América lusa²³.

Mas se tais memórias do paduano nos auxiliam a compreender o espaço dedicado à agricultura, outra memória publicada pela ARCL considerou de perto a situação agrícola do império e trouxe algumas informações sobre o arroz. Trata-se de um escrito de José Veríssimo Alvares da Silva, em que o autor elogiou a agricultura, citando a preferência dada a ela no passado, e analisou a consideração a ela dispensada. Para superar os problemas agrícolas e fazer a agricultura progredir, Alvares da Silva partiu de uma análise histórica, tendo em vista que “A história é mestra da vida e luz da verdade”. Com esse tipo de enquadramento, pretendeu refletir sobre a organização produtiva em Portugal²⁴.

²³ VANDELLI, Domingos. “Memória sobre algumas produções naturais das conquistas...”, pp. 149-150 e 155; VANDELLI, Domingos. “Memória sobre a preferência...”, pp. 185 e 193 (inclusive a nota explicativa).

²⁴ Ver SILVA, José Veríssimo A. da. “Memória histórica sobre a agricultura portuguesa considerada desde o tempo dos romanos até ao presente. 1782” in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo V. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991, pp. 149-150.

Portugal possuía boas terras, boas produções naturais, boa posição geográfica para a produção e comércio, em um mundo em que havia constante competição entre os diversos atores políticos. Com tais pressupostos, o autor analisou a agricultura nos diversos tempos de Portugal, desde o período romano, em que ela ia bem, passando pela decadência trazida pelas invasões bárbaras e muçulmanas. Nos primeiros tempos da monarquia lusa, o autor enxergou melhorias e contratempos para a agricultura e destacou que “Os trabalhos e fadigas dos homens são o que produzem a abundância em um Estado”. Mas a situação teria ficado melhor com o reinado de dom Dinis, haja vista que “[...] Sem as riquezas da Índia, sem o ouro do Brasil, D. Dinis fez o Estado florescente; é ele um exemplo de que só as riquezas primitivas, isto é, o pão, e tudo o que a terra nos fornece, são as verdadeiras riquezas do Estado [...]”. Tal boa situação se prolongou pelos reinados seguintes, mesmo que ainda houvesse alguns problemas afetando a produção da terra²⁵. Como o próprio autor ilustrou:

A lavoura floresce nesta época pelos cuidados que puseram nela os príncipes; porém o erário começando-se a administrar mal, os pequenos morgados produzindo gente inútil são dois males que, com outros, concorreram na seguinte época para levarem a lavoura à última ruína²⁶.

Em seguida, o autor tratou da época em que o ouro chegou a Portugal, causando, na verdade, graves problemas, o que prosseguiu até ao reinado de dom João V. Dessa forma, “[...] os portugueses, que na época passada davam pão às nações estranhas, nesta, começando a ter precisão de pão, se reduzem, por fim, à última pobreza [...]”, no que possivelmente podemos encaixar a produção de arroz. A falta de liberdade comercial, pensada para sanar a falta de pão, na verdade causou um maior abandono da cultura e outros fatores também contribuíram para os problemas em Portugal, como a utilização de mão-de-obra na busca de riquezas nas conquistas (metais e especiarias), o conseqüente abandono das lavouras e ainda as doenças que atingiram a população²⁷. Portugal, portanto, necessitava de mudanças:

Os muitos e grandes cômodos que se achavam na jurisprudência e na vida eclesiástica fez para ali correr toda a nação, em tanto que das ciências naturais nem o nome de algumas se sabia, tendo-se em pouca conta os que nelas trabalhavam. Não era assim nos antigos tempos, quando a lavoura florescia no país. A história nos mostra muitos alunos das ciências naturais, que então se

²⁵ SILVA, José Veríssimo A. da. “Memória histórica sobre a agricultura portuguesa...”, pp. 151-152 e 157-171. Há uma aparente ambigüidade na forma como o autor enxergou a constituição da riqueza, pois, se neste parágrafo, parece ter uma concepção agrarista, logo exprimiu que “[...] as riquezas de uma nação são sempre em proporção ao trabalho [...]” – ver *Idem, Ibidem*, p. 171.

²⁶ *Idem, Ibidem*, p. 174.

²⁷ *Idem, Ibidem*, pp. 175-178 e 185.

conheciam, levados às primeiras dignidades do Estado [...]. A física geral, a história natural, a química, a mecânica são indispensáveis a um país que quer fazer florescer a agricultura e por consequência o bem público. Da terra é que nos vem o sustento e ela o dá em razão do trabalho; para este se fazer comodamente vêm as artes fabris; a perfeição destas depende da mecânica; a mecânica de geometria e ciências de cálculo. E como a terra não produz só em razão do trabalho, mas também em razão do clima e da seiva e suco nutritício das plantas, daqui a necessidade da física e suas partes. Estas ciências, porém, tão úteis ao homem, sem conhecimento e propagação das quais um reino é inculto, pobre e falto de forças, foram ignoradas pelos portugueses; e o monopólio das humanidades lhe fechou por muito tempo as portas; persuadindo aos seus alunos que com elas tinha entrado a heresia no norte²⁸.

Aparentemente, a crítica à ignorância das ciências naturais trazia a relação de dois problemas: o primeiro dizia respeito ao conhecimento anterior sobre essas matérias, pois “Não era assim nos antigos tempos”, o que demonstrou, novamente, aquela tentativa de recuperar o passado de Portugal, tido como mais aprazível do que o presente. Por outro lado, toda essa argumentação preparou as notas do autor sobre a situação no final do século XVIII. Além disso, Alvares da Silva não deixou de tecer uma importante consideração sobre o arroz nessa época:

Entre tantos males que sofreu a agricultura nesta época, que a puseram na última ruína, dois ramos de nova lavoura foram achados [laranja e milho grosso], e não de pequena utilidade, não havendo já memória de outros dois que se tinham perdido, que eram os canaviais de açúcar e as sementeiras de arroz, de que fazem menção as antigas escrituras [...]²⁹.

O arroz teria tido fortuna no passado luso, provavelmente depois de sua introdução no século XIV, mas, no tempo analisado nesse trecho de sua obra (séculos XVI ao XVIII), já não havia nem memória sobre ele. A experiência passada poderia ser utilizada como artifício retórico para pensar ou analisar o futuro, provavelmente com vistas a recuperar uma produção cuja importância para Portugal o levou a citá-lo naquela abrangente memória.

O autor também argumentou sobre as mudanças e continuidades ocorridas a partir do reinado de dom José I, período em que as reformas ilustradas, como vimos, ganharam força em solo luso. As mudanças mentais ocorridas no período tiveram sua importância, pois “[...] A razão, que por toda a Europa entrava nos gabinetes, [foi] escutada no trono de Portugal [...]”. Tais transformações tiveram impacto sobre a economia portuguesa, com bons resultados na agricultura, na indústria e nas finanças imperiais. O autor ainda

²⁸ SILVA, José Veríssimo A. da. “Memória histórica sobre a agricultura portuguesa...”, p. 184. Como o autor argumentou em outro trecho, “[...] A soma do trabalho é que faz as riquezas do Estado e a felicidade pública [...] – ver *Idem, Ibidem*, p. 192.

²⁹ SILVA, José Veríssimo A. da. “Memória histórica sobre a agricultura portuguesa...”, p. 185.

citou medidas que colocaram em circulação muitas terras antes “proibidas” de circular ou que disponibilizaram mais trabalhadores à agricultura e às artes. Sobre esse movimento reformista amplo e articulado, argumentou que³⁰:

[...] A indústria e agricultura vão sempre de par com a arte de cultivar a razão, com as matemáticas, com a física, com as disciplinas políticas e econômicas. A experiência de todos os séculos dá provas sem contradição. A expulsão do Peripato; o estabelecimento do Colégio de Nobres; a introdução das ciências matemáticas; a reforma da Academia, na qual a química e a botânica aparecem pela primeira vez aos portugueses são de um bem infinito para a lavoura. Jamais houve povo agricultor que não fosse juntamente sábio, nem também o houve desprezador da cultura que não fosse ignorante e bárbaro. As artes e as ciências raiano no nosso país lhe mostram o caminho, que antes era pouco trilhado. A nobreza portuguesa começa a encher o seu entendimento de conhecimentos úteis; e em todas as classes do Estado entra nova cultura³¹.

Talvez, essa fosse a forma de o autor explicar como a agricultura começou a ir bem no reinado josefino. Porém, mesmo que o autor tenha escrito o texto em 1782, alguns problemas ainda afetavam a agricultura, como, por exemplo, a falta de braços. O autor concluiu a obra argumentando sobre a importância do conhecimento da natureza e da preparação de obras sobre agricultura, visto que “[...] A natureza mostra os seus segredos ao que judiciosamente a examina por todos os lados e não ao filósofo que, teimoso nas preocupações em que foi educado, força a natureza a vir a seus arbitrários sistemas [...]”. E era isso, no final das contas, o que a Academia e a monarquia portuguesa estavam buscando fazer em fins do século XVIII, articulando o estudo científico e prático ao futuro econômico do império. Somente assim, para Alvares da Silva, um cultivo esquecido mas relevante para Portugal como o arroz poderia ter sua cultura recuperada e incentivada em solo luso³².

Como mostra de sua crença em tais estudos e na capacidade de transformação da realidade, citou e elogiou algumas traduções de livros sobre agricultura vindos do estrangeiro e asseverou sobre as mudanças que já ocorriam em seu tempo³³:

A Academia das Ciências de Lisboa no ano pretérito de 1781 na assembleia pública de julho coroou duas memórias que tinham por assunto examinar os

³⁰ SILVA, José Veríssimo A. da. “Memória histórica sobre a agricultura portuguesa...”, pp. 186-189. Sobre o modo articulado como o autor viu a administração da monarquia, citamos o seguinte trecho: “[...] Os grandes tributos em um povo aumentam o preço dos gêneros e das manufaturas; do aumento dos preços segue-se o não se poder sustentar a concorrência com os estrangeiros; prevalecendo os gêneros e a indústria estranha pela sua barateza, não tem saída o que é próprio do país; não havendo saída, não há utilidade; sem esta não há fabricar nem cultivar; sem fabricar nem cultivar não há meios com que se sustente a povoação; sem esta não pode haver grandes exércitos [...]” – *Idem, Ibidem*, p. 191.

³¹ SILVA, José Veríssimo A. da. “Memória histórica sobre a agricultura portuguesa...”, p. 188.

³² *Idem, Ibidem*, pp. 191-195.

³³ *Idem, Ibidem*, pp. 194-195.

princípios físicos e circunstâncias que constituem e fertilidade dos terrenos; e há pouco que o sócio José Correia da Serra recitou na mesma Academia uma dissertação sobre os prados artificiais. A qualidade do nosso país montanhoso pela maior parte faz a matéria que ele escolheu interessante de sua natureza; quando o não fora pela pena, com que foi tratada. O sócio Domingos Vandelli além de outros conhecimentos úteis à agricultura, que tem espalhado no país, fez a nova sementeira do cânhamo com boa colheita. A do arroz tem de novo ressuscitado; e já em muitas das nossas praças em vários dias se vende aos alqueires. As rendas dos bispados, cabidos, comendas etc. têm crescido; e a causa é porque a sementeira do milho grosso se tem propagado muito. Porém como a agricultura está intimamente unida com o sistema das finanças, com as contribuições, e encargos do Estado, com a soma do trabalho, e diminuição do ócio; segue-se que para florescer a lavoura o primeiro passo é dar tranquilidade ao lavrador, honrar a sua ocupação, como a mais preciosa e útil à república; aliviá-lo dos demasiados tributos que sobre ele carregam; livrá-lo o mais que puder ser da gente de justiça e oficiais dos concelhos, o maior peso que a lavoura suporta³⁴.

Se antes, Alvares da Silva argumentou que o arroz havia sido esquecido, não havendo memória sobre ele, agora ele estava sendo trazido de volta à vida, compondo um relevante item na economia agrícola de Portugal. Sabemos, no entanto, que a produção vinha ocorrendo na América ao menos desde 1760. Alvares da Silva também desejava repensar a agricultura. Para além disso, ainda havia trabalho a ser feito para enriquecer o país e é com tais apontamentos que podemos frisar a conexão reformista desde 1750 e compreendermos também a continuação dessas medidas a seguir. Mesmo que não haja uma memória exclusiva sobre o arroz nos diversos tomos das Memórias da ARCL, vemos sua importância através das pequenas notas sobre ele tecidas, tanto na importante obra de Vandelli como nessa interpretação vasta sobre a agricultura portuguesa na longa duração. Por mais que não tenha tido um espaço especial entre as memórias, o arroz, como cereal e item de subsistência, tinha a sua relevância notada de maneira tímida mas significativa³⁵. Exportado desde os anos 1760 da América, e com as mudanças no pensamento econômico e nos mercados globais, fazia sentido para os ilustrados pensarem em novas linhas a agricultura e a rizicultura colonial ou, ao menos, continuar a incentivar a sua produção.

Apesar das expectativas dos autores sobre o potencial de seus textos para transformar a realidade, acreditamos que são exemplos de como essas obras responderam à realidade já estabelecida. Com citações sobre a produção de arroz, com o uso de termos

³⁴ SILVA, José Veríssimo A. da. “Memória histórica sobre a agricultura portuguesa...”, p. 195.

³⁵ SILVA, José Veríssimo A. da. “Memória histórica sobre a agricultura portuguesa...”, p. 195. O argumento sobre o caráter do arroz, enquanto cereal de subsistência, cuja relevância não precisaria ser atestada por uma memória específica, foi inspirado nas ideias de e nos debates com Mariana Ferraz Paulino, que estudou o conceito de tempo enquanto transversal e oblíquo nos discursos dos reformistas ilustrados luso-americanos e hispano-americanos. Ver PAULINO, Mariana F., *op. cit., passim*.

do pensamento econômico do tempo, os autores responderam ao que viam e pensaram em transformar essa visão. No caso dessas memórias, no entanto, houve um diminuto impacto no terreno americano. Elas não instituíram a exportação; com base no que já existia, buscaram rever e propor modificações.

Contudo, por mais que os textos não tenham sido os responsáveis por criar a rizicultura colonial, são resultados intelectuais de transformações na forma de ver a economia e das oportunidades criadas pelo mercado. A academia foi um *locus* de discussão que, a partir das mudanças amplas pelas quais passava o discurso sobre a riqueza imperial e a própria produção, focalizou nas possíveis transformações na agricultura do império, propondo mudanças. Para isso, muito contou o trabalho de articulação entre práticas de observação e a escrita das memórias³⁶.

3.2. A Tipografia do Arco do Cego e os projetos editoriais e econômicos portugueses

Outro marco das medidas ensejadas durante o governo mariano, a Tipografia do Arco do Cego nasceu atada aos projetos reformistas de dom Rodrigo de Sousa Coutinho e envolveu a ação de diversos atores luso-americanos. Os projetos levados a cabo nessa casa editorial, bem como seus desígnios mais amplos, podem ser avaliados frente às medidas e projetos vindos à luz na Academia Real das Ciências de Lisboa. Ao mesmo tempo em que ambas as instituições fizeram parte e repercutiram as medidas do reformismo luso-americano, suas diferenças não deixam de contribuir com a nossa discussão.

A Tipografia nasceu no final do século XVIII, no ano de 1799, ensejada pela administração de Sousa Coutinho e administrada pelo conhecido frei José Mariano da Conceição Veloso, natural da capitania de Minas Gerais. Alguns fatores indicam que problemas de relacionamento entre os responsáveis pela ARCL e frei Veloso levaram Sousa Coutinho a patrocinar aquele empreendimento, como parte de seu projeto de coordenar o trabalho de ilustrados luso-americanos postos à serviço da Coroa. Com o auxílio financeiro da monarquia, e ajudada também por uma série de casas editoriais do

³⁶ Exemplo da articulação entre observações *in loco* e a escrita de memórias na ARCL é BALSEMÃO, Visconde de. “Memória sobre a descrição física, e económica do lugar da Marinha Grande, e suas vizinhanças” in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo V. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991, pp. 197-212.

Reino, a Tipografia do Arco do Cego publicou uma quantidade significativa de trabalhos, alguns originais e muitas traduções, evidenciando aquele empenho em emular conhecimentos úteis vindos de outras realidades, principalmente daquelas no norte europeu, com vistas a repensar a realidade econômica imperial³⁷.

A Tipografia, dando continuidade ao projeto pombalino, demonstrava o desejo de aproveitar as oportunidades existentes em ambiente colonial, publicando livros relacionados à agricultura. Sua novidade ficava na composição de escritos mais acessíveis e na forma de compor os livros (com ilustrações), demonstrando que buscava instruir os lavradores em assuntos agronômicos³⁸.

Tal iniciativa teve uma curtíssima duração, sendo encerrada em 1801 e incorporada à Imprensa Régia, mas o trabalho de seus membros e o objetivo reformista atrelado às obras publicadas oferecem algumas reflexões³⁹.

*

Uma das obras relacionadas aos empreendimentos editoriais e econômicos portugueses foi a coleção *O Fazendeiro do Brasil*, um conjunto de diversos textos sobre os mais variados itens agrícolas, traduzidos por ou sob a orientação de frei José Mariano da Conceição Veloso. São bem conhecidos os tomos sobre açúcar, café, cacau e anil. Menos conhecidos, todavia, há ainda os tomos dedicados ao algodão ou às especiarias. As considerações iniciais apresentadas por Veloso em cada uma das apresentações trazem aspectos sobre o projeto de reforma agrícola, com esclarecimentos sobre os objetivos e

³⁷ HARDEN, Alessandra R. de O. “Os tradutores da Casa do Arco do Cego e a ciência iluminista: a conciliação pelas palavras”. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 50, n. 2, 2011, pp. 303-304; BRAGANÇA, Aníbal. “Arco do Cego e Imprensa Régia (Lisboa e Rio de Janeiro): sobre rupturas e continuidades na implantação da imprensa no Brasil”. *Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Natal, 2008, pp. 6-8; ver também FARIA, Miguel F. de. “A Florae Fluminensis de Frei José Mariano da Conceição Veloso e a gênese da Casa Literária do Arco do Cego” in PATACA, Ermelinda M.; LUNA, Fernando José (orgs.). *Frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego*. São Paulo: EDUSP, 2019, pp. 209-235; CURTO, Diogo R. “Iluminismo e projetos coloniais em Angola (1797-1802)” in PATACA, Ermelinda M.; LUNA, Fernando José (orgs.). *Frei Veloso e a Tipografia...*, pp. 30-32; por fim, POMBO, Nívia. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho...*, pp. 199-210.

³⁸ FARIA, Miguel F. “Da facilitação e da ornamentação: a imagem nas edições do Arco do Cego” in CAMPOS, Fernanda Maria G. de et al (orgs.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*, Bicentenário. Lisboa: Biblioteca Nacional/Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999, p. 120 *apud* BRAGANÇA, Aníbal, *op. cit.*, pp. 9-10; BRAGANÇA, Aníbal, *op. cit.*, pp. 8-10; POMBO, Nívia. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho...*, pp. 199-202; também VILLALTA, Luiz Carlos. “A Casa do Arco do Cego: política editorial régia, censura e disputas” in PATACA, Ermelinda M.; LUNA, Fernando José (orgs.). *Frei Veloso e a Tipografia...*, pp. 80-83.

³⁹ BRAGANÇA, Aníbal, *op. cit.*, pp. 10-12.

planejamentos. Demonstram como esses ilustrados buscaram repensar o mundo produtivo, com foco na América lusa.

O arroz, porém, não ganhou destaque individual em nenhum dos tomos, reverberando a nossa análise dos escritos da ARCL. Não há escritos particulares sobre esse cereal, apesar de seu valor na alimentação e comércio imperiais. Ainda assim, as considerações mais amplas relativas à economia e agricultura imperiais têm a sua importância na própria definição do papel reservado ao cereal. Ou seja, ao ser reafirmada a necessidade de diversificação agrícola e de melhoramentos técnicos, a análise do desenvolvimento da rizicultura e da proposta de alterações encontra um contexto adequado em que pode ser avaliada, um contexto discursivo sobre agricultura em que sua análise deve ser efetuada. Devido a isso, é válido analisar as ideias e propostas elencadas pelo frei nas apresentações de todos os tomos.

No primeiro escrito, publicado em 1798 na Régia Oficina Tipográfica, vemos as principais considerações do frei, guias de suas traduções. Dedicando-o ao açúcar, mas ecoando considerações mais amplas em sua apresentação, Veloso afirmou que seu empenho na tradução das dezenas de memórias visou a conveniência da América portuguesa, “[...] para o melhoramento da sua economia rural e das fábricas, que dela dependem, pelas quais ajudados, houvessem de sair do atraso e atonia em que atualmente est[avam] e se pusessem ao nível com os das nações nossas vizinhas [...]”. A melhoria na quantidade e qualidade das produções era um alvo pretendido, demonstrando os planos de diversificação produtiva e melhoramento técnico das culturas imperiais. Sem perder a visão do conjunto imperial europeu e a suposta necessidade de acompanhar os desenvolvimentos alheios. Segundo o frei, portanto, a emulação, mediada pela tradução, de práticas agrônomas do estrangeiro poderia garantir o desenvolvimento econômico português e sanar a suposta defasagem em relação à boa parte da Europa. Aí está o motivo das extensas traduções, forma prática e direta de reproduzir, adaptando, o conhecimento alheio⁴⁰.

Não à toa, no tomo segundo da primeira parte da obra, Veloso explicou que as traduções buscavam melhoramentos na cultura, feitura e refino do açúcar. Assim, ao citar a transladação ao português da obra de Dutroni de La Couture, afirmou que o francês visou

⁴⁰ Ver VELLOSO, Frei José Mariano da C. *O Fazendeiro do Brazil. Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir [...] TOM. I. PART. I. Da cultura das canas, e factura do assucar*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1798, p. i.

melhorar a extração de açúcar, na quantidade e qualidade, alcançando preços mais cômodos, com benefícios aos agricultores. Questões de qualidade da produção, consumo e da própria confecção do produto estariam presentes. A tradução traria benefícios aos súditos e ao império⁴¹.

Ao demonstrar a necessidade do estabelecimento da agricultura, “o objeto da maior contemplação das colônias”, Veloso analisou o passado luso e criticou a importância indevida conferida ao ouro, reiniciando um debate já visto anteriormente. A agricultura colonial poderia ter entregado matérias primas, produtos comerciáveis e reexportações ao Reino, enriquecendo-o, mas não houve incentivo para tais atividades. Na verdade, a busca pelo ouro foi animada, a procura por um bem “imaginário, aparente e momentâneo”. A situação demandava mudanças, segundo o autor, pois havia muito tempo que o ouro atraía a atenção e era lavrado, mas “[...] tendo-se tirado muito, não se sabe onde para”. Sem benefícios à agricultura, a riqueza vinda dos campos auríferos não bastava, não permanecendo em Portugal ao ter de sustentar as pesadas importações⁴².

Contudo, para o religioso e editor, a situação teria mudado, sem surpresas, no reinado que patrocinava as obras publicadas, no que também demonstrou reconhecer a realidade produtiva. Provavelmente para o autor, uma das causas e também consequência dessa transformação foram os incentivos conferidos aos escritos sobre a agronomia portuguesa. Para Veloso, tais obras tiveram importância, visando melhorias que beneficiariam toda a agricultura do império⁴³. Dessa forma, dom João, ainda príncipe, teria procurado

[...] [F]azer-lhes ver [aos vassallos] pelas memórias, mandadas imprimir à custa da Real Fazenda, quais sejam as melhores práticas da economia rural, descobertas por aquelas nações que mais as tem adiantado, e que, apesar de possuírem pequenos territórios, as suas exportações se avantajam com tanto excesso às nossas. Que, tendo recebido de nós os primeiros elementos, neste continente, os tem feito chegar a tanta perfeição que nos vemos obrigados a ser seus discípulos. Vossa Alteza não quer que só se melhore uma ou outra em particular, mas que todas em comum e que se introduzam novos ramos compatíveis com o país [...]⁴⁴.

⁴¹ VELLOSO, Frei José Mariano da C. *O Fazendeiro do Brazil, Cultivador. Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir [...] TOM. I. PART. II. Da cultura das canas, e factura do assucar*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1799, pp. iii-v.

⁴² VELLOSO, Frei José Mariano da C. *O Fazendeiro do Brazil. Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir [...] TOM. I. PART. I. Da cultura das canas, e factura do assucar*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1798, pp. x-xii.

⁴³ *Idem, Ibidem*, pp. xii-xiii.

⁴⁴ *Idem, Ibidem*, pp. xii-xiii.

As proposições de Veloso acerca da organização econômica de Portugal, vista em suas críticas à mineração, são fundidas a proposições de melhoria agrícola, por meio da tradução de obras estrangeiras patrocinada pelo poder régio. Veloso, já no final do século XVIII, reconheceu que melhorias vinham ocorrendo havia décadas. Talvez, desejasse colocar os escritos como base para repensar a agricultura, no que o trecho anterior se encaixou perfeitamente.

Com esses escritos, a experiência alheia, vista como superior, poderia servir de parâmetro às mudanças necessárias à agricultura imperial. Aí está, portanto, a razão das diversas traduções empreendidas. Traduções que fizeram desaparecer outro problema, pois a falta de conhecimento de idiomas estrangeiros não mais seria motivo da falta de empenho nas reformas. O conhecimento, teoricamente, estava disponível aos interessados, traduzido pelos ilustrados luso-americanos e publicado nos empreendimentos editoriais patrocinados pela Coroa. Se era preciso chegar ao patamar avançado das demais potências, principalmente daquelas do noroeste europeu, as traduções evidenciariam as melhores práticas a serem seguidas⁴⁵.

Todavia, o pensamento de Veloso não se resumiu a essa análise de seu contexto, das disputas imperiais. Para o frei, também devia ser levada em conta a experiência dos antigos e nisso, sem dúvida, contou também o passado de Portugal, antes das decisões equivocadas relacionadas à mineração. Veloso citou práticas de transplante de especiarias e culturas exóticas ocorridas antes do século XVIII, que, todavia, foram interrompidas por razões discutíveis. Apesar disso, quando escreveu, “[...] à vista do que têm praticado as nações que possuem colônias entre os trópicos, [se] tardássemos em seguir os passos dos antigos e o exemplo dos vizinhos, certamente seríamos censurados de insensíveis”. Surge aí algo relevante, pois se o movimento reformista luso-americano pôde ser interpretado à luz de uma suposta divergência de experiência em relação ao noroeste da Europa, essa diferenciação de temporalidade, envolvendo experiências e expectativas distintas, tem seu complemento no discurso sobre a situação portuguesa naquele presente frente ao passado, mais glorioso, dos ibéricos⁴⁶, repetindo considerações antes feitas por membros da ARCL.

⁴⁵ VELLOSO, Frei José Mariano da C. *O Fazendeiro do Brazil. Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir [...] TOM. I. PART. I. Da cultura das canas, e factura do assucar*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1798, p. xiii.

⁴⁶ Consultar o prólogo, não paginado, de VELLOSO, Frei José Mariano da C. *O Fazendeiro do Brazil, Cultivador, Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir*

Mas se essa era a base “teórica” do empreendimento, quais seriam os entraves agrícolas luso-americanos que precisariam ser resolvidos? Os problemas agrícolas, que necessitavam de soluções, afetavam a própria natureza colonial, causando, por exemplo, devastações de matas que poderiam ser preservadas. A prática agrícola, aliada à implementos mal planejados, eram causas desse consumo e destruição de lenha, muito criticados pelo frei. Se o cultivo do milho, por exemplo, causava muita destruição nos terrenos, não haveria outra forma de cultivá-lo ou outro grão que o substituísse? Existiam, sem dúvida para o autor, princípios agrícolas errados que necessitavam de correção. Os agricultores luso-americanos teriam de abandonar “a tosca e grosseira economia rural dos primitivos inquilinos do Brasil”, que ainda conseguiram piorar. Com base nisso, quais seriam as reformas preconizadas por Veloso, ecoando, na verdade, decisões mais amplas, tomadas no centro do império e baseadas na experiência de outras potências⁴⁷?

Os lavradores, teoricamente, deveriam empreender uma série de substituições em sua prática laboral. Em vez do uso de “escravos ou racionais”, a utilização de bois e cavalos, por exemplo, deveria ser incentivada. No lugar de machados e das cinzas das queimadas, haveria as enxadas, os arados e os adubos. Dessa forma, seguiriam “[...] tudo quanto a sabia e iluminada Europa usa nas suas lavouras [...]”. Ademais, não haveria obstáculos a essas trocas, ou adaptações, visto que “[...] [a] diferença dos climas, das terras, dos gêneros de cultura, é especiosa e fútil. A natureza é a mesma em toda a parte”. Tal afirmação, mesmo que pareça desnecessária, era essencial. Se a natureza era igual em todas as partes do mundo, a tradução de obras estrangeiras, criadas em ambientes específicos, e a transplantação de novos cultivos teriam sua razão de ser, podendo inspirar os lavradores luso-americanos⁴⁸.

[...] *Tomo IV. Especiarias. Parte I* [...]. Lisboa: Imprensa Régia, 1805; também BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael de B.; PARRON, Tâmis. *Escravidão & Política: Brasil e Cuba, c. 1790 – 1850*. São Paulo: Hucitec & Fapesp, 2010, pp. 11-93; KOSELLECK, Reinhart. “‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas” in *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006, pp. 305-327; enfim, PAULINO, Mariana, *op. cit.*, *passim*, principalmente as pp. 31-77.

⁴⁷ VELLOSO, Frei José Mariano da C. *O Fazendeiro do Brasil. Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir [...] TOM. I. PART. I. Da cultura das canas, e factura do assucar*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1798, pp. xviii-xxv. Veloso criticou algumas vezes o modo pelo qual as fornalhas eram construídas e indicou soluções propostas nas traduções. O uso do bagaço da cana é citado como forma de diminuir o uso de lenha – ver *Idem, Ibidem*, pp. xviii-xix e xxviii-xxix. Ver também FERREIRA, Breno F. L. “Conversação da natureza e modernização agrícola nos prefácios de O Fazendeiro do Brasil, de frei José Mariano da Conceição Veloso (1798-1806)”. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, 2019.

⁴⁸ VELLOSO, Frei José Mariano da C. *O Fazendeiro do Brasil. Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir [...] TOM. I. PART. I. Da cultura das canas, e factura*

Ou seja, Veloso preconizava novas práticas, uma nova organização agrícola para a colônia portuguesa, ao mesmo tempo em que suas traduções incentivavam a diversificação ou a retomada em melhor pé de culturas já conhecidas. As terras seriam constantemente renovadas, menos terreno seria utilizado na produção, menos escravos seriam comprados, tudo em benefício do Estado e dos particulares. Os novos cultivos ou técnicas beneficiariam não somente os lavradores luso-americanos, com novas oportunidades produtivas, mas também os habitantes do reino, com os ganhos de sua comercialização. Portanto, era necessário remodelar a cultura agrícola luso-americana, “inferior” à de outros locais, sempre tendo em vista que não eram os terrenos, a natureza, a causa das dessemelhanças. Para que tais melhorias surtisserem bons resultados, todavia, urgia outro passo. Seria necessário que a atividade dos colonos fosse acompanhada por auxílios do Estado, concretizados por meio de legislação comercial, proteção etc. Aqui, Veloso fecha um interessante raciocínio: era preciso emular práticas alheias disponibilizadas nas traduções. Em seguida, tais ensinamentos reorganizariam a agricultura luso-americana, superando os vícios longevos; por fim, os auxílios estatais também eram necessários. Resgatando considerações do último capítulo, podemos sustentar que Veloso teceu observações sobre a relação entre o Estado e os particulares e sobre o modo como as colônias estariam conjugadas à economia do reino⁴⁹.

do assucar. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1798, pp. xxv-xxvi. Ver também PATACA, Ermelinda M. “Frei Veloso viajante” in PATACA, Ermelinda M.; LUNA, Fernando José (orgs.). *Frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego*. São Paulo: Edusp, 2019, pp. 182-185. Nessas páginas, Pataca destacou a importância das viagens de Veloso pela América portuguesa na posterior escrita das apresentações de “O Fazendeiro do Brasil”.

⁴⁹ VELLOSO, Frei José Mariano da C. *O Fazendeiro do Brazil. Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir [...] TOM. I. PART. I. Da cultura das canas, e factura do assucar*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1798, pp. xxvii-xxviii e xxxi; consultar o prólogo de VELLOSO, Frei José Mariano da C. *O Fazendeiro do Brazil, Cultivador, Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir [...] Tomo III. Bebidas Alimentosas. Parte I [...]*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800; também consultar o prólogo de VELLOSO, Frei José Mariano da C. *O Fazendeiro do Brazil, Cultivador. Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir [...] TOMO II. TINTURARIA. PARTE I*. Lisboa: Impressão Régia, 1806. No caso dos ganhos comerciais para o reino e para os colonos, o autor se referiu ao café, mas acreditamos que tais argumentos são válidos para outras culturas. É interessante o modo como Veloso elogiou o café enquanto planta e bebida. Suas considerações tratam do modo como era consumido, os locais, entre outros aspectos. Ver o prólogo de VELLOSO, Frei José Mariano da C. *O Fazendeiro do Brazil, Cultivador, Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir [...] Tomo III. Bebidas Alimentosas. Parte I [...]*. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800. Não se pode deixar de citar um ótimo trabalho dedicado ao tema da produção e consumo do café: BIANCHINI, Nicole L. *Café e chá na representação visual europeia: 1640-1790*. 2021. 339 p. Dissertação (Mestrado em História Social). FFLCH-USP, São Paulo, 2021. Sobre os problemas da cultura agrícola portuguesa, Veloso, por exemplo, fez severas críticas aos lavradores luso-americanos no cultivo do índigo. Asseverou ainda: “[...] cujas fábricas, se fossem de menos rendimento que as açucareiras, também tinham sobre elas a vantagem de serem mais ao alcance das pessoas menos poderosas, por menos complicadas nos seus

Ainda assim, mesmo com auxílio régio, os lavradores podiam cometer erros e prejudicar as riquezas imperiais. Um caso citado pelo frei foi o do anil:

[...] os fabricantes, homens faltos de toda a instrução, como pela maior parte são os cultivadores, entregues a certas receitas ou mal copiadas ou mal vertidas, firmados em experiências próprias sem princípios, longe de terem feito progresso algum vantajoso, e apesar de terem sido sustentados e agulhoados pelas bondades régias, se tem recuado e atrasado lastimosamente neste fabrico [...] ⁵⁰.

Veloso citou a tradução de escritos estrangeiros, uma das formas teorizadas pelo autor para sanar os problemas que afligiam a economia portuguesa. Todavia, seu uso não era diretamente efetivo, uma vez que “[...] à vista delas [das traduções], po[derão] escolher os cultivadores as que mais lhes quadrarem, e confrontando-as com as suas práticas e experiências [...] hajam de levar as suas fábricas ao último ponto de perfeição [...]”. Os sábios portugueses, aqueles ilustrados que planejavam as reformas, deveriam se dedicar aos assuntos agrícolas por mais que parecessem “grosseiros”, sendo, na verdade, essenciais à nação. A emulação das práticas alheias, daquelas que outras nações primeiro aperfeiçoaram, era algo necessário, e Veloso exerceu isso em suas traduções ⁵¹.

aprestos, menos dispendiosas no seu custeio, muito menos destruidoras das matas, e por estes lados superiores àquelas” – ver o prólogo de VELLOSO, Frei José Mariano da C. *O Fazendeiro do Brazil, Cultivador. Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir [...] TOMO II. TINTURARIA. PARTE I.* Lisboa: Impressão Régia, 1806. Além de criticar a inatividade dos colonos, ainda defendeu que o cultivo assinalado poderia ser uma fonte de renda para os pequenos lavradores, diversificando a produção, com benefícios ao Estado e aos particulares. Haveria uma diversificação de produtores no âmbito da diversificação agrícola luso-americana. Ver também VELLOSO, Frei José Mariano da C. *O Fazendeiro do Brazil, Cultivador, Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir [...] TOM. II. PART. III. Cultura do Cateiro, e criação da cochonilha.* Lisboa: Oficina de João Procópio da Silva, 1800, pp. iv-vii. Sobre as oportunidades criadas para os pequenos produtores, ver também ARRUDA, José Jobson de A. “A economia brasileira no fim da época colonial: a diversificação da produção, o ganho de monopólio e a falsa euforia do Maranhão”. *Revista de História*, São Paulo, n. 119, 1985/1986/1987/1988, pp. 20-21. Também AZEVEDO, Dannylo de. *O Fazendeiro do Brasil: manuais agrícolas no Brasil colonial em finais do século XVIII.* 2018. 315 p. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – FFLCH-USP, São Paulo, 2018, p. 114.

⁵⁰ Ver o prólogo de VELLOSO, Frei José Mariano da C. *O Fazendeiro do Brazil, Cultivador. Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir [...] TOMO II. TINTURARIA. PARTE I.* Lisboa: Impressão Régia, 1806.

⁵¹ Ver o prólogo de VELLOSO, Frei José Mariano da C. *O Fazendeiro do Brazil, Cultivador. Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir [...] TOMO II. TINTURARIA. PARTE I.* Lisboa: Impressão Régia, 1806; VELLOSO, Frei José Mariano da C. *O Fazendeiro do Brazil, Cultivador. Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir [...] TOMO II. TINTURARIA. PARTE II. Cultura da Indigoeira, e extracção da sua fecula [...].* Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800, pp. iv-vi. Ao argumentar que as obras deveriam ser avaliadas pelos lavradores frente às experiências, Veloso afirmou que “[...] traslado as obras de maior crédito, deixando aos mesmos fabricantes o julgar se são ou não convenientes as suas fábricas, conforme as circunstâncias do terreno, clima e tempo em que se acham [...]” – ver o prólogo de VELLOSO, Frei José Mariano da C. *O Fazendeiro do Brazil, Cultivador. Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir [...] TOMO II. TINTURARIA. PARTE I.* Lisboa: Impressão Régia, 1806. Aqui, os terrenos e climas fazem diferença na prática agrícola. Todavia, em outro tomo,

Mas como tais escritos seriam utilizados, haja vista que os lavradores poderiam avaliar e decidir sobre a sua aplicabilidade? Para o frei,

[D]evem ser como cartilhas ou manuais que cada fazendeiro respectivo deve ter continuamente nas mãos dia e noite, meditando e conferindo as suas antigas e desnaturalizadas práticas com as novas e iluminadas, como deduzidas de princípios científicos e abonadas por experiências repetidas que eles propõem para poderem desbastardar e legitimar os seus gêneros, de sorte que hajam, por consequência, de poder concorrer nos mercados da Europa a par do dos estrangeiros. Isto quer e manda V.A.R., e para isto lhes administra estes subsídios necessários de que até agora os tinha privado a inércia. Sem livros não há instrução⁵².

Seguindo essas ideias e na hipótese de que os escritos fossem adequados à realidade imperial, os lavradores ganhariam com o café, cochonilha, anil, açúcar, entre outros produtos. Aprenderiam a fabricar soda, construir nitreiras, estabelecendo as bases para as artes, manufaturas e comércio portugueses. De tal forma, o império português “[...] erguerá sem dúvida a sua cabeça sobranceira entre as outras, fixando nelas os olhos com firmeza, saldará as suas contas e emendará os erros econômicos cometidos há cem anos pela extração do seu ouro [...]”⁵³.

Vemos o modo como Veloso apresentou importantes considerações nessas apresentações aos variados tomos de “O Fazendeiro do Brazil”. Por mais que não haja um escrito específico sobre o arroz, há o desenvolvimento de um contexto sobre a agricultura e as necessárias mudanças que deveriam ser empreendidas: novos cultivos, novos implementos, novas práticas, por meio da utilização e adaptação de experiências

argumentou que “[...] [a] diferença dos climas, das terras, dos gêneros de cultura, é especiosa e fútil. A natureza é a mesma em toda a parte”. Ver VELLOSO, Frei José Mariano da C. *O Fazendeiro do Brazil. Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir [...] TOM. I. PART. I. Da cultura das canas, e factura do assucar*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1798, p. xxvi. Sinal de que o conhecimento agrícola estava em construção e ambiguidades podiam aparecer em obras de um mesmo autor.

⁵² VELLOSO, Frei José Mariano da C. *O Fazendeiro do Brazil, Cultivador. Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir [...] TOMO II. TINTURARIA. PARTE II. Cultura da Indigoeira, e extracção da sua fecula [...]*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800, p. iv. Sobre o cacau, disse Veloso, frisando o papel desempenhado pelos práticos, pelos lavradores: “[d]os autores copiei tudo o que vai escrito a este respeito, que é até onde se poderiam estender os meus deveres e forças, faltando-me os conhecimentos práticos, deixo aos seus cultivadores o juízo do que a respeito desta grande cultura se tem escrito [...]” – ver o prólogo de VELLOSO, Frei José Mariano da C. *O Fazendeiro do Brazil, Cultivador, Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir [...] Tomo III. Bebidas Alimentosas. Cacao. Parte III [...]*. Lisboa: Imprensa Régia, 1805. Como visto na apresentação feita por Correia da Serra aos tomos das “Memórias económicas”, os particulares também teriam seu papel dentro do reformismo ilustrado português.

⁵³ Ver o prólogo de VELLOSO, Frei José Mariano da C. *O Fazendeiro do Brazil, Cultivador Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir [...] Tomo III. Bebidas Alimentosas. Parte II. Publicado por Fr. José Mariano da Conceição Velloso [...]*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1799.

alheias ao mundo luso-americano, complementando as diretrizes da ARCL. Envoltos, ademais, em uma lógica que combinava a ação individual à do poder monárquico. Tais traduções auxiliariam na conformação do pensamento luso-americano sobre a agricultura imperial (seus problemas e soluções), também atadas àquelas considerações mais amplas vistas no capítulo anterior, relativas à transformação do discurso econômico português e que conferiram atenção ao papel da agricultura na criação da riqueza imperial. Esses apontamentos sobre a produção agrícola também fazem parte do entendimento do desenvolvimento da cultura de arroz nos domínios americanos do Império português: se não foram esses escritos os responsáveis pela dinamização inicial da produção de arroz na América lusa, os fatores responsáveis pelo desenvolvimento da produção comercial de arroz (mercado mundial e transformações do pensamento econômico) também explicam o surgimento desses textos⁵⁴. Dito de outra forma, as condições que tornaram possível a produção de arroz também foram responsáveis pelo surgimento desses escritos, que responderam a uma realidade produtiva já existente. Teorizaram sobre arroz quando o cereal já estava sendo cultivado na América e tentaram repensar e racionalizar a produção. Todavia, ao propor mudanças amplas, inclusive com críticas ao uso do trabalho escravo e à forma como os colonos lavravam as terras, Veloso, por exemplo, demonstrou desconhecer a dinâmica colonial.

Além disso, mais importante do que analisar as diversas traduções empreendidas por frei José Mariano, concernentes a cultivos específicos, as considerações apresentadas servem como introdução à análise de outras obras relacionadas aos empreendimentos editoriais e econômicos luso-americanos. Uma delas, de particular alcance e importância, foi o “Discurso sobre o melhoramento da economia rustica do Brazil”, escrita por José Gregório Navarro e publicada em 1799 pela oficina de Simão Thaddeo Ferreira. O próprio título demonstra a relevância da análise para o nosso objeto de estudo, e esse escrito nos ajuda a entender aquele desconhecimento da dinâmica produtiva colonial que afetou os textos ilustrados.

O autor iniciou sua argumentação elogiando a qualidade da terra, “mãe comum de todos os viventes”, mas logo apresentou uma série de erros cometidos pelos lavradores em seu trato. No caso da América, o argumento permaneceu: se, no início da colonização,

⁵⁴ Para um aporte teórico acerca da adaptação de ideias econômicas, ver CARDOSO, José Luís. “Circulating economic ideas: adaptation, appropriation, translation” in CUNHA, Alexandre M.; SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *The Political Economy of Latin American independence*. London/New York: Routledge, 2017, *passim*.

os terrenos foram férteis, logo, por meio de queimadas e erradas práticas, os lavradores empobreceram os terrenos, prejudicando a agricultura. Como solução, foram em busca de novos terrenos ou buscaram extrair os metais, “que lisonjeavam mais a sua ambição”. Tais práticas prejudicaram não só a própria agricultura, mas as cidades que dela dependiam. Navarro, em um pequeno parágrafo, tentou teorizar uma suposta “ruína agrícola” da América portuguesa, dando-lhe como causa as erradas práticas dos lavradores, que inutilizavam os terrenos. A mineração, nesse caso, não é tanto vista como causa do abandono agrícola, mas como necessária consequência da inutilidade agrícola dos terrenos. Na falta de boas terras, os antigos agricultores deram espaço a sua ambição⁵⁵.

E qual seria o prognóstico? Navarro supôs, por um lado, que dificilmente a conduta seria transformada, pois os homens tinham maus hábitos ou consideravam somente “o seu interesse particular e aparente [em vez do] interesse público, real e verdadeiro”. Com isso, a situação tenderia à ruína antes descrita. Mas nem tudo estava perdido. Navarro, sem surpresas, propôs alguns remédios para o problema. Os lavradores deveriam retornar às suas terras pouco férteis e utilizar o arado para reanimá-las⁵⁶:

[...] Só ele é capaz de preparar com perfeição a terra para canaviais, feijoadas, arrozais e para todo o gênero de grãos e de sementes, com tanta vantagem que um só preto com uma junta de bois pode lavar tanta terra como vinte pretos com o uso da enxada, o que se pode provar todos os dias com a experiência. Aquelas terras assim lavradas não tornam mais a criar as raízes que a faziam infrutuosa e ficam sendo capazes das melhores produções. Aí temos já as grandes povoações cercadas de grandes fazendas para lhes fornecer os gêneros da primeira necessidade por muito menor preço; aí temos lavradores com 40 escravos e algumas juntas de bois fazendo o mesmo serviço e conveniência que outros, sem o uso do arado, com quatrocentos escravos. Aí temos os escravos mais contentes, mais sadios, mais duráveis, porque o trabalho é muito mais suave. Aí temos finalmente a terra prodigalizando outra vez as suas riquezas⁵⁷.

O arado por meio de sua utilização por escravos, seria capaz de fazer os terrenos voltarem a produzir gêneros de primeira necessidade. Aqui o arroz é visto como essencial ao consumo local, como alimento de subsistência, sendo responsável pela alimentação dos núcleos urbanos nos arredores das plantações. Não só, o arado permitiria uma produção mais “racional”, explorando menos escravos e de modo mais condizente com

⁵⁵ Ver NAVARRO, José Gregório de M. *Discurso sobre o melhoramento da economia rustica do Brazil, pela introdução do arado, refôrma das fornalhas, e conservação de suas mattas* [...]. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1799, pp. 7-12.

⁵⁶ *Idem, Ibidem*, pp. 12-14.

⁵⁷ *Idem, Ibidem*, pp. 14-15.

os objetivos senhoriais, oferecendo os cultivos a menores preços. Os cativos, por seu turno, se tornariam supostamente mais duráveis. Aquela ferramenta agrícola, portanto, apesar de críticas feitas ao seu uso, se mostrava, para Navarro, muito útil à realidade agrícola da América portuguesa; seria um modo de melhorar a rusticidade do cultivo agrícola nesses domínios luso-americanos⁵⁸.

E qual teria sido uma boa forma de espriar o uso desse implemento agrícola? Mais do que por meio de penas ou prêmios, a utilização do arado nas terras pertencentes à Coroa teria sido um belo exemplo aos demais agricultores. Aliada a isso, Navarro ainda defendeu a preservação de matas, para o uso de sua lenha e madeira, e o envio de espécies de árvores do reino para a América portuguesa⁵⁹. Dessa forma, argumentou:

Que poucas coisas é preciso introduzir-se e praticar-se para fazer o Brasil o país mais rico e mais afortunado de todo o mundo! A introdução e uso do arado e das fornhalhas de nova invenção; a conservação das árvores úteis e necessárias, a plantação dos que forem destes reinos, a criação do gado lanisco. Eis aqui, segundo me parece, todo o plano do melhoramento e da reforma da agricultura do Brasil. Parece que é chegada a época da sua maior felicidade porque o Príncipe Nosso Senhor, que tem por título o seu nome, se lembra dele, e dos seus naturais e habitantes com paternal cuidado; e o sábio ministro que do céu lhe foi mandado, para promover a causa dos moradores das três partes do mundo, não sossega nem descansa para satisfazer perfeitamente as virtuosas intenções de um príncipe tão bom, que já principia a reinar nos corações dos seus fieis vassallos⁶⁰.

Navarro, como Veloso, buscou repensar a agricultura lusa e também propôs alterações. Novamente, todavia, esse modo de repensar demonstra o desconhecimento da realidade para qual direcionavam seus olhares críticos e, com isso, uma falha nos intentos ilustrados. A utilização do arado sintetiza as mudanças pensadas para a agricultura colonial, tornando-a mais racional e produtiva. Todavia, a utilização desse implemento iria contra a própria configuração física e social da colônia. Por um lado, os terrenos

⁵⁸ Sobre as críticas ao arado, ver NAVARRO, José Gregório de M. *Discurso sobre o melhoramento...*, p. 15. Navarro não concordou com críticas ao uso do arado em solo luso-americano. Uma delas dizia respeito a seu manejo em terrenos com raízes. O autor disse que “[...] é verdade que o uso do arado é impraticável nas terras muito novas e que não têm sido trabalhadas, mas qual é a fazenda do Brasil, por mais nova que seja, que não tenha algum pedaço de terra suscetível do arado e que não vá tendo pelo decurso dos anos outra maior porção de terra desta natureza? Quem não sabe que a terra de maiores árvores, que chamamos de mato virgem, sendo trabalhada no espaço de doze até quinze anos, fica sendo capaz de se lavar! [...]” – *Idem, Ibidem*, pp. 15-20. Para uma discussão sobre o assunto, mostrando que o arado tinha outras dificuldades em sua implementação, validando as críticas dos colonos, ver POMBO, Nívia. “O Fazendeiro do Brasil, de frei Veloso, e a economia rural da América portuguesa (1798-1806)” in SILVA, Bruno; FURTADO, André (orgs.). *Passados impressos: estudos sobre a circulação de ideias (séculos XVII-XX)*. Curitiba: Editora CRV, 2018. Ver também CRUZ, José Carlos *et al.* “Manejo do solo e sistema plantio direto” in CRUZ, José Carlos *et al.* (eds. técs.). *Milho: o produtor pergunta, a Embrapa responde*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2011, pp. 59-72.

⁵⁹ Ver NAVARRO, José Gregório de M. *Discurso sobre o melhoramento...*, pp. 17-20.

⁶⁰ *Idem, Ibidem*, pp. 19-20.

americanos não eram como aqueles do Velho Mundo, congelados no inverno e que precisavam ser revirados para o cultivo se tornar possível. Aqui, o uso do arado acabava por fazer o solo perder nutrientes e umidade com a exposição ao calor, prejudicando, portanto, a lavoura. Por outro lado, o uso do instrumento ia contra a própria configuração escravista colonial. Todo senhor de escravos devia relacionar o número de cativos às necessidades da colheita e beneficiamento, momentos mais relevantes da produção colonial e em que mais mão-de-obra era necessária. Na época do plantio, todavia, muitos cativos ficavam mais ociosos, o que trazia preocupações para os senhores, que buscavam controlar e disciplinar sua mão-de-obra. O uso do arado, em tal contexto, acabaria por facilitar o trabalho dos cativos justamente na época do plantio, deixando-os mais ociosos, trabalhando menos e prejudicando os desígnios senhoriais. Por isso, querendo repensar a realidade colonial, Navarro e Veloso esbarraram em desconhecimentos sobre a configuração natural e produtiva da América lusa⁶¹.

O livro de Navarro reforça as considerações antes vistas de frei Veloso. Se “O Fazendeiro do Brasil” explicitamente destacou a necessidade de diversificação de cultivos, haja vista os variados tomos destinados ao açúcar, café ou ainda ao anil, a obra de José Gregório Navarro também destacou tal tema e, conjuntamente, a necessidade de melhorias técnicas na produção, ali materializadas, por exemplo, na utilização do arado. Se Navarro procurou soluções para os problemas agrícolas, seu livro original as propôs de modo articulado, inclusive destacando o espaço local dedicado aos arrozais. Todavia, seguindo algo que outros ilustrados fizeram, alguns de seus apontamentos demonstravam um desconhecimento da organização da produção, prejudicando os modos tecidos para repensar a agricultura colonial.

*

⁶¹ Para a base da não-aceitação do arado, ver POMBO, Nívia. “O Fazendeiro do Brasil, de frei Veloso, e a economia rural da América portuguesa (1798-1806)” in SILVA, Bruno; FURTADO, André (orgs.). *Passados impressos: estudos sobre a circulação de ideias (séculos XVII-XX)*. Curitiba: Editora CRV, 2018, p. 27 (consultar a nota n. 43); AZEVEDO, Dannylo de. *O Fazendeiro do Brasil...*, pp. 128-129; CRUZ, José Carlos *et al.* “Manejo do solo...”; também HOLANDA, Sérgio B. de. “Do chuço ao arado” in *Caminhos e Fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 204-208. Para o argumento relacionado à escravidão, ver GORENDER, Jacob. “Leis da rigidez da mão de obra escrava” in *O escravismo colonial*. 6ª ed. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2016, pp. 249-274, especialmente as pp. 253 e 255-256; também CARDOSO, Fernando Henrique. “Estrutura econômica e política da sociedade escravocrata” in *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 5ª edição revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 217.

Tais melhorias técnicas atreladas à diversificação da produção também referenciaram de modo mais direto a produção de arroz no império português. Devemos analisar outro escrito estrangeiro, apresentado ao público letrado português, com vistas a compreender quais foram as informações recebidas de outros espaços europeus e atlânticos que conformaram o conhecimento luso acerca da rizicultura e do arroz. Trata-se da tradução dos dois volumes da obra *American Husbandry*, publicados originalmente em Londres em 1775 de forma anônima. Foi também com base nas informações das então colônias britânicas que os ilustrados portugueses puderam apresentar obras com potencial de transformar a situação agrícola colonial. As traduções vieram à tona em 1799, pelas mãos de José Feliciano Fernandes Pinheiro e Antônio Carlos Ribeiro de Andrade. Ambos os volumes foram impressos na Oficina de Antônio Rodrigues Galhardo. A tradução apresentou informações sobre diversas colônias da Grã-Bretanha, desde a Nova Escócia e Canadá até a Nova Inglaterra, Pensilvânia, Virgínia e a Luisiana Oriental, sem deixar de considerar a Jamaica e Barbados. Para nossos propósitos, relacionados ao arroz, houve discussões sobre a Carolina do Norte (setentrional), Carolina do Sul (meridional), Geórgia, Flórida Oriental e Ocidental, em que o cereal foi citado e avaliado pelo autor anônimo. A cultura de arroz já estava estabelecida em Portugal havia séculos, com boa parte de seus arranjos conhecidos, e tais traduções buscaram oferecer meios para repensar o saber rizicultor teoricamente acessível aos ilustrados e lavradores portugueses⁶².

Com capítulos dedicados às colônias britânicas, a obra apresentou, criticamente, informações sobre a geografia, a agricultura e o comércio coloniais. Como bem atestou Rafael Marquese, o autor apresentou os cultivos coloniais, as técnicas agrícolas e as possíveis melhorias. Tais sugestões, semelhantes às propostas dos ilustrados portugueses, englobaram desenvolvimentos técnicos e a diversificação produtiva. Como aspecto particular dessa composição, “[a] todo momento, a agricultura metropolitana foi lembrada como parâmetro de excelência técnica a ser seguido pelas colônias”. Escrita após a Guerra

⁶² *Cultura americana que contém huma relação do terreno, clima, produção, e agricultura das colonias britânicas no norte da America, e nas Índias Occidentais... pelo bacharel José Feliciano Fernandes Pinheiro, em dois volumes. Vol. I. Publicado por Fr. José Mariano da Conceição Velloso....* Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1799; *Cultura americana que contém huma relação do terreno, clima, produção, e agricultura das colonias britânicas no norte da America, e nas Índias Occidentais... pelo bacharel Antonio Carlos Ribeiro d'Andrade, em dois volumes. Vol. II. Publicado por Fr. José Mariano da Conceição Velloso....* Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1799. Sobre a autoria do original em inglês, creditou-se a obra a Arthur Young, mas isso foi posteriormente revisto – ver MARQUESE, Rafael de B. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 232; ver também a introdução de CARMAN, Harry (org.). *American Husbandry* (1ª ed., 1775). Port Washington: Kennikat Press, 1964.

dos Sete Anos, em um momento de crise, a obra visou melhorar as relações entre as colônias e Londres, questões que interessariam e muito aos ilustrados reformistas luso-americanos. Como será visto adiante, buscou reforçar os laços coloniais⁶³.

Antes de apresentar as informações sobre o arroz que puderam ser acessadas pelos portugueses, não se pode deixar de analisar rapidamente o pequeno mas interessante prefácio escrito por José Feliciano Pinheiro. Nele, o tradutor destacou que a obra original buscara corrigir os problemas da “economia rústica das colônias inglesas”, o que nos faz lembrar da argumentação de José Gregório Navarro e Veloso, ou seja, o desejo de repensar a realidade agrícola. Se isso foi possível em terrenos vistos como inferiores aos das colônias portuguesas, o que se poderia esperar, então, para Portugal⁶⁴? Segundo Pinheiro,

“[...] que incalculáveis conseqüências não resultarão de se naturalizarem estas ideias proveitosas e os sistemas mais apropriados nas colônias portuguesas da América, clima o mais benigno, região a mais bela do meio-dia? Haja um estímulo nobre de despertá-las do sono letárgico, que as acabrunha, e dissipar a languidez funesta, que encadeia todos os princípios de fecundidade nos campos os mais férteis do universo!”⁶⁵.

O problema de Portugal, portanto, estava no sistema adotado, nas ideias utilizadas para explorar e obter benefícios das colônias. O obstáculo não era encontrado nas colônias propriamente ditas, no terreno e nas potencialidades produtivas, o que reforça os pontos antes vistos nos prefácios escritos por frei Veloso. Tais possessões lusas possuíam, para o tradutor, as terras mais fecundas do globo. Nesse caso, a adaptação de medidas e experiências positivas de outros locais poderia ser um bom início de solução. É com esse desejo de melhoria da agricultura imperial portuguesa que os tradutores ofereceram os dois volumes traduzidos da obra.

No capítulo XIX, o autor apresentou considerações sobre a então colônia da Carolina Setentrional. No próprio resumo do capítulo, logo abaixo do título, vemos que a discussão foi iniciada com considerações sobre o clima, as produções, o terreno, passando por informações sobre as exportações, para finalizar com os defeitos da agricultura e os possíveis melhoramentos. Sem tardar, foi dito que o arroz não era tão cultivado como na vizinha homônima do sul, demonstrando a hierarquia produtiva existente entre as diversas regiões. Porém, apresentando algo que será explorado adiante, o autor evidenciou certo

⁶³ MARQUESE, Rafael de B. *Feitores do corpo, missionários da mente...*, pp. 232-233.

⁶⁴ *Cultura americana... Vol. I...* (consultar a apresentação inicial da obra).

⁶⁵ *Idem, Ibidem.*

desprezo pela rizicultura colonial britânica. Nessa região, que não produziria tanto arroz, haveria a falta de portos e cidades comerciais, criando obstáculos à cultura do cereal. Ao mesmo tempo, tal problema teria suas vantagens, pois teria feito “[...] recuar os novos colonos para o sertão, e os obrigou a entregarem-se à agricultura comum em um terreno e em um clima apropriado a produções muito mais valiosas que o arroz [...]”. Tal repulsa pelo cereal e por seu local de produção foi reforçada ao longo das páginas e capítulos seguintes⁶⁶.

O escritor também teceu críticas a outros “defeitos” agrícolas da colônia. Um deles foi a falta de utilização de estrumes de animais, graças à facilidade de acesso a terras férteis que dispensava o cuidado com as que eram cultivadas. A produção baixa, por outro lado, não estaria relacionada à natureza local, mas a uma agricultura vista como “ruim”. Para o autor, caso o interior da colônia fosse cultivado, a cultura de arroz não necessariamente deveria ser estimulada, haja vista que era cultivado na Carolina do Sul “[...] onde há pauis⁶⁷ suficientes para colher-se mais do que poderão jamais vender [...]”⁶⁸.

Como uma das propostas de melhorias, o autor defendeu que os novos habitantes vivessem no interior da colônia, região mais saudável, cultivando anil, seda e algodão. E o motivo seria o benefício econômico da metrópole, longe de apenas buscar o bem-estar dos potenciais habitantes⁶⁹:

É este um melhoramento que adiantaria muito os interesses da Grã-Bretanha, porque o anil, algodão e a seda são gêneros que ela compra aos estrangeiros por grande preço; e se tivesse mais do que o necessário para o consumo de suas próprias manufaturas, eles são artigos de pronta venda em toda a Europa, de sorte que nada requer mais o cuidado da metrópole do que aquelas suas colônias que são próprias por natureza a produzi-los [...]”⁷⁰.

Trata-se de um argumento calcado na ideia de substituição de importações por meio da multiplicação de cultivos coloniais. Ademais, o excesso produtivo criaria bases para reexportações ao continente europeu. Questões próximas àquelas vistas nas obras

⁶⁶ *Cultura americana... Vol. I...*, pp. 287-288, 292-293.

⁶⁷ Segundo o dicionário *Priberam*, o paul é um “[t]erreno alagado com água estagnada”. Consultar: <<https://dicionario.priberam.org/pauis>>. Acesso em 01 de junho de 2021

⁶⁸ *Cultura americana... Vol. I...*, pp. 294, 300 e 310-311.

⁶⁹ *Idem, Ibidem*, pp. 306-308. Outro exemplo desse interesse político metropolitano foi dado posteriormente, na parte da obra dedicada à Carolina do Sul: “[...] porque em todas estas províncias ao Sul produzem-se gêneros valiosos, que põe os habitantes em estado de comprar as manufaturas da Grã-Bretanha, o que não sucede nos estabelecimentos ao norte [...]” – *Idem, Ibidem*, p. 359.

⁷⁰ *Cultura americana... Vol. I...*, pp. 307-309.

antes analisadas. Pode ser estranho o arroz não figurar no trecho, sendo ele um importante cultivo regional. A argumentação posterior, todavia, tornou tudo mais compreensível.

Também foi dito que o interior da colônia da Carolina do Norte traria um bom ambiente para lucros e para a vida dos habitantes, inclusive aumentando a vida dos escravos, essenciais para o cultivo de variados produtos. O autor ainda defendeu um sistema de rotação de culturas para o benefício da agricultura local. De tal forma, quando a terra não mais produzisse grãos, devido à contínua utilização, deveria ser semeada com gramas para formar pastos, com vistas a alimentar os rebanhos. Por fim, não deixou de criticar a falta de limpeza nos campos cultivados⁷¹.

Vemos considerações que se repetiriam nos diversos trabalhos da ilustração portuguesa, visando uma boa conexão entre agricultura e pecuária e melhores métodos no trato dos terrenos. Objetivava-se “[...] o plantio de novos tipos de forragem para o gado (com o objetivo de aumentar a quantidade de animais [...] e por consequência a produção de adubo), o plantio de novas variedades de legumes e cereais, a rotação de culturas [...]”⁷². São ideias vistas em várias obras do período, não apenas naquelas publicadas no contexto imperial britânico. Os escritos reformistas luso-americanos também utilizaram parte dessa perspectiva.

Em seguida, ao colocar seus olhos mais ao sul, na Carolina meridional, o autor iniciou com considerações sobre o clima. Não deixou de criticar os “eflúvios” vindos dos campos de arroz que prejudicariam a vida local – argumentação recorrente à época, como será visto adiante na dissertação. Analisou as produções locais e a qualidade dos terrenos e, novamente, prezou pela parte interior da colônia, local fértil, saudável, muito diferente da costa, da região dos arrozais. Os campos para o citado cereal estavam localizados somente no litoral, não podendo ele ser cultivado no interior do país – algo, aliás, glorioso para o autor. Os homens e mulheres que se aventurassem nessa colônia deveriam seguir para o interior e ali conseguiriam “[...] gêneros melhores e mais valiosos do que o arroz”. Ficou patente a preferência pelo interior da colônia e o desprezo pelo citado cereal⁷³.

⁷¹ *Cultura americana... Vol. I...*, pp. 310-311, 312, 314 e 317-318. Essa ocupação interiorana geraria produções “complementares à economia metropolitana” (como seda, anil e tabaco), intensificando “a política mercantilista inglesa”. Ver MARQUESE, Rafael de B. *Feitores do corpo, missionários da mente...*, p. 234. Vemos a construção do argumento político, ao lado de um outro, agrícola e médico.

⁷² Ver MARQUESE, Rafael de B. *Feitores do corpo, missionários da mente...*, p. 229.

⁷³ *Cultura americana... Vol. I...*, pp: 323-324, 325-337.

Ainda assim, ao falar com mais detalhes sobre a cultura arrozeira na Carolina do Sul, o autor não se furtou e dedicou um bom espaço à descrição da cultura do cereal. Ao mesmo tempo, não deixou subentendidas suas críticas a tal cultivo. Vale a pena ler o extenso trecho, tendo em vista que tal descrição foi uma das mais completas que pôde chegar a Portugal, auxiliando potencialmente na modelação do conhecimento rizicultor português, ao menos daquele debatido entre os ilustrados:

O arroz é ainda a grande produção de comércio da Carolina Meridional, e por ele desprezam os plantadores o sadio e ameno sertão para viverem nos Horrores da costa; este é o nome que os americanos dão aos pântanos: o arroz se pode cultivar somente em terras tão baixas que se possam alagar à vontade e todas as terras dessa costa na Carolina são necessariamente pântanos. A primeira coisa que devem fazer é enxugá-los, trabalho em que não têm métodos particulares que mereçam ser noticiados ou sejam desconhecidos na Inglaterra. Apenas os enxugam, derrubam as árvores, que em alguns são muito numerosas [...]. Com tudo não esperam que a terra fique limpa deles, mas começam a plantar o seu arroz entre os troncos. Plantam em março, abril e maio; os negros abrem regos em distância de dezoito polegadas, e perto de três polegadas de fundo, nos quais lançam as sementes [...] depois de plantado deixam-lhe água até certa profundidade, a qual se repete, e tira diferentes vezes durante o tempo do seu crescimento [...]. O principal objeto de cultura é conservar a terra limpa de ervas [...]. Isto é somente o que é preciso fazer até a colheita, a qual ordinariamente se faz pelos fins de agosto, ou princípios de setembro [...] depois do que o metem em celeiros, ou dispõem em medas do mesmo modo que se faz aos grãos na Europa⁷⁴.

A seguinte operação é como nas outras castas de grãos malhá-lo e depois crivá-lo, o que primeiramente era uma operação muito enfadonha, mas presentemente se acelera muito com o uso de uma joeira de vento. Depois de crivado moe-se para se livrar da casca; isto se faz em moinhos de madeira de perto de dois pés de diâmetro: criva-se então de novo, e se põe em um pilão de largura suficiente para conter meio alqueire, no qual os negros o batem com mãos de pilão para assim o desprenderem de sua casca espessa; esta operação é de muito trabalho. Em ordem a separá-lo da flor da farinha, ou pó feito ao pisar-se, é peneirado, e de novo se passa por outra peneira, que se chama de mercado, a qual separa o arroz quebrado e miúdo, depois do que se embarrica, e fica pronto para vender-se⁷⁵.

Há uma conclusão de que os métodos de cultivo não mereceriam ser mencionados na descrição. Seria isso devido à facilidade ou à má qualidade daqueles? Mesmo continuando suas recorrentes críticas ao cereal, ainda assim o autor não deixou de explicar com bastante detalhe o trabalho envolvido. Citou o modo de cultivo, em locais pantanosos sujeitos à inundação; descreveu as ações envolvidas na colheita e no beneficiamento do grão, de modo a prepará-lo para a venda. Citou a utilização de moinhos e do trabalho escravo nesse beneficiamento. As críticas surgiram e foram explícitas e, até o momento,

⁷⁴ *Cultura americana... Vol. I...*, pp. 338-339.

⁷⁵ *Idem, Ibidem*, pp. 339-340.

foram mais dirigidas aos problemas envolvidos no cultivo. Além de não haver métodos que mereciam descrições, foi apontado mais um inconveniente da cultura:

O leitor deve observar nesta relação que a cultura desta planta é terrível; pois a poder-se imaginar um trabalho particularmente mal são e ainda fatal à saúde deve ser o de estar, como os negros, metido até os artelhos, e ainda meia perna, em água, que cobre um lodo atoladiço, e exposto em todo esse tempo a um sol abrasador, que faz o mesmo ar que eles respiram mais quente que o sangue humano. Estes pobres miseráveis estão então em uma fornalha de eflúvios fétidos e podres: apenas se pode imaginar um emprego mais horrível, não é muito inferior ao de cavar no Potosí [...] ⁷⁶.

O autor anônimo, aqui traduzido, defendeu a ideia de que o trabalho nos arrozais seria insuportável, inclusive afetando a condição e vida dos escravos. Não só, a perda de cativos causada pelas más condições da cultura afetaria o bolso dos senhores, com as necessárias reposições. Contudo, não se pode deixar de questionar: se o arroz teria tão grandes problemas e seria a origem de tamanhas dificuldades, por que continuaria a ser cultivado? Parte da resposta, para o autor anônimo, estaria no costume. Os cultivadores viam no arroz sua fonte de riqueza. Na verdade, estariam presos ao passado, quando ainda não havia a possibilidade de outros cultivos. As críticas ao arroz, todavia, também tinham outro fundamento ⁷⁷.

Na base, o argumento do autor foi sobretudo político. Era preciso conciliar as produções coloniais aos anseios comerciais da metrópole. O governo deveria incentivar a produção de anil, tabaco, da seda e não do arroz, pois esse último competia por mercados com o trigo produzido na metrópole. Afinal, “[...] todo o arroz vendido à Espanha e a Portugal os habilita a passarem sem outro tanto do nosso trigo; e o mesmo sucede em parte com a Alemanha [...]”. Ainda assim, não defendeu a restrição ao cultivo arroseiro, haja vista que “[...] não sei se podemos suprir de trigo todos esses mercados, supondo que eles no-los comprem, e também porque o valor do arroz se dispense todo em mercadorias britânicas [...]” ⁷⁸.

Ainda reforçando esse argumento, o autor atestou que a colônia não devia e não podia depender do arroz para seus ganhos. As remessas do cereal, destinadas ao norte da Europa e à Península Ibérica, dependeriam “miudamente da abundância de pão”, algo que

⁷⁶ *Cultura americana... Vol. I...*, p. 340.

⁷⁷ *Cultura americana... Vol. I...*, pp. 340-341 e 344-345.

⁷⁸ *Idem, Ibidem*, pp. 344-345. Outros cultivos, tais como o anil, não trariam nenhuma desvantagem, diferentemente do arroz – *Idem, Ibidem*, p. 345. Sobre o “argumento político” criado pelo autor anônimo, ver MARQUESE, Rafael de B. *Feitores do corpo, missionários da mente...*, pp. 233-236.

poderia mudar no futuro, afetando as exportações britânicas, como já vinha ocorrendo em Portugal desde 1750. Dessa forma, o autor pareceu preconizar uma expansão das exportações coloniais, que não afetasse as vendas da metrópole destinadas à Europa. Deveria haver o aumento das exportações sem criar competição dentro do império britânico. Os colonos empregados no cultivo dos terrenos americanos seriam um natural complemento às atividades manufatureiras metropolitanas⁷⁹.

A produção de itens necessários à metrópole e vantajosos aos interesses coloniais, aliada à não competição com o comércio metropolitano, seria o desejado caminho para o império britânico. Isso destacaria positivamente as colônias meridionais, incluindo a Carolina do Sul – e por essa razão o arroz não deveria ser incentivado⁸⁰.

E, por fim, quais foram os melhoramentos necessários e aconselhados para a colônia? O autor não deixou de lembrar o problema causado pela abundância das terras, o que fazia com que os habitantes fossem “maus agricultores”. Como era fácil ganhar o sustento em terras imensas e férteis à sua disposição, cuidados com a cultura eram dispensados. Somados a isso ainda apareciam a crítica ao modo como os cultivadores lidavam com as ervas daninhas, a necessidade de utilização de animais no cultivo, bem como alguns implementos, e, enfim, os benefícios do cultivo conjunto de variedades. Frisou, novamente, a necessidade de bons pastos para sustentar o gado, sem prejuízos para a colônia, pois “[...] [a] grama, sendo bem dirigida, seria tão proveitosa como o pão, e podia adquirir-se sem alguma diminuição da quantidade dele em um país onde a terra é tão abundante [...]”. Foram defendidos ainda um sistema de culturas e a introdução de gramas vindas do exterior. Ao aconselhar o plantio de trigo e trevo no interior da colônia, vemos a proposta ligação entre a agricultura e a pecuária (o trevo poderia ser utilizado como alimento para os rebanhos)⁸¹.

De modo surpreendente, o autor enxergou uma forma de conciliar a cultura do arroz com os bons terrenos do interior da colônia. A estrutura da produção, todavia, seria

⁷⁹ *Cultura americana... Vol. I...*, pp. 355-356 e 377-378. Sobre as relações entre colônias e metrópole, disse o autor: “Considerando-se com vistas nacionais, não podem resultar ruins consequências de manifestar os grandes lucros que é possível fazer pelas plantações na Carolina; pois que todos os habitantes desta província estão empregados em bem da Grã-Bretanha, e a agricultura é uma ocupação bem proveitosa para lhes permitir pensar em manufaturas; todo o seu vestuário, sustento, instrumentos e uma variedade de outros artigos vem da Grã-Bretanha, além de que a exportação e importação ocupam muitos navios e marinheiros da metrópole [...] – *Idem, Ibidem*, pp. 377-378. Tal proposta se assemelha muito àquela de Coutinho sobre a organização do império português, vista nas páginas 103 e 104 deste trabalho.

⁸⁰ *Idem, Ibidem*, pp. 382-383.

⁸¹ *Idem, Ibidem*, pp. 398-406 e 411.

diferente, com uma nova variedade; somente desse modo o arroz era aceitável aos olhos do escritor anônimo. Tratou-se de uma melhoria que envolveria também a importação de uma espécie exótica:

Há outro melhoramento que merece aqui mencionar-se; é a cultura daquela espécie de arroz que se dá nas terras secas e mesmo nas colinas e montanhas. Esta espécie é bem conhecida nas diversas partes das Índias Orientais, e seriam, no interior da Carolina Meridional, de utilidade, como um novo arrimo dos plantadores que ali se fixassem; e seria de muito mais vantagem obter este grão de um país sadio do que dos pântanos insalutíferos da parte marítima. Sem dificuldade se conseguiria da Índia algumas sementes deste arroz, e ao menos valeria a pena de experimentar-se⁸².

O autor pôde até reconhecer a importância do cereal para algumas das colônias do sul, mas os locais de cultivo, os métodos de cultura e os problemas comerciais criados pelo grão o desabonariam. Uma forma, inicial talvez, de melhorar o espaço do cereal seria a introdução de uma variedade adaptada aos solos secos do interior da colônia. A costa dos “Horrores” seria, em parte, abandonada, e a produção do cereal, provavelmente menor, não saturaria o mercado e não competiria com outros grãos produzidos no espaço imperial britânico⁸³.

Enlaçando os argumentos sobre a diversificação de cultivos com a necessidade política de melhorar a situação imperial, o autor usou do exemplo das vinhas. Se antes faltava conhecimento sobre tal cultura, a situação era distinta quando o autor escreveu. O novo entrave era a falta de recursos daqueles que queriam nela “investir”. Devido a isso, e lembrando boa parte da argumentação dos reformistas lusos, atestou que “[...] é a tais homens que se deviam dar socorros públicos, pois que a nação é ainda mais interessada nos seus sucessos do que eles próprios”. A cultura das vinhas traria benefícios não só aos particulares, mas a todo o império, pois a importação de vinhos – inclusive os da Madeira – pesava na balança comercial britânica, prejudicando o comércio e as finanças imperiais.

⁸² *Cultura americana... Vol. I...*, pp. 411-412.

⁸³ O arroz produzido em locais secos, o arroz de sequeiro, tem uma produção inferior à daqueles cultivados em locais úmidos e inundados. Ver, por exemplo, COCLANIS, Peter. “The road to commodity hell: the rise and fall of the first American rice industry” in FOLLET, Richard; BECKERT, Sven; COCLANIS, Peter; HAHN, Barbara. *Plantation Kingdom: the American South and its global commodities*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2016, p. 17; também SMITH, Hayden. *Rich swamps and rice grounds: the specialization of inland rice culture in the South Carolina Lowcountry, 1670-1861*. 2012. 319 p. Tese (Doctor of Philosophy). The University of Georgia, Athens, 2012, p. 38; DETHLOFF, Henry. “The colonial rice trade”. *Agricultural History*, Mississippi State, v. 56, n. 1, 1982, pp. 238-239.

Dessa forma, não seria ruim que a demanda por vinhos fosse atendida também por uma produção colonial britânica, que necessitava de incentivos do governo⁸⁴.

A agricultura deveria ser variada, criando alternativas produtivas para os colonos. Em tal caso, as atividades nas diversas plantations ou nas menores propriedades poderiam ocorrer ao longo de todo o ano, com maiores lucros garantidos aos proprietários. Os escravos, por seu turno, seriam mantidos sempre ocupados, tendo em vista que as ações de “[s]emear de inverno diversas novidades, malhar, transportar e vender outras, construir sebes, estrumar e fazer outros trabalhos, conservariam os escravos de uma plantação regularmente ocupados por todo o inverno [...]”. De tal forma, os cultivadores carolinos emulariam as práticas dos “melhores agricultores da Europa”, fazendo os escravos trabalharem mais, auferindo maiores lucros⁸⁵.

Por fim, o autor fez suas considerações sobre a Geórgia e as duas Flóridas. No caso da primeira colônia, citou o incentivo a produção de seda, cânhamo e vinhos – inclusive dizendo que houve experimentos com “cachos bravios” e atestando que tentou-se trazer “um vinhateiro bem experimentado, com algumas cepas de Borgonha” da França. Sinal da conjugação da experimentação agrícola com as teorizações sobre o mesmo assunto. Ao mesmo tempo, defendeu os bons métodos na cultura das terras, que, possivelmente, deveriam ser ensinados aos ignorantes cultivadores. Esses últimos estariam propensos a cultivar gêneros conhecidos, do costume, menosprezando outros que prometiam maiores ganhos. Pessoas com bons conhecimentos sobre diversos cultivos deveriam ser trazidas para ensinar os cultivadores locais. Premiações, “tanto honorárias, como pecuniárias”, deveriam ser utilizadas para incentivar os lavradores georgianos. A instrução dos lavradores, aliada ao incentivo por meio de prêmios, seria o caminho a ser adotado – e que os reformadores portugueses também seguiram mais tarde⁸⁶.

⁸⁴ *Cultura americana... Vol. I...*, pp. 412-413. Novamente citando o problema das importações e sugerindo a possibilidade de criar exportações, vemos a defesa do cultivo do cânhamo: “[...] Tais tratos são numerosos, e, se cultivassem bem o cânhamo, nos poupariam grande porção das imensas somas que se pagam anualmente ao Báltico por esta mercadoria. [...] a América então teria cânhamo de mais para suprir todas as nossas precisões e as suas também; e a medida que as colônias aumentassem em cultura, a Europa seria um mercado constante para tudo que elas produzissem [...]” – *Idem, Ibidem*, pp. 416-417. Substituição de importações atrelada à criação de ramos comerciais: tal junção não é uma novidade específica desse trabalho.

⁸⁵ *Cultura americana... Vol. I...*, pp. 418-419.

⁸⁶ *Cultura americana... Vol. II...*, pp. 19-25 (o autor cita uma carta recebida), 29 e 31-33. Enfim, o autor elencou uma série de artigos importados do exterior pela Grã-Bretanha, cuja produção deveria ser incentivada na América, fazendo com que a balança comercial em relação ao exterior se tornasse mais equilibrada: cânhamo, linho, vinhos, seda, azeite, ruiva (provavelmente a garança), lã e algodão. Em vez

Em relação às duas Flóridas, o autor as considerou criticamente. Citando as condições produtivas, não concordou com a ideia de que a região tivesse potencial rizicultor; considerou que “[...] os paus, de que estávamos de posse, antes da aquisição da Flórida, poderiam, sendo cultivados, produzir mais arroz do que o que consome metade do mundo”. A região poderia produzir arroz ou anil, mas não conseguiria competir com a Carolina em tal questão e nem haveria necessidade para isso. Dessa forma, desencorajou a ida de novos colonos à região, dizendo que melhor fariam se fossem ao interior das demais colônias britânicas (não às partes marítimas, produtoras de arroz). Nessa região, na verdade, deveria haver a construção de fortalezas; nela, navios de guerra e comércio deveriam ser abrigados: “[...] quanto a plantações, não se devem animar nenhuma, exceto aquelas que forem subordinadas aos fins de abastecer as guarnições e navios [...]”⁸⁷.

*

Para o império português, tal tradução disponibilizou conhecimentos que, teoricamente, poderiam ser acessados por certas parcelas da população lusa, especialmente aquelas dedicadas aos estudos reformistas e outras que controlavam as decisões governamentais, com vistas a repensar os desenvolvimentos agrícolas que já vinham ocorrendo. A obra trouxe informações e críticas sobre a rizicultura que podem ter moldado a percepção portuguesa acerca do grão, junto às demais obras. Também trouxe notas mais amplas, sobre novos princípios agrícolas, sobre as relações político-econômicas que deveriam ser mantidas entre a metrópole e as colônias, principalmente acerca da necessidade de as periferias imperiais contribuírem no processo de substituição de importados por meio da multiplicação de cultivos. Nessa perspectiva, recordamos que o arroz, no caso de Portugal, havia sido um item crítico na pauta de importações, auxiliando na alimentação metropolitana por meio de remessas estrangeiras, mas, no momento da tradução, a realidade já era diversa e o arroz era produzido na América. As considerações trazidas à tona pela tradução podem ter auxiliado nos planos relativos à

de enviar dinheiro para fora do império, a produção colonial seria paga com as manufaturas britânicas, fortalecendo os laços coloniais – *Idem, Ibidem*, pp. 34-36.

⁸⁷ *Cultura americana... Vol. II...*, pp. 43-44, 45, 45-46, 53-54. O arroz foi visto como uma importante produção da Flórida por Pedro de Campomanes, em uma obra publicada em 1762. Ver CAMPOMANES, Pedro R. *Reflexiones sobre el comercio español a Indias (1762)*. Edição, transcrição e estudo preliminar de Vicente L. Rosa. Madrid: Instituto de Estudios Fiscales, 1988, p. 303.

rizicultura colonial. Sabemos que ela foi enviada à colônia, pois em 1800 foram remetidos três exemplares do “Cultura Americana” à Casa do Correio de São Luís, no Maranhão⁸⁸.

Todavia, devemos destacar os possíveis obstáculos a tais intentos reformistas. Sabemos que a obra original não chamou a atenção das elites coloniais britânicas. Para isso muito contou o seu propósito, ou seja, o foco na população metropolitana, com vistas a informar prováveis migrantes e “reforçar o poder inglês sobre as colônias continentais”. Como será visto no caso luso, a incapacidade de atingir o público visado nas colônias, escasso mas existente, foi repetida, prejudicando os interesses reformistas metropolitanos e a tentativa de “refazer” a rizicultura colonial⁸⁹. Ainda assim, foram tais escritos agrônomos os escolhidos pelos reformistas luso-americanos, traduzidos ou originalmente publicados em Portugal. Era a partir disso que os reformistas e as autoridades do Estado poderiam conceber os planos para as reformas imperiais. Particularmente no caso do “Cultura Americana”, se ela citava extensivamente o arroz, traduzia contudo uma visão detratora do cultivo arrozeiro em território britânico, a mesma que chegou a Portugal. Se a publicação e tradução de textos buscaram dar as bases para repensar a rizicultura e não foram muito lidos, as informações detratoras também não auxiliariam muito em tal projeto. Por outro lado, também não prejudicaram a cultura que já se desenvolvia em solo luso. Com tais apontamentos, agora podemos passar a outra face das teorizações agronômicas luso-americanas. No próximo caso, articulando parte das teorizações antes vistas a uma prática de observação *in loco*, com vistas a fornecer bons exemplos e conhecimentos aos portugueses, há os relatos da viagem de Hipólito José da Costa aos EUA em fins do século XVIII.

⁸⁸ Ver MOURA, Roseli A. de., *op. cit.*, p. 1; VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, pp. 148-149; CARDOSO, José Luís. “Nas malhas do império: a economia política e a política colonial de d. Rodrigo de Souza Coutinho” in CARDOSO, José Luís (coord.). *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 90; ver também POMBO, Nívia. “A cidade, a universidade e o Império: Coimbra e a formação das elites dirigentes (séculos XVII-XVIII). *Intellèctus*, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 2, 2015, *passim*. Sobre o envio dos livros à colônia, ver GALVES, Marcelo C. “Cultura letrada na virada para os oitocentos: livros à venda em São Luís do Maranhão”. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*, Natal, v. 1, 2013, pp. 10-11.

⁸⁹ Ver MARQUESE, Rafael de B. *Feitores do corpo, missionários da mente...*, pp. 235-236; também WEGNER, Robert. “Livros do Arco do Cego no Brasil colonial”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, suplemento 1, 2004.

3.3. Hipólito José da Costa e a agricultura dos Estados Unidos da América

Após a análise de obras sobre a economia e mais diretamente a agricultura, vislumbrando alguns matizes presentes nas reformas ilustradas portuguesas, seguimos o presente capítulo com o estudo da viagem de Hipólito José da Costa aos recém-independentes Estados Unidos da América. Tal caminho interpretativo explora a relação entre teorização e prática. Na verdade, demonstra como, nos projetos reformistas ilustrados, cada um desses aparentes polos não existia sem o outro. Eles se articulavam⁹⁰.

Hipólito José da Costa Pereira, mais conhecido pelo trabalho “jornalístico” empreendido no início do século XIX, teve um interessante começo de carreira nos fins do século XVIII, fazendo parte da geração de ilustrados formados em Coimbra e posta à serviço da Coroa. Nascido na Colônia do Sacramento em 1774, filho de um alferes, foi a Coimbra e lá se formou em leis e filosofia. Após alguns anos, sua carreira já estava a ser delineada⁹¹.

Em 1798, partiu em sua missão, com destino aos recém-constituídos Estados Unidos da América. Representando os interesses da Coroa portuguesa, seu objetivo foi angariar conhecimentos botânicos na região e espécimes valiosos. Aliada a isso, a busca de conhecimentos técnicos não foi deixada de lado. Como característica dos atores e obras da Ilustração dedicados à economia agrícola, a procura por novas técnicas e novos cultivos marcou seu escrito. Como atestou Thais Helena Buvalovas, Hipólito visou “[...] encontrar soluções que contribuíssem para promover o desenvolvimento do reino e reduzir sua defasagem em relação à Europa além-Pireneus”. A emulação não se deu somente pela tradução de obras e acesso a fontes estrangeiras, mas pela observação direta

⁹⁰ Sempre devemos lembrar dos argumentos de Goldman referentes à relação das ideias com a ação no pensamento ilustrado – ver GOLDMAN, Lucien. *La Ilustración y la sociedad actual*. Caracas: Monte Ávila Editores, 1968, pp. 12 – 14.

⁹¹ LEÃO, Múcio. “Esboço de uma biografia” in PEREIRA, Hipólito da C. *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*. Brasília: Edições Senado Federal, 2004, pp. 23-26. Segundo Leão, a obra de Hipólito pode ser dividida em duas partes: aquela mais dedicada à prática, à economia, e outra literária. Na primeira, estariam escritos como a “Descrição da árvore açucareira”, a “História breve e autêntica do Banco da Inglaterra”; na segunda, estaria, por exemplo, o “Correio Brasiliense”. Uma tal divisão tem um elevado grau de arbitrariedade, haja vista que uma obra literária pode tratar de assuntos práticos, relacionados à economia ou à política. Todavia, a repartição apresentada ajuda a perceber a complexidade da carreira do ator e os traços pelos quais ela se desenvolveu. Para passagens que reforçam a imbricação de assuntos no “Correio Braziliense”, ver OLIVEIRA, Milena F. “Hipólito José da Costa e as ideias econômicas d’O Correio Braziliense”. *Intellectus*, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 1, 2017, pp. 110 e 112.

dos atrativos agrícolas do exterior, pela análise da organização econômica de nações com potenciais conhecidos e valorizados⁹².

Tais considerações ficaram patentes nas instruções da viagem, apontadas por dom Rodrigo de Sousa Coutinho. Segundo o então secretário, a viagem de observação deveria levar somente um ano, e Hipólito estaria encarregado de procurar “[...] alguns produtos e noções de úteis culturas aos Estados Unidos da América e ao México”, tarefa que incluiu a remessa de sementes, a observação de plantas e o entendimento dos métodos de cultivo. Em primeiro lugar, segundo o ministro, Hipólito deveria conhecer as publicações e tomar exames sobre o tabaco e sua cultura. Também deveria buscar informações teóricas e práticas sobre o linho-cânhamo e observar o cultivo da batata, dos prados artificiais e da árvore açucareira. No que concernia ao México, teria de observar e buscar noções sobre a cochonilha e o cacto em que tal inseto se hospedava, sem desconsiderar outros cultivos. Por fim, deveria procurar informações sobre a mineração nas duas regiões americanas e acerca dos artifícios hidráulicos utilizados na navegação, ou ainda em máquinas. Nessas curtas e imperativas instruções, Hipólito foi encarregado da busca de referências sobre diversas culturas agrícolas e outros conhecimentos econômicos, por meio de observações diretas e da consulta a obras publicadas. Para nosso propósito, é essencial notar a ausência de orientações sobre o arroz, assunto que será retomado adiante⁹³.

Na viagem, Hipólito descreveu seus roteiros e percalços em um diário de uso pessoal. Nele, há diversas menções à realidade agrícola dos Estados Unidos e em certos momentos o autor gastou tinta especificamente com o arroz, apesar de o cereal não constar nas instruções conferidas por Sousa Coutinho. O escrito cobriu o período em que Hipólito permaneceu na Filadélfia, na Pensilvânia, tendo feito rápidas incursões em outras localidades, como Nova Iorque e Boston. Particularmente no diário, o contato com o conhecimento agrícola sobre o cereal se deu de modo provavelmente indireto, através de informações que recolheu e anotou. Nesse caso, tendo fontes nas quais confiar, visitas aos locais produtivos podiam não ser necessárias. As fontes dariam acesso a “um saber já

⁹² BUVALOVAS, Thais Helena dos S. “O Diário da minha Viagem para Filadélfia. Maçonaria e jornalismo político na missão de Hipólito José da Costa aos Estados Unidos”. *Almanack braziliense*, São Paulo, n. 9, 2009, p. 104. Aliás, foi em 1794 que o agrônomo William Strickland foi enviado, pela Câmara de Agricultura da Inglaterra, aos EUA, para uma “inspeção agrícola” – ver MARQUESE, Rafael de B. *Feitores do corpo, missionários da mente...*, p. 250. Tratou-se, certamente, de uma época permeada por tais viagens filosóficas, de observação.

⁹³ COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Instruções do ministro Rodrigo de Souza Coutinho a Hipólito José da Costa” in XAVIER, Paulo. *Hipólito José da Costa: um observador econômico na América*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Fundo Nacional da Cultura, 1997, pp. 43-45.

sistematizado pelos norte-americanos” e que poderia servir de base à organização agrícola portuguesa⁹⁴. Algo que o próprio Hipólito reconheceu em uma carta enviada à dom Rodrigo de Sousa Coutinho. Segundo o viajante, durante o inverno, teria de se contentar “em adquirir conhecimentos teóricos do país, aliás indispensáveis, e familiarizar-me com pessoas que farão, ao depois, a minha viagem muito mais proveitosa”⁹⁵.

Hipólito iniciou a descrição de sua viagem, iniciada na corveta William, em 10 de outubro de 1798. No decorrer das próximas semanas, ao longo do Atlântico, fez descrições as mais variadas, destacando-se, para nosso propósito, suas anotações sobre a fauna e flora marinha. Tais descrições o acompanhariam em toda a viagem aos EUA, haja vista a contínua descrição do seu cotidiano e das características locais, junto a algumas comparações em relação à metrópole portuguesa e à Europa como um todo. Para demonstrar a importância e as personagens envolvidas na missão, basta dizer que Hipólito recebeu durante a viagem cartas de frei Veloso, conhecido pela iniciativa reformista atrelada à Tipografia do Arco do Cego, e de dom Rodrigo de Sousa Coutinho⁹⁶.

Em território americano, não levou muito tempo para colocar em ação seus objetivos. Já no final de dezembro de 1798, escreveu e expos cálculos sobre a produção de açúcar a partir da “árvore açucareira” (o bordo açucareiro), ao passo que logo foi em

⁹⁴ BUVALOVAS, Thais Helena dos S. “O Diário da minha Viagem para Filadélfia...”, p. 105. Além do diário, Hipólito foi autor de diversos escritos, como uma memória sobre a viagem aos EUA – que também será aqui estudada. Na versão lida do “Diário”, editada pelo Senado Federal, existem diversas missivas trocadas por Hipólito com autoridades portuguesas, também interessantes para a pesquisa. Ver LIMA, Alceu A. “Introdução” in PEREIRA, Hipólito da C. *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*. Brasília: Edições Senado Federal, 2004. Um exemplo do modo como Hipólito também buscou informações indiretas se deu quando ele recebeu, de cidadãos locais, folhetos com obras da Sociedade de Agricultura. Ou ainda quando notou que “[...] Um sujeito que estive na Geórgia me deu esta informação sobre o algodão: cada hill contém três pés que produzem 4 th. e ocupam 2 pés de terreno”. Ao mesmo tempo, o autor não deixou de aproveitar o contato direto com o conhecimento agrícola local. Em 14 de setembro de 1799, em Charlestown, Hipólito citou que “[...] Um lavrador, que me deu esta instrução [sobre o cultivo e beneficiamento do tabaco], me disse que se podiam colher as folhas em qualquer tempo antes das neves”. Para tais trechos, ver PEREIRA, Hipólito da C. *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*. Brasília: Edições Senado Federal, 2004, pp. 134, 136 e 140. Sobre o caráter pessoal do Diário, ver BRAGA, Oswaldo M. “Nota final” in PEREIRA, Hipólito da C. *Diário da minha viagem...*, p. 203. Ver também, BUVALOVAS, Thais. *Hipólito da Costa na Filadélfia: imprensa, maçonaria e cultura política na viagem de um ilustrado luso-brasileiro aos Estados Unidos (1798-1800)*. São Paulo: Hucitec, 2011, pp. 64-66.

⁹⁵ PEREIRA, Hipólito da C. “Copiador e Registro das Cartas de Ofício” in *Diário da minha viagem...*, p. 157-158.

⁹⁶ PEREIRA, Hipólito da C. *Diário da minha viagem...*, pp. 35-52, 147 e 151. Entre essas comparações, há elogios e críticas. Como exemplo, no dia 28 de dezembro de 1798, Hipólito visitou um museu na Filadélfia e criticou sua organização e conteúdo, o desleixo em não seguir o sistema proposto por Lineu. Ademais, também comparou as prisões europeias com os estabelecimentos norte-americanos, elogiando os últimos. Vemos, portanto, que suas observações não se resumiram à botânica e à agricultura, mas envolveram diversos aspectos da sociedade visitada – *Idem, Ibidem*, pp. 53-54, 80 e 106. Para uma descrição de novas máquinas, ver *Idem, Ibidem*, p. 83. Para suas críticas, por exemplo, à organização militar norte-americana, ver *Idem, Ibidem*, p. 109. Sobre as missivas com as autoridades lusas – ver *Idem, Ibidem*, pp. 147 e 151.

busca de “John Batram que, segundo uma gazeta, tinha sementes para vender”. No dia 11 de janeiro do ano seguinte, voltou à residência do botânico e combinou a compra de várias sementes. De tal forma, além da procura de conhecimentos técnicos sobre as produções locais, úteis ao império luso, empreendeu também a compra das sementes requeridas pela missão. Uma remessa, endereçada a dom Rodrigo de Sousa Coutinho, estava pronta no dia 8 do mês seguinte⁹⁷.

Suas contínuas atividades na cidade o levaram também a outros locais em busca das desejadas sementes. Em certo momento, travando contato com um certo Mr. Hamilton, “um sábio muito apaixonado de botânica”, Hipólito notou e descreveu a sua coleção de plantas de diversas partes do globo, inclusive do Brasil. Particularmente, citou uma variedade de cana-de-açúcar, nativa do Pacífico, cuja produção alcançava o dobro da cana “ordinária”. Junto a essas descrições mais gerais, relacionadas à produção, Hipólito também gastou páginas com exposições botânicas um tanto minuciosas, comparando espécies e citando suas características. Buscou conhecer a flora e a fauna locais e suas possíveis potencialidades, úteis à economia imperial portuguesa e ao conhecimento científico então em construção⁹⁸.

Em diversos momentos, vemos seu interesse por espécies com potencial cultivo na América lusa e mesmo com assuntos mais amplos relativos à economia imperial. Hipólito, por exemplo, destacou que “[...] [e]ntre as diferentes plantas que os ingleses

⁹⁷ PEREIRA, Hipólito da C. *Diário da minha viagem...*, pp. 52-53, 57-58 e 64. O autor chegou a defender a remessa de búfalos a Portugal como parte dessa estratégia de observação e busca de valiosos itens. Qual seria o interesse? Em outra passagem, além de fazer anotações fisiológicas sobre o animal, citou que “[...] a carne é igualmente boa que a do boi; a pele faz bom couro e o cabelo se manufatura e faz um tolerável bom pano [...]”. Os interesses econômicos, aliados aos científicos, ficaram patentes – ver *Idem, Ibidem*, pp. 64 e 67. Tal assunto é retomado em uma carta enviada a dom Rodrigo. Hipólito argumentou que poderia “[...] remetê-los daqui para Lisboa, e que a combinação destes animais com as vacas de Portugal deve produzir uma raça fortíssima e sumamente adaptada para os trabalhos da agricultura” – PEREIRA, Hipólito da C. “Copiador e Registro das Cartas de Ofício” in *Diário da minha viagem...*, p. 180. O nome das espécies das sementes enviadas está em *Idem, Ibidem*, p. 158-165.

⁹⁸ PEREIRA, Hipólito da C. *Diário da minha viagem...*, pp. 66 e 68-69. Em outro momento, no dia 11 de março de 1799, Hipólito destacou novas técnicas na produção do açúcar, apresentadas por um francês vindo de Saint Domingue. Citou, a título de exemplo, o uso do bagaço da cana como combustível nas fornalhas. Ao mesmo tempo, se mostrou interessado em informações sobre a cochonilha, apresentadas pelo mesmo francês – ver *Idem, Ibidem*, p. 70. Ver OLIVEIRA, Milena F., *op. cit.*, p. 108; também MORAES, Eulália Maria Aparecida de; SANTOS, Christian Fausto M. dos; CAMPOS, Rafael D. da S. “Filosofia Natural Lusa: A *Viagem Philosophica* e a Política Iluminista na América Portuguesa Setecentista”. *Confluente*, Bologna, v. 4, n. 1, 2011. Mr. Hamilton voltou a ser citado em uma das cartas de Hipólito a Coutinho. Segundo o primeiro, Hamilton estaria disposto a auxiliar com sementes, mas pedia, por seu turno, sementes da metrópole portuguesa e da América lusa. Hipólito viu o ajuste com bons olhos. Ver PEREIRA, Hipólito da C. “Copiador e Registro das Cartas de Ofício” in *Diário da minha viagem...*, p. 169. O interesse em obter sementes, conhecimento agrícola etc. não estava restrito aos portugueses.

trouxeram da ilha Otahito foi o Artocapus ou Árvore do Pão que é muito própria para o Brasil, mas que não há nos Estados Unidos, porém é muito possível obtê-la da Jamaica”. Afastando-se de cultivos mais conhecidos, o autor demonstrou a possibilidade de obtenção de plantas mais exóticas, cuja produção seria muito facilitada na América portuguesa. Gastou páginas também com descrições sobre técnicas de preparo do solo ou esmiuçando o modo de preparo do açúcar a partir da seiva da árvore açucareira. Em alguns momentos, descreveu com detalhe a botânica de árvores, apresentando também as suas potencialidades produtivas e comerciais. Novos cultivos e novas técnicas para produções conhecidas eram parte das anotações do enviado, essenciais para repensar a agricultura luso-americana⁹⁹.

Além disso, mesmo estando nos EUA, Hipólito não perdeu a oportunidade de estabelecer seus olhares em outras regiões e cultivos. Em certo momento, chegou a citar algumas culturas presentes na ilha da Jamaica, notadamente a árvore-do-pão e a cana-de-açúcar. Tais olhares, de acordo com o autor, também se concretizaram. Em uma carta enviada a Sousa Coutinho em 15 de abril de 1799, disse o viajante que havia escrito e tentado obter certas sementes da Jamaica: a da já citada árvore do pão e da cana-de-açúcar. No dia 15 de agosto do mesmo ano, Hipólito enviou outra missiva atestando que “[a]cabam de chegar a Filadélfia as plantas sobre que tinha falado a V. Ex- nas minhas cartas n° 3 e n° 5, e são a árvore do pão, a nova cana-de-açúcar, e a planta e inseto da cochonilha”. Plano elaborado e executado, com potenciais recompensas ao império português¹⁰⁰.

Hipólito José também não deixou de demonstrar sua atenção aos problemas comerciais. Explicou que a manufatura do “isinglass¹⁰¹” não ia bem nos EUA por causa dos problemas de mão-de-obra, o “[...] que faz com que os russos possam fornecer este artigo muito mais barato que os americanos [...]”. A ideia de competição e da possibilidade de superar os concorrentes no mercado estava presente. Mas era necessário se preocupar também com a possibilidade de ser superado, pois ouviu e anotou de um vice-cônsul “[...] que o tabaco do Brasil seria aqui bem estimado se não fosse o vir aqui

⁹⁹ PEREIRA, Hipólito da C. *Diário da minha viagem...*, pp. 75, 97-98, 102-105 e 118-119.

¹⁰⁰ PEREIRA, Hipólito da C. “Copiador e Registro das Cartas de Ofício” in *Diário da minha viagem...*, pp. 169-170, 178 e 183.

¹⁰¹ Trata-se do isinglas, uma gelatina feita a partir de bolsas de ar de peixes. É usada como agente clarificante e em geleias e colas. Significado disponível em < <https://www.merriam-webster.com/dictionary/isinglass>>. Acesso em 05 de maio de 2021.

tão caro depois de comprado em Lisboa” – sintoma daquela competição entre os dois impérios que contextualizou a viagem do português. Ao mesmo tempo, em outra oportunidade, descreveu aspectos do cultivo e beneficiamento do tabaco nos Estados Unidos em algumas poucas linhas. Afinal, oportunidades comerciais deveriam ser bem avaliadas e, portanto, aproveitadas. Nessa toada, descreveu supostos “bichos de seda nativos da América” superiores aos do Velho Mundo. Seu comentário final deixou patentes os objetivos da viagem e das observações: “[...] De tudo isto resulta que se deve animar a cultura dos bichos da seda no Brasil”¹⁰². Era preciso conhecer a realidade diversa para emular ou adaptar as experiências que se mostrassem atrativas.

A cochonilha foi outro alvo de sua missão e, certa vez, encontrando um almirante espanhol, soube “[...] que havia no México um botânico chamado Jesse, ou Iesen, que estava para publicar algumas obras. Disse-me que a cochonilha se produzia na província de Guaxaba, no México [...]”. Logo em seguida, anotou com detalhes alguma informação sobre o trato do cacto e do inseto. O mesmo cultivo também levou Hipólito a acessar outras formas de conhecimento, tendo em vista o objetivo de acumulação do saber agrônomo. Em 28 de novembro de 1799, destacou o empréstimo de um livro de um certo Mr. Hamilton e o título era bem sugestivo: ““Letters to sir Joseph Banks Baronet, President of the Royal Society on the subject of coxinnical [cochineal] insects, discovered at Madras by James Anderson M. D., etc. Madras, 1788””. Demonstração patente do modo como o conhecimento agrícola era valorizado e circulava na época, conformando aquele “saber sistematizado” destacado anteriormente. Ainda sobre tal cultivo, tão caro à missão do português, o autor chegou mesmo a traçar um plano para a busca e extraviado do cacto e do inseto vindos do México, utilizando Havana como um posto intermediário. As dificuldades, todavia, não seriam fáceis de superar. Vale a pena ler o trecho em sua integridade. Nele, Hipólito demonstrou de modo direto a natureza de sua missão nos EUA¹⁰³:

¹⁰² PEREIRA, Hipólito da C. *Diário da minha viagem...*, pp. 89, 108, 136 e 151. Hipólito também fez menção ao cultivo da “árvore do chá”, vendo-a como apta ao terreno luso-americano e comentou com Sousa Coutinho sobre o assunto – PEREIRA, Hipólito da C. “Copiador e Registro das Cartas de Ofício” in *Diário da minha viagem...*, p. 186. O autor logo disse que a agricultura local estaria em decadência e uma das causas seria “[...] que as terras estão possuídas por pessoas que não têm fundos para as cultivar [...]” – PEREIRA, Hipólito da C. *Diário da minha viagem...*, pp. 111-112. Vemos, portanto, como a busca de melhorias agrícolas necessitava de ser acompanhada de boas condições financeiras, ideia presente em muitos escritos da ilustração portuguesa.

¹⁰³ PEREIRA, Hipólito da C. *Diário da minha viagem...*, p. 152 – 153; PEREIRA, Hipólito da C. “Copiador e Registro das Cartas de Ofício” in *Diário da minha viagem...*, pp. 165-167.

[...] [A] planta, que é de uma natureza muito diversa daquela que temos no Brasil [...] e muito menos os insetos poderão sofrer as mudanças e alternativas do clima, vindo de Vera Cruz para Havana, dali para Filadélfia ou Nova York, daqui para Lisboa e de Lisboa para o Brasil [...]. O único meio que lembro para vencer esta dificuldade será esperar algum navio que vá dos Estados Unidos com escala para o Brasil, e fazer passar nele a planta, no caso de se poder obter de Havana.

Suponho que são raros os exemplos de ter S. Majestade dado licença a navios que vão daqui para o Brasil, mas a ser possível conceder-se neste caso, teríamos a vantagem de poder ali introduzir muitas plantas utilíssimas, e principalmente a que vou a dizer a V. Exa, talvez mais interessante para nós, que a mesma cochonilha, e é uma nova espécie de cana-de-açúcar que foi trazida da ilha Otahito [...]. Esta cana, que observei também na estufa de Mr. Hamilton, é tão vantajosa que rende o duplo da outra, e um francês, antigo habitante de S. Domingos, me assegurou que, tendo obtido esta cana, viu que lhe rendia o triplo da outra, e que o açúcar era de melhor qualidade, tendo, além disto, a vantagem de que o bagaço depois de seco abunda para o fogo, necessário na depuração de toda a calda que a mesma cana tem produzido.

A semente e planta do tabaco de Virgínia, as de prados artificiais e outras, que são de uma quase igual importância, podiam seguir a sorte das outras a haver uma tal ocasião¹⁰⁴.

Vemos como o enviado levou a sério a missão designada, buscando informações agrícolas e mesmo traçando planos elaborados em busca de sementes em locais distantes. Tudo contribuiria para com os novos planos agrícolas. Ao mesmo tempo, elaborava tais planos com base em seu conhecimento da botânica das plantas, atestando as dificuldades que poderiam surgir. Mesmo com entraves, imaginava soluções que poderiam sanar os problemas e abrir possibilidades para o envio das tão desejadas espécies e sementes.

Hipólito buscou novidades técnicas e novos cultivos. Seu trabalho, literalmente de campo muitas vezes, era um lógico e necessário complemento às políticas de melhoramento e diversificação agrícola teorizadas na metrópole. Se o governo luso e os ilustrados buscavam angariar conhecimentos e divulgá-los, Hipólito contribuiu a seu modo. O trabalho de campo desenvolvido, sem desconsiderar seus escritos e traduções, foram parte do projeto reformista. Ainda mais, suas observações não deixaram de

¹⁰⁴ PEREIRA, Hipólito da C. “Copiador e Registro das Cartas de Ofício” in *Diário da minha viagem...*, pp. 165 – 166. Hipólito se preocupava, de fato, em obter sementes e conhecimentos técnicos, como quando citou o caso do tabaco. “A pequena porção de semente do tabaco de Virgínia, que agora remeto, e que pode ser plantada em Lisboa este verão, servirá para mostrar que a espécie é bem diferente da que temos no Brasil, e quando fizer a viagem do Maryland escolherei, para remeter, uma porção considerável, que acompanharei com a descrição da cultura, para se poder enviar ao Brasil [...]” – *Idem, Ibidem*, p. 170. Vemos uma rápida referência à escrita de manuais sobre a cultura do tabaco. Manuais agrícolas de diversas culturas estavam sendo publicados na metrópole, como aqueles vindos da Arco do Cego. Sobre as dificuldades relativas ao plano, os obstáculos, ver *Idem, Ibidem*, pp. 177-178. Hipólito finalizou: “[...] porque sendo de tanta importância para Portugal a aquisição daquilo que me leva ao México, que suponho será para o futuro mais uma fonte de riquezas; ficarei satisfeito ao menos de obter no Brasil a planta e inseto, a poder ser, no caso que não possa absolutamente examinar por mim a sua cultura e preparação” – *Idem, Ibidem*, p. 177.

contemplar o cereal que é o foco da presente pesquisa. Estando onde estava, teve contato com informações sobre o arroz e seu cultivo. De modo mais particular, no dia 12 de janeiro de 1799, apresentou uma descrição cuja importância não pode ser subestimada. Ao anunciar uma visita ao representante de Portugal na cidade, escreveu sobre seu contato com um médico irlandês chamado doutor Rosso¹⁰⁵.

[...] [E] o Dr. Rosso, que é um médico irlandês, que tendo viajado à Índia, à Turquia, à Europa quase toda, sabendo muitas línguas (até o português, pois pediu ao ministro que queria as Décadas do Couto e Barros), me fez uma observação sobre o arroz da Carolina, e é que, no Egito, o reputam pior que o daquele país, e constituindo a bondade do grão na maior quantidade de farinha que tem, pois que esta é parte nutriente; nenhum arroz é mais farinhoso que o do Nilo, e Egito em geral, o que se conhece, porque, deitado de molho, é o que absorve maior quantidade de água; entretanto, eu acho um gosto particular ao arroz da Carolina, que não encontro no do Brasil; talvez seja do modo porque o cozem; mas é certo que ele tem nos mercados de Londres um preço superior ao da Itália [...]¹⁰⁶.

No prosseguimento do trecho, Hipólito citou comentários do doutor também sobre o açúcar do bordo e o modo como era obtido, demonstrando em certo momento sua discordância em relação a certas ideias do irlandês. A busca de conhecimentos envolvia, por certo, a crítica das informações. Todavia, o mais relevante está relacionado ao arroz e às observações acima apontadas. Sem gastar tinta com descrições da produção nesse momento, nem mesmo com observações botânicas, Hipólito discutiu as qualidades dos diversos grãos do cereal e como isso afetava, provavelmente, as oportunidades de mercado na Europa. Se o arroz estava no farol da missão do português, sendo um produto exportado pelos americanos, e esteve presente na pauta de importações lusa durante muito tempo, seria importante considerá-lo tendo em vista também as predileções dos mercados. Se sua produção deveria ser incentivada em território luso-americano, considerações relativas ao seu mercado e comércio deveriam ser observadas. Pelo que se conclui, o arroz carolino, provavelmente envolvendo a qualidade do grão e seu cultivo, poderia ser mais

¹⁰⁵ PEREIRA, Hipólito da C. *Diário da minha viagem...*, pp. 58-59. Por fim, demonstrando de modo direto a ligação do diário à presente pesquisa, um dos primeiros americanos citados por Hipólito foi o “[...] General Pinckney, que esteve de Ministro em França, e agora ocupado com o General Washington a fazer o plano da guerra [...]”. Provavelmente, tratava-se de Charles Cotesworth Pinckney, nascido na Carolina do Sul e cujo sobrenome o ligava aos grandes donos de *plantations* de arroz. Trata-se de um dos sobrenomes citados no primeiro capítulo da presente dissertação – *Idem, Ibidem*, p. 51.

¹⁰⁶ PEREIRA, Hipólito da C. *Diário da minha viagem...*, pp. 58-59. A produção de arroz no Egito foi citada em partes precedentes deste trabalho. Ademais, há uma nota sobre esse grão no Egito, no século XVIII, trazida à tona pelo viajante europeu Niebuhr. Segundo o autor, na segunda metade do século XVIII, a exportação de arroz estava proibida nos portos egípcios e teria até mesmo havido remessas de arroz britânico ao país. Ver NIEBUHR, Carsten. *Travels through Arabia, and other countries in the East, performed by M. Niebuhr... V. I.* Edimburgo, 1792, p. 97.

vantajoso aos desígnios agrícolas portugueses do que, por exemplo, aquele cultivado na Península Itálica¹⁰⁷.

Continuando com descrições sobre o processo produtivo, o autor não deixou de destacar as informações a ele repassadas sobre a rizicultura¹⁰⁸:

[...] Há, na Geórgia, boas culturas de arroz e máquinas para o descascar. Semeiam o arroz de modo que está na água desde que se planta quase até que amadurece, então, esgotam a água por desgoadoiros ou regos, e o arroz amadurece todo de repente; e quando as panículas estão maduras e secas é ceifado e se deixa no campo em pequenas medas até que a palha esteja perfeitamente seca, então o trilham para o guardar no celeiro. As máquinas para limpar o arroz são trabalhadas por animais ou por água¹⁰⁹.

Tais observações, provavelmente, o auxiliariam a desenvolver suas ideias quando as organizasse em outros escritos. Mesmo assim, e considerando a função do diário, é interessante constatar a sumária mas relevante descrição do processo produtivo do arroz, envolvendo a utilização de áreas inundadas e máquinas. Algo que, provavelmente para o autor, poderia ser inspirador aos rizicultores portugueses. Em outro trecho, Hipólito voltou a referenciar a produção do cereal, junto a informações de outros cultivos e à necessidade de publicação e escrita sobre o conhecimento agrícola¹¹⁰.

[...] Falei hoje com um lavrador de Georgetown em S. Carolina que me disse que a plantação do tabaco lá era diferente da que usam aqui, porque no sul não se lhe cortam os topos, mas muitas folhas, de modo que as outras ficam grossas e densas, talvez por esta razão; disse-me o mesmo, a respeito do arroz, que o costumavam aguar com diques, que fazem nos rios onde a maré opera, mas que provam a água para saber se tem sal, porque a menor quantidade de água salgada mataria o arroz; disse-me, havia diversas qualidades de engenhos para o descascar, que todos foram inventados 20 anos a esta parte, pois antes os não havia, e que cada vez se melhoram mais e aperfeiçoam. O algodão é uma muito proveitosa cultura porque um rapaz é tão serviçal como um homem, o que não acontece no tráfico do arroz, anil, etc. O Coronel Wade Hamton espera fazer este ano 18.000 th. esterlinas em algodão das suas plantações. Tem-se feito muitas experiências a respeito do cânhamo que dão todas as esperanças, e naquele mesmo lugar há um Mr. Dupris (se bem me lembro), que está ocupado

¹⁰⁷ PEREIRA, Hipólito da C. *Diário da minha viagem...*, pp. 58-59.

¹⁰⁸ Para outras ocasiões em que Hipólito gastou tinta com a descrição do modo de cultivo de diversas plantas, ver PEREIRA, Hipólito da C. “Copiador e Registro das Cartas de Ofício” in *Diário da minha viagem...*, pp. 196-200.

¹⁰⁹ PEREIRA, Hipólito da C. *Diário da minha viagem...*, p. 112. Logo em seguida, o autor citou a cultura do algodão e índigo na Flórida e Geórgia. Acerca do primeiro artigo, falou de “duas espécies”, provavelmente querendo diferenciar o algodão arbóreo daquele produzido em arbustos. Sobre o índigo, citou que “[o] índigo feito na East-Flórida é julgado quase igual ao melhor índigo espanhol, especialmente a qualidade a que chamam flora. Eu vi um exemplo, que era em nada inferior ao melhor prussiano azul” – ver *Idem, Ibidem*, p. 113.

¹¹⁰ Sobre a escrita, tradução, publicação ou envio de manuais agrícolas, memórias etc., como parte do projeto reformista imperial, ver PEREIRA, Hipólito da C. “Copiador e Registro das Cartas de Ofício” in *Diário da minha viagem...*, pp. 178-181, 184, 188-189 e 202.

em publicar tudo quanto é preciso (sic) saber-se pelos lavradores para o melhoramento da agricultura do país¹¹¹.

O arroz, sem dúvida, esteve entre os objetivos do autor para a missão. Tanto é verdade que em uma carta endereçada a dom Rodrigo de Sousa Coutinho, datada de 24 de março de 1799, Hipólito descreveu seus planos de viagem e disse que, após viajar pelo norte dos EUA, “[...] passar[ia] aos estados do Sul, onde se aproveitavam o tabaco, arroz, prados, etc.”. Como vimos, as mais destacadas regiões produtoras de arroz estavam ao sul, nas colônias da Carolina do Sul, Geórgia e, em menor quantidade, na Carolina do Norte. Não à toa, Hipólito objetivou visitar essas regiões, mesmo que, na realidade, as intenções possam não ter sido praticadas¹¹².

De um modo geral, essas foram as informações coletadas por Hipólito. Com uma missão ampla, o autor fez notas sobre diversas culturas, sem desconsiderar a rizicultura. Se gastou páginas com descrições sobre a produção, não deixou também de considerar o espaço comercial conferido ao cereal. As observações deram conta de amplos processos: partindo do cultivo e beneficiamento, alcançaram a comercialização e as preferências dos consumidores. No todo, vemos como Hipólito pensava o espaço econômico ocupado por Portugal no período e a necessidade de mudança. No fim das contas, era preciso repensar a economia, tendo em vista os problemas que a afetavam.

Demonstrando isso e dando exemplo das preocupações do autor, destacaremos uma última nota do diário, feita por Hipólito no dia 14 de dezembro de 1799. Articulam-se as questões da dependência cerealífera lusa, da competição comercial entre as nações europeias e de uma necessidade implícita de tomar providências relativas a tais assuntos:

“[...] Mr. Barry, um negociante de Baltimore com quem falei hoje à noite, em casa do ministro de Espanha, me disse que North Carolina é o Estado da América que tem uma natural ligação com Portugal, porque os produtos são: boas aduelas e muito trigo, o que nós necessitamos; disse-me que o vinho do Porto tem decaído muito porque tem vindo para aqui muito vinho da Figura com o nome de Porto, e sendo-lhe inferior tem feito perder o crédito ao verdadeiro Porto e dado saída aos vinhos franceses; para prova disto me alegou que tinha 20 pipas há 4 anos que não podia vender. Eu acho mais uma razão, e é que seus apaixonados recomendam sempre os vinhos de França, eu tenho sempre visto em casa do ministro de Espanha louvar o vinho de França e dizer que estão em moda em Inglaterra; os pobres vinhos de Portugal não tem ninguém que lhe faça isto”¹¹³.

¹¹¹ PEREIRA, Hipólito da C. *Diário da minha viagem...*, p. 139.

¹¹² PEREIRA, Hipólito da C. “Copiador e Registro das Cartas de Ofício” in *Diário da minha viagem...*, p. 166.

¹¹³ PEREIRA, Hipólito da C. *Diário da minha viagem...*, p. 154.

*

Finda a viagem, o que Hipólito apresentou com base em todas essas informações? Quais foram os frutos a partir de sua experiência? Como a cultura do arroz no império português poderia se beneficiar de suas notas e observações? O diário, como visto, era de uso pessoal e não seria ele o resultado oficial de sua viagem. Todavia, tendo ficado um bom tempo nos EUA, era esperado que a estada contribuísse com as necessidades imperiais e bem cumprisse os objetivos da missão.

Sabemos que um dos resultados palpáveis foi um escrito sobre a viagem. Intitulado “Memória sobre a viagem aos Estados-Unidos por Hippolyto José da Costa Pereira”, foi oferecido a Sousa Coutinho em janeiro de 1801¹¹⁴.

Segundo a memória, a viagem de Hipólito foi bem além daquela descrita no diário, pondo em prática os planos e orientações iniciais. Contudo, encontra-se aí um grande problema, apresentado e avaliado por Thais Buvalovas em sua pesquisa sobre o viajante. De acordo com a autora, as viagens descritas por Hipólito (pelo sul dos EUA e inclusive ao México, descritas na “Memória” e em algumas cartas de ofício) não ocorreram. Haveria muitas inconsistências nas descrições e, portanto, Hipólito teria criado um “jogo de máscaras”, obscurecendo sua narrativa¹¹⁵.

As inconsistências prejudicam a análise dos escritos de Hipólito, haja vista que as viagens podem não ter ocorrido, contrariando o que é descrito pelo próprio autor. Ainda assim, mesmo que não tenha feito as observações nos locais produtivos e nem tenha efetuado as viagens em busca das tão demandadas sementes e conhecimentos, as observações e as notações acerca das espécies botânicas e técnicas agrícolas, mesmo que obtidas de modo indireto, ainda legitimam sua viagem e podem ter fornecido um arcabouço de informações agrícolas aos metropolitanos.

Na “Memória”, ele escreveu que, após sair da Filadélfia, em abril de 1799, viajou pelos estados do norte dos EUA: Nova Iorque, Vermont, New Hampshire, Massachussets e Rhode Island. Inclusive, fez menção de ter visitado Montréal. Todavia, diz ainda que andou pela Carolina do Sul e do Norte, Virgínia, Maryland e Delaware. Após essa pequena perambulação, teria retornado ao estado da Pensilvânia. Os assuntos que mais

¹¹⁴ PEREIRA, Hipólito da C. “Memória sobre a viagem aos Estados-Unidos por Hippolyto José da Costa Pereira”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo XXI, 1858 [2ª edição, 1930].

¹¹⁵ BUVALOVAS, Thais. *Hipólito da Costa na Filadélfia...*, pp. 64-74.

atraíram a sua atenção, tirando o arroz do topo, foram o tabaco, o linho cânhamo e as árvores. Ainda assim, destacou o cereal ao sublinhar as produções da Carolina do Sul e Geórgia. Revelando o modo como as observações deveriam ser feitas, citou o contato com “[...] cultivadores de maior experiência e que corrobor[a]m as suas opiniões com um maior número de factos [...]”. Para além dos cultivos agrícolas, também escreveu sobre projetos hidráulicos e mecânicos, minerais, companhias de ações, pescarias etc.¹¹⁶.

Mesmo que as viagens não tenham ocorrido, o que parece provável, as anotações nessa memória sistematizam as ideias do autor, angariadas também em terreno norte-americano, e muito do que ele escreveu em seu diário.

Corroborando uma necessidade sentida no império português, a de substituir importações, revelou que o cultivo do cânhamo no Brasil faria com que Portugal não mais necessitasse de importações vindas do Báltico, que certamente pesavam na balança comercial portuguesa. Produzindo o artigo em território português, “[...] pelo contrário o chegaremos a exportar de Lisboa para as outras nações [...]”¹¹⁷. Defendeu também que “[...] as rotações que [os norte-americanos] fazem com as batatas e diversos cereais, são sem dúvida dignos de que se imprimam em folhetos breves, e adaptados à compreensão dos nossos agricultores em geral, e que se distribuam pelas províncias [...]”¹¹⁸. Tendo em vista os objetivos da viagem nas disposições a ele dadas por Sousa Coutinho, podemos supor que Hipólito José atendeu às demandas requisitadas.

Vemos certo rigor presente nas anotações do enviado, procurando conjugar as informações apresentadas pelas “testemunhas” a fatos que as qualificassem. A opinião do autor de que os escritos agrícolas eram algo necessário para o melhoramento da agricultura imperial demonstra como aquelas observações poderiam ser utilizadas, beneficiando os agricultores portugueses e, por fim, as finanças imperiais. Tal benefício aos lavradores seria o seu modo de repensar os desenvolvimentos agrícolas luso-americanos. Suas observações, agora materializadas em uma memória, eram um passo encorajado e importante nesse sentido.

Quando Hipólito citou suas observações sobre o algodão, revelou todo o escopo da missão, resumindo os conhecimentos práticos que desejou repassar aos seus

¹¹⁶ PEREIRA, Hipólito da C. “Memória sobre a viagem...”, pp. 316-317 e 323-326.

¹¹⁷ Ademais, o autor também frisou a possibilidade de criar gados em Portugal, para, assim, diminuir as importações de carne estrangeiras – ver PEREIRA, Hipólito da C. “Memória sobre a viagem...”, pp. 319-321.

¹¹⁸ PEREIRA, Hipólito da C. “Memória sobre a viagem...”, pp. 319 e 321.

conterrâneos. O autor questionou tudo o que pôde sobre o preparo dos terrenos, seleção das sementes, sobre o cuidado com as plantas e com suas “moléstias”, e não deixou de procurar “[...] obter todas as noções que podem conduzir ao cálculo provável do rendimento e despesas, máquinas para descaroçar [...] e não duvido[u] que a exposição destes factos se[ria] agradável e interessante aos nossos agricultores do Brasil”. Contudo, nem só elogios surgiram nas observações. No caso do índigo, fez críticas ao modo como era preparado na Geórgia e Carolina. Concluiu que, “[...] achei mais erros a notar, que descobertas a aprender, nesta parte da agricultura dos Americanos”. De modo muito patente, revelou o que pretendia com suas observações e com a escrita dessa memória. Por certo, a emulação envolvia a observação e a crítica das experiências alheias¹¹⁹.

No caso do arroz, apresentou algumas informações já referenciadas anteriormente no diário, ao mesmo tempo em que ofereceu novas. Vale a leitura integral de um trecho:

O modo porque na Carolina e Geórgia, plantam, regam e cuidam do arroz, é diferente do que se pratica no Brasil. Não posso julgar qual dos métodos seja preferível, porém suponho que deve ser vantajoso fazer saber aos nossos agricultores brasileiros, outro método que o que eles usam, deixando à sua experiência o determinar qual é melhor. Os diferentes engenhos porém, que os americanos têm inventado para descascar o arroz, não podem deixar de ser aceitáveis aos nossos agricultores do Brasil, pois sei que eles não conhecem outro método para esta operação que o pilão sempre movido a braço de homens. Estes mesmos pilões sendo trabalhados por um moinho de água, quebram muito menos o arroz que quando são moídos a braço; e isto pela uniformidade do movimento [...]¹²⁰.

Hipólito destacou prováveis melhorias técnicas, passíveis de serem adotadas pelos agricultores brasileiros, com vistas a repensar a rizicultura que vinha se desenvolvendo havia algumas décadas. O processo de descascar o arroz, com vistas a beneficiá-lo, ganharia com a adoção de técnicas norte-americanas. Todavia, por desconhecimento, Hipólito José não fez menção aos engenhos para descascar arroz já existentes na América portuguesa desde a década de 1750. A título de exemplo, um engenho de arroz, construído em 1756 na região de Andaraí Pequeno, foi comprado por Manoel Luís Vieira, um homem de negócios do Rio de Janeiro, alguns anos mais tarde. Ou seja, no ímpeto de observar e descrever possíveis melhorias agrícolas, o autor desconsiderou a situação da rizicultura luso-americana, que prescindia de parte das melhorias aconselhadas. Tal descolamento em relação à natureza e situação colonial portuguesa foi algo que atrapalhou as observações e planos dos ilustrados portugueses. Se a escrita dos textos foi

¹¹⁹ PEREIRA, Hipólito da C. “Memória sobre a viagem...”, pp. 321 – 322.

¹²⁰ PEREIRA, Hipólito da C. “Memória sobre a viagem...”, p. 322 – 323.

influenciada pelo desenvolvimento agrícola luso-americano e objetivou repensá-lo, certas vezes os ilustrados compreenderam mal a realidade agrícola americana¹²¹.

Hipólito, ainda assim, fez uma consideração um tanto original e que retoma parte da argumentação da dissertação. É um caminho frutífero para finalizar a presente seção que procurou demonstrar como sua viagem aos EUA se encaixou nos desígnios reformistas portugueses do período. Ao ter citado uma espécie de arroz selvagem, “tão saboroso e nutritivo como o arroz comum”, disse que ele podia “[...] naturalizar-se na Europa com toda a facilidade, pois que se produz espontaneamente nas margens dos lagos do Canadá, e subministrará à gente pobre um barato e abundante mantimento”. Se suas observações visavam remediar alguns problemas sentidos na economia e agricultura de Portugal, que demandavam soluções amplas e bem pensadas, o autor não deixou de entender também a natureza do consumo de arroz em solo luso. O arroz era um item substitutivo, importante na alimentação da população mais pobre, sem deixar de ser consumido em outras ocasiões e por pessoas de outras esferas sociais¹²².

Era nessa função em que o arroz se encaixava na balança comercial portuguesa. Era essa a situação que permitia a observação crítica e a emulação de experiências alheias. A viagem de Hipólito ocorreu nesse horizonte e procurou responder a problemas bem objetivos. Demonstrou a articulação da ação com o pensamento no projeto reformista luso-americano. Mas, como vimos, ao buscar refazer a realidade material, desconhecimentos ficaram evidentes. Na próxima seção deste trabalho, cabe entender e qualificar o impacto das teorizações metropolitanas, surgidas também da prática, como uma resposta intelectual às oportunidades abertas à agricultura imperial portuguesa¹²³.

¹²¹ Ver ALDEN, Dauril. “Manoel Luís Vieira: an entrepreneur in Rio de Janeiro during Brazil’s eighteenth century agricultural renaissance”. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v. 39, n. 4, 1959, pp. 529 – 537. Alden cita ainda: “[...] In Pará an army engineer, Teodósio Constantino de Chermont, constructed several different types of rice mills during the ‘seventies and ‘eighties based on slave and horsepower [...]” – *Idem, Ibidem*, p. 537; ver CHERMONT, Theodozio Constantino de O. “Memória sobre a introdução do arroz branco no Estado do Gram-Pará”. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Etnographico do Brazil*, Rio de Janeiro, tomo XLVIII, parte I, 1885. Ademais, até mesmo no Reino havia engenhos de arroz no final do século XVIII – ver CARMO, Miguel *et al.* “African knowledge transfer in Early Modern Portugal: enslaved people and rice cultivation in Tagus and Sado rivers”. *Diacronie. Studi di Storia Contemporanea*, Bolonha, n. 44, 2020, p. 61 (inclusive a nota n. 101); QUINTELA, António Carvalho *et al.* “Património cultural dos cursos de água da bacia do Sado” in MOREIRA, Ilídio *et al.* (eds.). *Gestão ambiental dos sistemas fluviais*. Lisboa: ISAPress, 2004, pp. 345-374 *apud* CARMO, Miguel *et al.*, *op. cit.*, p. 61.

¹²² PEREIRA, Hipólito da C. “Memória sobre a viagem...”, p. 323. Ver também COCLANIS, Peter. “The road to commodity hell...”, pp. 25-26; VELOSO, Carlos. *A alimentação em Portugal no século XVIII nos relatos dos viajantes estrangeiros*. Coimbra: Minerva Histórica, 1992, *passim*.

¹²³ Por fim, não procurei analisar as posições teóricas de Hipólito José acerca da economia ou agricultura, mesmo que tal seja possível. Afinal de contas, como apontou Milena Oliveira no caso do “Correio

Se todos esses escritos conformaram ideias para repensar a agricultura e mais particularmente a cultura de arroz em Portugal, agora analisaremos uma memória escrita sobre tal cereal. Podemos avaliar o modo como o grão e sua cultura foram interpretados e a atmosfera de anseios e receios que os envolviam. Toda a discussão agrícola, com base em memórias originais e traduções, pode ser relacionada à escrita de tal obra¹²⁴.

Trata-se da “Memória sobre a cultura do arroz em Portugal, e suas conquistas”, escrita por Vicente Coelho de Seabra Silva Telles, médico, professor em Coimbra e sócio da Academia Real. A memória foi publicada pela Casa do Arco do Cego em 1800¹²⁵. O autor também se destacou pela elaboração de estudos sobre ouro e diamantes, divulgando conhecimentos químicos. Foi sócio da Academia Real, um dos autores das já citadas “Memórias Econômicas” e faleceu em 1804. É a partir dessa carreira, com contribuições às iniciativas reformistas portuguesas, que se entende o local ocupado por essa memória sobre o arroz¹²⁶.

A escrita da obra teve como objetivo, segundo o seu autor, mostrar os defeitos e mudanças na agricultura lusa. A necessidade de “pôr-se apar [...] das outras Nações” era algo sentido e que merecia a busca de soluções. Procurou sanar um “erro” por meio das ciências naturais. Vemos a teoria construída nas academias e escolas defendida como solução para problemas práticos da economia portuguesa¹²⁷.

O grão em destaque teria muitas vantagens, haja vista que, sendo de primeira necessidade, era bom, saboroso, fértil e “[...] o seu terreno [era] apropriado aquele que é

Brasiliense”, e para mim com ecos nos escritos aqui analisados, o ideário econômico do autor “[...] é muito mais prático e político do que propriamente teórico [...]” – OLIVEIRA, Milena F., *op. cit.*, p. 125. Ademais, o escopo nessa seção do trabalho foi mais o de apresentar as observações relativas à agricultura e à rizicultura estrangeira e portuguesa do que o de analisar as teorizações econômicas, algo já estabelecido em parte anterior desta dissertação. Para mais informações sobre as posições econômicas de Hipólito, o artigo de Milena Oliveira deve ser consultado.

¹²⁴ Essa não foi a única memória sobre o arroz encontrada nesta pesquisa. Foi escrita também outra memória que ostentava arroz em seu título, sem, todavia, tratar desse cereal em seu texto. Ver “Memória sobre a produção do trigo, arroz e outros grãos”. *RIHGB*, Rio de Janeiro, a. 163, n. 416, 2002. Para Dalla Costa, o autor desse escrito teria sido Domingos Vandelli – DALLA COSTA, Ricardo. *Ciências naturais e econômicas...*, p. 57.

¹²⁵ TELLES, Vicente C. de S. S. *Memoria sobre a cultura do arros em Portugal, e suas conquistas, oferecida a S. Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor, por Vicente Coelho de Seabra Silva Telles. Medico, e lente substituto de zoologia, mineralogia, botanica, e agricultura, na Universidade de Coimbra, e socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. Publicada por Fr. José Mariano Velloso*. Lisboa: Na Offic. da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800.

¹²⁶ Ver VARNHAGEN, Francisco A. “Biographia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc. – Vicente Coelho de Seabra”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo IX, 1869, pp. 261 – 264.

¹²⁷ TELLES, Vicente C. de S. S. *Memoria sobre a cultura do arros...*, consultar a apresentação da obra.

incapaz de produzir nenhum outro grão frumentáceo”. Apesar disso, o autor citou a existência de uma “injusta guerra” feita ao arroz, inclusive com proibições do cultivo feitas em Portugal¹²⁸ – algo que nos lembra das considerações de MJR sobre a produção de arroz em solo luso, bem como das críticas contidas nas traduções do “Cultura Americana”. Vicente Seabra atestou que

[...] me resolvi a reclamar os direitos da ultrajada cultura do arroz, aliás sabiamente promovidas pelos Nossos Augustos Soberanos, [...] e sendo os escritos públicos os únicos meios de rasgar o misterioso véu da impostura perante o público, tomei a meu cargo a presente memória; ficando-me a satisfação de me declarar publicamente pela verdade e pelo bem público [...]¹²⁹.

Ou seja, mesmo que tal escrito não tenha instituído a produção americana, visou combater ideias detratoras sobre o cultivo existentes e trazidas a Portugal, ao mesmo tempo em que reconheceu que a rizicultura havia sido promovida pela Coroa.

Seguindo as ideias de Correia da Serra, de que caberia às academias “propagar as luzes”, o autor seccionou a obra em duas partes, uma dedicada a examinar a relação entre a rizicultura e a saúde da população – destacada pelo autor como a principal seção da memória – e outra voltada ao exame da cultura do cereal. Visto que a produção colonial de arroz já ocorria havia algumas décadas, Seabra, na verdade, desejou responder às críticas existentes, talvez àquelas vistas nos demais textos¹³⁰.

Debatendo os supostos problemas gerados pela cultura do cereal, questionou se sua cultura seria, de fato, nociva. Se não, tal cultivo, útil e necessário, não deveria sofrer entraves. Dessa forma, para responder aos questionamentos, averiguou se os vegetais eram as causas de epidemias. Gastou espaço discutindo as opiniões de antigos e modernos sobre as epidemias, discutindo os efeitos dos vegetais apodrecidos na atmosfera, para concluir que “os vegetais viventes não somente não podem ser causa de epidemias, mas que, pelo contrário, são o melhor preservativo delas”¹³¹.

¹²⁸ TELLES, Vicente C. de S. S. *Memoria sobre a cultura do arros...*, apresentação da obra, p. i (“Da Cultura do Arros”).

¹²⁹ TELLES, Vicente C. de S. S. *Memoria sobre a cultura do arros...*, apresentação da obra, p. ii (“Da Cultura do Arros”).

¹³⁰ TELLES, Vicente C. de S. S. *Memoria sobre a cultura do arros...*, apresentação da obra, p. ii (“Da Cultura do Arros”). Para as ideias de Correia da Serra, consultar as páginas 133-135 deste trabalho.

¹³¹ TELLES, Vicente C. de S. S. *Memoria sobre a cultura do arros...*, pp. 1-3, 5 e 9. O autor também destacou que os conhecimentos médicos ainda não tinham respostas definitivas para o problema das febres – *Idem, Ibidem*, p. 15. Logo, provavelmente Seabra via certa imprudência em conclusões precipitadas sobre o arroz, imputando-lhe algum dano.

De forma consequente, o arroz, como planta, não traria prejuízos à saúde. Mas e o modo como era cultivado, envolvendo as necessárias inundações? Se a água utilizada estivesse em movimento, nenhum problema existiria. E se estivesse parada? Para Seabra, “[...] a cultura do arroz, ainda mesmo em água estagnada, ou não é nociva, ou quando seja, é incomparavelmente menos do que os paus [...]”. Os fatos históricos também comprovavam tal argumentação¹³²:

Se o arroz causasse epidemias, quem poderia duvidar que aquele país, onde houvesse maior cultura desta planta, seria o mais perseguido das supostas epidemias? E quem duvidaria que este país, por isso que era de mais a mais perseguido por este flagelo da saúde humana, seria menos povoado que os outros que tivessem de menos este inimigo do gênero humano? Se lançarmos porém, os olhos sobre o nosso globo, veremos que na Ásia, e particularmente na China, se cultiva mais arroz do que em todo o resto do mundo, que dele se faz o pão e o seu principal alimento, e ao mesmo tempo veremos que somente o império da China tem quase o dobro dos habitantes de toda a Europa [...]: como pois podia isto acontecer se o arroz causasse epidemias? [...]¹³³.

Telles argumentou que o arroz era cultivado nas margens do rio Mondego e o grão era relevante no comércio da América portuguesa, não havendo queixas contra ele, no que demonstrou conhecer a realidade agrícola imperial. Na defesa do grão, atestou que os paus ocupavam muito mais terrenos em Portugal e, portanto, haveria maior chance de eles serem a causa de algum problema. Concluindo, o autor retomou seus pontos e afirmou que o arroz somente poderia causar danos à população quando cultivado em água estagnada e com maus métodos. O cultivo não deveria ser proibido, mas regulado. Os problemas não surgiam “de o cultivar, mas sim do modo com que se cultiva”¹³⁴.

Na segunda parte, Telles iniciou com elogios, dizendo que o arroz era um dos melhores cereais, com vários usos. Alimentaria a população com um pão excelente e o gado com a sua palha. Sua cultura seria muito produtiva e fácil. Como outra razão de sua utilidade, ele “[...] vegeta e produz melhor em terrenos úmidos e pantanosos; terrenos em que se não pode cultivar nenhum dos outros cereais; e por isso se faz mais apreciável”¹³⁵. Seria uma cultura que não competiria por terrenos com outros cultivos selecionados.

¹³² TELLES, Vicente C. de S. S. *Memoria sobre a cultura do arros...*, pp. 10-12.

¹³³ TELLES, Vicente C. de S. S. *Memoria sobre a cultura do arros...*, pp. 12-13.

¹³⁴ TELLES, Vicente C. de S. S. *Memoria sobre a cultura do arros...*, pp. 14-15 e 17. Citando a América portuguesa, disse Seabra que: “[...] o nosso Brasil oferece uma série de exemplos não interrompida, onde se vê que países no princípio inabitáveis, sem haver neles um só grão de arroz, hoje são habitados e saudáveis apesar de ser o arroz um de seus principais ramos de cultura e comércio. Estes factos são inegáveis. Para que pois atribuir à esta planta o que se deve atribuir a outras causas?” – *Idem, Ibidem*, pp. 14-15 (nota a). Aí temos a consciência da situação produtiva americana.

¹³⁵ *Idem, Ibidem*, pp. 17-18.

Citou o modo de cultivá-lo, o tempo, particularizando o caso na América portuguesa. O plantio deveria ocorrer em locais úmidos “por si ou artificialmente”. Em Portugal, o terreno deveria ser preparado com arados, criando uma planície de inundação¹³⁶. E na América? Seriam seguidos todos esses passos?

No Brasil não está ainda geralmente admitido este modo de preparar o terreno e de semear, o que sem dúvida será preferível quando o uso da charrua e arado foi ali abraçado. Costumam queimar o mato nascido no terreno apropriado no fim do estio, e logo nas primeiras águas fazem pequenas covas no terreno em distâncias pouco mais ou menos de um palmo uns dos outros, em que lançam quatro até 8 grãos de arroz (que neste caso não precisa ser molhado [...]) e os cobrem com pouca terra; o arroz germina e as chuvas, que então costumam vir, o regam naturalmente¹³⁷.

Depois, foram feitas mais explicações sobre o cultivo, sobre a necessidade de esgotar a água após o grão vingar. Qual seria a importância dessa última tarefa? Retomando a argumentação da primeira parte, Seabra Telles atestou que dessa forma “[...] não pode também ser nocivo, por quanto só o poderia ser apodrecendo na água [...], o que não acontecerá madurando em terreno enxuto; e esta advertência, que se não tem tido em Portugal até agora, é que poderia causar justos queixumes contra a cultura [...]”¹³⁸.

Telles ainda descreveu os processos de ceifa, debulha e descasque. No caso das últimas duas atividades, não gastou tinta “por ser bem sabido entre nós, e assaz aperfeiçoado no Brasil”, talvez demonstrando o grau a que a produção havia chegado na América. Também não descreveu as máquinas utilizadas, pois já teriam sido descritas, “o que me faria talvez fastidioso”. Dessa forma, sem proibir uma importante cultura, mas animando-a, Portugal teria “mais um fecundo meio de subsistência deste gênero, sem depender, do que lhe vem de fora, sujeito a milhares de acasos”¹³⁹ – entre os quais, talvez, estariam as guerras e certos problemas na colheita.

Os pauis, na verdade, eram o grande problema, não a cultura do arroz. Eles deveriam, como faziam os “Chins”, ser esgotados e cultivados¹⁴⁰. Assim,

[...] Portugal será mais fértil [...] e por conseguinte terá uma grande abundância de gêneros da primeira necessidade, e não lhe será preciso dar à Berberia, à América Setentrional e aos Ilhéus testemunho tão manifesto da nossa pouca indústria em agricultura, e não patentaremos a Europa inteira os nossos poucos recursos [...]. Eu já disse [...], e agora torno a dizer, que toda a nação

¹³⁶ TELLES, Vicente C. de S. S. *Memoria sobre a cultura do arros...*, pp. 18-20. Para o autor, aliás, os terrenos em Portugal precisariam ser regados para o cultivo do arroz; na América lusa, por seu turno, as chuvas naturalmente desempenhariam essa função – *Idem, Ibidem*, p. 19-20.

¹³⁷ TELLES, Vicente C. de S. S. *Memoria sobre a cultura do arros...*, p. 22.

¹³⁸ *Idem, Ibidem*, pp. 22-24.

¹³⁹ TELLES, Vicente C. de S. S. *Memoria sobre a cultura do arros...*, pp. 24-25.

¹⁴⁰ *Idem, Ibidem*, p. 26.

que depende de alimento estrangeiro é uma nação de escravos. Um Estado pode existir sem minas, mas não pode existir sem pão¹⁴¹.

Vemos como tal memória sobre o arroz e seu cultivo sintetiza muita da argumentação apresentada anteriormente. Mesmo não sendo contemplado nos mais conhecidos volumes agrícolas do reformismo luso, como as “Memórias Econômicas” e “O Fazendeiro do Brazil”, ainda houve um pequeno escrito dedicado ao cereal “ultrajado”. Na verdade, ainda que seu espaço específico seja menor do que, diga-se, o da cochonilha, o pensamento sobre o arroz revisto e construído no período, sintetizado nas várias obras originais e traduções, também foi usado para repensar e tentar reformar a rizicultura colonial. Nas obras, a necessária articulação entre teoria e prática se fazia presente a todo momento, como sinal característico desse período reformista.

Nessa obra, vemos conjugados três aspectos relevantes sobre tal cultivo, relacionados a anseios e preocupações agrícolas, sociais e econômicas: as apreensões médicas, seu potencial alimentício e, por fim, a necessidade de depender menos das importações estrangeiras.

Quanto ao primeiro item, as preocupações médicas de então ficaram patentes, relacionadas aos potenciais perigos dos arrozais. Se o arroz é pouco considerado no “American Husbandry” devido a questões políticas, as médicas não deixaram de estar presentes, citadas pelo autor anônimo, como também por MJR. Vemos a repetição de alguns desses argumentos na obra de Telles, por mais que o objetivo do autor fosse o de repensá-los e demonstrar onde residiam os reais causadores das epidemias. Nada de surpreendente se se lembrar que tais ideias não eram novas, mas remontavam, pelo menos, a meados do século XVIII, quando António Ribeiro Sanches já criticava o arroz. Nas palavras de Sanches, “nenhuma vila ou cidade poderá jamais ser sadia se nos arredores houver paúles, atoleiros e águas encharcadas”. Se Telles viu necessidade em rebater tais argumentos, eles ainda prevaleciam e contestavam o desenvolvimento da rizicultura, que, apesar disso, ia muito bem na América. Em um momento em que havia mudanças nas concepções sobre a medicina, saúde coletiva e individual, havia muita preocupação com os “miasmas” e seus efeitos. O arroz pôde, então, aparecer como vilão, muito embora Seabra tentasse desculpá-lo¹⁴².

¹⁴¹ TELLES, Vicente C. de S. S. *Memoria sobre a cultura do arros...*, p. 27.

¹⁴² Sobre as ideias médicas do período, inclusive relacionadas ao arroz, ver COSME, João. “A consciência sanitária em Portugal nos séculos XVIII-XIX”. *CEM – cultura, espaço & memória*, Porto, n. 5, 2014, pp.

Tais preocupações, por maior peso que tivessem, não impediram o desenvolvimento da cultura do cereal. Além disso, em ambiente colonial, utilizando escravos africanos no cultivo, tais preocupações com os miasmas provavelmente deixavam de existir. Outras razões, portanto, explicam o caminho adotado.

Em relação ao segundo e terceiro itens, já trabalhados anteriormente, a necessidade cada vez mais sentida de garantir alimentos a uma população crescente em Portugal fazia necessária a busca de substitutos ou complementos ao trigo, ao pão. O arroz era um deles, uma fonte de alimento para as várias camadas populacionais do reino e que já vinha sendo produzido comercialmente, e de modo intenso, havia algumas décadas, além de seus outros usos já atestados no primeiro capítulo da dissertação. Possivelmente, foi um fato responsável pela vitória sobre os receios médicos quanto à rizicultura. A necessidade de garantir a subsistência teve maior importância¹⁴³.

Por fim, se o arroz garantiria alimento à população metropolitana, isso seria feito por meio de uma produção que poderia emular as técnicas utilizadas em outros quadrantes do globo. Essa era a razão das observações diretas e das obras publicadas sobre o cultivo; buscaram repensar algo já em desenvolvimento. O objetivo era não depender de estrangeiros para garantir a subsistência da população, como atestou Telles, equilibrando também as contas com os demais atores políticos do período¹⁴⁴.

3.4. Teorias e a prática rizicultora

Como buscamos deixar evidente, as reformas ilustradas empreendidas encaixaram-se na temporalidade vivida pelos portugueses, buscando readaptações econômicas via emulação, ao mesmo tempo em que algumas mudanças políticas vistas no exterior deveriam ser impedidas. As reformas evitariam as revoluções já conhecidas

45- 61. Para a citação de Sanches, ver SANCHES, António R. *Tratado de conservação da saúde dos povos*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003, p. 23 *apud* COSME, João, *op. cit.*, p. 47. Para opiniões contemporâneas sobre os pauis, ver, por exemplo, COUTINHO, dom Rodrigo de S. “5º Discurso: 29-03-1803” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 209. Sobre essa discussão, apontou Chaunu que “[...] O grande arrozal lamacento do Extremo Oriente é são; o pequeno arrozal mediterrânico constitui um vetor malárico [...]” – CHAUNU, Pierre. *A história como ciência social: a duração, o espaço e o homem na época moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 192.

¹⁴³ Ver SERRÃO, José Vicente. “População e rede urbana nos séculos XVI-XVIII” in OLIVEIRA, César (dir.). *História dos municípios e do poder local* (dos finais da Idade Média à União Européia). Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, *passim*; VELOSO, Carlos, *op. cit.*, *passim*; COCLANIS, Peter. “The road to commodity hell...”, pp. 24-30.

¹⁴⁴ Para considerações similares, ver NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise...*, pp. 285-298.

no mundo atlântico e europeu, as medidas tomadas preservariam a estrutura social portuguesa e dinamizariam a economia imperial¹⁴⁵.

Buscamos evidenciar como a prática editorial e científica portuguesa foi inserida naquela lógica mais ampla e reformista. A análise de obras originais ou traduções, editadas, por exemplo, pela Tipografia do Arco do Cego, demonstrou, em primeiro lugar, o desejo de mudanças e transformações na agricultura imperial, sinalizadas pela tentativa de melhorias técnicas e de maior diversificação da pauta agrícola portuguesa. Tal objetivo foi perseguido mesmo em uma viagem de observação feita por Hipólito José da Costa Pereira aos Estados Unidos da América, o que, afinal, também demonstrou a prática de busca e adaptação de conhecimentos alheios ao mundo português. Os exemplos citados demonstraram o interesse luso por conhecimentos estrangeiros, que poderiam auxiliar a repensar e reformar as práticas agrícolas portuguesas. Na base, todos esses escritos foram uma consequência dos caminhos abertos à agricultura e à rizicultura na América lusa e buscaram, por seu turno, repensar e transformar as práticas agrícolas.

Os escritos originais, as traduções e as viagens empreendidas a outros locais criaram uma quantidade de informação que se tornou disponível, fundamentalmente, aos ilustrados e agentes governativos luso-americanos, muitos dos quais responsáveis pela tomada de decisões políticas ou pelo aconselhamento na tomada dessas decisões. Muitos dos agentes governativos ou funcionários da monarquia eram eles próprios ilustrados que estudaram em Coimbra, escreveram memórias ou ainda viveram no exterior¹⁴⁶.

O menor espaço dedicado ao arroz também pode significar algo, tendo em vista a sua importância na alimentação portuguesa do período. Como item de primeira necessidade, mais relacionado à subsistência da população pobre, mesmo que produzido comercialmente, a sua importância e forma de cultivo talvez fossem vistas como mais óbvias, da mesma forma que aquelas de outros cereais como o trigo ou o centeio. O arroz era conhecido havia séculos em Portugal e sua produção comercial dentro do império

¹⁴⁵ BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael de B.; PARRON, Tâmis, *op. cit., passim*, principalmente as pp. 76-77; AZEVEDO, Dannylo de. *O Fazendeiro do Brasil: manuais agrícolas no Brasil colonial em finais do século XVIII*. 2018. 215 p. Dissertação (Mestrado em História Econômica). FFLCH-USP, São Paulo, 2018, pp. 38-39; NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise...*, pp. 223-225.

¹⁴⁶ MOURA, Roseli A. de., *op. cit.*, p. 1; VILAGRA, Bruno Ricardo, *op. cit.*, pp. 148-149; CARDOSO, José Luís. “Nas malhas do império: a economia política e a política colonial de d. Rodrigo de Souza Coutinho” in CARDOSO, José Luís (coord.). *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 90; NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise...*, pp. 232-233, 239; POMBO, Nívia. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho...*, *passim*; POMBO, Nívia. “A cidade, a universidade e o Império...”, *passim*.

visava os problemas da garantia de subsistência do povo e da substituição de importações, em um momento crítico para a economia portuguesa. Assim como não faria muito sentido frei Veloso traduzir uma memória sobre o trigo – cujo cultivo era conhecido e sistematizado em solo luso, o arroz, talvez, se encaixasse parcialmente em tal ideário, conhecido havia séculos e com uma considerável produção na América. Ainda assim, houve algumas notas dedicadas a ele, bem como toda uma memória escrita por Seabra Telles, demonstrando que, apesar de conhecido, sua cultura ainda era motivo de polêmicas e necessitava de ser debatida, o que muitas vezes reforçava que ele só seria tolerado como cultivo colonial. No caso de Telles, por exemplo, sua obra não visou iniciar o cultivo de arroz, mas contestar ideias que o qualificavam como nocivo. Como procuramos deixar evidente, as próprias notas sobre as necessárias mudanças na agricultura criaram um contexto de discussões que englobou a rizicultura imperial. Isso somente evidencia o espaço do arroz: cereal conhecido e cultivado, um item básico na alimentação portuguesa, ainda assim participou, mesmo que timidamente, daquele impulso reformador, de diversificação e melhorias técnicas, do final do século XVIII¹⁴⁷.

Esses escritos não foram os responsáveis por inaugurar a produção de arroz, mas foram consequência intelectual desse desenvolvimento. Mesmo que possam não ter tido muito influência no terreno luso-americano e possivelmente não tenham sido lidos, são um resultado e ao mesmo tempo fator de impulsão do movimento reformista, materializado em novas concepções sobre a riqueza e em novos modos de avaliar a economia, a agricultura e, enfim, a cultura de arroz. Se surgiram graças ao desenvolvimento prévio agrícola, buscaram repensá-lo, mesmo que não tenham tido grande sucesso na empreitada, não sendo vendidos na colônia americana e ficando estocados e sem uso¹⁴⁸. De toda forma, a escolha dos textos a serem traduzidos e disponibilizados demonstra um processo de apropriação selecionada que seria finalizado quando os lavradores tivessem contato com aquelas ideias diretamente nos livros ou por meio de discussões influenciadas pelas obras. Dificilmente haveria uma aceitação completa e rígida dos escritos, mas uma adaptação e utilização críticas daquelas teorias¹⁴⁹.

¹⁴⁷ Novamente, o trabalho de Mariana Ferraz Paulino inspirou a avaliação do papel conferido ao arroz pelos ilustrados luso-americanos: enquanto cereal, sua importância seria bem óbvia e seu cultivo bem conhecido, não necessitando ser muito discutido pelos ilustrados. Ainda assim, foi discutido, ecoando as polêmicas que ainda envolviam a sua cultura. Ver PAULINO, Mariana F., *op. cit.*, *passim*.

¹⁴⁸ WEGNER, Robert, *op. cit.*, *passim*; AZEVEDO, Dannylo de, *op. cit.*, pp. 158-183.

¹⁴⁹ Ver CARDOSO, José Luís. “Circulating economic ideias...”, *passim*. Para um texto que problematiza a leitura dos livros na colônia, ver POMBO, Nívia. “O Fazendeiro do Brasil, de frei Veloso...”, *passim*.

4. O CAMPO PRODUTIVO AMERICANO

“Um Estado pode existir sem minas, mas não pode existir sem pão” – a memória de Vicente Seabra Telles sintetiza muito do que se discutiu até aqui: a reorganização do mercado de arroz no século XVIII, representada na referência um tanto genérica ao pão e à sua relevância para as sociedades; as discussões sobre a realidade e o pensamento econômico no Império português, ecoadas na contraposição entre as minas e a produção agrícola; o modo como a agricultura foi repensada e alguns planos reformistas foram desenvolvidos, culminando na escrita da própria memória dedicada ao cereal. Se os dois primeiros capítulos nos auxiliam a entender o advento de processos sintetizados no terceiro, este capítulo se volta à materialidade produtiva luso-americana¹.

As mudanças no mercado de arroz e na constituição do pensamento econômico português afetaram de alguma forma a produção de arroz na América portuguesa, como as balanças de exportação da região o demonstram. Por isso, este capítulo discutirá de forma breve o desenvolvimento dos arrozais em terreno luso-americano. Nesse caso, a atenção estará voltada à capitania do Rio de Janeiro, à capitania de São Paulo, com particular destaque à região de Iguape, e ao norte da América portuguesa, às capitanias do Maranhão e Pará².

Os próprios textos ilustrados de reforma agrícola atestaram que a rizicultura se desenvolvia e poderia se desenvolver nas colônias. O arroz, então, era essencialmente colonial, produzido fora do reino por escravos e, certas vezes, por populações livres e pobres dessas porções do império. Dessa forma, aqueles malefícios relacionados à cultura do arroz poderiam ser suportados, longe do centro de poder metropolitano.

Os desenvolvimentos do mercado mundial de arroz e as ideias ilustradas sobre economia e agricultura tiveram, por um lado, um impacto na criação e tradução de diversos textos sobre agronomia, incluindo a rizicultura. Por outro, também podem ser relacionadas às mudanças no campo produtivo luso-americano. Na compreensão dessa mais ampla transformação produtiva, entre as razões relacionadas ao mercado mundial

¹ TELLES, Vicente C. de S. S. *Memoria sobre a cultura do arros em Portugal, e suas conquistas, oferecida a S. Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor, por Vicente Coelho de Seabra Silva Telles. Medico, e lente substituto de zoologia, mineralogia, botanica, e agricultura, na Universidade de Coimbra, e socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. Publicada por Fr. José Mariano Velloso.* Lisboa: Na Offic. da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800, p. 27.

² ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial.* São Paulo: Editora Ática, 1980, pp. 351-354 e 392-398.

de arroz do século XVIII e as transformações ilustradas dos discursos econômicos portugueses no mesmo período, não estabelecemos uma absoluta primazia explicativa, haja vista que ambas tiveram impacto variado naqueles processos. Esse é o guia de nossa interpretação nas próximas páginas.

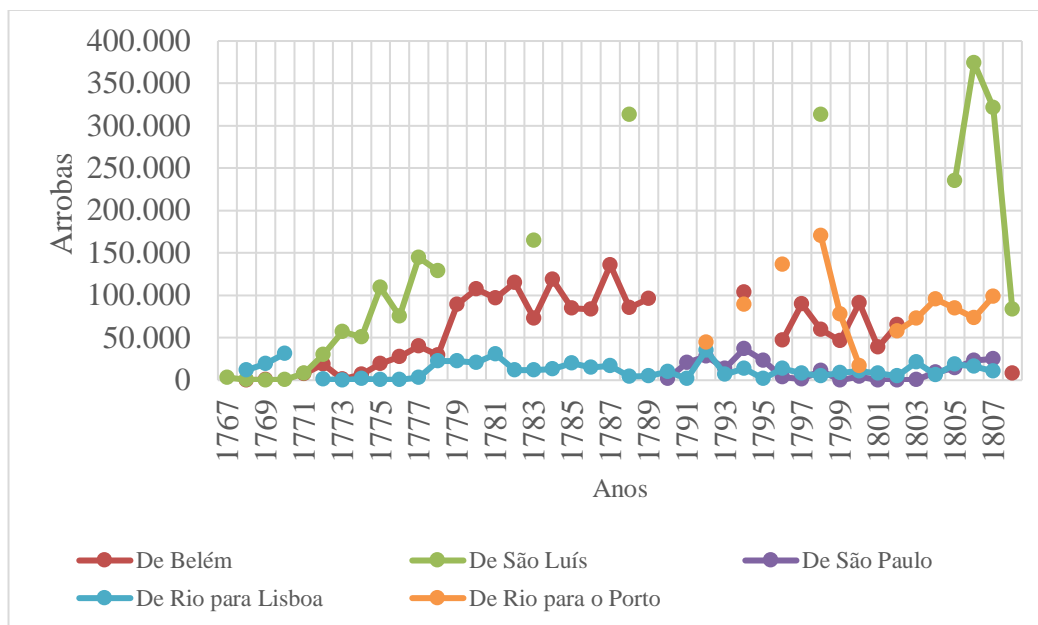


Gráfico 3: exportações de Arroz da América portuguesa para Portugal (1767 – 1808).

Fonte: SANTOS, Corsino M. dos. "Cultura, indústria e comércio de arroz no Brasil colonial". *RIHGB, Rio de Janeiro*, n. 318, 1978, principalmente a p. 56.

A produção comercial de arroz em solo luso-americano respondeu a condicionantes diversas no final do século XVIII, explicativas do salto produtivo evidenciado no gráfico acima. Tanto as características do mercado mundial do grão, como a situação econômica de Portugal e, enfim, as medidas de cariz ilustrado tomadas face às problemáticas auxiliam na explicação do processo. Tanto é verdade que há diversos sinais de que a produção já ocorria em escala considerável mesmo antes da divulgação de livros e panfletos agrônômicos na metrópole, contradizendo muitas vezes a opinião dos próprios ilustrados, que preconizaram diversas medidas para o bom desenvolvimento econômico do império.

A título de exemplo, Hipólito da Costa apontou a ausência de engenhos na América lusa, um evidente sinal de que reformas e inovações seriam necessárias para o bom desempenho econômico da colônia. Todavia, tal afirmação cai por terra ao lembrarmos a presença de diversos engenhos para beneficiar o arroz na América lusa mesmo antes daquele ator empreender a sua viagem de observação aos EUA. As imagens

adiante reforçam isso e demonstram como a publicação de livros sobre agricultura na metrópole não pode ser vista como uma força instituidora da produção rizicultora na América. Aqueles textos ilustrados buscaram, na verdade, repensar o mundo produtivo colonial já em desenvolvimento e muitas vezes desconsideraram ou não reconheceram a realidade sobre a qual debatiam³.

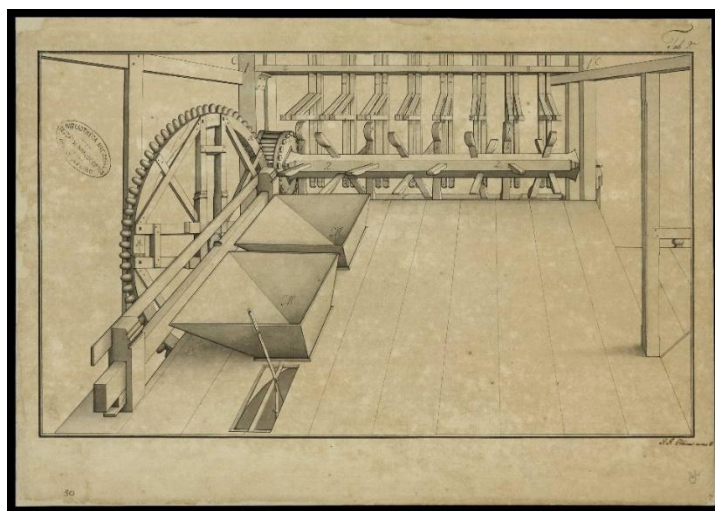


Figura 7: CODINA, Joaquim José. [Engenho de pilões de socar]. [S.I.: s.n.], [17--]. 1 desenho, nanquim, p&b, imagem 32,5x19,0 cm em f. 34,5 x 24,0. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=1420>. Acesso em 8 de julho de 2022.

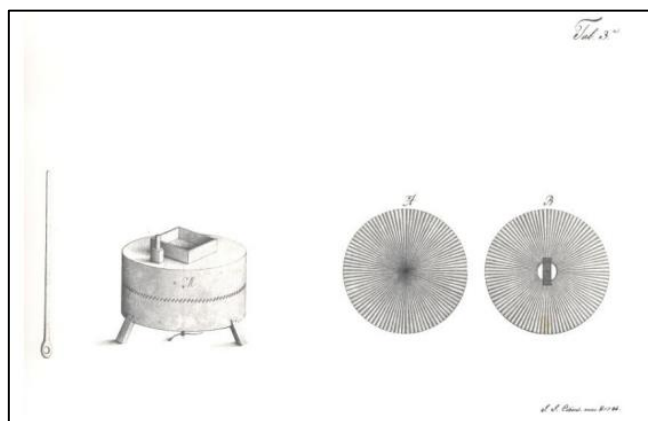


Figura 8: CODINA, Joaquim José. Moinho de arroz. Original, 1784. Extraído de CFC – I (49). BNRJ 21, 1, 2 (30) apud Anexo com imagens de PATACA, Ermelinda. Mobilidade e permanências de viajantes no mundo português: entre práticas e representações científicas e artísticas. 2015. 385 p. Tese (Livre docência). Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2015.

³ Ver as páginas 182-183 deste trabalho.

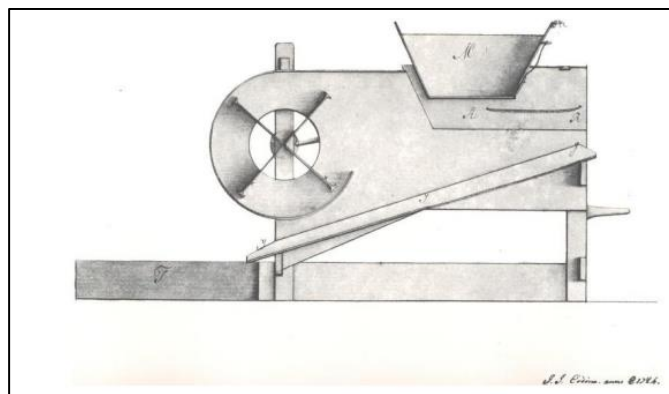


Figura 9: CODINA, Joaquim José. Ventilador de arroz. Original, 1784. Extraído de CFC – I (48). BNRJ 21, 1, 2 (32) apud Anexo com imagens de PATAÇA, Ermelinda. *Mobilidade e permanências de viajantes no mundo português: entre práticas e representações científicas e artísticas*. 2015. 385 p. Tese (Livre docência). Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2015.

Na primeira imagem, vemos um engenho de socar arroz desenhado por Joaquim José Codina em ano incerto, porém feito durante a viagem “filosófica” empreendida por Alexandre Rodrigues Ferreira na Amazônia entre 1783 e 1792. Codina o acompanhava na função de riscador ou desenhista. Além disso, o desenhista ainda representou um moinho de arroz e um ventilador utilizado para separar a casca do grão. Frutos de uma empreitada patrocinada pela Coroa portuguesa naquele movimento mais amplo de descoberta ilustrada do mundo natural e de suas potencialidades, tais imagens revelam parte da organização produtiva amazônica, o que desmente opiniões de ilustrados, para quem aqui somente se conheciam os pilões manuais de socar o cereal. O desenho fazia parte daquele reconhecimento da natureza americana, importante para a divulgação das novidades ao mundo letrado – e, neste caso, acabaram também por representar os desenvolvimentos existentes na produção⁴.

Tudo isso nos leva a pensar com mais detalhes na organização produtiva rizicultora luso-americana. Se os textos agronômicos puderam ter algum impacto nas ideias sobre a agricultura da América portuguesa, a conformação da rizicultura contudo antecedeu à circulação deles, resultado de transformações de várias ordens no mercado mundial do cereal e no pensamento econômico luso desde a primeira metade do século XVIII. Noutras palavras, se senhores de terras e escravos leram alguns daqueles textos agronômicos, isso não significa que a produção de arroz dependeu daqueles conhecimentos para ser organizada.

⁴ Sobre a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira e dos demais membros de sua equipe, ver RAMINELLI, Ronald. “Ciência e colonização – Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira”. *Tempo*, Niterói, v. 6, 1998.

Se assim o foi, cabe então analisar de perto a resposta dada em terreno luso-americano. Evidentemente, a produção aumentou, mas podemos compreender de maneira mais particular o campo produtivo? Nesse caso, podemos recuperar de alguma forma o debate da tese do arroz negro? Ou seja, o desenvolvimento da cultura comercial de arroz na América lusa teve alguma relação com a experiência dos escravos da região arroseira africana?

O debate sobre o “arroz negro” teve seu início na década de 1970 com os trabalhos inovadores de Peter Wood e Daniel Littlefield. No início dos anos 2000, Judith Carney prosseguiu a discussão ao publicar seu *Black Rice*, obra na qual defendeu a ideia de que conhecimentos rizicultores oeste-africanos, eficientes “saberes agrônômicos”, teriam sido transportados através do Atlântico pelos africanos escravizados e formado a base para o cultivo de arroz nas Américas. A partir de 2007, na revista *The American Historical Review*, Philip Morgan, David Eltis, David Richardson, Max Edelson, David Hawthorne e Gwendolyn Middel Hall inseriram suas impressões favoráveis ou não à tese original. Alguns – como Morgan, Eltis e Richardson – teceram críticas às ideias de Carney. Segundo os três historiadores, o estabelecimento de ligações de causalidade direta entre sistemas de conhecimento agrônômicos, nos moldes propostos por Carney, não encontra comprovação empírica nos dados reunidos e disponibilizados na plataforma *Slave Voyages*⁵.

É isso que tentaremos recuperar a seguir. Em um primeiro momento, destacaremos o cultivo de arroz na capitania do Rio de Janeiro; em seguida, discutiremos brevemente a produção desse cereal na capitania de São Paulo; por fim, faremos algumas notas sobre a produção no norte da América portuguesa. Com tais apontamentos, tentaremos construir uma breve síntese sobre a produção de arroz na América portuguesa.

⁵ Ver CARNEY, Judith. *Arroz negro: as origens africanas do cultivo do arroz nas Américas*. Bissau: Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas, 2018, *passim*; CARNEY, Judith; MARIN, Rosa A. “Aportes dos escravos na história do cultivo do arroz africano nas Américas”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Seropédica & Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 1999, pp. 117 – 120. Ver ELTIS, David; MORGAN, Philip; RICHARDSON, David. “Agency and diaspora in Atlantic history: reassessing the African contribution to rice cultivation in the Americas”. *The American Historical Review*, Bloomington, v. 112, n. 5, 2007, *passim*; ELTIS, David; MORGAN, Philip; RICHARDSON, David. “Black, brown, or white? Color-coding American commercial rice cultivation with slave labor”. *The American Historical Review*, Bloomington, v. 115, n. 1, 2010, *passim*; COCLANIS, Peter. “Global perspectives on the early economic history of South Carolina”. *The South Carolina Historical Magazine*, Charleston, v. 106, n. 2/3, 2005, pp. 139 – 140. Os demais textos dos autores envolvidos na discussão encontram-se citados na bibliografia deste trabalho. Para um diálogo crítico entre certas propostas de Carney e Voeks e a situação concreta no Vale do Paraíba cafeeiro no século XIX, ver MARQUESE, Rafael de B. “Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeeiro no Vale do Paraíba oitocentista”. *Almanack braziliense*, São Paulo, n. 7, 2008.

Explicaremos o estabelecimento da produção comercial de arroz na América lusa a partir de condicionantes mentais e materiais, e analisaremos brevemente o campo produtivo, também com vistas a mapear novos caminhos de pesquisa.

4.1. As inovações produtivas do Rio de Janeiro

Como apontou Caio Prado Júnior, a produção americana de arroz tinha como fulcro a exportação, responsável por dinamizar o cultivo em diversas localidades, como o Rio de Janeiro e o Maranhão. Mas o consumo interno também existia e, mesmo em menor escala, criava demanda e orientava a produção em outras localidades. Dessa forma, destacamos esse caráter duplo da produção arroseira. Como alimento básico de subsistência, mas com potencial comercial, o grão podia ser produzido sem muita tecnologia para consumo local ou em larga escala para abastecer até mesmo a metrópole portuguesa no outro lado do oceano⁶.

O Rio de Janeiro é a primeira região analisada neste capítulo devido à contribuição produtiva e por constituir um exemplo do cultivo do cereal impulsionado também por medidas de incentivo metropolitanas – frutos das mudanças no pensamento econômico e das oportunidades criadas pelo mercado mundial. Estamos falando da capitania que abrigou, desde 1763, a capital do Estado do Brasil e, junto às regiões do norte da América portuguesa, foi uma das primeiras regiões da colônia dedicadas à produção comercial de arroz. É um belo exemplo do porquê a sociedade e a economia coloniais não podem ser compreendidas sem referência à intrincada relação com a política e a economia metropolitanas. O cultivo comercial de arroz na América portuguesa visava substituir as importações, sanar os déficits comerciais portugueses, garantir a subsistência da população e, se possível, criar novos ramos de comércio⁷.

Desde o final do século XVII, a capitania e sua principal cidade ganharam importância graças às descobertas de ouro ocorridas na capitania vizinha de Minas Gerais.

⁶ Ver PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 165.

⁷ Ver NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial, 1777-1808*. 9ª edição. São Paulo: Hucitec, 2011, pp. 288-289 e 322-323; FALCON, Francisco José C. “O império luso-brasileiro e a questão da dependência inglesa – um estudo de caso: a política mercantilista durante a Época Pombalina, e a sombra do Tratado de Methuen”. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, 2005, *passim*; também ARRUDA, José Jobson de A. “Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII”. *Revista USP*, São Paulo, n. 46, 2000, p. 69; por fim, VELOSO, Carlos. *A alimentação em Portugal no século XVIII nos relatos dos viajantes estrangeiros*. Coimbra: Minerva Histórica, 1992, *passim*.

O Rio de Janeiro obteve, então, importância comercial devido à movimentação em seu porto e estratégica enquanto “porta de entrada” para a região das riquezas americanas. Todavia, quando do arrefecimento da mineração em meados do século XVIII, a economia imperial foi afetada de forma drástica, com agudas consequências na balança de pagamentos, e medidas reformistas foram postas em ação para tentar recuperar a economia e as finanças imperiais. Tais embalos também foram sentidos na capitania fluminense⁸.

A capitania do Rio de Janeiro experimentou as consequências dos planos reformistas teorizados na metrópole desde meados do século XVIII, os quais visaram superar os problemas econômicos e financeiros causados pela queda da produção mineira. Mesmo se não sofreu uma grave crise econômica, ao menos houve um período de marcada estagnação em parte da capitania, refletido, por exemplo, nas negociações de imóveis e no mercado de crédito da cidade do Rio de Janeiro. Ou seja, problemas econômicos e financeiros surgiram a partir de meados do século e soluções foram buscadas para retomar o crescimento econômico. As mudanças teóricas suscitadas por esses problemas, sintetizadas nas transformações do pensamento econômico luso, ou seja, nas novas definições de riqueza e no valor conferido às produções coloniais, podem ajudar a explicar o propalado “renascimento agrícola” ocorrido na colônia como um todo e nessa capitania em particular no final do século XVIII. Nesse caso, não só o arroz obteve literal espaço no terreno da capitania, mas diversos cultivos obtiveram sucesso produtivo em graus variados⁹.

⁸ Sobre essas informações, consultar as referências da nota anterior. Conferir também PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, pp. 27-33; FALCON, Francisco José C. “O império luso-brasileiro...”, *passim*; também BOXER, Charles R. *O império marítimo português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 194-195. Para mais informações, ver MELLO E SOUZA, Laura de; BICALHO, Maria Fernanda. *1680-1720: império deste mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, *passim*. Para uma discussão envolvendo o ouro luso-americano, ver MARQUESE, Rafael de B.; MARQUES, Leonardo. “Ouro, café e escravos: o Brasil e ‘a assim chamada acumulação primitiva’” in MARQUESE, Rafael de B. *Os tempos plurais da escravidão no Brasil: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Intermeios, 2020.

⁹ ALDEN, Dauril. “O período final do Brasil Colônia: 1750-1808” in BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina. Volume II. América Latina Colonial*. São Paulo: Edusp/Brasília: FUNAG, 2004, *passim*. Para o parágrafo e o argumento de que o período não foi marcado por uma crise econômica, mas, sim, pela estagnação, ver PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da Corte...*, pp. 56-88 e 189-198. Para outras considerações sobre a economia e sociedade coloniais do Rio de Janeiro, ver FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; KRAUSE, Thiago. *A América portuguesa e os sistemas atlânticos na Época Moderna: monarquia pluricontinental e Antigo Regime*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013; também FRAGOSO, João. “A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império português: 1790-1820” in FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de

As medidas de recuperação econômica envolveram a dinamização agrícola da capitania e diversos cultivos foram incentivados, como o arroz, antes parcamente aproveitado enquanto exportação mas presente na produção local. Nesse processo, importante papel coube às autoridades régias, como o marquês do Lavradio, tendo em vista a recuperação econômica local e o equilíbrio da balança de pagamentos do Império, que não mais contava com tanto ouro para saldar os crescentes déficits comerciais. Era preciso variar a produção comercial na capitania, restrita naquele momento ao açúcar e ao cultivo da mandioca¹⁰. O próprio Lavradio atestou suas tentativas referentes ao cereal aqui analisado:

Promovi do modo que pude a lavoura do arroz; e como eu não tinha com que ajudar aos lavradores, nem aos fabricantes, interessei-me com alguns negociantes, fazendo-lhes muitas festas e distinções, para que eles quisessem auxiliar aos que tinham fábricas, a fim de que eles pudessem animar aos lavradores¹¹.

Por certo, Lavradio não tinha extenso poder para tomar decisões, em âmbito de todo o império, que dinamizassem ou auxiliassem a produção do cereal e, de tal forma, buscou tratos informais para auxiliar os produtores locais de arroz. As medidas oficiais, por outro lado, teriam de vir da Corte, como já estava ocorrendo há algum tempo, pois diversas foram as leis que buscaram amparar a produção rizicultora na América lusa. Como exemplo, podemos citar a primeira delas, datada de 1761, em que dom José I isentou “[...] de direito por tempo de dez anos todo o arroz remetido de qualquer dos portos do Brasil para os deste Reino [...]”. Houve a renovação dessa isenção em 1773, 1783, 1800, 1804 e 1809 e, ademais, privilégios concedidos a uma fábrica de descasque de arroz na capitania do Rio de Janeiro. Portanto, as medidas de incentivo régias tiveram destacado papel na dinamização agrícola da capitania, mas não funcionaram sozinhas¹².

Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Para uma síntese das transformações no pensamento econômico português no final do século XVIII, ver nosso segundo capítulo.

¹⁰ Ver PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da Corte...*, pp. 34, 70 e 87; também CARNEY, Judith. “O arroz africano na história do Novo Mundo”. *Fronteiras: journal of social, technological and environmental science*, Anápolis, v. 6, n. 2, 2017, p. 186; OLIVEIRA, Victor Luiz A. “Lavradores, vice-reis e as políticas de fomento econômico no Rio de Janeiro colonial: o caso do anil”. *História e Economia*, São Paulo/Lisboa, v. 18, n. 1, 2017, *passim*; e, enfim, MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp. 119-139.

¹¹ PORTUGAL, Luís de A. (marquês de Lavradio). “Relatório do vice-rei marquês de Lavradio, vice-rei do Rio de Janeiro, entregando o governo a Luiz de Vasconcelos e Souza, que o sucedeu no vice-reinado”. *Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 4, n. 16, 1843, p. 468 *apud* OLIVEIRA, Victor Luiz A., *op. cit.*, p. 91.

¹² “Decreto isemptando de quaesquer emolumentos o arroz do Brasil que entrar nos portos deste Reino” in SILVA, Antonio D. da. *Supplemento á collecção de legislação portugueza... Anno de 1750 a 1762*. Lisboa: Typographia de Luiz Correa da Cunha, 1842, pp. 814-815; “Alvará acerca da Fabrica de descascar arroz

Como sinal de que tais medidas surtiram efeitos, uma decisão incentivou e ao mesmo tempo revelou o espaço da cultura rizicultora em fins do século XVIII. Em 24 de julho de 1781, tal decisão notou que

Eu a Rainha faço saber aos que este alvará virem, que tendo consideração sobre o grande adiantamento, em que nos Meus Domínios Ultramarinos, e neste Reino se acha a cultura do arroz, cuja abundância tendo suprido de algum tempo a esta parte o consumo deste mesmo Reino, faz esperar utilíssimas vantagens aos Meus Vassallos, que com louvável zelo se empregam nas plantações do mesmo gênero: E querendo animar este ramo de indústria e comércio, não só em benefício comum dos povos daquele continente, mas também em utilidade pública dos vassallos destes Reinos: sou servida proibir, como por este proíbo, a entrada de todo o arroz que não seja da produção dos Meus Domínios [...]¹³.

no Rio de Janeiro” in SILVA, Antonio D. da. *Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações... Legislação de 1763 a 1774*. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1858, pp. 279-281. Para as isenções, ver também “Decreto isemptando por dez annos de direitos o arroz que vier do Brazil” in SILVA, Antonio D. da. *Supplemento á collecção de legislação portugueza... Anno de 1763 a 1790*. Lisboa: Typographia de Luiz Correa da Cunha, 1844, p. 301; “Decreto prorogando por mais dez annos a isempção de direitos ao arroz dos Dominios Ultramarinos” in SILVA, Antonio D. da. *Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações... Legislação de 1775 a 1790*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1828, p. 341; “Decreto isentando de direitos por mais dez annos o arroz introduzido de quaesquer dos portos dos Dominios deste Reino” in SILVA, Antonio D. da. *Supplemento á collecção de legislação portugueza... Anno de 1791 a 1820*. Lisboa: Typografia de Luiz Correia da Cunha, 1847, pp. 219-220; “Decreto isentando por mais cinco annos de Direitos o arroz do Brazil importado neste Reino” in SILVA, Antonio D. da. *Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações... Legislação de 1802 a 1810*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1826, pp. 270-271; “Portaria com a isempção de Direitos para o Arroz” in SILVA, Antonio D. da. *Supplemento á collecção de legislação portugueza... Anno de 1791 a 1820*. Lisboa: Typografia de Luiz Correia da Cunha, 1847, p. 427.

¹³ “Alvará prohibindo a entrada de arroz estrangeiro” in SILVA, Antonio D. da. *Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações... Legislação de 1775 a 1790*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1828, pp. 300-301. É interessante notar que mais tarde, em 1801, a exportação de arroz ao estrangeiro foi proibida – ver “Aviso prohibindo a exportação do arroz” in SILVA, Antonio D. da. *Supplemento á collecção de legislação portugueza... Anno de 1791 a 1820*. Lisboa: Typografia de Luiz Correia da Cunha, 1847, p. 220. A proibição de importação de arroz estrangeiro caiu por terra somente em 1808, possivelmente devido aos problemas da invasão francesa – ver “Aviso ao mesmo fim” in SILVA, Antonio D. da. *Supplemento á collecção de legislação portugueza... Anno de 1791 a 1820*. Lisboa: Typografia de Luiz Correia da Cunha, 1847, p. 364; para outras medidas que beneficiaram ou envolveram arroz estrangeiro, ver “Portaria isemptando por mais hum anno de meios Direitos a importação do arroz” in SILVA, Antonio D. da. *Supplemento á collecção de legislação portugueza... Anno de 1791 a 1820*. Lisboa: Typografia de Luiz Correia da Cunha, 1847, p. 464; em 1815, houve discussão sobre o arroz vindo de fora e seu impacto na vida de rizicultores e consumidores portugueses – “Portaria authorisando o Conselho da Fazenda para a admissão do arroz Estrangeiro” in SILVA, Antonio D. da. *Supplemento á collecção de legislação portugueza... Anno de 1791 a 1820*. Lisboa: Typografia de Luiz Correia da Cunha, 1847, p. 562; sobre arroz estrangeiro e asiático, ver “Portaria sobre direitos do Arroz” in SILVA, Antonio D. da. *Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações... Legislação de 1811 a 1820*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1825, p. 365; a decisão de 1781 continuou reverberando nas próximas décadas e foi lembrada em 1817 quando o rei dom João VI “Foi servido determinar por sua resolução de 25 de agosto do referido anno de 1816, ampliando por esta forma o mencionado alvará: que este só tenha a sua exata observância em todas aquelas ocasiões em que o preço do arroz do Brasil não chegar ao de quatro mil oitocentos réis por quintal; porque assim, que com efeito chegue, será admitido a despacho o arroz estrangeiro, pagando este os direitos como atualmente se pratica” – ver “Portaria do Conselho da Fazenda, para que o arroz estrangeiro seja admittido a despacho, quando o do Brazil chegar a 4\$800 réis por quintal” in SILVA, Antonio D. da. *Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações... Legislação de 1811 a 1820*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1825, p. 564.

Reforçando a base que sustentou tal decisão, alguns anos mais tarde, em 1783, a mesma rainha dona Maria notou que a produção de arroz na América lusa abastecia o reino e ainda criava exportações para o estrangeiro, cumprindo muito bem os objetivos do reformismo anteriormente notados nesta dissertação¹⁴. Medida que comprova mais uma vez que os escritos ilustrados, dedicados à agricultura e surgidos no final do século XVIII, não tiveram força instituidora. Responderam a um contexto produtivo já sólido e buscaram repensá-lo sem muito sucesso. Como a lei demonstra, o processo produtivo vinha de antes, desde meados da centúria.

Porém, para além da ação oficial da Coroa e dos indivíduos por ela nomeados em ambiente colonial, havia mais a ser feito. Os lavradores eram parte da engrenagem essencial. O cultivo de arroz, diferentemente de outros, não oferecia tantos riscos às famílias da cidade do Rio de Janeiro, pois, como citou Pesavento, o arroz era cultivado em terrenos antes pouco aproveitados, charcos, terrenos úmidos, não impactando naqueles já aproveitados para outras culturas, e, caso não fosse comercializado, poderia ser incorporado à alimentação das famílias produtoras. Algumas famílias que tinham de pagar foros viam em tal produção, assim como na do anil, uma chance de obter rapidamente liquidez, haja vista a compra garantida por negociantes que se aventuraram no beneficiamento do arroz. A ação desses negociantes impulsionou o cultivo do cereal no Rio de Janeiro por meio do estabelecimento de fábricas de descasque e da compra da produção dos cultivadores do cereal. Um caso emblemático foi o de Manoel Luís Vieira e sua fábrica na região de Andaray Pequeno, que teve parte de sua produção enviada para Lisboa, Porto e as ilhas atlânticas portuguesas no final do século XVIII¹⁵.

¹⁴ “Decreto prorogando por mais dez annos a isenção de direitos ao arroz dos Dominios Ultramarinos”..., p. 341.

¹⁵ PESAVENTO, Fabio. *Um pouco antes da Corte...*, pp. 70-77, 76 e 83; IHGB, CU, arq. 1-1-29, volume 29, p. 252 verso-253 *apud* PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da Corte...*, p. 76; OLIVEIRA, Victor Luiz A., *op. cit.*, pp. 98-103; também ALDEN, Dauril. “Manoel Luís Vieira: an entrepreneur in Rio de Janeiro during Brazil’s eighteenth century agricultural renaissance”. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v. 39, n. 4, 1959, *passim*. No contexto das memórias da ARCL, devemos citar a preocupação com a utilização de terrenos pouco ou não aproveitados em Portugal – ver, por exemplo, SILVEIRA, António H. da. “Racional discurso sobre a agricultura e população da província de Alentejo” *in Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815). Tomo I*. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1990, especialmente as pp. 61-62. Uma memória também tratou de outro ponto importante, lembrado acima no caso do arroz: a importância de novos cultivos não interferirem na produção de cultivos já cristalizada – ver CASTRO, Joaquim de A. “Memória sobre o malvaíscio do distrito da Vila da Cachoeira no Brasil” *in Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815). Tomo III*. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991, p. 284.

Na base do cultivo, portanto, havia espaço para as famílias dos pequenos lavradores, que cultivavam arroz sem grandes aportes tecnológicos, utilizando terrenos pouco adequados a outras culturas. Nessas propriedades e nas maiores, se houve a utilização de mão-de-obra escrava, ela deve ter sido composta, provavelmente, de cativos vindos da região do Congo e Angola, ou seja, da África central e ocidental, como vemos na tabela a seguir. Foram essas regiões africanas que abasteceram, em sua maior parte, o mercado de cativos na capitania do Rio de Janeiro durante o século XVIII. Poucos cativos eram provenientes das áreas produtoras de arroz no oeste da África, ali representada pelas regiões da Senegâmbia, Serra Leoa e, de menor forma, pela Costa do Ouro. Tudo isso nos leva a crer que no caso do sudeste da América lusa, incluindo a capitania do Rio de Janeiro e também a de São Paulo, o conhecimento rizicultor dos cativos oeste-africanos não contou muito para o desenvolvimento da cultura de arroz. Ainda assim, não devemos tecer conclusões precipitadas, pois os poucos cativos da região do arroz africano podem, numa hipótese extrema, ter sido utilizados especificamente nas propriedades arrozeiras, ainda mais se nos lembrarmos de que não estamos lidando com regiões dedicadas exclusivamente ao arroz. Dito de outra forma, a maioria esmagadora dos cativos pode ter se dedicado a outros cultivos, enquanto aqueles poucos vindos da região do arroz africano podem ter sido utilizados nas propriedades rizicultoras. Somente pesquisas mais detalhadas, se possíveis, podem responder a tais dúvidas¹⁶.

Mas há outro ponto que nos leva a crer que os arrozais puderam se desenvolver sem o conhecimento técnico oeste africano, relacionado à história da Fazenda de Santa Cruz, administrada por jesuítas desde o século XVI na capitania do Rio de Janeiro. Lá, com o auxílio de mão-de-obra indígena, eclusas, represas e canais de drenagem foram construídos até meados do século XVII, beneficiando a produção agrícola local que abrangeu o arroz. Mais tarde, cativos africanos foram incorporados à propriedade administrada pelos padres. De toda forma, tecnologias essenciais ao cultivo arrozeiro e

¹⁶ PESAVENTO, Fabio. *Um pouco antes da Corte...*, pp. 76-77 e 83. Obviamente, somente um estudo detalhado poderia analisar em pormenor a composição escrava das propriedades produtoras de arroz, mapeando a origem dos cativos e, assim, colaborando com as discussões sobre a tese do arroz negro. Para mais considerações sobre o tráfico para a América lusa, ver KLEIN, Herbert. “A demografia do tráfico atlântico dos escravos para o Brasil”. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 2, 1987. A ideia de que é preciso quantificar o número de escravos conhecedores da rizicultura sofreu críticas por parte de S. Max-Edelson, para quem “A single African farmer may have demonstrated viable ways to grow and process rice that others observed, emulated, and disseminated” – ver MAX-EDELSON, S. “Beyond ‘Black Rice’: reconstructing material and cultural contexts for early plantation agriculture”. *The American Historical Review*, Bloomington, v. 115, n. 1, 2010, p. 126.

mesmo a produção do cereal puderam existir antes mesmo da chegada, em números consideráveis, de escravos africanos, o que corrobora a nossa ideia de que o cultivo do grão pôde prescindir, na sua origem, do conhecimento dos cativos rizicultores ou daqueles escravos que conheciam a cultura¹⁷.

	Senegâmbia etc.	Serra Leoa	Costa do Ouro	Baía de Benin	Baía de Biafra	África central ocidental etc.	Sudoeste africano e Oceano Índico	Total
1676-1700	0	0	0	717	0	71.406	0	72.123
1701-1725	0	494	1.820	8.707	0	110.917	0	121.938
1726-1750	2.539	0	617	6.049	911	149.407	0	159.523
1751-1775	0	0	0	15.710	0	187.852	1.381	204.943
1776-1800	0	0	0	257	0	268.441	1.459	270.157
1801-1825	534	21	951	2.068	9.671	404.085	82.237	499.567
Total	3.073	515	3.388	33.508	10.582	1.192.108	85.077	1.328.251

Tabela 1: proveniência dos cativos desembarcados no sudeste da América portuguesa¹⁸. Fonte: <slavevoyages.org/assessment/estimates> Acesso em 25 de janeiro de 2022.

Deixando de lado esse debate, o sucesso do cultivo de arroz em terras fluminenses pode ser medido pelo volume das exportações para Portugal visto no gráfico anterior, garantidoras da subsistência do povo e de reexportações, mas também pelo impacto desse cultivo na renda dos lavradores da capitania. O cultivo de arroz nessa região do império teve sucesso, respondendo aos anseios reformistas da Coroa e impactando na vida dos lavradores locais¹⁹.

4.2. São Paulo e os planos de reforma agrícola

A capitania de São Paulo traz relevantes considerações. A primeira delas diz respeito à utilização do arroz enquanto um item de subsistência, cultivado pelos lavradores, alimento para as tropas portuguesas que se embrenhavam nos sertões. No final do século XVIII, tal característica era observada, demonstrando como a produção

¹⁷ Ver PEDROZA, Manoela. *Por trás dos senhorios: senhores e camponeses em disputa por terras, corpos e almas na América portuguesa (1500-1759)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2020, pp. 176-195. Também da mesma autora PEDROZA, Manoela. “O senhorio territorial em construção: o caso dos padres jesuítas na América portuguesa (Fazenda de Santa Cruz, Rio de Janeiro, Brasil, 1596-1759)”. *Comunicação apresentada na Conferência de História Rural*, Girona, 2015, painel 39.

¹⁸ Cabe uma observação: nos dados referentes aos cativos enviados a partir da região do arroz africano, há diversas lacunas, com zero escravos enviados ao sudeste da América portuguesa. Isso prejudica nossa interpretação, pois tais valores são praticamente impossíveis. Ainda assim, nos períodos em que há dados disponíveis, percebemos a considerável inferioridade numérica em relação às demais regiões de embarque de cativos, o que, por seu lado, reforça a nossa argumentação.

¹⁹ PESAVENTO, Fabio. *Um pouco antes da Corte...*, pp. 80-81.

comercial de arroz não fez desaparecer aquela utilização atada ao rés-do-chão, relacionada à vida material da população e que envolvia provavelmente até mesmo espécies selvagens do cereal²⁰. Como foi atestado em um documento da época, em Curitiba, sujeita então à capitania de São Paulo, deveria ser promovida

[...] geralmente a agricultura e com especialidade as produções próprias do país, que os são da primeira necessidade para a subsistência dos moradores ou tem uma infalível exportação para fora, como é o trigo, a farinha de mandioca, arroz, café, algodão etc.²¹

Tal argumentação sobre a capitania paulista complementa o que vimos sobre a produção de arroz no Rio de Janeiro, muitas vezes relacionada a um cultivo em menor escala, a um mercado e consumo locais. Ainda que pudesse ser exportado e que sua produção comercial tivesse sido incentivada, haja vista a situação imperial e atlântica, o arroz também fazia parte das roças dos pequenos lavradores, como item cultivado para a subsistência das famílias, dos escravos ou ainda, possivelmente, para uma comercialização restrita. Tais fatores podem contribuir para a discussão sobre a tese do arroz negro, pois, aqui, mesmo cultivado com o auxílio de alguns cativos, era um item conhecido desde o início da colonização, parte das roças dos pequenos lavradores, provavelmente cultivado de forma rústica em terrenos úmidos ou em sequeiro, sem grandes aportes tecnológicos. O cultivo não demandou, portanto, muitos conhecimentos agrônômicos, para além daqueles que alguns portugueses possuíam e que desenvolveram na América lusa, também em contato com as práticas indígenas. O arroz enquanto item da vida material das populações luso-americanas nos auxilia a complexificar a discussão sobre as origens do cultivo de arroz nas Américas. Ele não dependeu apenas dos conhecimentos dos cativos, também quando cultivado pelos pequenos produtores. Nesse caso, difere daquele cultivo intensivo levado a cabo pelos escravos em distintas partes da

²⁰ Sobre o arroz para as tropas, ver “Relação do q’ se deve apromptar no Porto de Ararayaguaba p.a a conducta do Brigadr.o José Custodio de Sá e Faria, Off.es e mais Tropas q’ o acompanhar p.a a Praça de Guatemy” in *Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo. Volume VIII. Yguatemy*. São Paulo: Typographia Aurora, 1895, p. 147. Ver também BELLOTTO, Heloísa L. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979, pp. 221-222. Sobre a produção de arroz, provavelmente para subsistência, desde o século XVI em São Paulo e para sua importância comercial durante o século XVIII na capitania, ver HOLANDA, Sérgio B. de. “O arroz em São Paulo na Era Colonial” in COSTA, Marcos (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos: livro I, 1920-1949*. São Paulo: Editora Unesp/Fundação Perseu Abramo, 2011, pp. 340-345.

²¹ CASTRO E MENDONÇA, António Manoel de M. “Documento deque faz menção a carta supra” in *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Ofícios do capitão general Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça (governador da capitania). 1797-1801. Vol. 87*. São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo/Secretaria da Educação, 1963, p. 95.

América, bem como daquela cultura baseada em de mão-de-obra camponesa da Península Itálica²².

Contudo, a capitania de São Paulo traz mais informações à discussão. Temos uma localidade que se especializou na cultura de arroz na região, o Vale do Ribeira, com uma produção comercial que utilizou mão-de-obra escravizada. Mesmo que sua produção não tenha sido exportada para fora da América, serviu, ao menos, para abastecer a cidade do Rio de Janeiro em fins do século XVIII e durante parte do século XIX. Produzido em escala comercial, o arroz não foi um item cultivado de saída, mas ganhou força em fins do século XVIII na esteira da política de diversificação posta em marcha pela Coroa portuguesa e materializada na ação governativa de atores como o Morgado de Mateus ou Lobo de Saldanha²³.

A colonização do Vale do Ribeira remonta ao século XVI, ao período inicial da ocupação e exploração portuguesa na América. Em um primeiro momento, e com força até o final do século XVII, a região se firmou economicamente por meio da exploração de metais preciosos e, mais tarde, da indústria de construção naval, já no século XVIII. Todavia, foi a rizicultura, em fins do Setecentos, que marcou definitivamente o ambiente e a sociedade locais, configurando, nas palavras de Agnaldo Valentin, uma “civilização do arroz”²⁴.

²² Os cativos possivelmente utilizados na rizicultura dessa região, segundo a tabela 1, não provinham, em sua maior parte, da região do arroz africano. Para um texto que discute o espaço das fazendas mistas na economia colonial, também produtoras de arroz, ver ARRUDA, José Jobson de A. “A essencialidade agropastoril da economia colonial: a fazenda mista paulista”. *História (São Paulo)*, Franca/Assis, v. 39, 2020.

²³ Ver VALENTIN, Agnaldo. *Uma civilização do arroz: agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800-1880)*. 2006. 400 p. Tese (Doutorado em História Econômica). FFLCH/USP, São Paulo, 2006, *passim*; VALENTIN, Agnaldo. “Comércio marítimo de abastecimento: o porto de Iguape (SP), 1798-1880”. *Cadernos de Resumos do V Congresso Brasileiro de História Econômica*, Caxambu, 2003, pp. 1-9; também BELLOTTO, Heloísa L., *op. cit.*, *passim*, principalmente as pp. 216-223. Por fim, sobre a ação de outro governador, ver LEITE, Lorena. ‘*Déspota, tirano e arbitrário*’: o governo de Lobo de Saldanha na capitania de São Paulo (1775-1782). Jundiaí: Paco Editorial, 2018. Em 1767, o então governador de São Paulo, o Morgado de Mateus, ao escrever uma missiva ao diretor da aldeia de São João de Guarulhos, o instruiu: “Depois disto Vossa mercê apontará se podem haver aí madeiras, ou plantação de arroz, que se transporte para o Reino”. Sinal de que a produção arroseira não deveria ficar restrita ao consumo dos colonos, garantindo a subsistência dos habitantes da metrópole. Trata-se de um documento colonial que comprova parte do que vimos expondo até aqui – ver MOURÃO, Luiz Antônio de S. B. “Para o director da Aldéa de S. João dos Guarulhos” in *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Ofícios do Capitão General D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão (Morgado de Mateus) aos diversos funcionarios da Capitania. 1766-1767. Vol. LXVII*. São Paulo: Tipografia do Globo, 1943, pp. 162-163. Para um documento em que o governador citou a falta de itens no Reino e, logo em seguida, citou o arroz colonial, ver MOURÃO, Luiz Antônio de S. B. “Para o mesmo [João da Sylva Pinheiro, da Comarca de Parnaguá]” in *Documentos Interessantes... Vol. LXVII...*, pp. 165-166.

²⁴ VALENTIN, Agnaldo. *Uma civilização do arroz...*, *passim*; VALENTIN, Agnaldo. “Comércio marítimo...”, pp. 2-3; também PAES, Gabriela S. M. “Os negros d’água do rio Ribeira de Iguape: mito e

Para compreender tal mudança na configuração econômica do Vale do Ribeira, devemos considerar que, em fins do século XVIII, a capitania de São Paulo passou por consideráveis transformações. Ela havia sido tolhida de diversos territórios após as descobertas das minas no final do século XVII e início do século XVIII e, em 1748, perdeu sua autonomia administrativa, ficando sujeita à capitania do Rio de Janeiro. Todavia, em 1765 a situação mudou por meio da autonomia novamente conferida à região pela Coroa portuguesa e a nomeação de dom Luís António de Souza Botelho Mourão, o conhecido Morgado de Mateus, como capitão general. Governando a capitania entre 1765 e 1775, Botelho Mourão foi responsável por diversas medidas reformistas, no bojo das propostas pombalinas já destacadas, envolvendo as finanças, a defesa e ainda a estrutura administrativa da região. Nesse contexto, a economia paulista não foi esquecida, tendo sido alvo de medidas de incentivo em suas diversas facetas, tais como na mineração de ferro e na produção agrícola para subsistência e exportação. Sobre a última, como exemplo, foi planejada a remessa de arroz a Portugal a partir do porto de Santos. A produção do cereal, no final desse século ou no início do XIX, existia em diversas localidades da capitania, desde Iguape até Ubatuba²⁵.

É nesse quadro que compreendemos o início da produção de arroz no Vale do Ribeira, região que reunia condições ambientais propícias à cultura do cereal, cultivado nas margens do rio Ribeira. É também a partir das medidas de incentivo metropolitanas e da ação de seus representantes na América lusa que entendemos como a produção de arroz no Vale se inseriu naquele quadro de diversificação agrícola e de melhoramentos técnicos proposto pela monarquia portuguesa²⁶. Por sua vez, tais medidas e a ação dos

história numa narrativa elaborada por comunidades negras do Vale do Ribeira”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 39, n. 81, 2019, p. 74. Segundo documento da época, a vila de Paranaguá, próxima ao Vale do Ribeira, possuía uma “Produção infinita do melhor arroz” – ver LORENA, Bernardo José de. “P.a o Secretario d’ Estado” in *Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo. Volume XLV. Correspondencia recebida e expedida pelo General Bernardo José de Lorena, Governador da Capitania de S. Paulo, durante o seu Governo. 1788=1797*. São Paulo: Duprat & Comp., 1924, p. 208.

²⁵ Ver BELLOTTO, Heloísa L., *op. cit.*, p. 28-31, 49-50 e 87-261. Ver também MICHELI, Marco V. “Diversificação econômica na capitania de São Paulo: o perfil econômico das vilas do litoral norte e sul (1798-1821). *Faces da História*, Assis, v. 5, n. 1, 2018, *passim*. Ainda MATTOS, Renato. “Problematizando a ‘decadência’ paulista: a complexa inserção de São Paulo nas redes mercantis do Império português (1765-1808)”. *HISTOReLo – Revista de Historia Regional y Local*, Medellín, v. 6, n. 11, 2014.

²⁶ Conforme afirmou Pasquale Petrone, talvez com ecos na história progressa da região, “A lavoura de arroz está ligada ao rio, pois localiza-se nas áreas de vargedos inundáveis. O fato do cultivo ser feito diretamente no terreno, sem replante, o renovar-se anualmente a plantação precedendo-a com a queimada, sem preocupação com manter limpo o campo de cultivo; a pequena atenção que se dá à própria ‘limpa’ do arrozal, permitindo-se que as ervas daninhas se desenvolvam a vontade; a ausência de técnicas no sentido

administradores relacionadas ao arroz foram possíveis graças às mudanças na forma de pensar a economia e às oportunidades criadas pelo mercado de arroz.

O arroz produzido nessa região, ao redor de sua mais importante vila, Iguape, foi o responsável por remessas destinadas ao Rio de Janeiro e a Santos, além de ter sido utilizado, provavelmente, na alimentação local, de homens livres e de escravos. Sua produção foi de menor escala quando comparada à de outras regiões da América lusa, mas sua análise não deixa de ser relevante. O arroz, aqui, foi uma produção central de toda uma região, dinamizador da agricultura local até o final do século XIX. Mesmo que em uma escala menor, a produção do cereal foi fundamental no Vale, criando um interessante quadro de observação²⁷.

Quanto à quantidade de arroz produzida e exportada em Iguape, em 1798, em um período ainda marcado pelas políticas metropolitanas de diversificação produtiva, 11.070 alqueires de arroz (socado e em casca) foram exportados da vila, o que conformaria uma exportação de 18.460 arrobas de arroz. De acordo com Corsino dos Santos, nesse mesmo ano, 11.075 arrobas de arroz foram exportadas de São Paulo para Portugal, o que pode significar que parte da exportação de Iguape foi destinada a outros locais, talvez à própria cidade do Rio de Janeiro. Por outro lado, entre as décadas de 1820 e 1880, quando a produção rizicultora local já estava consolidada, mesmo fugindo de nosso recorte cronológico, as quantidades exportadas no porto de Iguape saíram de cerca de 50.000 alqueires (83.379 arrobas) em uma data próxima a 1829 para 80.000 (133.406 arrobas) em aproximadamente 1847, chegando a cerca de 150.000 alqueires (250.137 arrobas) por volta de 1856, e atingiram, por fim, cerca de 70.000 alqueires (116.731 arrobas) por volta de 1881. Tais considerações fogem às nossas questões e aos problemas aqui debatidos, mas demonstram o sucesso do cultivo na região²⁸.

de aproveitar racionalmente as águas das cheias, assim como a colheita, feita, normalmente, a canivete, são todos elementos que caracterizam o primitivismo da cultura, e contribuem para distingui-la dos arrozais das áreas de lavoura intensiva do tipo chinês, por exemplo. Como cultura de vargedos, o arroz dispõe-se, no caso em questão, entre o rio, de um lado, e a mata ou o 'jundu' de outro lado [...]" – ver PETRONE, Pasquale. "Notas sobre os sistemas de cultura na baixada do Ribeira, SP". *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 39, 1961, p. 59. De toda forma, destacam-se as condições ambientais propícias ao cultivo do cereal.

²⁷ VALENTIN, Agnaldo. "Comércio marítimo de abastecimento...", pp. 4 e 9; também SANTOS, Corsino M. dos. "Cultura, indústria e comércio de arroz no Brasil colonial". *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 318, 1978, p. 57.

²⁸ Ver MICHELI, Marco V., *op. cit.*, pp. 205 e 208; também SANTOS, Corsino M. dos. "Cultura, indústria e comércio de arroz...", p. 56; VALENTIN, Agnaldo. "Comércio marítimo de abastecimento...", p. 19. Consideramos que um alqueire valia 24,18 quilogramas e uma arroba valia 14,5 quilogramas – ver BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. Volume 1. América Latina Colonial. 2ª ed. São

Tendo tal configuração em vista, o que podemos dizer sobre a mão-de-obra utilizada na produção? Se o arroz, na região, foi o principal dinamizador econômico a partir de fins do século XVIII, como podemos entender as condições laborais de sua produção? O arroz foi cultivado nas margens de um importante rio, aproveitando a tão necessária água na cultura do cereal. Mas, para a organização produtiva, o conhecimento dos cativos contou? Nossas exposições anteriores já nos dão uma parte da resposta, pois o sudeste da América lusa não recebeu muitos cativos da região do arroz africano e nisso também se encaixou o Vale do Ribeira. Segundo diversos autores, a maior parte dos escravos aí utilizados veio, de fato, da região do Congo e Angola. Como argumentou Gabriela Paes:

Os comerciantes do Vale do Ribeira buscavam os cativos no Rio de Janeiro. Grande número de africanos procedia da África Centro-Occidental, é o que mostram os Maços de População de Xiririca para o ano de 1806. Apesar de a maioria dos escravizados dessa localidade ser nascida no Brasil, 32 cativos eram africanos. Desse total, 31 eram provenientes da África Centro-Occidental (12 cativos oriundos de Angola, 18 de Benguela e um do Congo) (Paes, 2007, p. 35) [...] Mesmo num período anterior, dada a intensidade e a relevância do comércio escravista na África Centro-Occidental, a quantidade de africanos dessa região levados ao Vale do Ribeira parece ter sido expressiva²⁹.

Valentin também argumentou que o início da produção na região não ocorreu de modo dependente da presença de cativos, sendo a rizicultura levada a cabo pelos pequenos lavradores locais. Esses atores utilizaram, provavelmente, técnicas que já conheciam para o cultivo do cereal, em terrenos úmidos ou em sequeiro³⁰.

No final das contas, a capitania de São Paulo e, particularmente, a região de Iguape trazem novas contribuições para o entendimento da materialidade produtiva do arroz em terras luso-americanas, com destaque à diversidade envolvida no cultivo: alimento de subsistência e de exportação, cultivado em diversos terrenos, desde margens de rios regionais até terrenos enxarcados ou secos da capitania. Também contribuem com a discussão sobre as origens da cultura, envolvendo ou não a experiência de cativos vindos da África e de outros atores do período. Por enquanto, o cultivo no Rio de Janeiro e em

Paulo; Brasília: EDUSP/Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 12; LUNA, Francisco V.; KLEIN, Herbert S. “Nota a respeito de medidas de grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para a conversão ao sistema métrico”. *Boletim de História Demográfica*, São Paulo, ano VIII, n. 21, 2001.

²⁹ PAES, Gabriela S. M., *op. cit.*, p. 78.

³⁰ Ver VALENTIN, Agnaldo. “Comércio marítimo de abastecimento...”, p. 3. Para mais informações sobre a região, ver VALENTIN, Agnaldo. “Entre o Chuço e o Remo: agricultores e caiçaras no Vale do Ribeira (1800-1880)”. *Caderno de resumos do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*, Caxambu, 2006. Também SCATAMACCHIA, Maria Cristina M. “Arqueologia do antigo sistema portuário da cidade de Iguape, São Paulo, Brasil”. *Revista de Arqueologia Americana*, Ciudad de Mexico, n. 22, 2003.

São Paulo demonstra necessárias adequações à tese do arroz negro, mas de nenhum modo possibilitam conclusões peremptórias sobre a discussão.

4.3. O norte da América portuguesa e os arrozais

No que respeita à cultura comercial de arroz na América lusa, a região norte liderou a produção e exportação do cereal, e nela estavam incluídos o Estado do Grão-Pará e Maranhão, a partir do ano de 1751, e os Estados do Maranhão e Piauí e do Grão-Pará e Rio Negro criados no ano de 1772. Além de terem sido responsáveis por uma produção expressiva do grão, sua disposição ambiental e organização produtiva oferecem pistas para os debates sobre o impacto das medidas metropolitanas na realidade americana e acerca da influência africana na organização dos arrozais³¹.

A capitania do Maranhão passou por diversas transformações no decorrer da segunda metade do século XVIII e com resultados que prosseguiram no início do século XIX. Tanto o arroz como o algodão ganharam relevante espaço na região. O último, porém, teve maior importância e dominou as exportações maranhenses, haja vista sua importância na indústria de tecidos que ganhava força e sustentava a Revolução Industrial. Nas palavras de Jobson Arruda, houve uma “euforia efetiva” no final do século, acompanhada de bons resultados econômicos não-conjunturais. Em tal contexto, o arroz auxilia na compreensão das mudanças ocorridas na região³².

No caso do Maranhão, a presença portuguesa foi escassa nos séculos XVI e XVII, apesar das missões jesuíticas, mas ganhou força durante o século XVIII graças ao processo de solidificação territorial português. Próximo de domínios estrangeiros, tal local possuiu importância estratégica e de defesa, inclusive como um ponto relevante para o tráfico clandestino de espécies botânicas³³.

³¹ Para dados sobre a produção da região, consultar ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial...*, pp. 395-396. As divisões administrativas na América lusa são mais antigas: no início do século XVII, por exemplo, foi fundado o Estado do Maranhão – ver CHAMBOULEYRON, Rafael. “Conquistas diferentes e de diferentes climas: o Maranhão, o Brasil e a América portuguesa (séculos XVII e XVIII)”. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 41, 2019.

³² Ver ARRUDA, José Jobson de A. “A economia brasileira no fim da época colonial: a diversificação da produção, o ganho de monopólio e a falsa euforia do Maranhão”. *Revista de História*, São Paulo, n. 119, 1985/1986/1987/1988, pp. 4, 13 e 19-21; ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial...*, p. 246; também ARRUDA, José Jobson de A. “Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII”. *Revista USP*, São Paulo, n. 46, p. 69.

³³ HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil: culture, identity, and Atlantic slave trade, 1600-1830*. New York: Cambridge University Press, 2010, pp. 28-29 e 33; MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1997, pp. 52-54. Sobre o contrabando botânico,

Por outro lado, a base econômica da ocupação sofreu importantes transformações. De início, houve a busca pelas drogas dos sertões, atividade predatória, de pouca tecnologia e que envolveu o uso de mão-de-obra indígena. Contudo, após as medidas reformistas tomadas a partir de 1750, novos cultivos tomaram a dianteira na pauta produtiva local, contemporâneas às transformações no suprimento de mão-de-obra para os campos. No caso do Maranhão, entre 1796 e 1811, o algodão e o arroz lideraram a lista de exportações da capitania, seguidos pela cera, vaquetas, couro, farinha, entre outros itens. No caso do Pará, no mesmo período, a pauta de exportações, em ordem de importância, englobava o cacau, algodão, arroz, cravo fino, café etc. Sem dúvida, foi no caso do Maranhão, ao redor de seus rios aptos à cultura, que a produção de arroz obteve seu terreno mais fértil na América portuguesa de fins do século XVIII³⁴.

A região norte da América portuguesa variava consideravelmente de sua contraparte ao sul. Separadas por centenas de léguas de território, as duas porções da colônia também tinham sua comunicação marítima dificultada pelas correntes oceânicas, fazendo com que as relações do norte com a capital metropolitana, Lisboa, fossem mais eficientes e rápidas do que com o resto da América lusa. Junto a isso, a região norte seguiu outros passos em sua configuração econômica, muitas vezes definidos por uma ecologia variada e certas vezes pouca afeita à agricultura – como em alguns terrenos pobres e longínquos. Em um primeiro momento, essa zona de colonização atraiu a atenção de diversas potências europeias durante os séculos XVI e XVII. Mas os portugueses conseguiram efetivar sua posição de poder e passaram a explorá-la economicamente, vencendo assim a competição com franceses e holandeses pela região. A primeira tentativa de organização econômica envolveu a utilização de mão-de-obra indígena e a extração de variadas drogas do sertão local. Valorizadas nos mercados europeus, tais artigos eram colhidos e transportados pelos indígenas, que os conheciam há muito tempo,

ver POMBO, Nívia. “As ‘riquezas do mundo’ – cobiça e ciência nos jardins botânicos de Caiena e Belém do Pará (1790-1803)”. *Navigator*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 2010.

³⁴ Ver HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil...*, pp. 31-32 e 45-54; também ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial...*, pp. 248, 266 e 393-396; MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo...*, pp. 132; BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos S. “O arroz de Veneza e os trabalhadores de Guiné: a lavoura de exportação do Estado do Maranhão e Piauí (1770-1800)”. *Outros Tempos*, São Luís, v. 8, n. 12, 2011, p. 112; e ALDEN, Dauril. “O período final do Brasil Colônia: 1750-1808” in BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. Volume 2. América Latina Colonial. São Paulo e Brasília: EDUSP e FUNAG, 2004. Ver também CHAMBOULEYRON, Rafael. “Conquistas diferentes e de diferentes climas...”, pp. 92-93. A ideia de que a diversificação agrícola envolvia a disputa com outros poderes europeus tem uma de suas raízes no século XVII – ver CHAMBOULEYRON, Rafael. “Conquistas diferentes e de diferentes climas...”, pp. 96-97.

e mais tarde enviados à Europa. Conciliavam-se assim as condições ambientais, propícias à existência daquelas drogas, e a demografia local, garantidora de mão-de-obra barata e com úteis conhecimentos laborais³⁵.

Todavia, ainda assim a região deixava a desejar quando comparada a outros locais mais pujantes dos domínios lusos no início do século XVIII: o nordeste possuía seus extensos canaviais e o açúcar ali produzido era enviado a Portugal, ao passo que o centro-sul da colônia descobrira as jazidas de ouro na região das Minas Gerais. Para piorar o quadro, a mão-de-obra utilizada no norte da América portuguesa, predominantemente indígena, apresentava sinais de esgotamento, devidos aos constantes apresamentos e ao alastramento de doenças trazidas pelos colonos³⁶.

Tal quadro somente seria transformado a partir da segunda metade do século XVIII, quando as medidas de incentivo metropolitanas, calcadas na valorização da terra e da produção imperial, e a crise nos mercados de commodities abriram uma janela de oportunidade para a região. O arroz exerceu um papel nessa considerável mudança e o local passou por uma transformação demográfica quanto à organização da mão-de-obra para os campos. Se desde o início da colonização, a força de trabalho indígena predominou nas expedições extrativistas e nas tentativas agrícolas realizadas, tal realidade foi transformada na segunda metade do Setecentos com a chegada de escravos africanos. Não podemos compreender todas essas mudanças sem fazer referência à política econômica portuguesa, aos planos ilustrados e às condicionantes do mercado mundial. Somente a inter-relação entre todas essas facetas nos permite entender o que ocorreu nesse local e nos demais aqui analisados. Havia problemas econômicos que atingiam o império português após a queda da extração de metais no centro-sul colonial, o que deu ímpeto a diversas medidas reformistas e teorizações sobre a organização

³⁵ Ver BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos S. *Nas rotas do atlântico equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta Guiné para o Maranhão (1770-1800)*. 2009. 199 p. Dissertação (Mestrado em História). UFBA, Salvador, 2009, pp. 51-58; FONSECA, André Augusto da. “Reformismo ilustrado na Amazônia portuguesa: constrangimentos econômicos, ambientais e tecnológicos (1755-1799)”. *X Congresso Brasileiro de História Econômica/XI Conferência Internacional de História de Empresas*, Juiz de Fora, 2013, s/p; HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil...*, pp. 26-27 e 32; CARDOSO, Alírio “Especiarias na Amazônia portuguesa: circulação vegetal e comércio atlântico no final da monarquia hispânica”. *Tempo*, Niterói, v. 21, n. 37, 2015, pp. 119 e 122-129; por fim, ARRUDA, José Jobson de A. “A economia brasileira no fim da época colonial...”. Contudo, isso não significou que não havia relações entre o norte da colônia e o sul ou nordeste. A experiência colonial na parte sul do território foi usada em escritos do norte, como quando havia discursos sobre a escravidão – CHAMBOULEYRON, Rafael. “Conquistas diferentes e de diferentes climas...”, pp. 89-91.

³⁶ Ver BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos S. *Nas rotas do atlântico equatorial...*, p. 77; HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil...*, pp. 32-37.

econômica imperial, com uma revalorização do papel da terra e sua produção. Não por acaso, diversos escritores se dedicaram a assuntos agrícolas e escreveram ou traduziram muitas obras dedicadas à temática³⁷.

Além disso, a produção nesse quinhão português da América contou com um período favorável nos mercados europeus. Havia demanda por vários produtos na Europa, ao mesmo tempo em que as revoltas e revoluções no mundo atlântico quebraram diversas linhas de suprimento, diminuindo a oferta. Esse foi o caso do arroz britânico da Carolina do Sul, afetado pelas proibições e entraves criados pela Revolução Americana, ou ainda aquele do açúcar e café produzidos na colônia francesa de Saint-Domingue, excluídos de diversos mercados após a eclosão da revolução escrava. Articulados da forma como vimos nos últimos capítulos, esses foram fatores que contribuíram para a transformação econômica desta região portuguesa na América³⁸.

Nesse contexto, se o algodão encimou as listas de exportação das duas principais colônias do norte da América lusa, o Pará e o Maranhão, isso não significou que o papel reservado ao arroz fosse de pouca monta. Produzido comercialmente e com auxílio metropolitano desde meados do século XVIII, a produção alcançou patamares elevados nas duas capitanias: no caso do Pará, conforme o gráfico 4, a exportação atingiu um ápice de aproximadamente 140.000 arrobas em 1787; no caso do Maranhão, os números chegaram a quase 380.000 arrobas em 1806. Tais números não podem ser entendidos sem referência às garantias dadas pela Coroa em relação à produção e comércio do produto, substanciadas em isenções e proteções ao arroz luso-americano, como vimos no caso do Rio de Janeiro e que se adequa à presente região. Além disso, foi necessária a disponibilização de mão-de-obra para os arrozais, condição materializada também por meio da organização da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão³⁹.

³⁷ HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil...*, pp. 31-54; ver também ARRUDA, José Jobson de A. “A economia brasileira no fim da época colonial...”, pp. 19-21.

³⁸ Sobre a Revolução na colônia de Saint-Domingue e os impactos por ela trazidos ao mercado mundial de açúcar e café, ver SOUZA, Isabela R de. *O sistema de plantation em tempos de revolução abolicionista: Saint-Domingue, 1790-1803*. Dissertação em andamento (Mestrado em História Social). FFLCH-USP, São Paulo.

³⁹ HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil...*, pp. 50-51. Sobre essa desvalorização historiográfica do arroz e outros apontamentos do parágrafo, ver BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos S. “O arroz de Veneza e os trabalhadores de Guiné: a lavoura de exportação do Estado do Maranhão e Piauí (1770-1800)”. *Outros Tempos*, São Luís, v. 8, n. 12, 2011, pp. 110-111. Para considerações sobre a importância econômica de uma capitania da região, a do Piauí, ver CHAMBULEYRON, Rafael; MELO, Vanice S. de. “Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII)”. *Revista de História*, São Paulo, n. 168, 2013.

Criada em 1755, como parte dos planos mais amplos de Pombal para a recuperação econômica do império luso, a Companhia teve como um de seus objetivos o desenvolvimento da região norte dos domínios americanos. Para isso, produtos com aceitação no mercado europeu foram incentivados, ao passo que foi facilitada a introdução de mão-de-obra escrava para sustentar tal empreendimento⁴⁰.

A administração local também teve papel destacado no incentivo à lavoura arrozeira. Tanto isso é verdade que, no ano de 1752, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do marquês de Pombal e responsável pela administração do Estado do Grão-Pará e Maranhão, escreveu uma carta endereçada ao secretário Diogo de Mendonça Corte-Real. Nela, elencou os itens produzidos na região sob sua autoridade e, sem surpresas, o algodão foi notado em primeiro lugar, produzido no Pará e no Maranhão. Contudo, a riqueza vegetal da região não se resumia a essa matéria-prima. Segundo Furtado, também o arroz encontrava espaço nos terrenos⁴¹ e

[...] podia dar tanta ou maior utilidade que o açúcar, pelo grande consumo que tem no Reino, e no seu transporte tirava a Nação e a Coroa o lucro de haver mais navios, e em consequência, mais fretes e maior número de marinheiros. O arroz se fabrica, nestas Capitanias, em todas as terras alagadiças, nas quais se dá muito melhor que nas outras, porque [dá] nestas duas e três novidades cada ano.

No Maranhão se tem experimentado que o arroz a que chamam de Veneza é o de melhor produção, e o mais fácil de descascar. A lavoura deste gênero podia ser de grande utilidade aos lavradores, se, assim como fabricam a terra com enxada, a beneficiassem com arado de que nestas terras ninguém se serve; porque lhes ficava mais fácil o trabalho. O produto do arroz, nas piores terras, cada alqueire de semente dá 30 de novidade (produção e colheita), chegando a dar 100 nas terras mais naturais deste gênero⁴².

Em um trecho relativamente curto, o administrador citou o consumo do cereal em Portugal, os potenciais lucros gerados por sua comercialização, o ambiente de cultivo e uma variedade cuja produtividade era maior, conhecida como arroz de Veneza. Ou seja, em poucas linhas demonstrou como as preocupações metropolitanas envolviam a

⁴⁰ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo...*, pp. 59-61 e 97; BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos S. *Nas rotas do atlântico equatorial...*, pp. 28-29 e 35. Para uma avaliação negativa sobre o papel e eficiência da Companhia, ver SHIKIDA, Cláudio D. “Apontamento sobre a Economia Política da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão”. *Revista de Economia e Administração*, São Paulo, v. 6, n. 2, 2007.

⁴¹ FURTADO, Francisco Xavier de M. “Carta a Diogo de Mendonça, dando, em cumprimento ao disposto no § 26 das suas Instruções, notícia dos 39 gêneros produzidos no Estado...” in MENDONÇA, Marcos C. de. *A Amazônia na Era Pombalina*. 1º tomo. Correspondência do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado – 1751-1759. 2ª edição. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, pp. 268-275.

⁴² FURTADO, Francisco Xavier de M. “Carta a Diogo de Mendonça...”, pp. 270-271.

diversificação produtiva, a melhoria do comércio e a garantia de alimentos para a população do Reino. Mas isso não foi tudo. Respondendo a esses desenvolvimentos notados no ano de 1752, algumas décadas mais tarde diversos escritos produzidos na metrópole foram enviados à região – os textos agrônômicos antes analisados – e buscaram repensar essa realidade já em desenvolvimento. Por mais que não tenham sido a força instituidora de uma realidade produtiva, sua circulação ocorreu e possivelmente foram lidos por atores locais. Sinal de que as preocupações metropolitanas com o desenvolvimento agrícola da colônia prosseguiram no final do século XVIII⁴³.

Podemos entender como a produção do cereal na região pôde se destacar no conjunto imperial português. Houve um contexto político e econômico que abriu brechas para que a produção ganhasse terreno, envolvendo desde a situação das finanças imperiais até os eventos ocorridos no mundo atlântico em fins do século XVIII. E isso se relacionou mais tarde às práticas ilustradas de incentivo agrícola, materializadas nos livros enviados à colônia. O ambiente da região, com rios cujas margens podiam ser cultivadas e outras zonas propícias ao cereal, favoreceu uma cultura de arroz mais produtiva, como foi notado até mesmo por Mendonça Furtado em 1752. Aqui, portanto, o arroz se tornou um dos principais itens cultivados e em uma extensão considerável, o que explica o fato de a região liderar a lista de exportações de arroz na América lusa⁴⁴.

*

Mas se houve sucesso na produção do cereal, com um ambiente favorável e mão-de-obra africana oferecida pela Companhia monopolista, qual teria sido o papel dos cativos na promoção da lavoura arroteira? O Maranhão e o Pará confirmariam a ideia de articulação direta entre conhecimentos rizicultores oeste-africanos e a lavoura do cereal na América, ou podemos somá-los aos casos de São Paulo e Rio de Janeiro? Nesses

⁴³ Sobre o envio de livros, ver GALVES, Marcelo C. “Cultura letrada na virada para os oitocentos: livros à venda em São Luís do Maranhão”. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*, Natal, v. 1, 2013, pp. 4-11. Sobre o arroz de Veneza, ver BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos S. “O arroz de Veneza e os trabalhadores de Guiné...”, pp. 112-113. Sobre o “arroz da terra” e sua utilidade na alimentação de pobres, ver CHERMONT, Theodozio Constantino de O. “Memória sobre a introdução do arroz branco no Estado do Gram-Pará”. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, tomo XLVIII, parte I, 1885, p. 79.

⁴⁴ Sobre os rios da região, zonas produtoras de arroz, ver BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos S. “O arroz de Veneza e os trabalhadores de Guiné...”, p. 112. Para uma fonte que destaca a existência de máquinas movidas à força de animais para o beneficiamento do arroz nessa região, ver CHERMONT, Theodozio Constantino de O., *op. cit.*, pp. 79-84, especialmente as pp. 81-82.

últimos, a produção de arroz pôde ocorrer sem a direta articulação com os saberes africanos.

No que respeita ao tráfico atlântico, a Senegâmbia e outros locais próximos formavam a região produtora de arroz no oeste da África e esse foi o local que mais supriu de cativos o norte da América portuguesa entre os anos de 1676 e 1825. No final do século XVIII, que mais nos interessa no momento, o número de cativos vindos daquela paragem africana era mais do que o dobro daqueles vindos da África ocidental, que liderava o suprimento de escravos para as demais regiões da América lusa.

	Senegâmbia etc.	Serra Leoa	Baía de Benin	Baía de Biafra	África central ocidental etc.	Sudoeste africano e Oceano Índico	Total
1676-1700	1.096	0	0	0	0	0	1.096
1701-1725	415	0	1.442	656	0	0	2.513
1726-1750	1.668	0	0	0	0	0	1.668
1751-1775	17.818	0	0	0	5.109	0	22.927
1776-1800	31.091	42	1.022	0	12.084	391	44.630
1801-1825	29.266	0	74	1.246	27.749	968	59.303
Total	81.354	42	2.538	1.902	44.942	1.359	132.137

Tabela 2: *proveniência dos cativos desembarcados na região amazônica (1676-1825). Fonte: <<https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>> Acesso em 17 de junho de 2022.*

A tese do arroz negro parece se adequar de boa forma a esse local dos domínios luso-americanos. O cultivo de arroz teria contado com a experiência dos cativos rizicultores e, talvez, os próprios atores locais, donos de propriedades e comerciantes de cativos, valorizassem esse conhecimento e oferecessem ou utilizassem cativos daquela região africana na lavoura. Chegaríamos à conclusão de que, se houve o desenvolvimento de arrozais sem o auxílio direto da experiência africana nas capitanias de São Paulo e do Rio de Janeiro, também pode ter ocorrido uma contribuição para o desenvolvimento da rizicultura na região amazônica, possivelmente reconhecida e buscada pelos atores que organizavam o mundo produtivo naquelas paragens⁴⁵.

Mas realmente houve uma decisão deliberada de importar aqueles escravos? As ações da Companhia monopolista teriam sido guiadas somente pelo anseio dos senhores rizicultores? Se o algodão liderava as exportações, seriam os produtores de arroz capazes

⁴⁵ Para variações desse argumento, ver, por exemplo, BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos S. “O arroz de Veneza e os trabalhos de Guiné...”; ou ainda HAWTHORNE, Walter. “From ‘Black Rice’ to ‘Brown’: rethinking the history of risiculture in the seventeenth- and eighteenth-century Atlantic”. *The American Historical Review*, Bloomington, v. 115, n. 1, 2010.

de determinar o fluxo de cativos para aquela região? Por fim, mesmo com aqueles cativos vindos das zonas africanas do arroz, a rizicultura somente se desenvolveu graças a eles?

Há menções à preferência de administradores por cativos provenientes da Senegâmbia e adjacências, que poderiam aumentar a produtividade agrícola do Grão-Pará e Maranhão. Mas se isso aparecia nos discursos da época, é difícil concluir se os cativos realmente contribuíram com algo, visto que havia povos daquela região africana que não praticavam a rizicultura e podiam estar englobados nas remessas destinadas ao norte da América lusa. Podem ter sido escravizados e vistos como experientes na produção de arroz, mas não teriam muito com o que contribuir. Ou seja, mesmo que os senhores e administradores realmente tenham privilegiado cativos daquela região, as dinâmicas do tráfico, envolvendo a diminuição de custos e a oferta africana, não garantiriam que só cativos rizicultores seriam enviados à América e que as preferências dos compradores determinassem tudo. Como argumentaram Eltis, Morgan e Richardson, nem todos os cativos vindos da Alta-Guiné seriam rizicultores, pois lá também havia povos que se dedicavam a outras produções⁴⁶.

Ainda é preciso considerar o regime de ventos e correntes que fazia com que houvesse uma “natural” ligação entre as duas regiões, entre o norte da América e a região do arroz na África. Novamente, portanto, a ligação entre as duas regiões não teria sido tecida pelas preferências pessoais dos senhores e dos administradores, mas pelas condições ditadas pela natureza atlântica, pela oferta na África e pelo interesse dos comerciantes em diminuir custos⁴⁷.

Não se trata de negar absolutamente qualquer contribuição cativa ao desenvolvimento da rizicultura nessa região e noutras da América, mas criticar uma transferência direta de todo um conhecimento oeste-africano ao Novo Mundo, que pôde ter permanecido intacto e conferido quase todas as bases à produção de arroz nas regiões americanas. Também devemos analisar a organização do tráfico, para entender como os

⁴⁶ BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos S. “O arroz de Veneza e os trabalhadores de Guiné...”, pp. 117-124; ver também ELTIS, David; MORGAN, Philip; RICHARDSON, David. “Agency and diaspora in Atlantic History: reassessing the African contribution to rice cultivation in the Americas”. *The American Historical Review*, Bloomington, v. 112, n. 5, 2007, pp. 1339-1340, 1345-1346. Para uma autora que defende o papel dos cativos na organização da rizicultura americana, ver, por exemplo, HALL, Gwendolyn M. “África e africanos na diáspora africana: os usos de bancos de dados relacionais”. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 2010. Somente esse artigo de Hall, para além do livro de Carney, foi traduzido ao português no âmbito do debate sobre o arroz negro. Isso reflete algumas tendências atuais da historiografia brasileira.

⁴⁷ BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos S. *Nas rotas do atlântico equatorial...*, pp. 51-58; ELTIS, David; MORGAN, Philip; RICHARDSON, David. “Agency and diaspora...”, p. 1335.

fluxos foram constituídos ao longo dos anos. Com a análise das três regiões aqui apresentadas, pudemos ver como a rizicultura colonial portuguesa pôde ocorrer sem a presença de cativos africanos especializados naquela cultura, e isso não significa que não houve nenhuma contribuição dos escravos ao cultivo, mas que tal presença não foi essencial e determinante. Como argumentou Walter Hawthorne, isso não desmerece totalmente as ideias de Carney e dos que esposam a tese do arroz negro, pois a produção de arroz, principalmente em locais influenciados por marés, pôde ter contado com a experiência de cativos que conheciam essa cultura há um bom tempo. De qualquer forma, não acreditamos que, sem aquele conhecimento, a cultura do cereal não teria se desenvolvido nas diversas partes do Novo Mundo⁴⁸.

É preciso considerar que o arroz era conhecido há muito tempo na Europa, sendo produzido em escala comercial desde o século XV na Península Itálica, nas margens do Rio Pó. Alguns europeus, portanto, também sabiam como funcionava a cultura do cereal. É preciso levar em conta a demanda crescente por produtos alimentícios que fazia girar a economia atlântica. Ecoando as palavras de Coclanis, os africanos também conheciam o sorgo, mas ele não se tornou um item essencial à economia atlântica e, assim, não invadiu os campos produtivos americanos. Somente o conhecimento dos cativos e seus desejos de afirmação em um novo local não explicam os desenvolvimentos ocorridos na produção. A agência dos cativos existiu, assim como podem ter existido preferências senhoriais por cativos vistos como mais aptos à cultura do arroz, mas, como argumentaram Eltis, Morgan e Richardson, o tráfico atlântico e a organização produtiva americana são mais complexos, indo além de decisões individuais ou de pequenos grupos: o tráfico envolveu a realidade africana (suas guerras e rivalidades internas) e as decisões tomadas por comerciantes em busca de lucros e pelos poderes europeus. A produção americana abrangeu a configuração do ambiente no Novo Mundo e também as decisões tomadas pelas metrópoles, como visto no caso da diversificação produtiva ocorrida na América lusa. Envolveu um jogo de poder intrínseco à colonização europeia e à escravidão⁴⁹.

⁴⁸ Para a base de nosso argumento, ver ELTIS, David; MORGAN, Philip; RICHARDSON, David. “Agency and diaspora...”, *passim*, especialmente as pp. 1329-1335, 1353-1354 e 1356-1357; também HAWTHORNE, Walter. “From ‘Black Rice’ to ‘Brown’...”, pp. 162-163.

⁴⁹ ELTIS, David; MORGAN, Philip; RICHARDSON, David. “Agency and diaspora...”, pp. 1335-1346 e 1352-1357. Ver também COCLANIS, Peter. “Global perspectives on the early economic history of South Carolina”. *The South Carolina Historical Magazine*, Charleston, v. 106, n. 2/3, 2005, pp. 137 e 139-140. Enfim, MAX-EDELSON, S. “Beyond ‘Black Rice’: reconstructing material and cultural context for early

Como, então, explicar o desenvolvimento da cultura de arroz? Houve improvisações na América, envolvendo capital e ideias europeias, ideias africanas e o ambiente do Novo Mundo. A relação entre todos esses fatores nos auxilia a compreender como o arroz pôde crescer em terrenos secos e úmidos em várias regiões americanas. E não podemos esquecer as próprias dinâmicas da colonização, envolvendo poder político e econômico, pois não foi à toa que a produção de arroz ganhou mais terreno justamente quando, em nosso caso, Portugal percebeu a necessidade de diversificar a produção⁵⁰.

Na base de tudo, no caso das possessões lusas na América, se a discussão sobre o que tornou possível a produção de arroz envolve o debate sobre a contribuição cativa, não podemos nos esquecer daquele quadro mais amplo. Foram as oportunidades criadas pelo mercado mundial do cereal e as transformações no modo de pensar a economia que tornaram possível a produção na América portuguesa. Para que tudo engrenasse bem no campo produtivo, entraram em cena aquelas condições expostas: conhecimentos, capital e ambiente propício à cultura. É essa articulação entre condições mais amplas e outras vinculadas ao local que explica o desenvolvimento da lavoura rizicultora na América portuguesa em fins do século XVIII.

plantation agriculture”. *The American Historical Review*, Bloomington, v. 115, n. 1, 2010, pp. 130-133. BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos S. “O arroz de Veneza e os trabalhadores de Guiné...”, pp. 121-124.

⁵⁰ ELTIS, David; MORGAN, Philip; RICHARDSON, David. “Agency and diaspora...”, pp. 1335, 1353-1354 e 1357; COCLANIS, Peter. “Global perspectives...”, pp. 134 e 139-140.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento da cultura comercial de arroz na América lusa em fins do século XVIII e a contemporânea produção de escritos dedicados à agricultura e à rizicultura devem ser compreendidos levando em conta, em primeiro lugar, uma rede comercial desse cereal em funcionamento ao menos desde o início daquele século. Portugal importava o cereal inicialmente da Península Itálica e, mais tarde, preponderantemente das colônias britânicas do *Lower South*. Contudo, quando do arrefecimento da mineração de ouro na América lusa, a capacidade do Império de saldar os déficits na balança comercial foi enfraquecida, o que reforçou a necessidade de mudanças amplas na economia portuguesa e, inclusive, no modo de pensar essa faceta da realidade. Um evento relevante no final da centúria impactou o mercado mundial de arroz do período, contribuindo para as mudanças ocorridas na rizicultura colonial portuguesa. Por um lado, o caos comercial criado pela Revolução Americana pode ser compreendido como uma alavanca para o processo de substituição das importações de arroz, dando ímpeto à produção comercial que já existia ao menos desde a década de 1760. Por outro, essa mesma revolução, como parte da crise do sistema atlântico do noroeste europeu, tornou mais aguda a compreensão sobre a necessidade de transformações no império português, baseadas na experiência das potências daquela região europeia¹.

Contudo, tal desenvolvimento não pode ser separado das mudanças mentais então em voga. Por meio da análise de diversas obras, desde aquelas de Sebastião José de Carvalho e Melo até outra escrita por um negociante português no final do século XVIII, dedicado a debater especificamente as particularidades da Economia Política, pudemos vislumbrar as mudanças então ocorridas no pensamento econômico português. Houve uma crescente tendência à leitura e à aceitação dos novos princípios da Economia Política, o que, por outro lado, não significou o abandono completo das ideias mercantilistas que figuravam no pensamento econômico luso. Daí nossa conclusão voltada à ideia do ecletismo do pensamento econômico português, o que também contribuiu na discussão sobre os efeitos da Ilustração em Portugal. Ou seja, as mudanças na forma de conceber o econômico também foram resultado do movimento ilustrado em solo luso.

¹ Conferir BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael de B.; PARRON, Tâmis. *Escravidão e Política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Hucitec & Fapesp, 2010, pp. 11-93.

É nesse contexto de mudanças em que a agricultura foi avaliada, e, especificamente, as ideias sobre a produção de arroz passaram por importantes discussões. As condições ditadas pelo mercado mundial do cereal e pelas transformações no pensamento econômico trouxeram à tona dois resultados. Por um lado, o efetivo cultivo de arrozais em distintas porções da América lusa. Por outro, uma produção de escritos agronômicos, cujo objetivo foi refazer a rizicultura – já estabelecida na América – de modo mais racional, segundo os seus proponentes.

Empreendemos, em primeiro lugar, a análise de diversos escritos dedicados à reforma agrícola da produção colonial, um dos resultados daqueles processos. Se tais textos não puderam ser vistos de modo isolado, haja vista aquelas mudanças materiais e mentais, também trouxeram considerações novas. Especificamente, trouxeram à tona a busca pela diversificação agrícola e a melhoria dos processos técnicos na América lusa, uma tentativa de racionalização da realidade produtiva. Ao fazerem isso, também ilustraram a tentativa de emulação e o modo como uma das potências do sistema atlântico ibérico, Portugal, buscou resolver problemas e propor novidades a partir de experiências alheias. Mais um sinal da imbricação de duas realidades sistêmicas, ilustrando a “contemporaneidade do não contemporâneo”².

Demonstramos como a agricultura e o arroz se tornaram parte das discussões ilustradas sobre reforma agronômica e debatemos o espaço dedicado ao arroz nesses escritos. Provavelmente, por ser um cereal de relativa importância na dieta lusa e ter boa parte de suas técnicas produtivas conhecidas havia séculos, não havia tanto interesse em discutir sobre o cereal. Talvez fosse um tanto óbvio escrever sobre o arroz, assim como o seria sobre o trigo, a aveia ou o milho. De toda forma, o arroz foi um dos principais itens no processo de diversificação agrícola ocorrido em fins do século XVIII, demonstrado pelas pautas de exportação da América lusa. Quando citado em textos originais ou traduzidos, normalmente o cereal era criticado, ou defendido justamente contra aquelas críticas.

Tais textos não inauguraram a produção comercial de arroz em solo luso-americano, mas foram um resultado daquelas mudanças no mercado mundial do produto e das transformações no pensamento econômico português. Escreveu-se sobre agricultura

² BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael de B.; PARRON, Tâmis, *op. cit.*, pp. 27-54; KOSELLECK, Reinhart. “‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas” in *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006, p. 317.

e sobre o arroz, pois havia condições mercantis que abriam possibilidades para a agricultura portuguesa, ao mesmo tempo em que a valorização da terra, da agricultura propriamente dita, fez daqueles assuntos algo valioso para as políticas imperiais. Os textos, então, buscaram repensar aquela realidade material em novos moldes, com novidades baseadas em experiências alheias, mas falharam em tal intento. Por um lado, algumas das novidades aqui já existiam, como no caso dos engenhos visados por Hipólito da Costa. Algumas das novidades não se adequavam à realidade colonial do cultivo de arroz, como foi o caso do arado, que iria contra a lógica escravista da produção americana. Por outro, não há certeza se os textos realmente foram lidos.

Mas houve outro resultado daqueles processos mais amplos. O arroz era um cultivo presente em terreno luso-americano desde o século XVI, mas sua produção ampla e comercial somente ganhou força em meados do século XVIII. Condicionantes materiais e mentais foram trazidas à tona com vistas a explicar o salto produtivo. Não se trata de definir qual delas teve maior peso, pois diversas objeções podem surgir para qualquer argumentação. A Revolução Americana e o caos no mercado de arroz não explicam a forma pela qual a produção ganhou força antes de 1776, apesar de fazê-lo para o período posterior. Os escritos ilustrados que objetivaram difundir ideias sobre a economia podem ter valorizado a produção agrícola, mas não explicam sozinhos os saltos vistos no cultivo. Todavia, quando aliamos tais argumentos à situação econômica do império luso, marcada pela queda da extração aurífera em meados do Setecentos e pela dificuldade de sustento das importações, o desenvolvimento da produção comercial de arroz na América começa a tomar contornos mais nítidos.

O arroz importado contribuía com a subsistência da população enquanto um cereal alternativo, mas as importações foram prejudicadas pela diminuição do fluxo de metais após 1760. Diversas regiões da colônia americana, sem contar alguns territórios do reino, reuniam condições ambientais e sociais necessárias para o cultivo de arroz e havia a necessidade de garantir esse suprimento à metrópole. As reformas ilustradas contribuíram com a valorização da produção agrícola, do trabalho humano como um todo. Se o movimento reformista em Portugal tomou força desde 1750, as exportações de arroz a partir da América começaram a ganhar relevo, aproximadamente, após 1767; por outro lado, a década de 1770 – quando estourou a Revolução nas colônias britânicas, marcou aquele processo de “alavanca”, uma expressiva movimentação ascendente nas exportações luso-americanas, substitutas das remessas norte-americanas. Tais fatores

também ofereceram oportunidade para o surgimento de diversas obras e manuais práticos sobre a cultura de dezenas de cultivos, e entre eles, mesmo que com diminuta participação, estava o arroz³.

Portanto, é dessa forma que buscamos analisar *o arroz colonial no reformismo ilustrado português*. Aliando análises sobre ideias reformistas às condições ditadas pelo mercado, acreditamos ter conseguido revelar alguns fatores que levaram à produção comercial de arroz na América lusa e à produção de textos dedicados ao tema na metrópole, o que também reforça a intrincada relação entre centro e periferias coloniais. Não há como entender os desenvolvimentos em ambos os locais sem uma visão de conjunto, que reforce o caráter integrado dos processos de então.

E não há como compreender o processo sem levar em conta aqueles aspectos mais relacionados ao local, ao mundo produtivo. Buscamos fazer isso ao analisar o cultivo de arroz em distintas partes da América portuguesa, no que, aliás, pudemos adentrar o debate sobre o “arroz negro” e postular que a existência da rizicultura colonial não dependeu da transferência intacta de conhecimentos oeste-africanos. Aspectos mais amplos – relacionados ao mercado e à política imperial – se aliaram a análises mais circunscritas, na busca de uma explicação mais abrangente sobre o cultivo na América.

Com tais fatores formando nosso quadro explicativo, entendemos como foi possível ao visconde de Vila Nova da Cerveira, citado em nossa introdução, revelar por meio de um escrito o bom momento vivenciado pela rizicultura colonial portuguesa, destacando o atendimento da demanda lusa e a criação de exportações. Sinal de que, já em 1781, aqueles processos evidenciados haviam tornado possível o cultivo comercial na América.

No final das contas, percebemos bem o caráter dessa cultura: o arroz aqui analisado é, sem dúvida, colonial. Os discursos médicos o viam como nocivo e influenciavam a escrita e escolhas de alguns ilustrados, por mais que outros tentassem defendê-lo. Por outro lado, ele exigia uma quantidade expressiva de trabalho, demandando muito de camponeses ou escravos. Se a agricultura era vista, para as colônias

³ Sobre a exportação de arroz a partir da América lusa, ver nosso gráfico na página 193.

e segundo dom Rodrigo, como “mais proveitosa do que as artes”, com mais sentido ainda o espaço da rizicultura – “nociva” – era colonial⁴.

Podia gerar lucros aos donos de plantations, ou uma diminuta renda aos pequenos lavradores, mas, como apontou Pierre Chaunu, ela era “fruto da miséria”, no que certamente contava o ambiente de cultivo e o trabalho opressor, além de prover um alimento essencial para os pobres num período em que o crescimento demográfico foi evidente⁵.

Mesmo que o arroz não fosse vital para o mundo ocidental, vemos como o seu desenvolvimento comercial na América portuguesa envolveu processos distintos, entrelaçando a realidade lusa numa lógica mercantil e de emulação de ideias, conectando-a a outros espaços europeus, com temporalidades coloniais distintas. Mesmo não sendo vital, seu desenvolvimento nos auxilia a compreender processos mais amplos daquele período, relacionados a dinâmicas demográficas e econômicas que então se estabeleciam. Auxilia a compreender como tal cultivo podia ser parte relevante da vida material de populações do Novo e Velho Mundo e fazer parte de projetos capitalistas dedicados à sua produção⁶.

Seria interessante, no fim das contas, compreender as minúcias da produção com mais cuidado, em uma perspectiva que conectasse distintas regiões de cultivo e diversas formas de trabalho. Os debates aqui feitos auxiliariam na resolução desse novo problema, bem como seriam desenvolvidos com mais particularidade. Mas isso é tema para outra ocasião.

⁴ Ver COUTINHO, dom Rodrigo de S. “Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América (1797 ou 1798)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993, p. 54.

⁵ CHAUNU, Pierre. *A História como ciência social: a duração, o espaço e o homem na época moderna*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, p. 217.

⁶ Ver COCLANIS, Peter. *The shadow of a dream: economic life and death in the South Carolina Low Country, 1670-1920*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1989, p. 133.

FONTES LIDAS E CITADAS

Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa

ANÔNIMO. “Memória sobre o estado da agricultura, e comércio do Alto-Douro” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo III. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

BALSEMÃO, Visconde de. “Memória sobre a descrição física, e económica do lugar da Marinha Grande, e suas vizinhanças” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo V. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

BAPTISTA, Manuel D. “Ensaio de uma descrição, física e económica de Coimbra, e seus arredores” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo I. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

CABRAL, Estêvão D. “Memória sobre o Paul de Ota, suas causas, e seu remédio” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo II. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

CABRAL, Estêvão. “Memória sobre o papel” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo IV. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

_____. “Memória sobre os danos do Mondego no campo de Coimbra, e seu remédio” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo III. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

CÂMARA, Manuel F. da. “Ensaio de descrição física, e económica da Comarca dos Ilhéus na América” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo I. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

CASTRO, Joaquim de A. “Memória sobre a cochonilha do Brasil” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo II. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

_____. “Memória sobre o malvaíscio do distrito da vila da Cachoeira no Brasil” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo III. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

COSTA, José Inácio da. “Memória agronómica relativa ao concelho de Chaves” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo I. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

FEIJÓ, João da S. “Ensaio económico sobre as Ilhas de Cabo Verde em 1797” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo V. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

_____. “Memória sobre a urzela de Cabo Verde” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo V. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

FONSECA, Francisco P. R. da. “Descrição económica do território que vulgarmente se chama Alto-Douro” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo III. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

LOUREIRO, João de. “Da transplantação das árvores mais úteis de países remotos” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo I. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

LOUREIRO, Pe. João de. “Memória sobre o algodão, sua cultura, e fábrica” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo I. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

MESQUITA, João Manuel de C. de. “Memória sobre a cultura, e utilidade dos nabos na comarca de Trancoso” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo V. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

OLIVEIRA, Joaquim Pedro G. de. “Extracto das posturas da vila de Azeitão, comarca de Setúbal” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo III. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

PORTUGAL, Alexandre António das N. “Apontamentos sobre as queimadas enquanto prejudiciais à agricultura” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo III. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

PORTUGAL, Tomás António de Vila-Nova. “Memória sobre a cultura dos terrenos baldios que há no termo da vila de Ourém” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo II. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

_____. “Memória sobre os juro relativamente à cultura das terras” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo III. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

_____. “Observações que seria útil fazerem-se para a descrição económica da comarca de Setúbal” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo III. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

_____. “Observações sobre o mapa da povoação do termo da vila de Azeitão” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo III. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

RIBEIRO, José P. “Análise química de várias raízes para extrair farinha, ou polvilhos, e remetida à Academia” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo IV. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

SÁ, José António de. “Descrição económica da Torre de Moncorvo” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo III. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

SEQUEIRA, Joaquim Pedro F. de. “Memória acerca da cultura, e utilidade dos castanheiros na comarca de Portalegre” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo II. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

_____. “Memória sobre a introdução das gadanhas alemãs, e flamenga em Portugal” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo V. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

_____. “Memória sobre as azinheiras, soveiras, e carvalhos da província do Alentejo, onde se trata de sua cultura, e usos, e dos melhoramentos, que no estado actual podem ter” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo II. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

SERRA, José C. da. “Discurso preliminar” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo I. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

SILVA, José Veríssimo A. “Memória histórica sobre a agricultura portuguesa considerada desde o tempo dos romanos até ao presente. 1782” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes,*

e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815). Tomo V. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

_____. “Observações botânico-meteorológicas do ano de 1800 feitas em Tomar” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo V. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

SILVEIRA, António Henriques da. “Racional discurso sobre a agricultura, e população da província de Alentejo” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo I. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

TELES, Vicente C. de S. S. “Memória sobre a cultura do rícino em Portugal, e manufactura do seu óleo” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo III. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

TRIGOSO, Sebastião Francisco M. “Memória sobre os terrenos abertos, o seu prejuízo na agricultura, e sobre os diferentes métodos de tapumes” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo V. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

VANDELLI, Domingos. “Memória sobre a agricultura deste reino, e das suas conquistas” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo I. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

_____. “Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar à agricultura sobre as fábricas” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo I. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

_____. “Memória sobre algumas produções naturais das conquistas, as quais ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitam” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo I. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

_____. “Memória sobre algumas produções naturais deste reino, das quais se poderia tirar utilidade” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo I. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

_____. “Memória sobre as produções naturais do reino, e das conquistas, primeiras matérias de diferentes fábricas, ou manufacturas” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo I. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

_____. “Memória sobre o encanamento do rio Mondego” in *Memórias económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo III. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1991.

Tipografia do Arco do Cego e outros empreendimentos editoriais correlatos

Cultura americana que contém huma relação do terreno, clima, producção, e agricultura das colonias britannicas no norte da America, e nas Indias Occidentais, com observações sobre as vantagens, e desvantagens de se estabelecer nellas, em comparação com a Grã-Bretanha, e Irlanda. Por hum americano. Traduzida da Lingua Ingleza, debaixo dos auspicios, e de ordem de Sua Alteza Real o Principe Regente, Nosso Senhor, pelo bacharel José Feliciano Fernandes Pinheiro, em dois volumes. Vol. I. Publicado por Fr. José Mariano da Conceição Velloso, menor reformado da provincia do Rio de Janeiro, e pensionado por Sua Magestade. Tradução de José Feliciano F. Pinheiro. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1799.

Cultura americana que contém huma relação do terreno, clima, producção, e agricultura das colonias britannicas no norte da America, e nas Indias Occidentais, com observações sobre as vantagens, e desvantagens de se estabelecer nellas, em comparação com a Grã-Bretanha, e Irlanda. Por hum americano. Traduzida da Lingua Ingleza, debaixo dos auspicios, e de ordem de Sua Alteza Real o Principe Regente, Nosso Senhor, pelo bacharel Antonio Carlos Ribeiro d’Andrade, em dois volumes. Vol. II. Publicado por Fr. José Mariano da Conceição Velloso, menor reformado da provincia do Rio de Janeiro, e pensionado por Sua Magestade. Tradução de Antônio Carlos R. de Andrade. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1799.

NAVARRO, José Gregório de M. *Discurso sobre o melhoramento da economia rustica do Brazil, pela introducção do arado, refórma das fornalhas, e conservação de suas mattas, &c. Offerecida a Sua Alteza Real o Principe do Brazil, Nosso Senhor por José Gregório de Moraes Navarro, Bacharel formado em Direito Civil, e Juiz de fóra, e creador de nova Villa de Paracatú do Principe, por S. Magestade, &c. Publicado por Fr. José Marianno da Conceição Velloso [...]. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1799.*

VELLOSO, Frei José Mariano da C. *O Fazendeiro do Brazil. Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fabricas, que lhe são proprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assumpto: debaixo dos auspicios e de ordem de Sua Alteza Real o Principe do Brazil, Nosso Senhor. Colligido de Memorias Estrangeiras por Fr. José Mariano da Conceição Velloso, Menor Reformado da Provincia da Conceição do Rio de Janeiro, &c. TOM. I. PART. I. Da cultura das canas, e factura do assucar. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1798.*

_____. *O Fazendeiro do Brazil, Cultivador. Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fabricas, que lhe são proprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assumpto: debaixo dos auspicios e de ordem de Sua Alteza Real o Principe do Brazil, Nosso Senhor. Colligido de Memorias Estrangeiras por Fr. José Mariano da Conceição Velloso, Menor Reformado da Provincia da Conceição do Rio de Janeiro, &c. TOM. I. PART. II. Da cultura das canas, e factura do assucar. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1799.*

_____. *O Fazendeiro do Brazil, Cultivador. Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fabricas, que lhe são proprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assumpto: debaixo dos auspicios e de ordem de Sua Alteza Real o Principe do Brazil, Nosso Senhor. E augmentado nesta segunda edição de varias memorias mais sobre o anil, e da cultura, e fabrico do urucu. Colligido de Memorias Estrangeiras por Fr. José Mariano da Conceição Velloso, Menor Reformado da Provincia da Conceição do Rio de Janeiro, &c. TOMO II. TINTURARIA. PARTE I.* Lisboa: Impressão Régia, 1806.

_____. *O Fazendeiro do Brazil, Cultivador. Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fabricas, que lhe são proprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assumpto: debaixo dos auspicios e de ordem de Sua Alteza Real o Principe do Brazil, Nosso Senhor. Traduzio de L'art de L'indigotier de M. de Beauvais Raiseau. Por Fr. José Mariano da Conceição Velloso. TOMO II. TINTURARIA. PARTE II. Cultura da Indigoeira, e extracção da sua fecula. Hyacinthum, Purpura, Coccigera. Ex.cap.XXV.v.17.* Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800.

_____. *O Fazendeiro do Brazil, Cultivador, Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fabricas, que lhe são proprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assumpto: debaixo dos auspicios, e de ordem de Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor. Colligido de Memorias Estrangeiras por Fr. José Mariano da Conceição Velloso. Menor Reformado da Provincia da Conceição do Rio de Janeiro, etc. TOM. II. PART. III. Cultura do Cateiro, e criação da cochonilha.* Lisboa: Oficina de João Procópio da Silva, 1800.

_____. *O Fazendeiro do Brazil, Cultivador, Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fabricas, que lhe são proprias, segundo o melhor que se tem escrito a este assumpto: debaixo dos auspicios, e de ordem de Sua Alteza Real o Principe Regente, Nosso Senhor. Colligido de Memorias Estrangeiras por Fr. José Mariano da Conceição Velloso. Tomo III. Bebidas Alimentosas. Parte I [...].* Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800.

_____. *O Fazendeiro do Brazil, Cultivador Melhorado na economia rural dos genero já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fabricas que lhe são proprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assumpto: debaixo dos auspicios e de ordem de Sua Alteza Real, o Principe do Brazil, Nosso Senhor. Traduzido do Fazendeiro de Café da Ilha de S. Domingos {The Caffee planter of Saint Domingo By P. J. Laborie L. L. D.} Por Antonio Carlos Ribeiro d'Andrade, Bacharel em Leis, e Philosophia. Tomo III. Bebidas Alimentosas. Parte II. Publicado por Fr. José Mariano da Conceição Velloso [...].* Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1799.

_____. *O Fazendeiro do Brazil, Cultivador, Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fabricas, que lhe são proprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assumpto. Debaixo dos auspicios, e de ordem de Sua Alteza Real o Principe Regente, Nosso Senhor. Colligido de Memorias Estrangeiras por Fr. José Mariano da Conceição Velloso. Tomo III. Bebidas Alimentosas. Cacao. Parte III [...].* Lisboa: Impressão Régia, 1805.

_____. *O Fazendeiro do Brazil, Cultivador, Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fabricas, que lhe são proprias, e segundo o melhor, que se tem escrito a este assumpto. Debaixo dos auspicios,*

e de ordem de Sua Alteza Real o Principe Regente, Nosso Senhor. Colligido de Memorias Estrangeiras por Fr. José Mariano da Conceição Velloso. Tomo IV. Especiarias. Parte I [...]. Lisboa: Impressão Régia, 1805.

_____. *O Fazendeiro do Brazil, Cultivador, Melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fabricas, que lhe são proprias, segundo o melhor, que se tem escrito a este assumpto. Debaixo dos auspicios, e de ordem de Sua Alteza Real o Principe Regente, Nosso Senhor. Collegido de Memorias Estrangeiras por Fr. José Mariano da Conceição Velloso. Menor Reformado da Provincia da Conceição do Rio de Janeiro, etc. Tomo V. Filatura. Parte I [...]. Lisboa: Impressão Régia, 1806.*

TELLES, Vicente C. de S. S. *Memoria sobre a cultura do arros em Portugal, e suas conquistas, offerecida a S. Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor, por Vicente Coelho de Seabra Silva Telles. Medico, e lente substituto de zoologia, mineralogia, botanica, e agricultura, na Universidade de Coimbra, e socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. Publicada por Fr. José Mariano Velloso. Lisboa: Casa Literária do Arco do Cego, 1800.*

Outras fontes

Manuscritas

“Balança geral do commercio de Portugal com as naçoens estrangeiras no anno de 1777”. BNRJ, I-6, 4, 6, *passim* apud ALDEN, Dauril. “Manoel Luís Vieira: an entrepreneur in Rio de Janeiro during Brazil’s eighteenth century agricultural renaissance”. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v. 39, n. 4, 1959, p. 534.

(Documento escrito pelo Visconde de Vila Nova da Cerveira) - Biblioteca da Ajuda, 54 – XIII – 4 (34).

IHGB, CU, arq. 1-1-29, volume 29, p. 252 verso-253 *apud* PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, p. 76.

Impressas

“Acts of Parliament, Anno Tertio Georgii II. Regio., pp. 559-564” *apud* DETHLOFF, Henry C. “The colonial rice trade”. *Agricultural History*, Mississippi State, v. 56, n. 1, 1982.

“Alvará acerca da Fabrica de descascar arroz no Rio de Janeiro” in SILVA, Antonio D. da. *Collecção da legislação portuguesa desde a ultima compilação das ordenações, redegida pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1763 a 1774*. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1858.

“Alvará prohibindo a entrada de arroz estrangeiro” in SILVA, Antonio D. da. *Collecção da legislação portuguesa desde a ultima compilação das ordenações, redegida pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1775 a 1790*. Lisboa: Typographia Maigrense, 1828.

“Aviso ao mesmo fim” in SILVA, Antonio D. da. *Suplemento à collecção da legislação portuguesa do desembargador Antonio Delgado da Silva. Pelo mesmo. legislação de 1791 a 1820*. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1847.

“Aviso proibindo a exportação do arroz” in SILVA, Antonio D. da. *Suplemento à collecção da legislação portuguesa do desembargador Antonio Delgado da Silva. Pelo mesmo. legislação de 1791 a 1820*. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1847.

BURLAMAQUI, Frederico Leopoldo Cesar. *Manual da cultura do arroz. 6º manual agrícola mandado publicar pela Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional pelo Dr. Frederico Leopoldo Cesar Burlamaqui. Secretario perpetuo honorario da mesma sociedade [...]*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1864.

CAMPOMANES, Pedro R. *Reflexiones sobre el comercio español a Indias (1762)*. Edição, transcrição e estudo preliminar de Vicente L. Rosa. Madrid: Instituto de Estudios Fiscales, 1988.

CARVALHO E MELO, Sebastião José de. “Carta de ofício a Marco António de Azevedo Coutinho em 2 de janeiro de 1741 (extracto)” in *Escritos econômicos de Londres (1741-1742)*. Edição de José Barreto. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986.

_____. “Relação dos gravames que ao comercio e vassallos de Portugal se tem inferido e estão actualmente inferindo por Inglaterra, com as infracções que dos pactos reciprocos se tem feito por este segundo reyno assim nos actos de parlamento que publicou como nos costumes que stableceo e nos outros diverços meynos de que se sérvio para fraudar os tratados do comercio entre as duas nações” in *Escritos econômicos de Londres (1741-1742)*. Edição de José Barreto. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986.

_____. “1ª carta de ofício a Marco António de Azevedo Coutinho em 14 de junho de 1741” in *Escritos econômicos de Londres (1741-1742)*. Edição de José Barreto. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986.

_____. “2ª carta de ofício a Marco António de Azevedo Coutinho em 14 de junho de 1741” in *Escritos econômicos de Londres (1741-1742)*. Edição de José Barreto. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986.

_____. “Carta particular a Marco António de Azevedo Coutinho em 19 de junho de 1741” in *Escritos econômicos de Londres (1741-1742)*. Edição de José Barreto. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986.

_____. “Carta de ofício a Marco António de Azevedo Coutinho em 8 de julho de 1741” in *Escritos econômicos de Londres (1741-1742)*. Edição de José Barreto. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986.

_____. “Carta ao cardeal da Mota em 22 de setembro de 1741” in *Escritos econômicos de Londres (1741-1742)*. Edição de José Barreto. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986.

_____. “Carta de ofício a Marco António de Azevedo Coutinho em 24 de setembro de 1741” in *Escritos econômicos de Londres (1741-1742)*. Edição de José Barreto. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986.

_____. “Carta ao cardeal da Mota em 19 de fevereiro de 1742” in *Escritos econômicos de Londres (1741-1742)*. Edição de José Barreto. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986.

_____. “Observações secretissimas do Marquez de Pombal sobre a collocação da Estatua Equestre de Sua Magestade o Senhor D. José I” in *Gabinete histórico que a Sua*

Magestade Fidelissima o Senhor Rei D. Miguel I em o dia dos seus felicissimos anos 23 de outubro de 1831 offerece Fr. Claudio da Conceição, Ex-definidor, examinador synodal do Patriarchado de Lisboa, Prégador Regio, Chronista, e Padre da Provincia de Sancta Maria d'Arrabida, e Chronista do Reino. Tomo XVII. Lisboa: Impressão Regia, 1831.

CASTRO E MENDONÇA, António Manoel de M. “Documento deque faz menção a carta supra” in *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Offícios do capitão general Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça (governador da capitania). 1797-1801. Vol. 87.* São Paulo: Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo/Secretaria da Educação, 1963.

CHERMONT, Theodozio Constantino de O. “Memória sobre a introdução do arroz branco no Estado do Gram-Pará”. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Etmographico do Brazil*, Rio de Janeiro, tomo XLVIII, parte I, 1885.

COUTINHO, dom Rodrigo de S. “1º Discurso: 22-12-1798” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “2º Discurso: 7-01-1800” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “3º Discurso: 5-02-1801” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “4º Discurso: 19-01-1802” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “5º Discurso: 29-03-1803” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Alvará de criação da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica (30-06-1798)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Apresentação de José Maria Arnaud a Ayres de Sá e Mello, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Avisos e instruções para D. Fernando José de Portugal, Governador e Capitão Geral da Capitania da Bahia: 14-09-1796; 21-10-1797; 01-10-1798; 21-10-1799; 10-05-1799” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Carta para o Marquês Mordomo-mor relativa à avaliação das rendas reais e das despesas para o ano próximo futuro (16-2-1799)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Carta para o Marquês Mordomo-mor, presidente do Real Erário, sobre o comércio e navegação da Índia (24-11-1800)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Carta para o Marquês Mordomo-mor sobre os fundos necessários para as obras do Hospital da Marinha e da Cordoaria (15-09-1797)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Carta para o Marquês Mordomo-mor sobre recursos e meios de Fazenda (22-10-1796)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Carta para o Visconde de Anadia quando lhe entregou a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios ultramarinos (14-06-1801)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Decreto relativo à criação de um curso de docimasia e de um laboratório de ensaios na Casa da Moeda (12-11-1801)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Decreto relativo ao desempenho dos cargos de escrivães e contadores das capitânicas do Ultramar (6-09-1802)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Discurso em que se prova a necessidade e utilidade dos estudos e conhecimentos hidrodinâmicos em Portugal; em que se descrevem os objectos interessantes, onde utilmente são empregados; em que se propõe o estabelecimento de uma escola, e corpo de hidráulicos, para os empregar utilmente, e finalmente se apontam os meios de fazenda próprios e fáceis a empregar nestes necessários e úteis estabelecimentos (1787)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Discurso sobre a mendicidade (sem data: 1787 ou 1788)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Discurso sobre a verdadeira influência das minas e dos metais preciosos na indústria das nações que as possuem, e especialmente da portuguesa (1789)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Discurso sobre o comércio de Itália relativamente ao de Portugal” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Instruções do ministro Rodrigo de Souza Coutinho a Hipólito José da Costa” in XAVIER, Paulo. *Hipólito José da Costa: um observador econômico na América*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Fundo Nacional da Cultura, 1997.

_____. “Instruções para Manuel Ferreira da Câmara, Intendente Geral das Minas na Capitania de Minas Gerais e Serro Frio (26-11-1800)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América (1797 ou 1798)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Novas normas de funcionamento do Erário Régio (31-08-1801)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Observações e reflexões sobre um trabalho de medidas de terreno e produções do Ribatejo (1793)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Observações relativas às finanças dos Estados sardos, com propostas de reforma (1794)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Os princípios da nova administração da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (10-09-1796)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Parecer sobre as difíceis circunstâncias do momento presente (21-06-1798)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Parecer sobre projectos de Alvarás lidos no Conselho de Estado, o 1º sobre novas imposições, o 2º sobre princípios económicos a favor da agricultura (22-04-1799)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Plano de lotaria para fundar o estabelecimento da filatura e organsinagem da seda em Trás-os-Montes” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Plano sobre o mais fácil e natural meio de aumentar a povoação e riqueza do Alentejo: criação de uma Caixa de crédito ou Banco particular (13-06-1798)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Plano sobre o modo de reduzir a circulação do papel-moeda (Janeiro de 1800)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Projecto de Alvará de criação do Banco Real Brigantino (Julho de 1797)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Projecto de Alvará para abrir um empréstimo do valor de 4 milhões de cruzados (31-01-1797)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Projecto de Alvará sobre a administração e governo das Ilhas dos Açores, Madeira e Porto Santo (1799)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Projecto de carta de lei sobre o crédito público e a criação de um banco público de crédito e circulação (sem data – antes de Julho de 1797)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Projecto de Carta de lei sobre reformas na agricultura (sem data – depois de Julho de 1799)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Projecto de empréstimo de 15 milhões de cruzados (6-12-1798)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Projecto de Alvará sobre o comércio do sal nas capitanias de Pará e Maranhão (sem data – anterior a 1799)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Recopilação dos ofícios expedidos de Turim no ano de 1783” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Recopilação dos ofícios expedidos de Turim no ano de 1786” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Reflexões políticas sobre os meios de estabelecer em Portugal a cultura e manufactura da seda” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Reflexões sobre os motivos da prosperidade da agricultura deste país [Piemonte], que servem a fazer ver praticamente as vantajosas consequências dos sábios princípios adoptados (1789)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Reflexões sobre as finanças e fiscalidade de Portugal (1786)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Reflexões sobre o alto preço que vão tomar as carnes, e meios de remediar este inconveniente no momento presente, e para o futuro (12-10-1800)” in *Textos políticos,*

económicos e financeiros (1783-1811). Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Reflexões sobre o estabelecimento do crédito público em Portugal, melhoramento da Fazenda Real, e outros objectos que interessam à existência gloriosa do nosso real trono (29-10-1795)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Relação política da Casa de Sabóia (excertos)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Representação ao Príncipe regente sobre a criação de uma tontina para as compras de linho necessárias à Cordoaria (12-09-1797)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Representação ao Príncipe Regente sobre o Alvará para a abolição dos contratos do sal e da pescaria da baleia (6-08-1798)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Representação ao Príncipe regente sobre o Decreto de suspensão das obras, e sobre a conta geral da despesa da Repartição da Marinha (21-01-1800)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Representação ao Príncipe regente sobre o meio de restabelecer o crédito público e de segurar recursos para as grandes despesas (29-10-1799)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Representação ao Príncipe Regente sobre o orçamento do Hospital Real da Marinha, Laboratório químico, Dispensatório farmacéutico e Armazens (11-09-1797)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Representação a S. A. R. o Príncipe regente sobre um plano de Fazenda (15-03-1799)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Representação ao Príncipe regente sobre um projecto de empréstimo em Londres (9-04-1797)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

_____. “Representação ao Príncipe regente sobre vários assuntos (5-7-1798)” in *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo II. Introdução e direção de edição de André Mansuy Diniz Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

COUTINHO, Joaquim José da C. A. “Ensaio economico sobre o commercio de Portugal e suas colonias offerecido ao serenissimo principe da Beira o senhor D. Pedro, e publicado de ordem da Academia Real das Sciencias pelo seu socio D. José Joaquim da Cunha de

Azeredo Coutinho, bispo em outro tempo de Pernambuco, depois eleito de Bragança, e Miranda, e actualmente bispo d'Elvas, do conselho de sua alteza real etc. Segunda edição corrigida, e accrescentada pelo mesmo auctor” in *Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804)*. Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

_____. “Discurso sobre o estado atual das minas do Brasil dividido em quatro capítulos...” in *Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804)*. Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

_____. “Memória sobre o preço do açúcar” in *Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804)*. Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

“Decreto isentando de direitos por mais dez annos o arroz introduzido de quaesquer dos portos dos Dominios deste Reino” in SILVA, Antonio D. da. *Supplemento à collecção da legislação portugueza do desembargador Antonio Delgado da Silva. Pelo mesmo. Legislação de 1791 a 1820*. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1847.

“Decreto isemptando de quaesquer emolumentos o arroz do Brasil que entrar nos portos deste Reino” in SILVA, Antonio D. da. *Supplemento à collecção da legislação portugueza do desembargador Antonio Delgado da Silva. Pelo mesmo. Anno de 1750 a 1762*. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1842.

“Decreto isemptando por dez annos de direitos o arroz que vier do Brazil” in SILVA, Antonio D. da. *Supplemento à collecção da legislação portugueza. do desembargador Antonio Delgado da Silva. Pelo mesmo. Anno de 1763 a 1790*. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1844.

“Decreto isentando por mais cinco annos de Direitos o arroz do Brazil importado neste Reino” in SILVA, Antonio D. da. *Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações, oferecida a El Rei nosso senhor, pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1802 a 1810*. Lisboa: Typographia Maignense, 1826.

“Decreto prorogando por mais dez annos a isempção de direitos ao arroz dos Dominios Ultramarinos” in SILVA, Antonio D. da. *Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações, redegida pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1775 a 1790*. Lisboa: Typographia Maignense, 1828.

“Edward Randolph to Board of Trade, 27 May 1700”, SALISBURY, W. Noel *et al.* (eds.). *Records in the British Record Office relating to South Carolina, 1663-1710*, 5 vols. Atlanta & Columbia: Foote and Davies Company, 1928-1947, 4: 189-90 *apud* CLIFTON, James. “The rice industry in colonial America”. *Agricultural History*, Mississippi State, v. 53, n. 3, 1981.

FURTADO, Francisco Xavier de M. “Carta a Diogo de Mendonça, dando, em cumprimento ao disposto no § 26 das suas Instruções, notícia dos 39 gêneros produzidos no Estado...” in MENDONÇA, Marcos C. de. *A Amazônia na Era Pombalina*. 1º tomo. Correspondência do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado – 1751-1759. 2ª edição. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

HENRIQUES, Francisco da Fonseca. *Âncora Medicinal para conservar a vida com saúde, escrita pelo Doutor Francisco da Fonseca Henriques, natural de Mirandella, medico do serenissimo Rey de Portugal D. João V.* Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1731.

LORENA, Bernardo José de. “P.a o Secretario d’ Estado” in *Publicação Official de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo. Volume XLV. Correspondencia recebida e expedida pelo General Bernardo José de Lorena, Governador da Capitania de S. Paulo, durante o seu Governo. 1788=1797.* São Paulo: Duprat & Comp., 1924.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana Historica, Critica, e Cronologica. Na qual se comprehende a noticia dos authores Portuguezes, e das Obras, que compuzerão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo prezente. Offerecida ao excellentissimo, e reverendissimo senhor. D. Fr. Jose Maria da Fonseca, e Evora. Bispo do Porto do Conselho de Sua Magestade. Por Diogo Barbosa Machado. Ulissiponense Abbade Reservatario da Parochial Igreja de Santo Adrião de Sever, e Academico do Numero da Academia Real. Tomo II.* Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues, 1747.

“Memória sobre a produção do trigo, arroz e outros grãos”. *RIHGB*, Rio de Janeiro, a. 163, n. 416, p. 145-148, 2002.

M.J.R. *Economia Política feita em 1795 por M.J.R.* Introdução e direção de edição de Armada Castro. Lisboa: Banco de Portugal, 1992.

_____. “Reflexões se é útil ou pernicioso um porto franco em Lisboa, seguidas de notas e pensamentos sobre a mencionada ideia” in *Economia Política feita em 1795 por M.J.R.* Introdução e direção de edição de Armando Castro. Lisboa: Banco de Portugal, 1992.

MOURÃO, Luiz António de S. B. “Para o director da Aldéa de S. João dos Guarulhos” in *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Ofícios do Capitão General D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão (Morgado de Mateus) aos diversos funcionarios da Capitania. 1766-1767. Vol. LXVII.* São Paulo: Tipografia do Globo, 1943.

_____. “Para o mesmo [João da Sylva Pinheiro, da Comarca de Parnaguá]” in *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Ofícios do Capitão General D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão (Morgado de Mateus) aos diversos funcionarios da Capitania. 1766-1767. Vol. LXVII.* São Paulo: Tipografia do Globo, 1943.

NIEBUHR, Carsten. *Travels through Arabia, and other countries in the East, performed by M. Niebuhr... V. I.* Edimburgo, 1792.

PEREIRA, Hipólito da C. *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799).* Brasília: Edições Senado Federal, 2004.

_____. “Copiador e Registro das Cartas de Ofício” in *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799).* Brasília: Edições Senado Federal, 2004.

_____. “Memória sobre a viagem aos Estados-Unidos por Hippolyto José da Costa Pereira”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo XXI, 1858 [2ª edição, 1930].

“Portaria authorisando o Conselho da Fazenda para a admissão do arroz Estrangeiro” in SILVA, Antonio D. da. *Supplemento à collecção da legislação portuguesa do desembargador Antonio Delgado da Silva. Pelo mesmo. legislação de 1791 a 1820*. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1847.

“Portaria com a isempção de Direitos para o Arroz” in SILVA, Antonio D. da. *Supplemento à collecção da legislação portuguesa do desembargador Antonio Delgado da Silva. Pelo mesmo. legislação de 1791 a 1820*. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1847.

“Portaria do Conselho da Fazenda, para que o arroz estrangeiro seja admittido a despacho, quando o do Brazil chegar a 4\$800 réis por quintal” in SILVA, Antonio D. da. *Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações, offerecida a El Rei Nosso Senhor pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1811 a 1820*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1825.

“Portaria isemptando por mais hum anno de meios Direitos a importação do arroz” in SILVA, Antonio D. da. *Supplemento à collecção da legislação portuguesa do desembargador Antonio Delgado da Silva. Pelo mesmo. Legislação de 1791 a 1820*. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1847.

“Portaria sobre direitos do Arroz” in SILVA, Antonio D. da. *Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações, offerecida a El Rei Nosso Senhor pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1811 a 1820*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1825.

PORTUGAL, Luís de A. (marquês do Lavradio). “Relatório do vice-rei marquez de Lavradio, vice-rei do Rio de Janeiro, entregando o governo a Luiz de Vasconcelos e Souza, que o succedeu no vice-reinado”. Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 4, n. 16, 1843, p. 468 *apud* OLIVEIRA, Victor Luiz A. “Lavradio, vice-reis e as políticas de fomento econômico no Rio de Janeiro colonial: o caso do anil”. *História e Economia*, São Paulo/Lisboa, v. 18, n. 1, 2017.

“Relação do q’ se deve apromptar no Porto de Araraytaguaba p.a a conducta do Brigadr.o José Custódio de Sá e Faria, Off.es e mais Tropas q’ o acompanhar p.a a Praça de Guatemy” in *Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo. Volume VIII. Yguatemy*. São Paulo: Typographia Aurora, 1895.

SANCHES, António R. *Tratado de conservação da saúde dos povos*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2003, *apud* COSME, João. “A consciência sanitária em Portugal nos séculos XVIII-XIX”. *CEM – cultura, espaço & memória*, Porto, n. 5, 2014.

SILVA, Antonio Delgado. *Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações, redegida pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830.

_____. *Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações, redegida pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1763 a 1774*. Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1858.

_____. *Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações, redegida pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1775 a 1790*. Lisboa: Typographia Maigrense, 1828.

_____. Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações, redegida pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1791 a 1801. Lisboa: Typografia Maignense, 1828.

_____. *Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações, oferecida a El Rei nosso senhor, pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1802 a 1810.* Lisboa: Typographia Maignense, 1826.

_____. *Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das ordenações, offerecida a El Rei Nosso Senhor pelo desembargador Antonio Delgado da Silva. Legislação de 1811 a 1820.* Lisboa: Typografia Maignense, 1825.

_____. *Supplemento à collecção da legislação portuguesa do desembargador Antonio Delgado da Silva. Pelo mesmo. Anno de 1750 a 1762.* Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1842.

_____. *Supplemento à collecção da legislação portuguesa. do desembargador Antonio Delgado da Silva. Pelo mesmo. Anno de 1763 a 1790.* Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1844.

_____. *Supplemento à collecção da legislação portuguesa do desembargador Antonio Delgado da Silva. Pelo mesmo. legislação de 1791 a 1820.* Lisboa: Typographia de L. C. da Cunha, 1847.

U.S. DEPARTMENT OF COMMERCE. *Historical statistics of the United States. Colonial times to 1970. Part II. US Bureau of the census: Washington, D.C., 1975.*

Iconografia

CODINA, Joaquim José. [Engenho de pilões de socar]. [S.I.: s.n.], [17--]. 1 desenho, nanquim, p&b, imagem 32,5x19,0 cm em f. 34,5 x 24,0. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=1420>. Acesso em 8 de julho de 2022.

CODINA, Joaquim José. Moinho de arroz. Original, 1784. Extraído de CFC – I (49). BNRJ 21, 1, 2 (30) *apud* Anexo com imagens de PATACA, Ermelinda. *Mobilidade e permanências de viajantes no mundo português: entre práticas e representações científicas e artísticas.* 2015. 385 p. Tese (Livre docência). Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2015.

CODINA, Joaquim José. Ventilador de arroz. Original, 1784. Extraído de CFC – I (48). BNRJ 21, 1, 2 (32) *apud* Anexo com imagens de PATACA, Ermelinda. *Mobilidade e permanências de viajantes no mundo português: entre práticas e representações científicas e artísticas.* 2015. 385 p. Tese (Livre docência). Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2015.

Sites

<https://www.slavevoyages.org/>

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E CITADA

- ABREU, Alberto A. de. “A Itália política do século XVII vista por olhos portugueses”. *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, Lisboa, v. 22, 2006.
- AGHA, Andrew; PHILIPS JR., Charles F. “Landscapes of cultivation: inland rice fields landscapes and archaeological sites”. *The African Diaspora Archaeology Newsletter*, Urbana/Champaign v. 12, n. 3, 2009.
- ALDEN, Dauril. “Manoel Luís Vieira: an entrepreneur in Rio de Janeiro during Brazil’s eighteenth century agricultural renaissance”. *The Hispanic American Historical Review*, Durham, v. 39, n. 4, 1959.
- _____. “The Marquis of Pombal and the American Revolution”. *The Americas*, Washington D. C., v. 17, n. 4, 1961.
- _____. “Late colonial Brazil, 1750-1808” in BETHELL, Leslie (ed.). *The Cambridge History of Latin America*. Volume II. Colonial Latin America. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- _____. “O período final do Brasil Colônia: 1750-1808”, in BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. V. 2. América Latina Colonial. São Paulo/Brasília: Edusp/Funag, 2004.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALESSANDRINI, Nunziatella. “Mercados italianos na Lisboa de quinhentos. Redes comerciais e estratégias mercantis”. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, Lisboa, III série, n. 28/29, 2015/2016.
- ALGRANTI, Leila M. “À mesa com os paulistas: saberes e práticas culinárias (séculos XVI-XIX)”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, 2011.
- _____. “Alimentação e cultura material no Rio de Janeiro dos vice-reis”. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 32, n. 58, 2016.
- ALVES, Carlos F. T. “Cartas inéditas de D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho para Sebastião José de Carvalho e Melo (1772-1773). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 22, n. 1, 2018.
- ARAÚJO, Ana Cristina. *A cultura das luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1980.

_____. “Correspondência epistolar e as possibilidades do comércio português na Itália em 1800”. *Revista de História*, São Paulo, n. 118, 1985.

_____. “A economia brasileira no fim da época colonial: a diversificação da produção, o ganho de monopólio e a falsa euforia do Maranhão”. *Revista de História*, São Paulo, n. 119, 1985/1986/1987/1988.

_____. “Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII”. *Revista USP*, São Paulo, n. 46, 2000.

_____. “Superlucros: a prova empírica do exclusivo colonial”. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, 2014.

_____. “Fernando Novais: um marxista pascaliano?”. *Economia e sociedade*, Campinas, v. 24, n. 1, 2015.

_____. “A essencialidade agropastoril da economia colonial: a fazenda mista paulista”. *História (São Paulo)*, Franca/Assis, v. 39, 2020.

AZEVEDO, Dannylo de. *O Fazendeiro do Brasil: manuais agrícolas no Brasil colonial em finais do século XVIII*. 2018. 215 p. Dissertação (Mestrado em História Econômica). FFLCH-USP, São Paulo, 2018.

AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e a sua época*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil; Lisboa: Seara Nova; Porto: Renascença Portuguesa, 1922.

BACELLAR, Carlos de A. P. “As famílias de povoadores em áreas de fronteira da capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Belo Horizonte, v. 34, n. 3, 2017.

BARBIERO, Tom. “A reassessment of agricultural production in Italy, 1861 – 1914: the case of Lombardy”. *Journal of European Economic History*, Roma, v. 17, 1988.

BARRETO, José. “Introdução” in CARVALHO E MELO, Sebastião José de. *Escritos econômicos de Londres (1741-1742)*. Edição de José Barreto. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1986.

BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos S. *Nas rotas do atlântico equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)*. 2009. 119 p. Dissertação (Mestrado em História). UFBA, Salvador, 2009.

_____. “O arroz de Veneza e os trabalhadores de Guiné: a lavoura de exportação do Estado do Maranhão e Piauí (1770 – 1800)”. *Outros Tempos*, São Luís, v. 8, n. 12, 2011.

BASTOS, Nêilor Felipe. “O próspero caminho do interior: economia e escravos em Sorocaba, Itu e Campinas – 1770-1830”. *Epígrafe*, São Paulo, v. 3, n. 3, 2016.

BELLOTTO, Heloísa L. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

- BERBEL, Marcia; MARQUESE, Rafael de B.; PARRON, Tâmis. *Escravidão e Política: Brasil e Cuba, c. 1790 – 1850*. São Paulo: Hucitec & Fapesp, 2010.
- BETHELL, Leslie (org.). *The Cambridge History of Latin America*. Volume II. Colonial Latin America. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- _____. (org.). *História da América Latina*. Volume 1. América Latina Colonial. São Paulo; Brasília: EDUSP; Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
- BIANCHINI, Nicole L. *Café e chá na representação visual europeia: 1640-1790*. 2021. 339 p. Dissertação (Mestrado em História Social). FFLCH-USP, São Paulo, 2021.
- BLACKBURN, Robin. “Capitalismo e Novo Mundo: escravidão, acumulação primitiva e industrialização”, in BONILLA, Heraclio (org.). *Os conquistados: 1492 e a população indígena das Américas*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BLAJ, Ilana. “Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998.
- BOXER, Charles R. *O império marítimo português: 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRAGA, Isabel Drumond. “Influências estrangeiras nos livros de cozinha portugueses (séculos XVI – XIX): alguns problemas de análise”, in *Estudos em homenagem ao professor doutor José Marques*. II volume. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 237 – 247.
- _____. *Sabores do Brasil em Portugal: descobrir e transformar novos alimentos (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.
- _____. “Luzes, natureza e pragmatismo em Portugal: o contributo da Real Academia das Ciências no século XVIII”. *Tempo*, Niterói, v. 22, n. 41, 2016.
- _____. “O receituário de Francisco Borges Henriques: culinária, cosmética e botica em Portugal no século XVIII”. *Revista Diálogos Mediterrâneos*, Curitiba, n. 12, 2017.
- BRAGA, Oswaldo M. “Nota final” in PEREIRA, Hipólito da C. *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*. Brasília: Edições Senado Federal, 2004.
- BRAGANÇA, Aníbal. “Arco do Cego e Impressão Régia (Lisboa e Rio de Janeiro): sobre rupturas e continuidades na implantação da imprensa no Brasil”. *Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Natal, 2008.
- BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- _____. *Uma lição de história de Fernand Braudel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- _____. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII. Volume 1. As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII. Volume 2.* Os jogos das trocas. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII. Volume 3.* O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRAY, Francesca; COCLANIS, Peter; FIELDS-BLACK, Edda; SCHÄFER, Dagmar. *Rice: global networks and new histories.* New York: Cambridge University Press, 2015.

BURNARD, Trevor. *Planters, merchants, and slaves: plantation societies in British America, 1650 – 1820.* Chicago & London: The University of Chicago Press, 2015.

BUVALOVAS, Thais Helena dos S. “O diário da minha viagem para Filadélfia. Maçonaria e jornalismo política na missão de Hipólito José da Costa aos Estados Unidos”. *Almanack braziliense*, São Paulo, n. 9, 2009.

_____. *Hipólito da Costa na Filadélfia: imprensa, maçonaria e cultura política na viagem de um ilustrado luso-brasileiro aos Estados Unidos (1798-1800).* São Paulo: Hucitec, 2011.

CANTARINO, Nelson M. *A razão e a ordem: o bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho e a defesa ilustrada do Antigo Regime português (1742-1821).* São Paulo: Alameda, 2015.

CARDOSO, Alírio. “Especiarias na Amazônia portuguesa: circulação vegetal e comércio atlântico no final da monarquia hispânica”. *Tempo*, Niterói, v. 21, n. 37, 2015.

CARDOSO, Ciro F. S. “El modo de producción esclavista colonial en América”. *Cuadernos de Pasado y Presente* (Córdoba, Argentina), v. 12, n. 40, 1973.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Estrutura econômica e política da sociedade escravocrata” in *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul.* 5ª edição revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, José Luís. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808).* Lisboa: Estampa, 1989.

_____. “Introdução” in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815).* Tomo I. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

_____. *Pensar a economia em Portugal: digressões históricas.* Algés: Difel, 1997.

_____. “Nas malhas do império: a economia política e a política colonial de d. Rodrigo de Souza Coutinho” in CARDOSO, José Luís (coord.). *A economia política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790-1822).* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

_____. “Genovesi e a economia política ilustrada em Portugal”. *Cultura*, Lisboa, v. 36, 2017.

_____. “Circulating economic ideas: adaptation, appropriation, translation” in CUNHA, Alexandre M.; SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *The Political Economy of Latin American independence*. London/New York: Routledge, 2017.

_____. “D. Rodrigo de Sousa Coutinho em Turim: cultura económica e formação política de um diplomata ilustrado” in DA MOTA, Isabel F.; SPANTIGATI, Carla Enrica (coords.). *Tanto ella assume novitate al fianco: Lisboa, Turim e o intercâmbio cultural do século das luzes à Europa pós-napoleônica*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

_____; CUNHA, Alexandre M. “Discurso econômico e política colonial no império luso-brasileiro”. *Tempo*, Niterói, v. 17, n. 31, 2011.

CARMAN, Harry (org.). *American Husbandry* (1ª ed., 1775). Port Washington: Kennikat Press, 1964.

CARMO, Miguel *et al.* “African knowledge transfer in Early Modern Portugal: enslaved people and rice cultivation in Tagus and Sado rivers”. *Diacronie. Studi di Storia Contemporanea*, Bolonha, n. 44, 2020.

CARNEY, Judith; MARIN, Rosa Acevedo. “Aportes dos escravos na história do cultivo do arroz africano nas Américas”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Seropédica & Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 1999.

CARNEY, Judith. *Black Rice: the African origins of rice cultivation in the Americas*. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

_____. “African origins of rice cultivation in the black Atlantic”. *África: revista do centro de estudos africanos*, USP, São Paulo, v. 27/28, n. 1, 2006/2007.

_____. “O arroz africano na história do Novo Mundo”. *Fronteiras: journal of social, technological and environmental science*, Anápolis, v. 6, n. 2, 2017.

_____. *Arroz negro: as origens africanas do cultivo do arroz nas Américas*. Bissau: Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas, 2018.

CASSINO, Carmine. “‘Pela Nação Italiana, residente em Lisboa’: relações luso-italianas e elementos de italianidade na capital (Segunda metade do século XVIII)”. *Ammantu – Bolletino Storico e Archivistico del Mediterraneo e delle Americhe*, Villacidro, n. 7, 2015.

_____. “‘Lisboa dos italianos’: presença italiana e práticas de nacionalidade nos primeiros trinta anos do século XIX”. *Cadernos do Arquivo Municipal*, Lisboa, 2ª série, n. 3, 2015.

CASTRO, Antônio Barros de. “A economia política, o capitalismo e a escravidão”, in LAPA, José Roberto do A. *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. “‘As mãos e os pés do senhor de engenho’: dinâmica do escravismo colonial”, in PINHEIRO, Paulo Sérgio (coord.). *Trabalho escravo, economia, e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

CASTRO, Armando de. “A política econômica do Marquês de Pombal e a sociedade portuguesa do século XVIII”. *Revista de História das Ideias – O Marquês de Pombal e o seu tempo, tomo I*, Coimbra, 1982.

_____. “Introdução” in *Economia Política feita em 1795 por M.J.R.* Introdução e direção de edição de Armando Castro. Lisboa: Banco de Portugal, 1992.

CHAMBULEYRON, Rafael. “Conquistas diferentes e de diferentes climas: o Maranhão, o Brasil e a América portuguesa (séculos XVII e XVIII)”. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 41, 2019.

_____; MELO, Vanice S. de. “Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII)”. *Revista de História*, São Paulo, n. 168, 2013.

CHANG, Te-Tzu. “Rice” in KIPLE, Kenneth F.; ORNELAS, Kriemhild C. (eds.). *The Cambridge World History of Food*. Volume 1. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

CHAUNU, Pierre. *A História como ciência social: a duração, o espaço e o homem na época moderna*. Tradução de Fernando Ferro. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

CHRISTENSEN, Peter. *The decline of Iranshahr: irrigation and environments in the history of Middle East, 500 BC to AD 1500*. Copenhagen: Museum Tusulanum Press, University of Copenhagen, 1993, p. 117 *apud* SHARMA, Shantanjw D. “Domestication and diaspora of rice” in _____ (ed.). *Rice: origin, antiquity, and history*. Enfield: Science/CRC Press, Taylor & Francis Group, 2010.

CIRIACONO, Salvatore. *Building on Water: Venice, Holland and the Construction of the European Landscape in Early Modern Times*. New York/Oxford: Berghahn Books, 2006.

CLIFTON, James. “The rice industry in colonial America”. *Agricultural History*, Mississippi State, v. 53, n. 3, 1981.

COCLANIS, Peter. “Rice prices in the 1720s and the evolution of the South Carolina economy”. *The Journal of Southern History*, Athens, v. 48, n. 4, 1982.

_____. *The shadow of a dream: economic life and death in the South Carolina Low Country, 1670 – 1920*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1989.

_____. “Distant Thunder: the creation of a world market in rice and the transformation it wrought”. *The American Historical Review*, Bloomington, v. 98, n. 4, 1993.

_____. “Global perspectives on the early economic history of South Carolina”. *The South Carolina Historical Magazine*, Charleston, v. 106, n. 2/3, 2005.

_____. “Rice”, in McCUSKER, John J. *History of world trade since 1450*. V. 2. Detroit: Macmillan Reference USA, 2006.

_____. “ReOrienting Atlantic history: the global dimensions of the ‘western’ rice trade”, in CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge; SEEMAN, Erik R. *The Atlantic in Global History (1500 - 2000)*. New Jersey: Pearson, 2007.

_____. “The road to commodity hell: the rise and fall of the first American rice industry” in FOLLET, Richard; BECKERT, Sven; COCLANIS, Peter; HAHN, Barbara. *Plantation Kingdom: the American South and its global commodities*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2016.

CONRAD, Sebastian. *What is global history?* Princeton & Oxford: Princeton University Press, 2016.

COSME, João. “A consciência sanitária em Portugal nos séculos XVIII-XIX”. *CEM – cultura, espaço & memória*, Porto, n. 5, 2014.

COSTA, Emilia V. da. “A invenção do Iluminismo”, in COGGIOLA, Osvaldo (org.). *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Nova Stella & EDUSP; Brasília: CNPq, 1990.

_____. “A dialética invertida: 1960-1990”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 14, n. 27, 1994.

COSTA, Leonor F. “Relações econômicas com o exterior” in LAINS, Pedro; SILVA, Álvaro F. da. (orgs). *História econômica de Portugal (1700-2000)*. V. 1. O Século XVIII. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

COURTRIGHT, David. “Fifty Years of American History: An Interview with Edmund S. Morgan”. *The Williams and Mary Quarterly*, Williamsburg, v. 44, n. 2, 1987.

CROSBY, Alfred. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa: 900 – 1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CRUZ, José Carlos *et al.* “Manejo do solo e sistema plantio direto” in CRUZ, José Carlos *et al.* (eds. técs.). *Milho: o produtor pergunta, a Embrapa responde*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2011.

CURTO, Diogo R. “Iluminismo e projetos coloniais em Angola (1797-1802)” in PATACA, Ermelinda M.; LUNA, Fernando José (orgs.). *Frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego*. São Paulo: EDUSP, 2019.

DALLA COSTA, Ricardo. *Ciências naturais e econômicas na obra de Domingos Vandelli (1735-1816)*. 2017. 116 p. Tese (Doutorado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

DE BERNARDI, Alberto. “Risicoltura e capitalismo”. *Studi Storici*, Roma, a. 17, n. 3, 1976.

DE LA FUENTE, Alejandro. “From slaves to citizens? Tannenbaun and the debate on slavery, emancipation, and race relations in Latin America”. *International Labor and Working-Class History*, Cambridge, n. 77, 2010.

DE VRIES, Jan. “Playing with scales: the global and the micro, the macro and the nano”. *Past and Present*, Oxford, supplement 14, 2019.

DEAN, Warren. “A botânica e a política imperial: introdução e adaptação de plantas no Brasil colonial e imperial”. *Instituto de Estudos Avançados da USP*, São Paulo, 1989.

DERNTL, Maria Fernanda. “Uma oficina de novidades: a implantação de núcleos urbanos na capitania de São Paulo, 1765-1775”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 20, n. 1, 2012.

DETHLOFF, Henry C. “The colonial rice trade”. *Agricultural History*, Mississippi State, v. 56, n. 1, 1982.

DEYON, Pierre. *O mercantilismo*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

DIAS, Maria Odila L. da S. “Aspectos da Ilustração no Brasil”. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 278, 1968.

DIEGUES, Antonio Carlos. “O Vale do Ribeira e litoral de São Paulo: meio-ambiente, história e população”. *Artigos do NUPAUB (originalmente preparado para o CENPEC)*, São Paulo, 2007.

DOMINGUES, Ângela. “Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. VIII, pp. 823-838, 2001, Suplemento.

DOURADO, Igor E. “A cultura da utilidade nos escritos das Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa”. *Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est*, Vitória, 2017.

DOWD, Douglas F. “The economic expansion of Lombardy, 1300 – 1500: A study in political stimuli to economic change”. *The Journal of Economic History*, Cambridge, v. 21, n. 2, 1961.

DRESCHER, Seymour. “The antislavery debate: capitalism and abolitionism as a problem in historical interpretation by Thomas Bender”. *History and Theory*, Middletown, v. 32, n. 3, 1993.

_____; EMMER, Peter (eds.). *Who abolished slavery? Slave revolts and abolitionism*. A debate with João Pedro Marques. New York: Berghahn Books, 2010.

ELLIOTT, John H. “A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII”, in BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. Vol. 1. América Latina Colonial. 2ª ed. São Paulo/Brasília: Edusp/Funag, 2012.

ELTIS, David. “The volume and structure of the transatlantic slave trade: a reassessment”. *The William and Mary Quarterly*, Williamsburg, v. 58, n. 1, 2001.

ELTIS, David; MORGAN, Philip; RICHARDSON, David. “Agency and Diaspora in Atlantic History: Reassessing the African Contribution to Rice Cultivation in the Americas”. *The American Historical Review*, Bloomington, v. 112, n. 5, 2007.

_____. “Black, Brown, or White? Color-coding American commercial rice cultivation with slave labor”. *The American Historical Review*, Bloomington, v. 115, n. 1, 2010.

FALCON, Francisco José C. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1993.

_____. “O império luso-brasileiro e a questão da dependência inglesa – um estudo de caso: a política mercantilista durante a época pombalina, e a sombra do tratado de Methuen”. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, 2005.

FARIA, Miguel F. de. “Da facilitação e da ornamentação: a imagem nas edições do Arco do Cego” in CAMPOS, Fernanda Maria G. de *et al* (orgs.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*, Bicentenário. Lisboa: Biblioteca Nacional/Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999, p. 120 *apud* BRAGANÇA, Aníbal. “Arco do Cego e Impressão Régia (Lisboa e Rio de Janeiro): sobre rupturas e continuidades na implantação da imprensa no Brasil”. *Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Natal, 2008.

_____. “A Florae Fluminense de Frei José Mariano da Conceição Veloso e a gênese da Casa Literária do Arco do Cego” in PATACA, Ermelinda M.; LUNA, Fernando José (orgs.). *Frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego*. São Paulo: EDUSP, 2019.

FERLINI, Vera Lucia A. “Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822)”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 17, n. 2, 2009.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. “Los impérios em su contexto global, c. 1500-1800”. *Debates y Perspectivas. Cuadernos de Historia y Ciencias Sociales* (“Las tinieblas de la memoria. Una reflexión sobre los imperios en la Edad Moderna”, coord.. Manuel Lucena Giraldo), n. 2, 2002.

FERREIRA, Breno F. L. “Conservação da natureza e modernização agrícola nos prefácios de O Fazendeiro do Brasil, de frei José Mariano da Conceição Veloso (1798-1806)”. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, 2019.

FERREIRA, Nuno P. S. “A alimentação portuguesa na Idade Medieval”. *Alimentação Humana*, Porto, v. 14, n. 3, 2008.

FERRERO, Aldo; VIDOTTO, Francesco. “History of rice in Europe”, in SHARMA, Shatanjiw (ed.). *Rice: origin, antiquity, and history*. Enfield: Science/CRC Press, Taylor & Francis Group, 2010.

FISHER, Harold E. S. *De Methuen a Pombal: o comércio anglo-português de 1700 a 1770*. Lisboa: Gradiva, 1984.

FOLLET, Richard; BECKERT, Sven; COCLANIS, Peter; HAHN, Barbara. *Plantation Kingdom: the American South and its global commodities*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2016.

- FONSECA, André Augusto da. “Reformismo ilustrado na Amazônia portuguesa: constrangimentos econômicos, ambientais e tecnológicos (1755-1799)”. *X Congresso Brasileiro de História Econômica e XI Conferência Internacional de História de Empresas*, Juiz de Fora, 2013.
- FONSECA, Teresa. “O reformismo pombalino e a Feitoria Britânica de Lisboa”. *Cadernos do Arquivo Municipal*, Lisboa, 2ª série, n. 3, 2015.
- FORTUNATO, Thomáz. *Nas vértices do Império: a formação das redes de correio na América portuguesa (1796 – c. 1808)*. Dissertação em elaboração (Mestrado em História Social) – FFLCH-USP, São Paulo.
- FRANCO, Maria Sylvia de C. “Organização social do trabalho no período colonial”. *Discurso*, São Paulo, n. 8, 1978.
- FRAGOSO, João. “A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império português: 1790-1820” in FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (Séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; KRAUSE, Thiago. *A América portuguesa e os sistemas atlânticos na Época Moderna: monarquia pluricontinental e Antigo Regime*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.
- FULLER, Dorian Q.; CASTILLO, Cristina C. “Rice: origins and development”, in SMITH, Claire (ed.). *Encyclopedia of global archaeology*. New York: Springer, 2014.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 18ª edição. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.
- GALVES, Marcelo C. “Cultura letrada na virada para os oitocentos: livros à venda em São Luís do Maranhão”. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*, Natal, v. 1, 2013.
- GENOVESE, Eugene. *Da rebelião à revolução*. São Paulo: Global, 1983.
- GHOBRIAL, John-Paul. “Introduction: seeing the world like a microhistorian”. *Past and Present*, Oxford, supplement 14, 2019.
- GODINHO, Vitorino M. “Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)”. *Revista de História*, São Paulo, v. 7, n. 15, 1953.
- GOLDMAN, Lucien. *La Ilustración y la sociedade actual*. Caracas: Monte Avila Editores, 1968.
- GORENDER, Jacob. “Leis da rigidez da mão de obra escrava” in *O escravismo colonial*. 6ª ed. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2016.

GREENE, Jack P. *Landon Carter: an inquiry into the personal values and social imperatives of the eighteenth-century Virginia gentry*. Charlottesville: The University Press of Virginia, 1988.

HALL, Douglas. “Botanical and horticultural enterprise in eighteenth-century Jamaica”, in McDONALD, Roderick (ed.). *West Indies Accounts: essays on the history of the British Caribbean and the Atlantic economy in honour of Richard Sheridan*. Barbados/Jamaica/Trinidad e Tobago: The Press University of the West Indies, 1996.

HALL, Gwendolyn M. “África e africanos na diáspora Africana: os usos de bancos de dados relacionais”. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 2010.

HANSON, Carl A. *Economia e sociedade no Portugal barroco, 1668-1703*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986.

HARDEN, Alessandra R. de O. “Os tradutores da Casa do Arco do Cego e a ciência iluminista: a conciliação pelas palavras”. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 50, n. 2, 2011.

HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil: culture, identity, and Atlantic slave trade, 1600 – 1830*. New York: Cambridge University Press, 2010.

_____. “From ‘Black Rice’ to ‘Brown’: rethinking the history of risiculture in the seventeenth- and eighteenth-century Atlantic”. *The American Historical Review*, Bloomington, v. 115, n. 1, 2010.

HILBERT, Lautaro *et al.* “Evidence for mid-Holocene rice domestication in the Americas”. *Nature Ecology & Evolution*, London, v. 1, n. 11, 2017.

HOLANDA, Sérgio B. de. “Apresentação” in COUTINHO, José Joaquim da C. de A. *Obras econômicas de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

_____. “Do chuço ao arado” in *Caminhos e Fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. “O arroz em São Paulo na Era Colonial” in COSTA, Marcos (org.). *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos: livro I, 1920-1949*. São Paulo: Editora Unesp, Fundação Perseu Abramo, 2011.

ISAAC, Rhys. *Landon Carter’s uneasy kingdom: revolution and rebellion on a Virginia plantation*. New York: Oxford University Press, 2004.

ISRAEL, Jonathan. *A Revolução das Luzes: o Iluminismo radical e as origens intelectuais da democracia moderna*. São Paulo: EDIPRO, 2013.

JACOB, Margaret. “Spinoza got it”. *London Review of Books*, Londres, v. 34, n. 21, 2012.

KLEIN, Herbert. “A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil”. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 2, 1987.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC Rio, 2006.

_____. “‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas” in *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

_____. “Historia Magistra Vitae – sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento” in *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

LEÃO, Múcio. “Esboço de uma biografia” in PEREIRA, Hipólito da C. *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*. Brasília: Edições Senado Federal, 2004.

LEITE, Lorena. *‘Déspota, tirano e arbitrário’: o governo de Lobo de Saldanha na capitania de São Paulo (1775 – 1782)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

LIMA, Alceu A. “Introdução” in PEREIRA, Hipólito da C. *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*. Brasília: Edições Senado Federal, 2004.

LINARES, Olga F. “African rice (*Oryza glaberrima*): history and future potential”. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, Washington – DC, v. 99, n. 25, 2002.

LINHARES, Maria Yedda. “História Agrária”, in CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LITTLEFIELD, Daniel C. *Rice and slaves: ethnicity and the slave trade in colonial South Carolina*. Urbana/Chicago: University of Illinois Press, 1991.

LOPES, Carlos. “O Kaabu e os seus vizinhos: uma leitura espacial e histórica explicativa de conflitos”. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 32, 2005.

LUNA, Francisco V.; KLEIN, Herbert S. “Nota a respeito de medidas de grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para a conversão ao sistema métrico”. *Boletim de História Demográfica*, São Paulo, ano VIII, n. 21, 2001.

MACEDO, Jorge B. de. *A situação econômica no tempo de Pombal*. Lisboa: Gradiva, 1989.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. “Sebastião José de Carvalho e Melo e a economia do Brasil” in *Labirintos brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2011.

MARÍ, Rubén B.; PEYDRÓ, Ricardo J. “Crónicas de arroz, mosquitos y paludismo en España: el caso de la provincia de Valencia (s. XVIII – XX)”. *Hispania – Revista Española de Historia*, Madrid, v. LXX, n. 236, 2010.

MARICHAL, Carlo. “El peso de plata hispanoamericano como moneda universal del Antiguo Régimen (siglos XVI a XVIII)” in MARICHAL, Carlo; TOPIK, Steven; FRANK, Zephyr (orgs.). *De la plata a la cocaína: cinco siglos de historia económica de*

América Latina, 1500-2000. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica-El Colegio de México, 2017.

MARIN, Rosa E. “Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial”. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 8, n. 1, 2005.

MARQUES, António H. de Oliveira. *A sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1963.

MARQUESE, Rafael de B. *Administração & escravidão: ideias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. “Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura no Vale do Paraíba oitocentista”. *Almanack braziliense*, São Paulo, n. 7, 2008.

_____. “A Ilustração luso-brasileira e a circulação dos saberes escravistas caribenhos: a montagem da cafeicultura brasileira em perspectiva comprada”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, 2009.

_____. “As origens de Brasil e Java: trabalho compulsório e a reconfiguração da economia mundial do café na Era das Revoluções. c. 1760 – 1840”. *História (São Paulo)*, Assis/Franca, v. 34, n. 2, 2015.

_____. “A história global da escravidão atlântica: balanço e perspectivas”. *Esboços: histórias em contextos globais*, Florianópolis, v. 26, n. 41, 2019.

_____. *Os tempos plurais da escravidão no Brasil: ensaios de História e Historiografia*. São Paulo: Intermeios, 2020.

_____. “A tale of two coffee colonies: environment and slavery in Suriname and Saint-Domingue, ca. 1750-1790”. *Comparative Studies in Society and History*, Ann Arbor, v. 64, n. 3, 2022.

_____; MARQUES, Leonardo. “Ouro, café e escravos: o Brasil e ‘a assim chamada acumulação primitiva’” in MARQUESE, Rafael de B. *Os tempos plurais da escravidão no Brasil: ensaios de História e Historiografia*. São Paulo: Intermeios, 2020.

_____; PIMENTA, João Paulo G. “Tradições de história global na América Latina e no Caribe”. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 17, 2015.

_____; SILVA JR., Waldomiro Lourenço da. “Tempos históricos plurais – Braudel, Koselleck e o problema da escravidão negra nas Américas”. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 11, n. 28, 2018.

MATOS, Felipe. “A circulação dos livros da Tipografia do Arco do Cego em Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis, século XVIII)”. *VII Jornada Setecentista*, Curitiba, 2007.

MATTOS, Renato. “Problematizando a ‘decadência’ paulista: a complexa inserção de São Paulo nas redes mercantis do Império português (1765-1808)”. *HISTOReLo – Revista de Historia Regional y Local*, Medellín, v. 6, n. 11, 2014.

MAX EDELSON, S. “The characters of commodities: the reputations of South Carolina rice and indigo in the Atlantic world”, in COCLANIS, Peter (org.). *The Atlantic economy during the Seventeenth and Eighteenth centuries: organization, operation, practice, and personnel*. Columbia: University of South Carolina Press, 2005.

_____. “Beyond ‘Black Rice’: reconstructing material and cultural context for early plantation agriculture”. *The American Historical Review*, Bloomington, v. 115, n. 1, 2010.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MELLO E SOUZA, Laura de; BICALHO, Maria Fernanda. *1680-1720: o império deste mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MENARD, Russell. “Financing the lowcountry export boom: capital and growth in early South Carolina”. *The William and Mary Quarterly*, Williamsburg, v. 51, n. 4, 1994.

MENZ, Maximiliano. “Reflexões sobre duas crises econômicas no Império Português (1688 e 1770)”. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, 2013.

MICHELI, Marco V. “Diversificação econômica na capitania de São Paulo: o perfil econômico das vilas do litoral norte e sul (1798-1821)”. *Faces da História*, Assis, v. 5, n. 1, 2018.

MILLER, Joseph C. “O Atlântico escravista: açúcar, escravos e engenhos”. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 19/20, 1997.

_____. *The problem of slavery as history: a global approach*. New Haven/London: Yale University Press, 2012.

MINTZ, Sidney W. “Produção tropical e consumo de massa: um comentário histórico”, in MINTZ, Sidney W. *O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Organização e tradução por Christine Rufino Dabat. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2003.

MIRANDA, Bruno da F. *O Vale do Paraíba contra a Lei do Ventre Livre, 1865-1871*. 2018. 250 p. Dissertação (Mestrado em História Social). FFLCH-USP, São Paulo, 2018.

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. “‘Estrangeirados’. A questão do isolacionismo português nos séculos XVII e XVIII”. *Revista História*, São Paulo, n. 123 – 124, 1990/1991.

MONT SERRATH, Pablo O. “Crise geral e política manufatureira em Portugal na segunda metade do século XVIII: novos indícios e questionamentos”. *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa, n. 29, 2013.

MONTEIRO, Nuno G. “Pombal’s government: between seventeenth-century Valido and Enlightened Models” in PAQUETTE, Gabriel (ed.). *Enlightened reform in Southern Europe and its Atlantic colonies, c. 1750-1830*. Farnham/Burlington: Ashgate, 2009.

MORAES, Eulália Maria Aparecida de; SANTOS, Christian Fausto M. dos; CAMPOS, Rafael D. da S. “Filosofia Natural Lusa: A *Viagem Philosophica* e a Política Iluminista na América Portuguesa Setecentista”. *Confluenze*, Bolonha, v. 4, n. 1, 2011.

MOREIRA, Antonio. “Desenvolvimento industrial e atraso tecnológico em Portugal na segunda metade do século XVIII”, in SANTOS, Maria Helena C. dos. (coord.). *Pombal revisitado: comunicações ao colóquio internacional organizado pela comissão das comemorações do 2º centenário da morte do Marquês de Pombal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.

MORGAN, Edmund S. “Escravidão e liberdade: o paradoxo americano”. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 14, n. 38, 2000.

MORGAN, Kenneth. “The organization of the colonial rice trade”. *The William and Mary Quarterly*, Williamsburg, v. 52, n. 3, 1995.

MORGAN, Philip D. “Three planters and their slaves: perspectives on slavery in Virginia, South Carolina, and Jamaica, 1750 – 1790” in JORDAN, Winthrop D.; SKEMP, Sheila (eds.). *Race and family in the colonial South: essays*. Jackson & London: University Press of Mississippi, 1987.

_____. “Carolina Rice: African origins, New World crop”. *The William and Mary Quarterly*, Williamsburg, v. 59, n. 3, 2002.

_____; WARSH, Molly A (eds.). *Early North America in global perspective*. New York/London: Routledge, 2014.

MOURA, Roseli A. de. “O legado da Oficina e Tipografia do Arco do Cego e textos para a colônia americana: Mineiro do Brasil” in SILVA, Márcia Regina B. da; HADDAD, Thomás A.S. (orgs.). *Anais do 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2012.

MOTA, Carlos Guilherme. *Atitudes de inovação no Brasil – 1789-1801*. Lisboa: Livros Horizonte, s/d.

MUTHUKUMARAN, Sureshkumar. “Between archaeology and text: the origins of rice consumption and cultivation in the Middle East and the Mediterranean”. *Papers from the Institute of Archaeology*, London, v. 24, n. 1, 2014.

NADELHAFT, Jerome J. *The disorders of war: the Revolution in South Carolina*. Orono: University of Maine at Orono Press, 1981.

NOVAIS, Fernando Antonio. “O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 7, 1984.

_____. “Colonização e Sistema Colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica”, in *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

_____. “O marquês de pombal, a história e os historiadores” in SOUSA, Fernando de (coord.). *A companhia e as relações económicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 2008.

_____. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 9ª edição. São Paulo, Hucitec, 2011.

NUNES, M. J. “Prefácio” in *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas (1789-1815)*. Tomo I. Direção de edição de José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. “A Inglaterra como vilã: Sebastião José de Carvalho e Melo e o discurso da anglofobia”. *Revista Letras com Vida – literatura, cultura e arte*, Lisboa, v. 5, 2012.

OLIVEIRA, Milena F. “Hipólito José da Costa e as ideias económicas d’O Correio Braziliense”. *Intellèctus*, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 1, 2017.

OLIVEIRA, Victor Luiz A. “Lavradores, vice-reis e as políticas de fomento econômico no Rio de Janeiro colonial: o caso do anil”. *História e Economia*, São Paulo/Lisboa, v. 18, n. 1, 2017.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

PAES, Gabriela S. M. “Os negros d’água do rio Ribeira de Iguape: mito e história numa narrativa elaborada por comunidades negras do Vale do Ribeira”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 39, n. 81, 2019.

PAINE, Thomas. *Senso Comum*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

PAQUETTE, Gabriel. “Portugal and the Luso-Atlantic World in the Age of Revolutions”. *História (São Paulo)*, Assis/Franca, v. 32, n. 1, 2013.

PARRON, Tâmis P. “A Nova e Curiosa Relação (1764): escravidão e Ilustração em Portugal durante as reformas pombalinas”. *Almanack braziliense*, São Paulo, n. 8, 2008.

PATACA, Ermelinda M.; LUNA, Fernando José (orgs.). *Frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

PATACA, Ermelinda M. “Frei Veloso viajante” in PATACA, Ermelinda M.; LUNA, Fernando José (orgs.). *Frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

PATTERSON, Orlando. *Escravidão e morte social: um estudo comparativo*. São Paulo: EDUSP, 2008.

PAULINO, Mariana Ferraz. *A semântica do tempo no discurso de reformistas ilustrados sobre as Américas ibéricas (c. 1750 – c. 1807)*. 2020. 294 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2020.

PEDREIRA, Jorge M. “Agrarismo, industrialismo, liberalismo – algumas notas sobre o pensamento económico português (1780-1820)” in CARDOSO, José Luís (org.). *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal: comunicações apresentadas no Seminário sobre História do Pensamento Económico em Portugal organizado pelo Centro de Investigação sobre Economia Portuguesa (CISEP) do Instituto Superior de Economia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.

_____. “Custos e tendências financeiras do império português, 1415 – 1822”, in BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo R. (dirs.). *A expansão marítima portuguesa, 1400 – 1800*. Lisboa: Edições 70, 2010.

PEDROZA, Manoela. “O senhorio territorial em construção: o caso dos padres jesuítas na América portuguesa (Fazenda de Santa Cruz, Rio de Janeiro, Brasil, 1596-1759)”. *Comunicação apresentada na Conferência de História Rural*, Girona, 2015, painel 39.

_____. *Por trás dos senhorios: senhores e camponeses em disputa por terras, corpos e almas na América portuguesa (1500-1759)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.

PEREIRA, Miguel B. “Iluminismo e secularização”. *Revista de História das Ideias: o Marquês de Pombal e o seu tempo*. 2 tomos. Coimbra: Universidade de Coimbra, v. 4, tomo 2, 1982-1983.

PESAVENTO, Fábio. “O colonial tardio e a economia do Rio de Janeiro na segunda metade dos setecentos: 1750-90”. *Estudos econômicos*, São Paulo, v. 42, n. 3, 2012.

_____. *Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

PESAVENTO, Fábio; MONTEIRO, Sérgio. “Jogos coloniais: mudança institucional e desempenho econômico, o caso da diversificação agrícola no Rio de Janeiro – 1750-1800”. *XXXIV Encontro Nacional de Economia Anpec*, Salvador, 2006.

PETRONE, Pasquale. “Notas sobre os sistemas de cultura na baixada do Ribeira, SP”. *Boletim paulista de geografia*, São Paulo, n. 39, 1961.

PIMENTA, João Paulo G. *Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (1780-1830)*. São Paulo: Intermeios, 2017.

PINTO, Virgílio Benjamin N. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1979.

PIVA, Teresa Cristina de C.; MARQUES, Adílio Jorge. “As academias científicas e a Academia das Ciências de Lisboa” in FERREIRA, Juliana M. H.; SILVA, Cibelle

Celestino; SALVATICO, Luis (eds.). *Filosofia e História da Ciência no cone sul*. Seleção de Trabalhos do 7º encontro. Porto Alegre: [ntr]mentes editorial, 2012.

POCOCK, John G. A. “Quentin Skinner: a história da política e a política da história”. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, 2012.

POMBO, Nívia. “Um turista na Corte do Piemonte: dom Rodrigo de Souza Coutinho e o iluminismo italiana e francês (1778-1790)”. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, 2009.

_____. “As ‘riquezas do mundo’ – cobiça e ciência nos jardins botânicos do Caiena e Belém do Pará (1790 – 1803)”. *Navigator*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 2010.

_____. “A cidade, a universidade e o Império: Coimbra e a formação das elites dirigentes (séculos XVII-XVIII)”. *Intellèctus*, Rio de Janeiro, ano XIV, n. 2, 2015.

_____. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho: pensamento e ação político-administrativa no império português (1778-1812)*. São Paulo: Hucitec Editora, 2015.

_____. “O Fazendeiro do Brasil, de frei Veloso, e a economia rural da América portuguesa (1798-1806)” in SILVA, Bruno; FURTADO, André (orgs.). *Passados impressos: estudos sobre a circulação de ideias (séculos XVII-XX)*. Curitiba: Editora CRV, 2018.

_____. “Os livros de economia rural da Casa Literária do Arco do Cego: autores e editores no final do século XVIII português (1799-1801)”. *Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias*, Niterói, 2018.

PORTELLA, Alberto C. “O consumo de arroz em Portugal e a rizicultura americana (1750-1808). *Revista Ingesta*, São Paulo, v. 1, n. 2, 2019.

_____. “As reformas ilustradas portuguesas e o arroz americano (1750-1808)” in PELEGRINELLI, André; BONAVENTURA Isabella; MOREIRA, Viviane (orgs.). *Caderno de Resumos – Seminário do Programa de Pós-Graduação em História Social: Linhas de Pesquisa 2020*. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

_____. “‘Um Estado pode existir sem minas, mas não pode existir sem pão’: a rizicultura e a ilustração portuguesa (1750-1808)” in MOTTA, Márcia M. M. (org.). *Anais do 31º Simpósio Nacional de História: História, Verdade e Tecnologia*. 1ª ed. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

QUINTELA, António Carvalho *et al.* “Património cultural dos cursos de água da bacia do Sado” in MOREIRA, Ilídio *et al.* (eds.). *Gestão ambiental dos sistemas fluviais*. Lisboa: ISAPress, 2004, pp. 345-374 *apud* CARMO, Miguel *et al.*, *op. cit.*, p. 61.

RAMINELLI, Ronald. “Ciência e colonização – Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira”. *Tempo*, Niterói, v. 6, 1998.

REIS, José Pedro L. “Comer no século XVIII, segundo Francisco da Fonseca Henriques”. *Alimentação Humana*, Porto, v. 15, n. 1, 2009.

RODRIGUES, Felipe A. *A fronteira escravista entre o açúcar e o café*: Campinas, 1790-1850. 2018. 275 p. Dissertação (Mestrado em História Social). FFLCH-USP, São Paulo, 2018.

RODRIGUES, Jaime. “‘De farinha, bendito seja Deus, estamos por agora muito bem’: uma história da mandioca em perspectiva atlântica.” *Revista Brasileira de História [online]*, São Paulo, v. 37, n. 75, 2017.

RODRIGUES, José Damião. “Para o socego e tranquilidade publica das Ilhas’: fundamentos, ambição e limites das reformas pombalinas nos Açores”. *Tempo*, Niterói, v. 11, n. 21, 2006.

SALLEY JR., Alexander. *The introduction of rice culture into South Carolina*. Bulletins of the Historical Commission of South Carolina – 6. Columbia: The State Company, 1919, p. 2 *apud* DETHLOFF, Henry C. “The colonial rice trade”. *Agricultural History*, Mississippi State, v. 56, n. 1, 1982, p. 231.

SANTOS, Antonio Cesar de A. “O ‘mecanismo político’ pombalino e o povoamento da América portuguesa na segunda metade do século XVIII”. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, 2010.

_____. “Pombal e a política econômica portuguesa na segunda metade dos setecentos”. *Anais do V Congresso Internacional de História*, UEM, Maringá, 2011.

SANTOS, Catarina M. *Um governo ‘polido’ para Angola: reconfigurar dispositivos de domínio (1750 – c. 1800)*. 2005. 645 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Nova de Lisboa/École des Hautes Études en Sciences Sociales, Lisboa/Paris, 2005.

SANTOS, Corsino M. dos. “Cultura, indústria e comércio de arroz no Brasil colonial”. *RIHGB*, Rio de Janeiro, n. 318, 1978.

SARTRE, Jean-Paul. *Questão de Método*. 4ª ed. São Paulo & Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina M. “Arqueologia do antigo sistema portuário da cidade de Iguape, São Paulo, Brasil”. *Revista de Arqueología Americana*, Ciudad de Mexico, n. 22, 2003.

SÉRGIO, António. “O Reino Cadaveroso ou o problema da cultura em Portugal”, *in* SÉRGIO, António. *Ensaios – tomo II*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1972.

SERRÃO, José Vicente. “População e rede urbana nos séculos XVI-XVIII”, *in* OLIVEIRA, César (dir.). *História dos municípios e do poder local* (dos finais da Idade Média à União Europeia). Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

_____. “A agricultura portuguesa no século XVIII: progresso ou atraso?” in MOTTA, Márcia (org.). *Terras lusas: a questão agrária em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2007.

SHARMA, Shatanjiw D. “Preface” in _____ (ed.). *Rice: origin, antiquity, and history*. Enfield: Science/CRC Press, Taylor & Francis Group, 2010.

_____. “Domestication and diaspora of rice” in _____ (ed.). *Rice: origin, antiquity, and history*. Enfield: Science/CRC Press, Taylor & Francis Group, 2010.

SHIKIDA, Cláudio D. “Apontamento sobre a Economia Política da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão”. *Revista de Economia e Administração*, São Paulo, v. 6, n. 2, 2007.

SILBERT, Albert. *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal oitocentista*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

SILVA, Ana Isabel; FAÍSCA, Carlos Manuel. “A orizicultura em Ponte de Sor – economia e saúde pública (1850 – 1950)”. *Abelterium*, Alter do Chão, v. II, n. 1, 2015.

SILVA, André M. D. “Introdução” in COUTINHO, dom Rodrigo de S. *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Tomo I. Introdução e direção de edição de André M. D. Silva. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.

SMITH, Hayden. *Rich swamps and rice grounds: the specialization of inland rice culture in the South Carolina Lowcountry, 1670-1861*. 2012. 319 p. Tese (Doctor of Philosophy). The University of Georgia, Athens, 2012.

SMITH, Julia F. *Slavery and rice culture in Low Country Georgia, 1750-1860*. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1985.

SOUSA, Fernando de. “A população portuguesa em finais do século XVIII”. *População e sociedade*, Porto, n. 1, 1995.

SOUZA, Isabela R. de. *O sistema de plantation em tempos de revolução abolicionista: Saint-Domingue, 1790-1803*. Dissertação em andamento (Mestrado em História Social). FFLCH-USP, São Paulo.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. “Moeda, tesouro e riqueza: uma anatomia conceitual do mercantilismo britânico no início do século XVII”. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 39, n. 3, 2009.

TAMMONE, Natalia. “Brasil e Estados Unidos: caminhos para o intercâmbio comercial (1808-1850)”. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*, São Paulo, 2013.

TANNENBAUM, Frank. *Slave and citizen: the negro in the Americas*. New York: Alfred A. Knopf, 1947.

TOMAZ, Fernando. “As finanças do Estado pombalino – 1762-1776”, in *Estudos e Ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1988.

TOMICH, Dale. “A riqueza do império: Francisco Arango y Parreño, Economia Política e a Segunda Escravidão em Cuba”. *Revista de História*, São Paulo, n. 149, 2003.

_____. *Through the prism of slavery: labor, capital, and world economy*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2004.

_____. “A ordem do tempo histórico: a Longue Durée e a Micro-História”. *Almanack*, Guarulhos, n. 2, 2011.

TROUILLOT, Michel-Rolph. “Uma história impensável: a Revolução Haitiana como um não evento”, in *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Curitiba: Huya, 2016.

U.S. DEPARTMENT OF COMMERCE. *Historical statistics of the United States*. Colonial times to 1970. Part II. US Bureau of the census: Washington, D.C., 1975.

VALADARES, Virgínia Maria T. *A sombra do poder: Martinho de Melo e Castro e a administração da capitania de Minas Gerais (1770-1795)*. São Paulo: Hucitec, 2006.

VALENTIN, Agnaldo. “Comércio marítimo de abastecimento: o porto de Iguape (SP), 1798 – 1880”. *Cadernos de Resumos do V Congresso Brasileiro de História Econômica*, Caxambu, 2003.

_____. “Entre o chuço e o remo: agricultores e caiçaras no Vale do Ribeira (1800-1880)”. *Caderno de resumos do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*, Caxambu, 2006.

_____. *Uma civilização do arroz: agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira (1800 – 1880)*. 2006. 405 p. Tese (Doutorado em História Econômica). FFLCH-USP, São Paulo, 2006.

VAN ANDEL, Tinde. “African Rice (*Oryza glaberrima* Steud.): lost crop of the enslaved Africans discovered in Suriname”. *Economic Botany*, New York, v. 64, n. 1, 2010.

VAN DER LINDEN, Marcel. *Workers of the world: essays toward a global labor history*. Leiden/London: Brill, 2008.

VANN WOODWARD, C. (org.). *Ensaios comparativos sobre a história americana*. São Paulo: Cultrix, 1972.

VAQUINHAS, Irene. “Nem sempre o arroz é doce...: a polêmica sobre os arrozais nos campos do Mondego n 2ª metade do século XIX”, in VAQUINHAS, Irene; MENDES, José A. *Canteiros de Arroz: a orizicultura entre o passado e o futuro*. Montemor-o-Velho: Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, 2005.

_____. “Breve historial sobre a cultura do arroz nos campos do Mondego”, in VAQUINHAS, Irene; SOUSA, Dina de. *Saberes e sabores do arroz carolino do Baixo*

Mondego. Coimbra: Associação dos Agricultores do Vale do Mondego, 2005, pp. 15 – 22.

VARELA, Alex G.; LOPES, Maria Margaret. “As atividades científicas do naturalista Martim Afonso de Andrada na capitania de São Paulo (1800-1805)”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, 2007.

VARNHAGEN, Francisco A. “Biographia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc. – Vicente Coelho de Seabra”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo IX, 1869.

VELOSO, Carlos. *A alimentação em Portugal no século XVIII nos relatos dos viajantes estrangeiros*. Coimbra: Minerva Histórica, 1992.

VIANNA E SILVA, Manuel. *A cultura do arroz*. 2ª ed. Lisboa: LCE, 1983.

VILAGRA, Bruno Ricardo. *Manuel Joaquim Rebelo e o pensamento econômico português na crise do império luso-brasileiro*. 2017. 223 p. Tese (Doutorado em História Econômica). FFLCH-USP, São Paulo, 2017.

VILLALTA, Luiz Carlos. “A Casa do Arco do Cego: política editorial régia, censura e disputas” in PATACA, Ermelinda M.; LUNA, Fernando José (orgs.). *Frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego*. São Paulo: EDUSP, 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Capitalist World Economy: essays by Immanuel Wallerstein*. Paris: Mason des Sciences de l’Homme; Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

WEGNER, Robert. “Livros do Arco do Cego no Brasil colonial”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, suplemento 1, 2004.

WILLIAMS, Eric. *The economic aspect of the abolition of the West Indian slave trade and slavery*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2014.

WOLF, Eric. *A Europa e os povos sem história*. São Paulo: EDUSP, 2005.

WOOD, Peter H. *Black majority: negroes in colonial South Carolina. From 1670 through the Stono Rebellion*. New York: Alfred A. Knopf, 1974.

WOODS, Michael. “The culture of credit in colonial Charleston”. *The South Carolina Historical Magazine*, Charleston, v. 99, n. 4, 1998.

Sites:

<<https://dicionario.priberam.org/pauis>>;

<<https://www.merriam-webster.com/dictionary/isinglass>>;